

Janeiro de 2016

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

**DW CEDOC**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola



## DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de Notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços Basicos](#)
9. [Genero e Violencia](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Migração](#)
12. [Exploração Mineira](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, O PAÍS, A República, Expansão, Grandes Notícias, Novo Jornal e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como: ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chela.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

### Redação

Sobriano César Capitão

### Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago  
e Massomba Dominique

### Editado por

Development Workshop Angola

### Endereço

Rua Rei Katyavala 113,  
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email [cedoc.dwang@angonet.org](mailto:cedoc.dwang@angonet.org)

### Com apoio de

Development Workshop  
OXFAM Novib  
Fundação Bill & Melinda Gates  
International Development Research Centre  
Civil Society Challenge Fund  
Norwegian & The Netherlands Embassies  
European Union

### Disclaimer

#### 1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

#### 2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

#### 3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

# INDÍCE

<b>1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA</b>	<b>7</b>
1.1 Economia angolana sem desaceleração	7
1.2 É urgente que o Executivo angolano actualize o salário mínimo nacional	8
1.3 Fundo Soberano quer acabar com a fome em Angola	8
1.4 «O poder de compra dos cidadãos já foi corroído em mais de 30%»	9
1.5 Agrava-se a pobreza	10
<b>2. MICROFINANÇAS</b>	<b>11</b>
<b>3. MERCADO INFORMAL</b>	<b>12</b>
3.1 Multidão na “caça” ao gás	12
3.1 Administradores não falam sem autorização	12
3.3 Subida do táxi	12
3.4 Afinal para 'grandes males' que 'grandes remédios' há para o mercado informal?	13
3.5 Lamaçal dificulta tudo e todos	15
3.6 Mercado do Kikolo «Simplesmente lastimável»	15
3.7 Perigo que devia ser evitado	16
3.8 Toyota hiace em serviço de táxi alimenta quatro famílias	17
3.9 Mercado do peixe no Lubango	18
3.10 Corpo de Polícia Municipal em Luanda	19
3.11 Campanha de esclarecimento entra nos mercados de Luanda	19
3.12 Nova aliança dos taxistas poderá cobrar 100kz aos estudantes	20
<b>4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA</b>	<b>21</b>
<b>5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA</b>	<b>22</b>
5.1 Auscultação e concertação	22
5.2 Redes Sociais, o Proximo Monte de “Crispação” entre Angola e a ONU.	23
5.3 Os cinco desafios de Higinio Caneiro em Luanda	24
5.4 MAT nega cortes dos subsídios às autoridades tradicionais	25
5.5 Terminou o mandato de Graciano Domingos na cidade de Luanda	27
5.6 Valorização da essência em detrimento da aparência	32
<b>6. URBANISMO E HABITAÇÃO</b>	<b>34</b>
6.1 Luanda acolhe encontro sobre gestão das cidades	34
6.2 Relação do Executivo com os espaços abertos	34
6.3 “A cidade de Luanda tem potencial”	35
6.4 Mais um plano para Luanda...	38
6.5 Bento Soito com poderes esvaziados	40
6.6 Obras de modernização de Luanda conferem uma nova imagem á Capital	41
6.7 Projectos integrados melhoram mobilidade	42
6.8 Primeiras casas são habitadas ainda este ano	43
6.9 Entrega de casas retoma esta semana	43
6.10 Milhares de casas são construídas ainda este ano	44

6.11 Conclusão das obras satisfazem os jovens	44
6.12 Dundo melhora imagem com novas urbanizações	46
6.13 Benfica recebe novas moradias.	46
6.14 Multiáfrica investe USD 100 milhões na construção de 2500 casas.	47
6.14 Ilha de Luanda recebe 49 edifícios de habitação	47
6.15 Ruas do Panguila "clamam" por intervenção	48
6.16 Centralidade do Dundo com mais famílias	49
6.18 Contrato de adesão da Imogestin é igual do tempo da ditadura brasileira	50
6.19 Cidadãos devem pagar até fim do mês	50
6.20 Administração prevê construir centros médicos	51
6.21 Antigos militares na Huíla recebem habitações sociais	51
6.22 Fundo Soberano fomenta inovação nas comunidades	52
6.23 Habitação social na agenda	53
6.24 Imóveis em arrendamento pagam imposto este mês	55
6.25 Imposto predial Urbano	56
6.26 Nova vida no arrendamento urbano?	56
6.27 Código de Registo Predial Vai á Votação	57
6.28 Casas sociais gozam: de isenção	58
6.29 Incentivada a autoconstrução	59
6.30 Lei do Código Predial regula negócio imobiliário	59
6.31 Autóctones divididos em relação ao pagamento de imposto predial	61
6.32 Centralidade da Quilemba quase concluída	61

## 7.TERRA

63

7.1 Melhora gestão urbana no Lubango	63
7.2 Identificadas várias áreas minadas no interior	63
7.3 Milhares de hectares para projectos sociais	64
7.4 Prossegue o "braço de ferro" nas terras do Bita	65
7.5 Administração alarga habitações ao Bita	66
7.6 Chuvas no Seles devastam Lavras	66
7.7 Realojamento de famílias vivendo em zonas de risco	66
7.8 Incentivada a autoconstrução	66
7.9 Atribuição de terrenos está suspensa	67

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS

69

8.1 Falta de pagamento condiciona recolha de resíduos sólidos	69
8.2 Administração pune infractores	69
8.3 No Cazenga Moradores abandonam casas por causa do lixo	69
8.4 Produtores de Lixo na capital devem participar na Limpeza	70
8.5 Jobfil	71
8.6 No Cazenga moradores interditam rua por causa do lixo	71
8.7 Perigo que devia ser evitado	71
8.8 Recolha de lixo com novo modelo	72
8.9 Administração tem regulamento	73
8.10 Realizada mega campanha de recolha de lixo	73
8.11 Gestão dos resíduos sólidos e desassoreamentos das valas de drenagem	74
8.12 Lixo e exercício de autoridade na agenda	74
8.13 O lixo em Luanda é um problema de competência ou de recursos financeiros?	75
8.14 Tomadas medidas para limpar Luanda	75
8.15 Uma maldição com selo de incompetência	77
8.16 Cuidado, vão limpar Luanda!	78
8.17 Identificadas as causas do aumento do lixo	78
8.18 Lixo é exportado para reciclagem	79
8.19 Reforçado o abastecimento de água potável	79

8.20 Instalado sistema de água	79
8.21 Electricidade e água têm novas tarifas	80
8.22 Água e luz mais caras	80
8.23 Ravina priva habitantes da água da Santa	81
8.25 Milhoes poupados com corte no subsídio	83
2.26 “A retirada dos subsídios ao preço era inevitável”	84
2.7 Preços da luz e da água para empresas duplicaram com os novos aumentados	85
8.28 Telemóveis inovam o sector	86
8.29 Cidade do Cuito Com mais água potável	87
8.30 Garimpo de água e escolas das periferias	88
8.31 Luanda com mais água potável	88
8.32 Milhares de famílias já têm água potável	89

## 9 GÉNERO E VIOLENCIA

90

9.1 Forças Armadas desmantelam criminosos	90
9.2 Polícia Nacional recupera armas de fogo	90
9.3 Processo-crime têm aumento	91
9.4 Meliantes tiram sono aos moradores da Mabor e do Kikolo	91
9.5 Polícia regista mais de dois mil crimes	92
9.6 O nosso Kangamba critica o uso da internet	92
9.7 Crimes violentos preocupam órgãos da Justiça	94
9.8 Bairro Bita Mutamba submetida à vontade da criminalidade	95

## 10 AMBIENTE

97

10.1 Caça ilegal e abate de árvores registaram níveis alarmantes	97
10.2 Governo provincial prepara relatório para o Executivo	97
10.3 Milhares de famílias recebem assistência	98
10.4 Camponeses de Ondjiva precisam de sementes	98
10.5 Angola desenvolve projecto ambiental	99
10.6 Autoridades acertam medidas contra seca	100
10.7 Fortes chuvas desalojaram muitas famílias	100
10.8 Estratégia contra a seca	101
10.9 Toneladas de bens chegaram ao Cunene	102
10.10 Estudo ambiental de impacto são na maior parte de Luanda	103
10.11 Cheias interditam o trânsito	103
10.12 Chuvas ameaçam o Dande	104
10.13 Chuvas intensas inundaram lavras	104
10.14 Agricultores lutam pela seca	104
10.15 Milhares de pessoas isoladas pelas chuvas	106
10.16 Ruas do Panguila “Clamam” por intervenção	106
10.17 Cubal a morada dos fantasmas de uma tragédia	107
10.18 Seca causa fome na província do Cunene	108
10.19 Gestão dos resíduos sólidos e desassoreamentos das valas de drenagem	108
10.20 Inundações em Cambambe agravam modo de vida das populações ribeirinha	109
10.21 Uma maldição com selo de incompetência	109
10.22 Educação ambiental assegura crescimento sustentável	110

## 11 MIGRAÇÃO

111

11.1 Milhares de imigrantes ilegais foram detidos na Lunda Norte	111
11.2 Altas patentes dos Serviços de Migração protegem estrangeiros a troca de milhões	111
11.3 Rede de migração ilegal muda rota de entrada	112

## 12 EXPLORAÇÃO MINEIRA

114

12.1 Perspectivas animadoras nos diamantes

114

12.2 Garantida transparência na concessão de licenças

114



# I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## I.1 Economia angolana sem desaceleração

*Jornal De Angola*

*9 De Janeiro de 2016*

Angola vai crescer 3,3 por cento este ano, contra os três por cento registados em 2015, prevê o Banco Mundial no seu relatório "Perspectivas Económicas Globais" divulgado esta semana em Washington. Os dados coincidem com a previsão do Governo que aponta para o mesmo valor no Orçamento Geral de Estado, aprovado em Dezembro.

Ao contrário do ano passado, em que a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) esteve na ordem dos 9,7 por cento, que depois viria a ser revista para 6,6 por cento, fruto da quebra nas receitas petrolíferas, o "motor da economia angolana", o OGE deste ano prevê um crescimento do PIB de 3,3 por cento, sendo que o défice orçamental deve cifrar-se em 5,5 por cento, uma ligeira descida.

No OGE 2015 o défice orçamental foi de 6,2 por cento do PIB.

O OGE 2016 foi concebido tendo em conta o preço do barril de petróleo fixado em 45 dólares, ao passo que o do ano passado foi estimado em 81 dólares, tendo depois descido para 40 dólares. A perspectiva da produção diária de petróleo para 2016 está na ordem de 1.888.000 barris, o que para o ministro das Finanças, Armando Manuel, "permite compor a despesa do OGE, que deve estar cifrada num fluxo na ordem dos 6,3 mil milhões de kwanzas". O OGE 2015 perspectivava uma produção diária de petróleo ligeiramente inferior, situando-se nos 1.833.151 barris.

No estudo prospectivo, que mede rumo da economia global, o Banco Mundial sublinha que Angola deve acelerar ligeiramente a expansão económica este ano, passando de três por cento em 2015 para 3,3 por cento, o que representa um crescimento abaixo da metade do período pré-crise petrolífera e cerca de metade do desempenho de 2014.

A previsão de evolução de 3,3 por cento para a economia angolana está abaixo da perspectiva de

crescimento económico na África subsariana, que o Banco Mundial prevê que acelere de 3,4 por cento em 2015 para 4,2 por cento em 2016, ainda assim abaixo dos 4,6 por cento registados em 2014.

Para o futuro, o panorama também não é risonho. "O ambiente económico global apresentar-se-á provavelmente menos favorável ao crescimento na África Subsaariana em anos futuros, a medida que uma redução nos preços das matérias-primas e condições financeiras mais constrangidas refreiam a actividade", refere o documento.

"A actividade económica na África Subsaariana abrandou para uma taxa de 3,4 por cento em 2015, abaixo dos 4,6 por cento do ano anterior, em resultado dos preços mais baixos das matérias-primas, de um abrandamento económico dos principais parceiros comerciais, graves dificuldades de infra-estruturas, instabilidade política e escassez de energia eléctrica", assinala o relatório que nota que este foi "o resultado económico mais fraco da região, desde 2009".

### Impacto petrolífero

O abrandamento do crescimento económico, lê-se no documento, "foi mais pronunciado entre os exportadores de petróleo", nomeadamente Angola e Nigéria, os maiores exportadores da região, mas as perspectivas são moderadamente positivas, "prevendo-se que o crescimento económico na região pode recuperar, atingindo 4,2 por cento em 2016, à medida que os preços das matérias-primas estabilizam e o fornecimento de energia eléctrica melhoram em muitos países".

Em relação a Angola, o relatório do Banco Mundial nota que, "prevendo-se que os preços do petróleo se manterão baixos, as receitas fiscais vão provavelmente declinar em Angola e na Nigéria, criando défices nos orçamentos".

Em Moçambique, a previsão de crescimento aponta para uma ligeira aceleração de 6,3 por cento em 2015 para 6,5 por cento este ano.

O Banco Mundial diz que, em alguns países exportadores de matérias-primas, se prevêem investimentos avultados em infra-estruturas de energia e transportes, com recurso a emissões de títulos, como no caso da Etiópia, parcerias público-privadas, como em Moçambique, Ruanda e Tanzânia, e financiamento da China. Entre os riscos que a região enfrenta este ano, o Banco Mundial aponta o terrorismo e sublinha que "novas baixas do preço do petróleo reduziriam o orçamento dos governos nos países produtores e um abrandamento mais rápido

que o esperado na China pode fazer subir a pressão dos preços das matérias-primas, o que, por seu turno, poderia atrasar investimentos planeados em sectores de recursos naturais".

## I.2 É urgente que o Executivo angolano actualize o salário mínimo nacional

*Jornal Grande Notícias*  
22 De Janeiro de 2016

Esta semana iniciou com o preço do barril do petróleo a quotar 28 dólares norte-americanos no mercado internacional, e internamente, a nota de 100 dólares a oscilar entre os 28 e 30 Mil Kwanzas, os principais produtos alimentares como o arroz, açúcar, fuba de milho, feijão, carne e seus derivados, a custarem nos armazéns dos importadores, dentre os quais malianos, libaneses, indianos, Angola nos, quase o dobro do preço que se comercializava antes da subida dos derivados do petróleo, por parte do Governo angolano, a partir da meia-noite do dia um do corrente ano.

De resto, os preços na capital subiram quase 14,3 por cento em 2015, o dobro das previsões iniciais do Governo, segundo informação do Instituto Nacional de Estatística (INE). De acordo com o mais recente relatório sobre o comportamento da inflação, de Novembro à Dezembro de 2015, os preços em Luanda aumentaram 1,60%. Só em Luanda, de Janeiro à Dezembro a inflação oficial situou-se nos 14,27, enquanto no mercado paralelo a situação agravou-se ainda mais.

O Governo angolano estimava para 2015 uma inflação entre 7 e 9%, intervalo que foi ultrapassado, todos os meses, desde Julho. No relatório de fundamentação do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2016, é referido que "as perspectivas de fecho do ano de 2015 são de uma inflação de dois dígitos, em torno de 13,8%". Devido à crise decorrente da quebra na cotação internacional do petróleo, Angola viu reduzir a receita fiscal para metade, assim agravando o custo das importações e o acesso aos produtos, inclusive alimentares.

O índice de preços no consumidor nacional registou uma variação de 1,38%, de Novembro para Dezembro de 2015. Neste período, Luanda liderou entre as províncias que registaram maior aumento dos preços, com 1,60%. Apesar dessa galopante subida dos preços e perante o grito de socorro vindo da população que, a cada dia que passa, torna-se mais pobre, acrescido ao perigo de muitas crianças,

adolescentes e jovens não poderem estudar este ano lectivo, por causa do salário dos seus encarregados de educação que perde valor a cada dia que passa face a subida do dólar, nota-se, com preocupação que o Executivo angolano está a ignorar este facto que torna ainda mais precária a vida do cidadão comum. Daí a nossa chamada de atenção perante este agravamento da vida dos cidadãos por causa do salário actual que não cumpre mais com a sua função, para prevenir eventuais manifestações, o reajuste do salário mínimo nacional à actual conjuntura, com recurso às reservas monetárias que o Estado desde 2008, vem acumulando no Fundo Soberano, e noutros cofres. Importa não esquecer que, para 2016, o Executivo previu uma taxa de inflação de 11 %.

## I.3 Fundo Soberano quer acabar com a fome em Angola

*Jornal Grande Notícia*  
22 De Janeiro de 2016

O Fundo Soberano de Angola (FSDEA) apresentou, em Luanda, um conjunto de dez novos projectos nos sectores da saúde, educação, desenvolvimento rural e acesso a água potável, que tem como objectivo aplicar 7,5 por cento da capital inicial do fundo, no valor de USD 5 mil milhões, no programa social que envolve várias iniciativas.

O evento decorreu na tenda na marginal de Luanda, tendo a organização montado uma zona de exposição, utilizada para mostrar e descrever os diferentes projectos sociais que estão a ser desenvolvidos pelo fundo. Foi também realizado um debate sobre os principais desafios para o futuro do país, moderado por Carlos Figueiredo (representante da AIF - African Innovation Foundation). O debate contou com a participação de Samora Kitumba, administrador do Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM) e de Rikke Viholm, representante da organização não-governamental, Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo (ADPP). Para implementar o programa, o FSDEA resolveu associar-se a diferentes organizações: a principal parceira do fundo é a AIF - African Innovation Foundation que, em Angola, é dirigida por Carlos Figueiredo, que é também membro do Observatório Político e Social Angolano (OPSA) e tem um longo trajecto profissional no apoio ao desenvolvimento em Angola.

Entre os restantes parceiros estão a Development Workshop (DW), World Vision, a própria ADPP e



outras organizações que actuam no sector não-governamental.

No desenvolvimento rural, o FSDEA está a financiar projectos no Huambo e Bié, com o objectivo de aumentar a geração de renda dos pequenos e médios produtores e valorizar toda a cadeia de valor agrícola. A iniciativa, segundo o FSDEA, "criou 15 micro e pequenas empresas, com impacto em cerca de 3 mil famílias": (ODM) 2015.

#### **I.4 «O poder de compra dos cidadãos já foi corroído em mais de 30%»**

*Jornal Expansão*  
22 De Janeiro de 2016  
Texto: Félix Abias

Que análise faz à subida dos preços?

Estamos diante de uma situação anormal, em que todos indicadores da economia estão sujeitos a alterações constantes. A forte dependência de uma única mercadoria de exportação, que é o petróleo, repercutiu-se na actividade económica do País. E as empresas, que criam oportunidades de emprego, também sofrem com isto, de tal sorte que a sua actividade está a conhecer uma forte regressão. Por sua vez, as políticas monetárias e cambiais também estão a sofrer alterações. Isso repercute-se nas poupanças e consumo.

A UNTA já ponderou pedir reajustes dos salários face à perda de poder de compra dos cidadãos?

Ainda não. Precisamos de ter ponderação e sermos comedidos. A primeira coisa que defendemos é o funcionamento e a estabilidade da actividade empresarial. Quando as empresas não têm estabilidade e sustentabilidade, reduzem a sua actividade, e esta redução tem sempre implicações e uma delas é os despedimentos. Segundo, fazer a manutenção dos postos de trabalho e realizar as aspirações das pessoas.

Há países que em tempo de crise reduziram o salário da e função pública. Em Angola tal seria admissível?

Há países que adoptaram esta estratégia porque tinham salários compatíveis. No nosso caso, não, os salários sempre se mantiveram relativamente abaixo da satisfação das necessidades básicas dos trabalhadores, de uma maneira geral. Acho que a

política de reduzir os salários está descartada porque os salários não são altos no nosso País.

Mas em sede da concertação, a questão não foi vista?

Foi. Defendemos que o Estado faça o esforço de manter a sua força de trabalho e mantenha os tectos salariais, porque, em 2015, não houve ajustamento e não se prevê que se faça em 2016, se o quadro não melhorar. Os salários manter-se-ão, mesmo que o quadro piore. No sector empresarial, a capacidade de negociação é que determinará, caso a caso, a avaliação das remunerações. Se uma empresa consegue contornar a crise e ter estabilidade, não há motivo para não ajustar os salários.

Com o salário mínimo entre os 15 mil e os 22 mil Kz, que antes nem cobriam a cesta básica, com a desvalorização da moeda a situação piorou ... Sim. O de 15 mil Kz é considerado salário mínimo e único garantido, e aplica-se no sector da agricultura; o da indústria anda à volta dos 19 mil Kz; o dos transportes, indústria metalúrgica, etc. é o mais alto, anda em 22 mil Kz. Com a desvalorização administrativa que se fez, o salário mínimo baixou de 150 usd para 100. Em geral, o poder de compra dos cidadãos já foi corroído em mais de 30%. A taxa de inflação de 2014/2015, tendo em conta os ajustamentos feitos, gera um 'desvio' de 9%, aliado à desvalorização do kwanza. Temos de reconhecer que o poder de compra vai baixando cada vez mais. São números que não estão elaborados com cálculos mas, empiricamente, quando olhamos para a perda do poder de compra, é a sensação que temos.

Antes da crise, a UNTA fez uma proposta para o salário mínimo?

Sempre defendemos um salário mínimo equivalente a 300 USD, e isso não foi atingido. O 'tecto" mais alto que conseguimos foi à volta de 15 mil Kz, que correspondiam a 150 USD.

Em termos percentuais, qual é o 'tecto' dos aumentos desse salário?

O ultimo que se fez, em 2014, foi cerca de 14%, sendo que 8% foram para cobrir a taxa de inflação e 5% os ganhos de produtividade.

Em que momento acontecem as concertações?

As concertações para o salário mínimo eram feitas uma vez por ano, resultavam de um processo institucionalizado pelo Conselho Nacional de Concertação Social (CNCS), onde há um grupo, tripartido, que faz o estudo da evolução do seu valor.

Qual é o critério para estipular o salário mínimo? Geralmente primava-se por dois critérios: a taxa de inflação vencida e a produtividade. Quando se tratava apenas de ajustamento do salário mínimo, fazia-se com base no critério da inflação; quando se tratava de aumento, acrescia-se a produtividade. Isto como medida geral.

Face ao actual momento, há informações de despedimentos em massa?

No sector público, não. No sector empresarial, até ao ano passado, as nossas estatísticas estão entre sete e oito mil. Embora não tenhamos actualizado os dados, acredito que os postos de trabalhos perdidos, entre permanentes e não permanentes, rondem os dez mil.

Há empresas a fecharem?

A UNTA foca a sua actividade nas grandes e médias empresas, e aqui não temos relatos de encerramentos, embora algumas tenham reduzido a sua actividade e, por força disso, diminuído a força de trabalho. Os segmentos da economia que, no ano passado, tiveram mais problemas, ou dos quais recebemos informações, foram a construção, o comércio, os serviços e, em parte, a própria indústria.

## I.5 Agrava-se a pobreza

*Jornal Grandes Notícias*  
29 De Janeiro de 2016

A Central Geral de Sindicatos Independente e Livres de Angola, CGSILA, segue com grande preocupação a actual situação socioeconómico e financeira do país originando a degradação das condições básicas dos trabalhadores cujos índice de pobreza e miséria agrava-se ainda com a subida de preços dos produtos básicos alimentares, dos combustíveis, das propinas no ensino privado, dos transportes público e prestação de serviços.

A desvalorização continua da moeda nacional o kwanza e o aumento da inflação reduzem, para pior o poder de compra dos talhadores, tornando a vida das famílias angolanas mais miserável do nunca se tinha visto nos últimos 10 anos.

No país assiste-se hoje falência das empresas públicas e privadas promovendo assim o crescente desemprego que já atinge dezenas de milhares de trabalhadores e, as consequências são; a redução drástica do consumo, a produção e produtividade com consequência imediatas para a economia do país. O fenómeno da redução dos salários dos trabalhadores nas empresas privadas, o atraso no pagamento dos salários na função pública aliado a um

descontrolo patente na fiscalização dos preços dos produtos alimentares nos centros comerciais e demais serviços, para além de levar-nos a uma incerteza do futuro, faz hoje do trabalhador angolano, um desprezível servidor.

Os Sindicatos filiados a Central Geral de Sindicatos independente e Livres de Angola (CGSILA), reunidos em Luanda no dia 20 de Janeiro de 2016, analisaram e concluíram com profunda tristeza, o actual cenário marco económico resultante da baixa do preço do petróleo e ausências de políticas concretas e eficazes que possam atenuar os efeitos devastadores na vida dos trabalhadores e famílias. A CGSILA, reitera o seu compromisso solene na defesa dos interesses e direito fundamentais dos trabalhadores angolanos e não obstante as adversidades conjecturais, está preparada para promover uma luta incessante com acções reivindicativas como meios de pressão ao Governo e terá como objectivo: 10 A reposta do Executivo ao memorando da CGSILA, enviado ao titular do poder Executivo, Sua Excelência, Senhor Presidente da Republica, José Eduardo dos Santos.

20 O fim da marginalização dos Sindicatos e de outros parceiros sociais na tomada de decisões que dizem respeito ao mercado laboral e a actividade económica do país, como aconteceu recentemente, com o aumento dos preços dos combustíveis, da água, da electricidade, dos transportes e a implementação de medidas de austeridade que reduzem para pior as condições de vida dos trabalhadores e do funcionamento das empresas;

3º Adopção de políticas económicas mais inclusivas e transparentes no combate ao desperdício financeiro, a corrupção e melhor distribuição da renda nacional;

4 Adopção de medidas urgentes para combater a alta de preços, alimentada pelo Executivo e seguida pelos agentes económicos e que possam assegurar o acesso normal á cesta alimentar básica, o controlo na definição dos preços das propinas no sector do ensino superior e básico nas instituições privadas e desindexação das referidas propinas em dólares americanos.

5º Implementação de um programa de reajustamento de salários, tendo em conta a desvalorização do kwanza e a subida estrondosa da inflação;

E, para o efeito, a CGSILA e os Sindicatos nela filiados está a concluir o seu caderno reivindicativo e que oportunamente o fará presente ao Órgão competente do Estado Anglano.

## 2. MICROFINANÇAS

## 3. MERCADO INFORMAL

### 3.1 Multidão na “caça” ao gás

*Jornal O PAÍS*

*8 De Janeiro de 2016*

*Texto: Afrodite Zumba*

O gás butano, de cozinha, é um dos produtos que sofreram alterações de preço no primeiro dia do ano de 2016, de acordo com o comunicado emitido pelo Ministério das Finanças. Antes da data, a botija de 12 quilogramas era comercializada ao montante de 600 kwanzas, preço oficial, sendo que passou a ser comercializada ao dobro.

OPAÍS registou dezenas de cidadãos, perfilados com botijas nas portas das agências distribuidoras, em diversos pontos da cidade de Luanda, em busca do produto, pelo que mantivemos conversa com clientes e fornecedores para melhor compreender a situação. As primeiras horas de Quinta-feira, 07, na agência Canhongo Gás, no bairro Palanca, os clientes encontravam-se de ânimos exaltados, pois que aguardavam horas seguidas com as botijas vazias perfiladas à espera do camião que abasteceria a agência.

Em depoimento a este jornal, dona Madalena, de 55 anos, disse que já permanecia na fila desde às 8 horas da manhã, e até às 10 horas não havia sido atendida, "O gás está difícil, vou esperar mais duas horas como disse o funcionário, porque em casa não tenho outra botija cheia".

Por outro lado, dona Gertrudes, que estava na fila desde às 9 horas, disse que nos últimos três dias, tem suportado longas filas na esperança de ser atendida.

Salientando que, as quantidades que a agência recebe diariamente não têm suprido a demanda, porque os funcionários "privam" uma quantidade para "negociarem" com as revendedoras de gás que comercializam o produto, à porta da agência, num valor que varia entre os dois mil e os 3000 mil kwanzas.

Pretendendo confirmar a veracidade das informações, a equipa de reportagem de OPAÍS manteve conversa com um funcionário daquela agência que falou sob anonimato, tendo pois informado que há escassez de gás na distribuidora oficial, Sonangol, e, por tal facto, tem sido difícil suprir a procura diária. Prosseguindo, explicou que nesta última semana a Canhongo tem recebido entre 400 a 900 botijas diariamente, sendo que a botija da Sonangol é comercializada a 1200

kwanzas, enquanto que a marca da casa custa 1400 kwanzas. Acrescentou ainda que cada cliente pode comprar no máximo duas unidades.

"Não privamos as botijas", disse. "Vendemos até que todas acabem. Quando acabar, acabou", explicou. Por outro lado, Miguel Domingos, funcionário da agência dos Mirantes, no Futungo, que também tem registado uma grande enchente de clientes, disse que a procura por este produto deve-se ao facto da fábrica da Sonangol, distribuidora oficial do produto, nos dias 24 e 31 de Dezembro, ter trabalhado somente até às 12 horas e ter encerrado nos feriados.

Salientou que, por esta razão, muitos dos cidadãos, após a quadra festiva, dirigiram-se às agências para comprar o gás butano e não o encontraram. Concluiu que esta situação tem levado centenas de cidadãos diariamente àquela agência, sendo muitos deles provenientes de outros bairros, nomeadamente do Benfica, Golf 2, Viana, alegando que naquelas localidades não há gás. "Na Quarta-feira, 6, atendemos das 6 às 18 horas, vendemos quatro mil 183 garrafas, como novo preço em vigor, e a situação tende a normalizar-se com o decorrer dos dias, disse".

### 3.1 Administradores não falam sem autorização

*Semanário Angolense*

*15 De Janeiro de 2016*

O Semanário Angolense procurou os administradores dos três mercados. Apesar de todas as tentativas, o gestor do Mercado dos Kwanzas não foi encontrado. Mas os gestores dos mercados do Asa Branca e do Kikolo, que receberam a nossa reportagem alegaram não ter ordens dos seus chefes (os administradores municipais) para prestar quaisquer informações, incluindo mesmo dados básicos como, por exemplo, o número de vendedores que os mercados controlam.

### 3.3 Subida do táxi

*Novo Jornal*

*8 De Janeiro de 2016*

*Dulcineia Lufua*

A subida dos preços dos combustíveis está a provocar especulações nas tarifas dos táxis e

desentendimentos no seio dos homens do volante "azul e branco". O presidente da Associação dos Taxistas de Luanda (ATL), Manuel Faustino advoga o aumento da corrida do táxi para 200 kwanzas, ao passo que o presidente da Associação da Nova Aliança dos Taxistas (ANATA), Geraldo Wanga, defende um reajuste para 135 kwanzas. O Ministério das Finanças alerta para o facto de nenhuma das associações ter competência para definir preços.

O desentendimento paira no ar e a especulação continua entre os transportadores da "massa" populacional que circulam por Luanda. Os taxistas decidiram esta semana unilateralmente e desunidos, praticar novos preços pela corrida de táxi. Enquanto uns mantêm o preço de 100 kwanzas, outros cobram de 150 a 200 kwanzas por deslocação, o que tem também provocado discordâncias entre cobradores e passageiros na hora do pagamento. "Afinal, quanto custa o táxi?", questionaram-se populares que apelam à pronta intervenção das autoridades para a definição dos preços e rotas.

O motorista Mbengui Afonso, que percorria a rota Mercado dos Kwanzas-Sanatório por 200 kwanzas, disse que não estava feliz por praticar aquele preço, mas "o momento obriga" e justificou-se: "Surpreenderam-nos na passagem de ano. Ao invés de uma boa prenda, aumentaram o nosso custo de vida com a subida dos combustíveis. Isso não se faz!" Nós também não temos outro remédio, senão subir o preço do táxi para fazer face às nossas despesas", disse.

Já Rosário Manuel, que percorria a Rota São Paulo-Comarca, faz cálculos mais apurados para justificar o preço de 200 kwanzas que estava a cobrar. "Em menos de dois anos, o preço do combustível quase duplicou. Os nossos patrões nem querem saber deste aumento. Nem tão pouco o que enfrentamos na estrada. Apenas querem o dinheiro completo", desabafou.

Ao contrário dos seus colegas, o taxista Ernesto Kiluanji disse que prefere manter o preço do táxi estipulado pelas autoridades governamentais "até novas orientações".

O motorista, que fazia o percurso Congolezes-Estalagem, mostrou-se preocupado com a irregularidade na cobrança do preço.

"A corrida para mim ainda é 100, mas a situação não está boa porque há muitas especulações. A população está a sofrer e o governo não actualiza o preço", reclamou o taxista, olhando com preocupação a situação dos passageiros estudantes.

"Esta subida de preços vai prejudicar o serviço de táxis, pois a maioria dos nossos passageiros é estudante e não possui condições para sustentar o custo. Muitos vão andar a pé o que poderá prejudicar o seu rendimento académico", observou taxista Ernesto Kiluanji.

A cidadã Maria João olha com preocupação para a repercussão que a subida dos combustíveis está a provocar não só no preço dos táxis, como também noutros serviços e produtos. "O governo vai-nos matar com esta crise que não sei de onde veio. Aumentam tudo, menos os nossos salários. Agora é que o meu pequeno vencimento vai ficar todo no táxi".

#### Contradições

O presidente da Associação dos Taxistas de Luanda (ATL) r Manuel Faustino, reagindo à subida dos combustíveis, apelou aos seus associados a optar por três alternativas para cobrança do táxi, decretadas por si. "Os taxistas devem cobrar 100, 150 ou 200 kwanzas por viagem até ao destino da rota", determinou Manuel Faustino, acrescentando que a sua associação irá fiscalizar os "infractores". "Eles têm que optar por estas três alternativas, se não, nós procederemos à sua notificação. Não vamos permitir que as pessoas façam desdobramentos (rotas curtas)".

Já a Associação Nova Aliança dos Taxistas (ANATA), defende um reajuste da tarifa, que beneficie a todos e discorda dos valores máximos estipulados pela ATL. "Duzentos kwanzas é um preço injusto", contrapôs o responsável, que propõe um reajuste de 135 kwanzas para a corrida do táxi.

"Se quisermos encontrar um valor propício, sem prejudicar a nossa actividade, os passageiros e o patrão, apresentamos uma proposta de 135 kwanzas por corrida, de forma a cobrir os custos do combustível, reduzir os gastos da população e satisfazer as nossas necessidades, patrões e taxistas. Aqui temos que encontrar um meio-termo", sugeriu.

### 3.4 Afinal para 'grandes males' que 'grandes remédios' há para o mercado informal?

*Jornal Expansão*  
15 De Janeiro de 2016

Não há, até hoje, números estatisticamente fiáveis e cientificamente válidos que revelem o verdadeiro peso do mercado informal em Angola.



É um canal sobre o qual se conhece pouco ou quase nada, mas que continua a evoluir rápida e expansivamente.

Até há algum tempo defendia-se, com base em opiniões subjectivas e pareceres ressabiados, muitas vezes alicerçados em duvidosas análises daqui e acolá, que o mercado informal em Angola rondaria rondar 50% a 80% do PIB.

Mas, na Conferência Internacional sobre Tributação, ocorrida em finais do ano passado, em Luanda, a secretária de Estado das Finanças tratou de 'actualizar' melhor, ou 'oficializar' (já que, nas actuais condições de excessiva concentração institucional contida na Constituição da República, o Governo é a única entidade pública que tem os meios e o direito de produzir informação económica e social chamada 'oficial'), o verdadeiro peso do mercado informal em Angola, fixando-o em 60% do PIB.

Valendo o que valem os dados, o certo é que, por mais que queiram atirar-nos 'areia aos olhos', o mercado informal não pode continuar a ser umas vezes subestimado e outras ignorado, já que grande parte dos consumidores do País faz as suas compras neste canal. E não será a crise que estamos atravessando que levará a que mudem ou alterem a sua predisposição de continuar a gastar e consumir nele. Aliás, na pior das hipóteses e cenários que esta crise ainda nos promete apresentar, espera-se um aumento de consumo no mercado informal.

Sabe-se que, historicamente, tem havido poucos mecanismos para servir as pessoas que gastam dinheiro na chamada 'economia paralela', mas a verdade é que a dimensão do mercado informal em Angola pode ser muito mais elevada do que andamos a calcular.

A maka é que, não havendo quem atenda às necessidades de quem ganha e gasta o kumbu no mercado informal, fornecedores de produtos e serviços podem estar a perder o dinheiro gasto pelos consumidores que diariamente usam este canal, porque grande parte desse valor nunca chega à economia formal.

Um trabalho publicado por Rod Salomon, analista da Barclays, apontou que "a economia paralela é uma realidade nos países em desenvolvimento, especialmente à medida que o número de pessoas que migram de áreas rurais para áreas urbanas à procura de trabalho e melhores condições de vida continuam a aumentar".

Segundo Salomon, a economia informal "não é contabilizada oficialmente, embora se façam

estimativas do gasto total na distribuição moderna, com maior participação no sector alimentar e mais baixa percentagem no vestuário".

Contudo, é reconhecido que, em Angola, o mercado informal concorre naturalmente com o formal. E essa dinâmica (já) devia ser estudada e percebida, sendo que um dos desafios para alcançar este mercado está, justamente, na falta de conhecimento relativamente aos modos de vida das pessoas que vendem, compram e consomem no mercado informal.

É neste espaço que bancos e outras entidades deveriam periodicamente realizar estudos de mercado quer quantitativos, quer qualitativos, de modo a compreenderem como o consumidor do mercado informal se comporta, já que o seu modo de vida é totalmente diferente da experiência percebida pelos executivos, gestores ou marketeers relativamente ao consumidor no mercado formal.

Reconhecendo que as pessoas no sector informal podem ter maior volume de consumo em termos absolutos, algumas marcas em Angola 'acordaram' com o 'susto' da crise e procuram posicionar-se estrategicamente para apresentarem produtos claramente adaptados e competitivos no mercado informal, proporcionando condições fáceis e acessíveis a fim de aproveitarem o dinheiro 'torrado' neste canal!

Bem me lembro que um exemplo pioneiro disso são os produtos da marca Blue, detida pela Refriango, que praticamente 'emergiram' e se afirmaram no mercado informal, onde até hoje são donos e senhores" do seu segmento.

É certo que é difícil explicar a razão de não existirem incentivos válidos para os consumidores e as empresas que operam no mercado informal passarem a declarar as suas operações.

Os analistas têm defendido que só quando a economia se desenvolve e formaliza é que a economia informal pode ser introduzida no sistema. E, aqui, a banca, como têm defendido os mesmos analistas, tem a 'chave' na mão.

Não deixa de ser curioso e bem coincidente que também esta foi a posição defendida pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, na última sessão ordinária do Comité Central do partido que dirige.

Será que em casos semelhantes a este vale ou não pensar neste desabafo: "Você fala, ninguém escuta; você cala, todos te perguntam?"

### 3.5 Lamaçal dificulta tudo e todos

*Semanário Angolense*

*15 De Janeiro de 2016*

*Texto: N. TalaDaxi S.*

Mama Maria (nome fictício, já que ela não quis que o seu nome fosse divulgado, nem as vendas a que se dedica para que não seja identificada, com medo de represálias), é vendedora do Mercado Popular do Cazenga - a praça do Asa Branca, situada no município com o mesmo nome, em Luanda. Tem montado a sua bancada todos os dias, à beira de uma das principais ruas do mercado. Em princípio ela esquivou-se de prestar qualquer declaração, mas depois, ao saber que as fotografias ali feitas seriam levadas às páginas do jornal *Semanário Angolense*, não foi preciso perguntar nada, já começou a desenrolar as suas queixas.

«Filmam e fotografam mesmo bem isso. E vão lá mostrar aos governantes e o povo como é que nós aqui vivemos. Isso assim? Vocês estão a ver. Estamos mal», dizia a Mama Maria com os braços estendidos a mostrar a rua. «E todos os dias pagamos a taxa. São 200 Kwanzas por dia! Se não pagar, perde a bancada», acrescentou na informação.

Assim como não era preciso perguntar nada para que aquela senhora comesse a se queixar, também praticamente não era necessário falar nada perante o lastimável panorama que incrivelmente se apresenta na «rua dos fundos» da praça do Asa Branca.

Informações disponíveis na imprensa indicam que no Cazenga, onde estão localizados os mercados da Asa Branca e dos Kwanzas, arrecada quatro milhões de Kwanzas mensais.

As barracas de alimentação, agora transformadas em pequenas lojas bem construídas, pelas quais os ocupantes pagam 5.000 Kwanzas de aluguer por mês, além das taxas diárias de manutenção, estão localizadas na parte de trás do mercado, em relação a sua entrada principal.

Ali, mesmo longe do tempo das chuvas, a lama preta misturada com o lixo é o tapete imundo que ocupa o lugar do asfalto.

As intervenções que a via recebe até agora vêm se revelando apenas paliativas, como mostra o actual panorama. Em pleno período chuvoso a rua transforma-se num autêntico pântano e até os bichos produzidos pelo lixo procuram, a sombra das barracas, um convívio mais estreito com os homens.

Ao longo do pantanal da rua formam-se as filas de vendedores ambulantes - mas, principalmente, vendedoras - sentadas e deitadas no chão com as suas mercadorias em bacias ou espalhadas sobre papelões ou simplesmente sobre panos. Em muitos trechos tanto as vendedoras como os compradores são obrigados a usar botas de borracha. Porém, caminhar só com chinelos no meio dessa lama (o que quer dizer praticamente andar descalço), apesar de todos os riscos, é algo absolutamente normal.

Tirando a parte construída do mercado, onde se encontram as estruturas administrativas, as adjacências ocupadas pelos vendedores e que fazem parte da praça, são quase todas instalações precárias. Entre os seus corredores abertos lixo e lama se confundem e constituem um grave atentado à saúde.

A queixa dos ambulantes enlameados, apesar deles próprios serem agentes do acúmulo de lixo que se verifica e se transforma em montanhas, é justamente onde vai parar o fundo das taxas que diariamente são obrigados a entregar aos fiscais, sendo uma dessas taxas destinada a manutenção da limpeza. Ao lado da longa «bicha» de carrinhas frigoríficas que comercializam peixe à grosso aspecto pelo qual a praça do Asa Branca é conhecida, a frente da entrada do recinto comercial, «mora» uma grande montanha de lixo.

Realmente, a limpeza por ali é um sonho dantesco. Mas, se esse é o caso do Mercado Popular do Cazenga, na volta efectuada por' alguns espaços similares, em Luanda, nota que há mercados em situação muito pior. É a condição do mercado dos Kwanzas, localizado também no município do Cazenga.

### 3.6 Mercado do Kikolo «Simplesmente lastimável»

*Semanário Angolense*

*15 De Janeiro de 2015*

E estarecedora a situação do Mercado de Kicolo mesmo em dias que não são de chuvas. Mas quando essas chegam o cenário que se apresenta é extremamente horrendo. Situado no Município do Cacucaco, a praça é uma das maiores e mais populares de Luanda e pode ser considerada a herdeira de boa parte dos vendedores saídos do antigo mercado do Roque Santeiro.

Embora existem muitos espaços secos uma grande parte das compras e vendas de produtos acontece dentro da lama. Tanto vendedores como compradores parece já terem se conformado com

essa situação, como mostrou o discurso de algumas pessoas com as quais o *Semanário Angolense* conversou.

Ninguém, no entanto, se arriscava a mostrar a cara alegando sempre temer represálias por parte da administração do mercado.

Uma vendedora de roupas de fardo, com o filho «no» colo, vê a sua mercadoria sendo respingada pelo lamaçal levantado por «kukapatas», carros e «trabalhadores». Ainda assim ela não se muda de lugar e nos garante que dali mesmo vem o seu ganha-pão. Naquele dia ela vendia as últimas peças do seu último balão de fardo.

Todavia, pelo que nos contou a senhora, a lama a incomodava menos do que os fiscais e os «kaenches» que passam todos os dias a cobrar as taxas que a permitem vender ali naquele espaço: 150 a 200 Kwanzas por dia. Segundo ela, acontece muitas vezes de os cobradores passarem duas vezes por dia: um de manhã e outro de tarde.

Um jovem que tem como serviço transformar sacolas pretas em botas, em volta dos pés das pessoas que frequentam a praça, cobrando 100 Kwanzas para tal, disse a nossa reportagem que nem ele escapa das taxas, paga 100 Kwanzas todos os dias e as vezes a dobrar, como a vendedora de roupas de fardo.

Declarações da administração municipal do Cacuaco, no ano passado, asseguram que o mercado do Kicolo é um dos que mais receitas arrecada: sete milhões de Kwanzas semanais.

Corredores com vendedores de ambos os lados abrem-se no meio do pantanal, o lixo sempre à mistura. Vende-se todo o tipo de produtos inclusive alimentos feitos na hora. E sem nenhum medo de possíveis contaminações, os clientes surgem e consomem. E a vida segue desse modo. Na lama!

Uma ilha no meio da praça do Kicolo é a sede comunal do MPLA. É de longe o lugar mais bem cuidado e bonito cercado pela lama e porções de lixo. Outro local é a própria instalação da administração do Mercado de Kicolo. No entanto, ninguém sai do meio do mercado em direcção a administração sem esquivar antes a montanha de lixo que se encontra a frente do edifício administrativo. Esse monte de lixo está praticamente diante da administração, há poucos metros. São vizinhos.

Até 2015, o governo de Luanda projectava acabar com os mercados de rua e os negócios ambulantes, construindo 102 novos mercados, dos quais oito para venda de pescado. O investimento estava orçado em 43 milhões de dólares.

Não se sabe o que aconteceu com os planos.

### 3.7 Perigo que devia ser evitado

*Semanário Angolense*

15 De Janeiro de 2016

Um espaço de cerca de 200 metros (ou mais) da estrada principal onde está localizado o Mercado dos Kwanzas está tomado por uma enorme lixeira ao ponto de restar apenas uma faixa para os automóveis. O facto tornou-se na maior causa do gigantesco engarrafamento verificado ultimamente no local.

Mas esse lixo lá fora do mercado, por ser o mais novo que vem sendo deitado ali, é só um aperitivo se tivermos em conta a monumental pilha de lixo que se encontra no meio da praça. Como a lixeira é antiga e está misturada com águas putrificadas, o odor nauseabundo do pântano que ali está formado é inevitável. Mesmo assim o lugar divide o espaço com os vendedores.

Olhando para a parte construída do Mercado dos Kwanzas, tanto para a estrutura administrativa como para a área delimitado, é a mais pobre dos mercados pelos quais o *Semanário Angolense* passou nessa digressão. Além de ser mais precário é também o edifício administrativo mais sujo. Quase uma cabana.

Enquanto a nossa reportagem procurava obter alguns depoimentos, uma vendedora aproveitou abrir o verbo. A semelhança da Mama Maria, da praça do Asa Branca, ela não quis que fosse identificada e fez praticamente a mesma queixa. «Nós aqui estamos a passar mal. Olha só. Isso não se faz com o povo. Trabalhar nessas condições?!».

Perguntamos então porquê que ela não mudava de vida, não abandonava aquele local para trabalhar em outro. «Trabalhar aonde? A correr dos porretes da fiscalização?»

Aqui pelo menos todos os dias tem um bocadinho», respondeu. «E a saúde?», retrucamos. «Vamos mais fazer como, papa? É só aguentar», lamentou.

Na sequência da conversa com a «mama dos Kwanzas», soubemos que as actuais taxas pagas pelos vendedores chegam a 300 Kwanzas por dia. Esse total inclui a taxa de limpeza, a taxa de fiscalização e a taxa dos «kaenches» responsáveis pela segurança do local.

Digno de realce é o facto de sobre essa grande lixeira actuarem os ambulantes que vendem remédios, tanto os industrializados quanto os não-industrializados.

Homens, e principalmente mulheres, vendedores de raízes, sementes e outros produtos de cura, estendem as suas mercadorias sobre o lixo. Também lojas de medicamentos estão situadas ao longo de um beco que fazem com a monha de lixo.

A clientela não falta. A procura é grande. E, não obstante o pântano formado, não por terra preta e lixo, como no mercado do Asa Branca, mas simplesmente por lixo empapado nas águas da chuva, as pessoas consomem os produtos ali comercializados. Entre as vendedoras estão inclusive mulheres com crianças «no» colo, expostas àquela putreficação.

Entretanto, até estabelece-se a dúvida do que será o maior atentado contra a saúde no Mercado dos Kwanzas, já que além dos remédios vendidos sobre, e ao lado, do lixo, nos deparamos igualmente com a venda de produtos como peixe sendo feita exactamente por cima das lixeiras. Papelões são improvisados sobre os lixões e sobre estes são expostos os produtos alimentares.

Dali para o interior da praça, a situação não é nada diferente do que acontece nos redutos ambulantes adjacentes ao Mercado da Asa Branca, em tempos de chuva.

A vida acontece no meio da lama e do lixo. Mais ainda assim, pode existir sempre um lugar pior. Um lugar pior? Sim! É isso o que parece ser o Mercado do Kicolo, em tempos de chuva, em relação aos seus congêneres.

### 3.8 Toyota hiace em serviço de táxi alimenta quatro famílias

*Jornal Folha8*

*16 De Janeiro de 2016*

O desemprego na Província de Luanda e não só, continua galopante, e vai se acentuando quotidianamente, por conta da crise económica, financeira e agora cambial, que por negligência governativa, o Executivo de José Eduardo dos Santos nos impôs.

Portanto, na ausência clara de políticas concretas que pudessem gerar mais empregos, os jovens angolanos "desenrascados", que há muito depositaram suas esperanças no serviço de táxi, garantiram detalhadamente ao F8, que um Toyota Hiace ao serviço de táxi em Luanda, chega a sustentar cerca de quatro famílias.

No entanto, fazendo fé nas informações em nossa posse, para além do clã do proprietário da respectiva viatura, dependem do referido automóvel em serviço de táxi, a família do motorista, do cobrador e do lotador. (Lotador é o homem que na escassez de passageiros, ajuda o cobrador a anunciar a rota) Entretanto, a nossa equipa de reportagem foi informada de que para além do modo tradicional segundo a qual o taxista faz contas diárias com o patrão, seis dias da semana para o patrão e o sétimo dedicado exclusivamente ao motorista, já há empresários que revolucionaram o serviço de táxi (candongueiro), rubricando acordos contratuais com os motoristas, aos quais lhes são pagos salários de 80 mil Kz mês e, aos cobradores fixos, cerca de 30 mil.

"Nós, que conduzimos Hiaces quadradinhos, damos ao patrão 18 mil Kz por dia; há aqueles cujo patrão é mais rigoroso e os obriga a dar 20 mil", contou o jovem Carlos Samoco, mais conhecido por taxista "Dizombalo", acrescentando, "Se nos levantarmos mais cedo da cama, quase sempre conseguimos um pouco mais do que o exigido pelo patrão, então divido com o cobrador porque também tem família. Já o lotador recebe cem kwanzas sempre que termina de lotar a viatura em cada paragem", disse o mesmo que diariamente faz a rota São Paulo/ Cuca e vice-versa. Explicação similar a esta nos foi dada por Morais Pedro.

Este taxista diz preferir fazer a rota do Mercado dos Congolezes a Vila de Viana, porque, segundo o mesmo, é mais lucrativa.

"Da Vila de Viana aos Congolezes cobro 200 Kz, e se virem com a política de que a tarifa de táxi é cem kz, então faço linhas curtas. Não posso maíar meu kota, senão os candenduges e a madame em casa não comem", justificou.

O referido jovem diz desejar continuar os estudos e encontrar outro emprego, por ser este (de táxi) muito cansativo, mas alega encontrar muitas barreiras.

"Sou jovem não há apoio do Estado, o meu pai também não teve o apoio deles (instituições do Estado) por isso não pude nem ingressar para o ensino médio.

Portanto, já tenho uma esposa e dois filhos, nem há tempo mais em querer falar bem do Zedú para me ajudarem, está mal mesmo, por exemplo, o meu primeiro filho já está a fazer a 5ª classe, vou lutar para que ele não passe o que tenho passado", planeou. a nossa ronda ao encaço dos taxistas para junto deles saber como são feitos seus trabalhos e ganhos, encontramos o "mais velho" Chico. Este diz ter 57



anos de idade, e transporta os cidadãos há pouco mais de 20.

O coroa só faz duas rotas (Benfica/Cacuaco e Cacuaco/ São Paulo), "O meu boss obriga-me a dar-lhe 18 mil Kz por dia, se eu me dar ao luxo de fazer rotas de cem Kzs não conseguirei economizar mais dinheiro para pagar a propina do meu filho que está na Universidade Kanganjo, que fica aqui mesmo na auto-estrada", alegou, continuando, "Para mim, a minha vida acabou, lutei contra o outro lado nas guerras, mas afinal parece que eles tinham mbora razão", presumiu.

No entanto, ao terminar a nossa ronda por Luanda, os nossos interlocutores foram unânimes em solicitar, com carácter de urgência, a intervenção da Polícia Nacional sobre os jovens que lhes têm cobrado taxa de estacionamento.

"Muitos deles são fisicamente robustos, com a agravante de andarem em grupo, se os negar entregar dinheiro, eles batem e recebem-nos todo o dinheiro conseguido.

Já queixamos à Polícia, mas sem sucesso. Então aproveitamos esta oportunidade para alertar os respectivos comandantes", disseram.

### 3.9 Mercado do peixe no Lubango

*Jornal de Angola*

*21 De Janeiro de 2016*

*Texto: Arão Martins*

Um mercado, destinado à comercialização de peixe fresco e seco vai ser criado na cidade do Lubango, pela Administração Municipal, no quadro do Programa de Reorganização da Rede de Comércio, anunciou o administrador municipal.

Francisco Barros, que falava terça-feira no final do encontro da comissão interministerial, criada pelo governador provincial da Huíla, João Marcelino Tyipinge, para determinar a fixação do preço da corrida do táxi a nível local, disse 'que a intenção da criação do mercado surge do facto de a comercialização do peixe ter algumas condicionantes.

Por isso, no quadro do Programa de Reestruturação da Rede de Comércio do Lubango, a Administração Municipal está a preparar uma área vasta para a construção do mercado específico do peixe fresco e seco, explicou Francisco Barros, que acrescentou que actualmente o peixe é comercializado em maior

quantidade no famoso mercado paralelo da Serra, situado no bairro Só Frio, nos arredores no Lubango.

Francisco de Barros salientou que objectivo é tomar a venda deste produto mais abrangente, daí que a Administração Municipal vá indicar outros locais para a venda, como nos mercados Municipal, do Mutundo, Rio Nangombe e da Laje e para isso acções estão a ser desenvolvidas no município do Lubango, para evitar a venda do peixe nas ruas, passeios e em locais impróprios.

A organização está enquadrada num projecto que visa salvaguardar o saneamento básico, a saúde das pessoas. Por isso, espera contar com o apoio de todas as forças vivas na educação dos cidadãos, para que esse comércio se desenvolva em perfeita harmonia com os instrumentos legais, frisou o administrador municipal do Lubango, que informou que, no encontro multisectorial, dirigido pelo governador provincial da Huíla, foi discutida a questão da continuação de acções que visam criar condições para áreas destinadas a estacionamento e a paragem para os táxis.

Os mercados têm um papel fundamental neste processo, daí que a Administração Municipal do Lubango é obrigada a fazer o controlo dos parques de estacionamento, desde que estejam mais próximos de todos os interessados, explicou Francisco Barros.

#### Novos parques

A Administração Municipal vai trabalhar no sentido de fazer com que os proprietários de parques interprovinciais de tomada de passageiros e carregamento de mercadorias possam construir esses locais em locais seguros, disse Francisco Barros, que garantiu que a instituição que dirige deve criar condições de espaços para serem ali construídos os seus parques e se afastarem dos antigos mercados, o que tem causado muitos constrangimentos na organização dos bairros e da própria cidade. O objectivo, esclareceu Francisco Barros, é fazer com que os passageiros possam ter condições de viajar da cidade do Lubango para outras áreas com segurança e neste momento as áreas estão identificadas e, em breve, vão ser entregues aos interessados em desenvolver esse tipo de actividades.

O administrador municipal avançou ainda que os agentes grossistas devem exercer apenas a sua actividade e não confundir os compradores, acrescentando que os comerciantes têm 180 dias para se transferirem às zonas a serem indicadas pela administração.



### 3.10 Corpo de Polícia Municipal em Luanda

*Jornal de Angola*  
28 De Dezembro de 2016

A Polícia Municipal pode ser criada já este ano pela Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, em substituição do actual Serviço de Fiscalização, anunciou ontem à Angop o presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, José Tavares, à margem de uma reunião do Conselho de Auscultação Social.

José Tavares acentuou que a criação da Polícia Municipal tem por objectivo dar um mais eficaz cumprimento à Lei das Transgressões Administrativas.

A venda ambulante, a lavagem de viaturas na via pública e o estacionamento em passeios estão entre as principais transgressões que ocorrem diariamente no Município de Luanda, disse José Tavares, que explicou serem atribuições da Polícia Municipal a fiscalização do cumprimento dos regulamentos municipais e outros diplomas legais.

Além disso, acrescentou José Tavares, a Polícia Municipal deve desenvolver uma acção proactiva na segurança local, visando a manutenção e a melhoria da qualidade de vida dos munícipes.

"A Polícia Municipal tem como atribuições as áreas de segurança em situação de crise ou de calamidade pública, a denúncia de crimes de que tem conhecimento, a elaboração de autos de notícia e a adopção de actos cautelares, necessários e urgentes para assegurar os meios de prova até à chegada do órgão de polícia criminal competente", acentuou José Tavares.

A Polícia Municipal, acrescentou José Tavares, detém e procede à entrega imediata à autoridade judiciária ou policial suspeitos de crime punível com pena de prisão em caso de flagrante delito, nos termos da Lei Processual Penal.

A Polícia Municipal realiza também o policiamento, vigiando os espaços públicos ou abertos ao público, designadamente áreas adjacentes a escolas, e adopta providências organizativas apropriadas por altura da realização de eventos na via pública, que impliquem restrições à circulação rodoviária. A corporação de âmbito municipal regula e fiscaliza o trânsito rodoviário na sua área de jurisdição, fiscaliza o cumprimento do Código de Estrada, detecta as

viaturas abandonadas na via pública e promove a remoção de viaturas abandonadas, entre outras atribuições.

José Tavares pediu aos administradores distritais que saiam mais vezes dos seus gabinetes para constatarem os problemas das populações. "O administrador de bairro é um homem operacional, de todo o terreno, que convive com a população", declarou José Tavares, para quem um administrador antes de ir de manhã para o seu gabinete deve andar pelos bairros para confirmar e constatar os problemas da população.

"O administrador não é um homem de gabinete, é um homem de rua, que comunica com o povo para identificar e resolver os seus problemas", salientou José Tavares.

Com mais de dois milhões de habitantes, o município de Luanda é integrado pelos distritos da Ingombota, Sambizanga, Rangel, Maianga e Samba.

### 3.11 Campanha de esclarecimento entra nos mercados de Luanda

*Jornal de Angola*  
28 De Janeiro de 2016

A campanha nacional de esclarecimento e sensibilização sobre o pagamento de impostos prossegue hoje, em Luanda, junto de vendedores e clientes dos mercados do Golf 2 e Pangawe e no Centro de Formação de Viana, indicou ontem, em comunicado, a Administração Geral Tributária (AGT).

Amanhã, com o mesmo propósito, os agentes da AGT deslocam-se à Escola Nacional de Bombeiros, aos mercados Combuissa e Asa Branca e ao bairro Bem-Vindo do município de Belas. Terça-feira, os agentes sensibilizaram os vendedores e clientes dos mercados Palanca e Zinha Moça, ambos localizados no município de Belas, e ontem estiveram nos mercados do Caputo, Cimangola, Funda e Panguila.

Até 22 de Janeiro, 75.851 alunos matriculados em 157 escolas e colégios tinham assistido às sessões de esclarecimentos e sensibilização, em que participaram 1.741 professores e funcionários escolares. A campanha nacional foi lançada em Luanda no dia 20 de Julho de 2015, na escola Ngola Zinga. No Moxico, decorreu de 8 a 10 de Setembro, no Uíge de 14 a 15 de Setembro e no Bengo de 16 e 21 do mesmo

mês. Seguiu-se Malanje nos dias 28 e 29 de Setembro, Cuanza Norte a 1 e 2 de Outubro, Benguela a 12 e 13 de Outubro, Cuanza Sul a 14, 15 e 16, Zaire 20 e 21, Bié 26 e 27 e Huambo de 28 a 30 de Outubro.

As acções são desenvolvidas em todo o país, com o objectivo de alcançar um conjunto de 100 mil estudantes distribuídos por 200 instituições de ensino.

Através de material didáctico específico e de um filme pedagógico, a metodologia adoptada visa aliar os conteúdos a uma componente lúdica, capaz de simplificar várias manifestações de cidadania, despertando o interesse das crianças pela vida em sociedade de uma forma correcta. A campanha conta com a colaboração de cerca de quatro mil professores e envolve também, sempre que possível, os pais, encarregados de educação e familiares.

### 3.12 Nova aliança dos taxistas poderá cobrar 100kz aos estudantes

*Jornal O PAÍS*

*29 De Janeiro de 2016*

*Texto: Romão Brandão*

No encontro que manteve com a direcção do MEA, a ANATA, segundo o seu presidente, Geraldo Wanga, pôde perceber que caso não adopte a estratégia de desconto na tarifa do táxi para os estudantes muitos poderão abandonar os estudos por incapacidade financeira.

"O encontro com o referido movimento, aonde abordamos questões inerentes a criação de políticas que visam facilitar o transporte dos estudantes de casa para a escola e vice-versa, depois de muitas reclamações e solicitações da parte dos encarregados de educação, entendemos nós, Nova Aliança dos Taxistas de Angola, no âmbito do espírito patriótico, ver atenuada esta situação", disse presidente da ANATA. Nos próximos dias a referida associação vai apresentar o quadro da situação aos seus associados e à classe empregadora, num encontro que conta também com a participação dos encarregados de educação. São os encarregados de educação, que por meio da MEA fizeram constar que "se não se fizer alguma coisa até em Julho, haverá muitas desistências por incapacidade financeira".

Entretanto, os beneficiários da supracitada proposta serão os estudantes com idades compreendidas entre os 7 e os 22 anos de idade, que, por sua vez, deverão fazer-se acompanhar de um documento de identificação (cédula ou BI) e o passe da escola. "Só

os estudantes poderão pagar 100Kz, quando devidamente identificados, uma diminuição significativa que ajudará bastante. Portanto, importa frisar que tudo vai depender também do bom senso dos nossos associados e da classe empregadora (vulgo patrões)", reforçou Wanga.

Para o presidente da única associação que no ano transacto conseguiu mobilizar um número considerável de taxistas a paralisar, a subida da tarifa dos táxis é um assunto delicado que acaba por envolver todo o povo angolano que, por sinal, "já é sofredor". "Por isso não queremos contribuir para o sofrimento dos nossos irmãos", finalizou.

Em entrevista a O PAÍS, o secretário executivo do MEA, Miguel Kimbenzo disse que tão logo a proposta seja aceite pela associação dos taxistas, irão pontualizar o Ministério da Educação e desenvolver um estudo para a criação de um passe único que o estudante que preencher os requisitos possa apresentar no táxi.

Justificou a escolha das supracitadas idades por considerar a faixa etária mais vulnerável, em que a maior parte não trabalha e tem sentido o peso dos gastos diários nos transportes. "É uma negociação que, a princípio, está a ser feita em Luanda, mas pretendemos também estender às outras províncias, até porque a ANATA mostrou que tem delegações fora da capital. Esperamos que nos ajudem a passar a mensagem, pois é nosso interesse defender os direitos dos estudantes", sublinhou.

Kimbenzo afirma que esta é a primeira fase do processo, que consiste em propor aos taxistas de Luanda, sendo que se passará a segunda fase caso seja respondido positivamente. Para além da ANATA, tenciona contactar também a ATL (Associação dos Taxistas de Luanda) e apresentar a mesma proposta. A MEA existe desde o ano de 2000.

## 4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

## 5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

### 5.1 Auscultação e concertação

*Jornal de Angola*

*8 De Janeiro de 2016*

O papel desempenhado pelos espaços de auscultação e concertação social tem de continuar a ser devidamente valorizado, sobretudo para discutir as melhores vias para proporcionar progresso e bem-estar das populações. Ouvir as populações fez e continua a fazer parte da estratégia de governação do partido no poder para que as suas políticas tenham impacto directo na vida de cada angolano. Para dar maior dinâmica à elaboração dos programas e da política socioeconómica, bem como precisão e impacto directo na vida das famílias, o Executivo criou um órgão especializado de dimensão nacional, o Conselho Nacional de Concertação Social (CNCS), estendendo-se pelas províncias e pelos municípios.

Trata-se de uma iniciativa que visa, acima de tudo, assegurar um canal de interacção permanente para com os parceiros sociais, entidades profissionais e sindicais, bem como os cidadãos em geral. Numa altura em que enfrentamos dificuldades económicas e financeiras, é importante explorar as melhores vias para que os conselhos de auscultação e concertação social sirvam como verdadeiras pontes. Os parceiros das instituições do Estado e os cidadãos devem sempre que possível fazer recurso aos espaços para maximizar os ganhos que resultam das políticas públicas.

Estamos em presença de um repto que foi lançado à sociedade para avaliar em que medida estamos todos preparados para, no quadro das tarefas fundamentais do Estado angolano, contribuímos todos, em fóruns apropriados, para o nosso desenvolvimento.

A garantia de que cabe ao Estado "defender a democracia, assegurar e incentivar a participação democrática dos cidadãos e da sociedade civil na resolução dos problemas nacionais" está consagrada na Constituição da República de Angola, na alínea L, no Artigo 21.º, sobre as Tarefas Fundamentais do Estado. A participação activa das populações, agregadas ou não em associações, na busca de soluções para os mais variados problemas que as populações, famílias, empresas e pessoas enfrentam, constitui um direito e ao mesmo tempo uma oportunidade soberana.

Os espaços de concertação e auscultação sociais constituem canais privilegiados para bem do diálogo e interacção entre governantes e governados. Há dias, um exemplo digno de realce veio do município de Cacuaco, onde o CACS se reuniu para discutir projectos municipais integrados. Ver os seus projectos comparticipados pelas populações e acompanhados constitui uma forma democrática para administrar a "res" pública. E, como os bons exemplos devem ser seguidos, trata-se de um modelo que deve ser estudado e adaptado noutras localidades do país.

Trata-se de uma iniciativa que deve conhecer regularidade, dentro da agenda e possibilidade da edilidade e dos seus parceiros, para que os representantes das populações se façam ouvir e oiçam. Reconhecemos o paradigma seguido pela edilidade de Cacuaco porque a forma como condensou num único cabaz numerosos projectos em carteira para execução permite melhor apreciação e acompanhamento.

Só assim podemos esperar sucessos e a execução de políticas económicas e sociais com impacto directo na vida das famílias, pessoas singulares, empresas e organizações. Numa altura em que enfrentamos muitos desafios, a julgar pela nova e diferente conjuntura económica e financeira, não há dúvida de o processo de auscultação e concertação desempenha um papel importante porque permite evitar equívocos.

Com a dinamização deste tipo de iniciativas, através das quais é possível fazer propostas, fazer apreciação e acompanhamento da execução das políticas públicas os ganhos são incalculáveis. Toda a sociedade sai a ganhar à medida que os espaços para a discussão dos problemas a nível nacional, provincial e municipal estejam plenamente assegurados.

Para bem do nosso processo de democratização cujos frutos são visíveis de Cabinda ao Cunene e para que melhor sejam encaminhadas as contribuições para o progresso e bem-estar das famílias, faz todo o sentido auscultar e concertar.

Por isso, não faz sentido dizer que não há espaço de concertação e auscultação quando canais apropriados existem e, como se defendeu no princípio, precisam de ser devidamente explorados quer pelos governantes, quer pelos governados. Bem aproveitada, a via de auscultação e concertação serve igualmente como vector de compreensão, parceria e antídoto contra mal-entendidos, deturpações e informações incorrectas.

Serve ainda para todos os intervenientes no processo de concertação e auscultação sociais não alimentarem senão as expectativas consentâneas com as discussões, resoluções e pareceres dali saídos.

Por isso, faz todo o sentido o apelo a um maior aproveitamento das questões discutidas nestes importantes fóruns a todos os níveis porque, acreditamos, ficam mais reforçados os mecanismos de interacção.

Esperamos que a todos os níveis estejam a ser devidamente ensaiados os mecanismos através dos quais a auscultação e concertação sejam instrumentos de aproximação e interacção, para bem da sociedade.

## 5.2 Redes Sociais, o Próximo Monte de “Crispação” entre Angola e a ONU.

*Novo JORNAL*

*8 De Janeiro de 2016*

A CRIAÇÃO de uma legislação específica - "o mais depressa possível" - para regular a utilização das redes sociais em Angola, tal como orientou o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, no discurso de Ano Novo em Dezembro, afigura-se como um dos próximos capítulos controversos da vida política e social do País.

Numa altura em que as Nações Unidas acabam de declarar o acesso à internet como um direito humano e que, anotou a organização, desconectar a população da 'Web' viola esta política, abre-se agora, com o conteúdo do discurso do Presidente da República, um precedente que não só abre brechas à polémica à volta dos direitos e garantias sobre a liberdade de imprensa e de expressão, como se apresenta como "o próximo alvo abater".

No discurso dirigido à nação em Dezembro, José Eduardo dos Santos, assegurou que a preocupação maior do seu governo deverá "centrar-se cada vez mais no resgate e aperfeiçoamento dos valores morais e no desenvolvimento das suas qualidades pessoais e das aptidões profissionais". Para isso, continuou, "o Executivo não vai poupar esforços para melhorar a qualidade da formação dos angolanos, em estreita colaboração com as famílias e outros parceiros sociais".

PR Quer Lei "o mais rápido possível"

A alusão às redes sociais deveu-se, segundo fez referência, ao actual clima moral nas relações sociais, muito por conta do impacto das novas tecnologias de informação e comunicação, clima esse que pretende ver alterado nos próximos tempos através de um mecanismo legal específico a aprovar brevemente.

"O país deve dispor o mais depressa possível de legislação adequada para orientar a sociedade e as instituições e reprovocar ou prevenir o surgimento desse tipo de práticas que são inaceitáveis", referiu o chefe de Estado.

O Presidente da República lembrou que as redes sociais constituem uma conquista técnica e científica de toda a Humanidade, de que os angolanos devem beneficiar para melhorar o seu acesso ao conhecimento, mas não devem ser utilizadas para violar o direito das pessoas, expor a vida íntima de quem quer que seja, caluniar, humilhar e veicular conteúdos degradantes e moralmente ofensivos", advertiu José Eduardo dos Santos.

PR faz "marcha á ré"

O posicionamento crítico às palavras de José Eduardo dos Santos sobre as redes sociais assenta no facto de a alusão aos media sociais representar, em parte, uma mudança brusca em relação à posição anteriormente tomada no V congresso extraordinário do partido dos camaradas, em 2014, quando exortou ao uso das novas tecnologias enquanto meio moderno para a comunicação entre os militantes do MPLA e o povo.

A posição de José Eduardo dos Santos foi depois reforçada por um outro dirigente dos camaradas, Jú Martins, que foi mais categórico, ao defender a existência de "técnicos especializados para defenderem o MPLA nas redes sociais".

ONU quer acesso á Web

O relatório da ONU, publicado no dia 3 de Janeiro, criticou a França e o Reino Unido, por estes países terem aprovado "leis para bloquear o acesso de pessoas que não cumprem acordos de direitos autorais na Web, e também países que impedem o acesso às redes sociais para reduzir protestos da população contra governos".

"Enquanto bloquearem ou filtrarem o acesso de usuários a conteúdos específicos da Web, alguns países tomam medidas para cortar o acesso por completo da rede", afirma o comunicado das Nações Unidas. A ONU considera, no mesmo documento, o corte ao acesso à internet, independentemente da justificativa e incluindo violação de direitos de propriedade intelectuais como motivo, "uma violação



artigo 19, parágrafo 3º, do Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos".

A Organização das Nações Unidas vai ainda mais longe nos alertas que faz aos países-membros da organização, solicitando que o acesso à Web seja mantido em todos os momentos, inclusive durante períodos de instabilidade política, sendo que para isso "os países revejam as suas leis de direitos de propriedade intelectual para que não bloqueiem o acesso de usuários".

À data de publicação do relatório, por exemplo, uma empresa de vigilância da internet relatou que dois terços do acesso à internet da Síria se apagaram, o que seria uma resposta do governo de Bashar al-Asad às manifestações da população.

Activista diz que PR perderá luta

Até tornar-se pública a proposta de lei que regulará a utilização das redes sociais, muitos serão certamente os argumentos de razão sobre a matéria. O jornalista e activista cívico Rafael Marques, defende em entrevista à DW África, que primeiro, é preciso ter em atenção a aprovação na generalidade, em 2011, pela Assembleia Nacional da proposta de Lei de Combate à Criminalidade no Domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação e dos Serviços da Sociedade de Informação.

"E por que é que essa lei não entrou logo em vigor e ainda não foi aprovada na especialidade? Porque o tipo de medidas que procura introduzir para o controlo da internet são um atentado à liberdade de expressão e são impraticáveis. Por exemplo, inviabiliza partilhas e proíbe que alguém publique uma fotografia no Facebook sem autorização da pessoa que esteja na fotografia. Todas essas medidas têm um objectivo central: Os textos não podem mencionar uma terceira pessoa sem autorização expressa por escrito dessa pessoa", salientou o jornalista.

Rafael Marques, que vaticina uma derrota antecipada do Presidente da República no "combate contra as redes sociais", entende que o projecto aprovado pelo Parlamento angolano "viola claramente a Constituição e a Lei de Imprensa. É uma medida desesperada do Presidente em controlar aquele que é o último reduto na luta pela liberdade de expressão e, sobretudo, na luta pelo fim do seu poder de 36 anos. Na internet, de facto, o Presidente é uma figura extremamente impopular nas redes sociais".

Gato escondido com rabo de fora

Na sua habitual coluna no portal Rede Angola, o jornalista Reginaldo Silva também dedicou espaço ao assunto referido pelo Presidente da República no último discurso do ano.

"A referência feita pelo Presidente às redes sociais só pode traduzir a crescente importância desta nova "estrela da companhia", mesmo num país, como é Angola, onde em termos percentuais o acesso da população à Internet ainda deixa muito a desejar, quando comparado com outras realidades nacionais economicamente mais desenvolvidas e mais evoluídas.

Apesar do baixo percentual de utilizadores, Reginaldo Silva acredita que "a Internet em Angola pode já ser desta altura a principal referência na hora de delinear/renovarem as estratégias políticas, sobretudo na óptica dos actuais detentores do poder, tendo em vista a sua conservação, que é, claramente, o objectivo maior".

Para o jornalista, até os partidos que almejam o poder "também terão em conta esta extraordinária força invisível através da qual, à distância de um dique, milhões de cidadãos podem ser mobilizados para os mais diferentes propósitos".

Entretanto, Reginaldo Silva tem algumas dúvidas quanto ao propósito de aprovar a lei com a celeridade requerida pelo Presidente da República: "A celeridade com que agora se pretende legislar sobre a regulamentação das redes sociais, de acordo com a orientação que acaba de ser traçada, cria a ideia que é por aí que se devem atacar prioritariamente os males da nossa sociedade, o que nos parece ser, no mínimo, um grande equívoco, se não houver aqui gato escondido com o rabo de fora".

### 5.3 Os cinco desafios de Higinio Caneiro em Luanda

*Semanário Económico*

*14 De Janeiro de 2016*

Cerca de três dias depois da sua nomeação a governador da província de Luanda, Francisco Higinio Lopes Carneiro foi ontem empossado.

No mesmo Decreto, foi também nomeado Pedro Mutundi a governador do Cuando Cubango. Entretanto, Higinio Carneiro já sabe o que vai fazer como prioridade em Luanda.

Após a cerimónia de juramento ao comprometimento com os princípios estabelecidos na Constituição do país pelos recém-empossados, o Presidente, José Eduardo dos Santos, convocou -os para uma reunião,

que visou traçar as linhas mestras do programa de acção sobre o futuro imediato de cada província. São cinco, as prioridades definidas para o consulado de Higino Carneiro: Autoridade e Segurança, Saneamento Urbano, Mobilidade do Trânsito, Água e Energia eléctrica e Organização.

Na cerimónia de juramento ao comprometimento com os princípios estabelecidos na Constituição do país pelos recém-empossados, o Presidente, José Eduardo dos Santos, agradeceu os governadores por terem aceite o convite para dirigirem as duas províncias. A seguir, Eduardo dos Santos convocou-os para uma reunião, que visou traçar as linhas Mestres do programa de acção sobre o futuro imediato de cada província.

O novo governador de Luanda, Francisco Higino Lopes Carneiro, empossado no cargo nesta terça-feira, exortou o envolvimento de todos os cidadãos angolanos nas acções tendentes a mudança do actual quadro da província.

O objectivo, explicou o governante, é que os pressupostos indicados pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, possam ser desenvolvidos e implementados na província de Luanda.

Higino Carneiro indicou que Plano Director Metropolitano da província de Luanda vai constituir-se na pedra de toque para o melhoramento da vida das cidades e dos bairros, tendo em conta a sua importância e a necessidade urgente de se começar a implementar.

Defendeu o envolvimento da população nas tarefas, que nos próximos dias serão divulgadas, para que os problemas de anda, com realce para o saneamento e o lixo, sejam resolvidos no dia-a-dia. Para o efeito, disse que o Estado deve exercer acções que façam com que os cidadãos se sintam satisfeitos.

Quanto a mobilidade urbana, governador referiu que esta passará pelo ordenamento do tráfico, tratamento dos pavimentos, dos passeios, das valas de drenagem, das sarjetas, da iluminação pública, da sinalização horizontal e vertical, e também do respeito que os cidadãos devem ter pelo uso das passadeiras .

## 5.4 MAT nega cortes dos subsídios ás autoridades tradicionais

*Novo Jornal*

*15 De Janeiro 2016*

*Autor: David Filipe*

O DIRECTOR Nacional da Administração Local do Ministério da Administração do Território, Belisário Santos, negou ontem, em Luanda informações postas a circular segundos as quais o Executivo tencionaria suspender o pagamento dos subsídios das autoridades tradicionais no País devido à crise económica.

Em declarações ao Novo Jornal, Belisário Santos acrescentou que "não existe uma orientação superior para interromper o pagamento dos referidos subsídios".

"Não obstante a crise económica que afecta o País, não existe nenhuma ordem para suspender o pagamento dos subsídios das nossas autoridades tradicionais", acrescentou.

Reconheceu que "actualmente, todo o mundo quer ser soba ou seculo, bastando para tal formar uma pequena comunidade na localidade onde reside e se auto-denominar autoridade tradicional".

Para disciplinar a situação, Belisário Santos defende que é necessário definir critérios e perfis para que o país tenha apenas autoridades tradicionais reais.

Segundo dados oficiais, Angola conta actualmente com 40.332 autoridades tradicionais, mas um diagnóstico feito recentemente revela que este número está inflacionado devido ao facto de não haver critérios definidos para se estabelecer o perfil do verdadeiro soba.

Só a província do Uíge conta actualmente com 7.359 autoridades tradicionais, uma quantidade superior aos efectivos da Polícia Nacional naquela região do norte do país.

Em declarações ao NJ, o sociólogo António Kita concorda com Belisário Santos, que defende a definição de critérios das autoridades tradicionais.

"As autoridades tradicionais jogam um papel importante na sensibilização e na preservação de costumes aceitáveis em qualquer comunidade; no entanto, este poder sagrado não pode ser desacreditado por ninguém", realçou.

Segundo ele, "a linha de sucessão de um soba mantém-se dentro da mesma família, pelo que os sucessores naturais são o filho, o sobrinho ou o neto, nesta ordem".

Referiu que, no caso de existir mais de um filho, sobrinho ou neto, em princípio é escolhido o mais velho, mas os anciãos da aldeia podem optar por outro, caso o primogénito não apresente as condições necessárias para liderar a comunidade.

## 5.5 Abram alas ao Governador

*Jornal a capital*

*16 De Janeiro de 2016*

*Texto: José Dos Santos*

Higino Carneiro já definiu os principais músculos do que será o seu consulado. O 'fémur' do 'General todo o terreno' circunscreve-se em dois eixos: limpeza e segurança. Daqui percebe-se inteiramente que a nomeação do também rotulado '4X4' tem um condão previamente definido: as eleições gerais de 2017. -Em se tratando da principal praça eleitoral, considerado que se trata um antigo feudo político do partido no poder, Luanda está hoje para o bem para o mal do MPLA. Enquanto a província demograficamente mais povoada (é apenas um ponto negro no mapa de Angola), com mais de 6 milhões habitantes (dados do último Censo) na capital do país onde se assiste, também, ao surgimento dos vários focos de reivindicação à actual governação, sobretudo ao nível da juventude.

O lixo, a criminalidade, a energia e a água e os transportes servem de barómetros sociais para quem, como é o caso do partido no poder, pretende, de facto, medir o nível da sua popularidade na condução dos destinos de um país. E a capital angolana está grávida de problemas em todos esses sectores, condição mais do que suficiente para colocar qualquer que a dirige com os cabelos eriçados.

O novo homem forte de Luanda não escapará a esses gritantes problemas, muitos dos quais têm vindo a acumular barba branca ao longo dos tempos. O partido no poder tem a plena consciência do que isso possa representar. Aliás, nas últimas eleições gerais (2012), os 'camaradas' sentiram o amargo sabor de terem de ceder um lugar de Luanda ao seu inimigo de estimação (UNITA) nas contas finais do pleito, algo até então impensável nas matemáticas da 'grande família'.

Daí a aposta em Higino Carneiro que, ao aceitar desta vez o convite do Presidente da República, sabe perfeitamente ao que vem. O novo governador estará perante dois desafios latentes: dirigir uma província pequena, mas grávida de problemas sociais e, ao mesmo tempo, terá que preparar toda uma série de condições que ajudem o partido em Luanda a lidar com toda uma onda de gritos de socorro dos mais variados quadrantes.

Poucos gostariam de estar na pele do 'todo-o-terreno', mas este é o risco que se tem de correr para lograr petiscar depois de 2017. De tão 'mole', praticamente sem argumentos políticos, esvaziados de poderes, o até então governador Graciano Domingos já não ficava bem na fotografia, mesmo num

quadro com moldura em ouro, mais a mais com a pilha de problemas que se lhe surgiram no seu curto consulado, que acabaram por ditar a sua estrepitosa queda do cargo que vinha ocupando e o consequente desemprego.

O novo inquilino do Palácio da Mutamba está ciente do que é governar Luanda. Não é o mesmo que estar à frente do Kwanza Sul e Kuando Kubango. Pequena demograficamente, ela é capaz de provocar cabelos brancos mesmo ao mais dinâmico dos seus dirigentes.

Graciano Domingos cometeu um erro de palmatória: na sua imaginária empreitada messiânica por Luanda pretendeu apenas agradar o poder central procurando, teimosa e distraidamente, mostrar um trabalho que beliscou o seu currículo. Higino Carneiro, por sua vez, terá três ingentes missões: trabalhar e mostrar ao poder real que a sua escolha não foi uma mera ilusão de óptica, provar a si próprio que é aquele por quem se espera e, sobretudo, levar os luandenses a reverem-se em si, esquecendo os anteriores ocupantes do edifício da Rua Direita de Luanda.

A tarefa é espinhosa numa capital onde se concentram todos os poderes e onde a separação dos mesmos é apenas visível no papel. Não poucas vezes a acção do governador, seja ele quem seja, acaba por

sucumbir à força do poder central. Higino Carneiro sabe disso como ninguém, até porque não se trata de um 'povo em geral' nos corredores da alta política doméstica. Sabe das intrigas palacianas e das armadilhas que o seu actual cargo convoca.

Ademais, foram estes escolhos que ditaram a sua saída do Ministério das Obras Públicas e uma quase invisível passagem como deputado à Assembleia Nacional, como vice-presidente da bancada parlamentar do MPLA onde, dizem as más línguas, a corrente entre si e o líder da bancada, Virgílio de Fontes Pereira 'Gigi', passava muito mal, o que obrigou o presidente do partido a separar as águas, despachando-o para a governação do Kuando Kubango. Aliás, não foi ao acaso que ele (Higino) declinou os anteriores convites. Consta que já em 2010, o Presidente da República, que granjeia por si muita estima pela sua competência, lealdade e prontidão, acenou-o para lidar com Luanda, ao que '4X4' terá franzido a testa, exigindo antes de tudo garantia de poderes próprios e sem interferência do poder central. Ele sabe perfeitamente o que isso significa. Não se pode perder de vista que já em 2004 este mesmo Higino Carneiro teve uma fugaz passagem (seis meses) por Luanda como coordenador de um triunvirato (com Toninho Van-Dúnem e Job Capapinha) que integrava uma Comissão de Gestão criada pelo Presidente da República, em substituição do mal-amado Simão Paulo e também justificada pela necessidade de se inverter o quadro crítico vivido na altura nos domínios da limpeza, recolha de lixo e saneamento básico. O actual governador acumulava, na altura, este cargo com a de ministro das Obras Públicas, um expediente que o impedia de muita margem de manobras.

Este seu regresso a Luanda é agora a valer, no que deverá contar com o invejável círculo de amizade política de que dispõe ao nível do 'núcleo duro' do MPLA, além é claro da carta aberta que recebeu do PR, na reunião mantida após a tomada de posse, de que o caminho está desbravado para que possa trabalhar à-vontade. É que há gente a espreitar pela primeira oportunidade para colocar a casca de banana para a escorregadela do próximo. E exemplos certamente que há aos montes...

## 5.6 Terminou o mandato de Graciano Domingos na cidade de Luanda

*Jornal a capital*

*16 De Janeiro de 2016*

Para quem entrou com o rótulo de salvador dos problemas mil que afligem a capital, uma espécie de Messias, o agora exonerado Governador de Luanda, Graciano Domingos, acabou por provar do mesmo veneno tragado pelos seus antecessores e acabou por sair, cabisbaixo, pela porta dos fundos.

A única virtude do então dirigente exonerado foi ter conseguido manter-se no cargo um pouco para além de José Maria, que foi o que menos 'aqueceu' o banco. Graciano Domingos aguentou-se por pouco mais de um ano e três meses, ao passo que Zé Maria permaneceu por apenas oito meses, no que constitui um recorde em termos de governação intramuros.

Pela movimentação que se assistiu por altura da sua nomeação, brindado inclusive com a presença do Presidente da República, tinha-se quase a certeza de que estava encontrado o homem certo para o lugar certo. Aliás, n os seus discursos de início de funções, Graciano Domingos praticamente dava sinais de que tinha produzido a fórmula mágica que devolveria a mística à capital do país.

Ademais, o também jurista terá mesmo dado mostras de que estava talhado para o cargo, talvez por se tratar de um quadro com vários anos de casa e que, por via disso, poderia materializar o anseio do PR dar conta das medidas para um novo modelo de direcção de Luanda e, ao mesmo tempo, garantir, positivamente, a alteração da precária imagem que Luanda apresentava.

José Eduardo dos Santos preconizava, entre outras coisas, um novo modelo de desconcentração administrativa profundo, através de uma delegação legal de competências que, acrescidas dos instrumentos de trabalho disponíveis permitiria, a curto e médio prazo, atingir objectivos relativos ao fortalecimento da capacidade das administrações municipais de planificação e gestão das zonas



urbanas, promoção e gestão do desenvolvimento social e económico local, tendente a responder ao impacto de eventuais ocorrências naturais negativas.

O Presidente da República mostrou-se convencido que com este novo modelo e com Graciano Domingos à frente do leme seria possível também contribuir para a melhoria da prestação de serviços públicos nos domínios da saúde, educação, fornecimento de água e energia eléctrica, saneamento básico e da gestão do lixo, transformação do mercado informal para o formal, além da promoção de uma governação participativa. Não se sabe se inebriado pela presença do Chefe de Estado, a verdade é que GD convenceu de que tinha a faca e o queijo, esquecendo-se de que para a capital do país há um poder (o central) que corre em paralelo e com mais força que o poder do Palácio da Mutamba.

Para abertura das hostilidades, um dia após a sua tomada de posse, Graciano Domingos escolheu a dedo o seu 'dream team', o elenco com o qual desenhou o seu sonho de salvar Luanda, exonerando e nomeando administradores para os municípios da capital. Aqui nada de anormal, embora se adivinhasse já a partir dessas primeiras medidas os primeiros sinais de conflito à sua governação. Num abrir e fechar de olhos compreendeu que não estava sozinho na governação. Percebeu que o seu poder se confundia ou estava totalmente esvaziado pelo poder central.

Convenceu-se, então, que trouxera como oferta aos luandenses uma mão cheia de nada. Para além do estar na sombrinha do poder real tinha ainda que lidar com um José Tavares que do alto do seu pedestal, no palácio rosa do Largo da Ingombota, se arrogava como uma espécie de governador sombra. Sentiu-se um nado-morto, praticamente esvaziado. Deu de caras com uma outra realidade: o papel decorativo que as figuras que governam a capital do país têm tido, por força de uma não separação das atribuições entre o poder central radicado na Cidade Alta, o Governo Provincial de Luanda (GPL) e, por arrasto, da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL).

De Messias, foi só um piscar de olhos para Graciano ver-se transformado em simples espectador.

O tal novo modelo de gestão revelou-se um expediente bonito no papel. Na prática nunca se fez sentir de concreto. Por exemplo, não se procedeu a alteração do modelo financeiro, procedimento administrativo que permitiria às administração reter parte das receitas arrecadadas nos seus municípios, através de cobrança de impostos ao nível local, rigorosa gestão do lixo e dos pagamentos.

O resto veio por arrasto: lixo, falta de energia e água, problemas de transporte e, por que não, ausência de jogo de cintura (ou dinheiro?) para fazer frente aos vários constrangimentos que se lhe surgiram pela frente, fruto da forte dependência mantida com o poder central. E foi a morte de mais um Messias.

## 5.7 O governador de Luanda precisava?

*Jornal Grandes Notícias*

*22 De Janeiro de 2016*

*Texto: Belezze Tchimbwanlã*

Nos últimos cinco anos, Luanda conheceu cerca de quatro governadores o que indica, claramente, as dificuldades com que se debatem aqueles que aceitam o desafio de governar a capital de Angola. Várias situações fazem com que não seja fácil governar a cidade capital. A começar pelo número de habitantes que, segundo dados oficiais, já rondam aos seis milhões.

A cada dia que passa, outras dezenas de pessoas entram e fixam residência em Luanda com ou sem o conhecimento do Estado. As construções anárquicas e desordenadas nas periferias da cidade são outro calcanhar de Aquiles para quem governa Luanda.

O alto comércio organizado através de sociedades entre angolanos e estrangeiros com predominância para os Libaneses' que é exercido em grandes Armazéns localizados nas periferias da cidade capital atraem muitos comerciantes ambulantes.

Os comerciantes ambulantes' por sua vez, exercem a sua actividade de forma desordenada causando enormes engarrafamentos de viaturas e de pessoas nas áreas onde se situam os armazéns, além de que todos os resíduos dos produtos que adquirem, como papelões e outros, são colocados em plena rua causando amontoados de lixo, Para combater estes males e colocar uma certa medida de ordem na situação, o Executivo tem usado os chamados fiscais e, às vezes, a polícia para impedir que os comerciantes ambulantes exerçam a sua actividade em áreas impróprias.

Mas na maior parte das vezes, tais indivíduos fazem o pacto com os vendedores e o problema continua. Dias há em que os fiscais impedem os ambulantes de exercerem a sua actividade em locais impróprios por receber a força os seus produtos e darem o destino devido. Outro handicap da cidade de Luanda, é que a maior parte das pessoas que aqui vivem são



provenientes da províncias no interior, sedno que uma boa parte delas não tem empregos fixos limitando-se a fazer trabalhos de transportação de cargas com carros de mão e, no final do ano, regressam à procedência. Outras pessoas dedicam-se ao trabalho de manicure e pedicure de forma ambulante, ainda outros, predominantemente do sexo feminino, exercem a venda ambulante de frutas e outros artigos de primeira necessidade. Todos estes auto-empregos fazem com que surjam os chamados restaurantes ambulantes e de campo em quintais alugados para o efeito. Como se pode ver, para atender as necessidades alimentares e outras naturais, os Luandenses produzem muito lixo. Além dos problemas acima mencionados, ainda temos outros como a venda de bebidas alcoólicas em diversos locais da cidade, como, por exemplo, na praça do Prenda (da noite), no Triangulo. Para piorar a situação, temos o problema da baixa dos valores morais. Nos dias que correm, temos observado claramente que para a maioria das pessoas em Luanda, o mau é bom e o bom é mau, como dizem as escrituras sagradas.

Fala-se muito do resgate dos valores morais na sociedade, mas o que se tem feito de verdade para inverter o quadro?

Os veículos que deveriam ser usados para isso são os mesmos que mais apresentam cenas que incentivam a baixa da moralidade. Quando, por exemplo, se tem um apresentador de TV que é conhecido como homossexual, vais admirar se os seus fãs fizerem o mesmo? Quando as pessoas, que são usadas como modelo, têm um modo de vida longe dos padrões de moral aceites, vamos admirar dos resultados que advirem daí?

É este o cenário que o novo governador de Luanda, o 'kota' Higino Carneiro, vai encontrar em Luanda. Acreditamos que ele esteja adentro da situação. Agora, a grande questão é: será que é ele o homem ou seja o governador que Luanda precisava? O que nos diz o histórico como governador de Higino Carneiro?

Bem, de uma coisa podemos estar certos: o homem é competente. É dos poucos governantes que tem alguma verticalidade em termos de direcção de uma província a julgar pelo que fez nas províncias onde passou.

O homem esteve no Cuanza Sul e deu um show de governação, depois no Cuando Cubango, onde todo o trabalho que fez é visível a todos. Portanto, Higino Carneiro, tem fibra política para lidar com a situação de Luanda. Naturalmente, por ser imperfeito, podemos esperar alguns fiascos na sua

governação.

Resumindo, não vamos esperar que Higino Carneiro, resolva todos os problemas de Luanda porque os problemas de Luanda (do Mundo) são pesados demais para um humano resolve-los. Mas os mais graves como é o caso do lixo que agora já mora connosco, em nossas casas, alguma ordem na sociedade isto podemos contar que ele ajude a resolver. Não queremos falar dos governadores que antecederam o kota Higino, porque cada um é cada um e os tempos são diferentes.

Agora, o novo governador de Luanda, só poderá ter êxitos se todos os cidadãos cooperarem com ele. Portanto, meus senhores, temos de reconhecer que um dos principais problemas da cidade de Luanda, são os cidadãos que não gostam de cooperar com o governo. O 'kota' Higino, não é Mágico, logo, se não houver cooperação de nossa parte, Luanda vai continuar moribunda e ira de mal a pior.

## 5.8 Autarquias reacções às declarações do governador de Luanda

*Jornal A República*  
29 De Janeiro de 2016

Mesmo fora do país, sempre que posso, acompanho as informações sobre Angola. Aproveitei a minha estada em Portugal para acompanhar as eleições presidenciais daquele país, ganhas pelo Dr. Marcelo Rebelo de Sousa, político e docente, que admiro. Contudo, todas as vezes que pude, segui as informações acerca de Angola. Assim, através do TPA INTERNACIONAL, vi e ouvi o actual Governador da Província de Luanda dizer, por outras palavras, que não era oportuno a realização de eleições autárquicas, porque as há localidades do País que não têm recursos, ou sejam, que não são produtivas. Aliás, a ideia da inoportunidade da realização das eleições autárquicas já tinha sido manifestada pelo Presidente da República, aquando do discurso sobre Estado da Nação, lido pelo Vice Presidente da República, Eng.º Manuel Domingos Vicente, devido à sua impossibilidade circunstancial.

Reagindo às declarações do Senhor Governador de Luanda, apraz-me dizer que, durante largos anos, as províncias do Norte, nomeadamente, Cabinda e Zaire, e as Lundas constituíam a base orçamental do País. Dito doutra forma, a maior parte dos rendimentos do país proviam e provêm do petróleo e dos diamantes produzidos nas províncias e localidades mencionados. A maior parte do

orçamento é atribuída a província de Luanda, situação que provocou assimetrias regionais, com consequências no êxodo rural e migração de uma quantidade elevada grande pessoas de outras a província à província de Luanda, situação que gerou o seu sobrepovoamento com a consequente insustentabilidade da vida na capital do País.

Pretendo dizer que o País, em todos os anos económicos, deve ter orçamentos, que possam ter em conta o desenvolvimento socioeconómico das outras províncias, bem como a definição de políticas exequíveis, que incentivem o investimento privado, de modo a que evitar desequilíbrios acentuados, que gerem êxodo rural e migrações forçadas.

#### Autarquias x Poder Local

As eleições autárquicas são importantes para o nosso País, pois permitem maior participação popular, além do facto de darem maior garantia de respeito pelas aspirações dos habitantes. A responsabilidade política perante a população a que os autarcas estão sujeitos garante mais empenho do Presidente da Câmara Municipal e dos Vereadores (uma espécie de "deputados municipais"), nas suas actividades administrativas e de gestão.

Num quadro de poder autárquico, os autarcas terão autonomia administrativa, financeira e patrimonial como tem o poder local. Contudo, o Presidente da Câmara Municipal estará vinculado ao programa que apresentar nas eleições e, como disse, ficará sujeito à responsabilidade política do eleitorado pela sua má gestão. Ou seja, poderá não ser reeleito nas eleições subsequentes. Todos nós sabemos, que num cenário de pura democracia, a não-reeleição de autarca pode provocar repercussões negativas na sua vida política. Portanto, os candidatos a Presidente da Câmara darão o melhor de si para merecerem a confiança da população, na expectativa de serem eleitos ou reeleitos. É desagradável para quem quer que seja ser visto como incompetente (!). Todas essas situações de disputa democrática e de auto-estima pessoal trarão melhoria na gestão da coisa pública da alçada do poder autárquico.

No actual poder autárquico os Governadores e os Administradores são nomeados.

Muitos deles acabam por se mostrar incompetentes, não cumprindo as suas tarefas que lhes são incumbidas. Todavia, apesar da sua incapacidade organizativa e de gestão acabam por se manter no poder, durante muito tempo, mesmo com contragosto da população, cuja voz, geralmente, é ignorada. Só quando a situação se torna insustentável é que o titular do poder local é exonerado. Muitas

vezes, a confiança política sobrepõe-se à competência. Reafirmo que as autarquias serão indispensáveis para o desenvolvimento dos município.

Os nossos políticos anunciam-se como democratas. É através da implementação das autarquias (previstas na Constituição), que poderão dar provas da respectivas qualidade de democráticas, pois as autárquicas são fontes maior expressividade democrática, devido à garantia de participação popular e ao facto do voto ser directo. O voto indirecto é duro golpe às aspirações das populações. A essência do poder autárquico é a pessoal idade e o programa dos candidatos aos órgãos autárquicos.

#### Receio injustificado de implementar as autarquias

Quanto a não realização das eleições autárquicas, a ideia que tenho (espero estar enganado) é que Poder Central tem receio de perder a autoridade sobre os titulares do poder autárquico. Por outro lado tem receio de poder controlo de determinadas circunscrições administrativas, visto que há a possibilidade de alguns partidos ou coligações assumirem a gestão de alguns municípios.

É importante que não se tenha receio da repartição do poder. A repartição do poder é uma consequência da democracia, através da qual a população elege os seus melhores representantes ou, pelo menos, aqueles que o eleitorado achar que estiver mais bem capacitado para governar.

Já se esgrimiram vários argumentos para a não realização das eleições autárquicas. Nenhum deles acolhe. A implementação das autarquias depende apenas dos interesses e das vontades dos decisores políticos nomeadamente do presidente da república. O nosso País já realizou eleições legislativas e presidenciais e eleições gerais. Também já realizámos o censo população.

Foi um grande desafio em termos de meios humanos, materiais e financeiros. O censo populacional, grande aposta do Presidente da República, permite-nos ter um conjunto de informações relevante para a toda de decisão referentes à elaboração de planos e tarefas de desenvolvimento das diferentes províncias e localidades adjacentes.

É importante referir, que embora autarquias tenham autonomia administrativa, financeira e patrimonial, os seus órgãos devem prestar contas perante o Tribunal de Contas, nos termos da lei. Por outro lado, nos casos taxativos, que lei das autarquias previr, o Presidente poderá dissolver os órgãos autárquicos e convocar novas eleições específicas para determinado

(os) município (os). Portanto, o Presidente da República não poderá, nem deverá estar alheio às questões das autarquias.

Acho que devemos implementar as autarquias locais, de forma gradual. Podemos definir alguns municípios, em relação aos quais se preveja a realização de eleições autárquicas, sendo certo que definição de critérios para esse efeito é uma questão essencial. Destarte, à medida que os anos vão passando, poderemos implementar o poder autárquico noutros municípios, até chegarmos a fase da obrigatoriedade de realização de eleições autárquicas em todos os municípios do País.

Que Deus dê luz aos nossos políticos, particularmente, aos nossos governantes! Que o nosso Presidente seja bem aconselhado! Que Deus abençoe Angola. Angola, avante!

## 5.9 Governo deve privatizar: rádio, televisão, aviação, água, luz e ETC

*Jornal A República*  
19 De Janeiro de 2016  
Texto: Geovani André

Com a baixa do preço do petróleo, a principal com modite de exportação de Angola e por sinal a principal fonte de divisas e receitas para o governo, o governo de Angola busca formas de aumentar as receitas públicas para custear as despesas públicas e a necessidades de investimentos públicos.

A baixa do petróleo originou a diminuição de receitas e a escassez de divisa no país. A escassez de divisa levou a subida dos preços dos bens e serviços. Os preços dos bens e serviços \_ recrudesceram, pelo facto da economia nacional ser dependente das importações. "O programa Angola Investi", lançado em 2013 para diversificação da economia, está em decadência, como disse o Presidente no discurso do final do ano de 2015: "pouco fez-se sobre a diversificação".

Segundo dados do INE, em 2015 a inflação ficou orçado em 14,3%. Mas é visível que este indicador é controverso. A problemática da inflação divulgada pelos Institutos de pesquisa e o que a população vive na realidade, não é apenas um dilema em Angola, mas em qualquer parte do mundo.

Em Angola, este problema é mais notável, uma vez que existe discrepâncias entre os próprios órgãos do governo na divulgação dos dados. Acrescido a este facto, está o hábito de especulação dos agentes económicos Angolanos, e é quase unânime que a subida dos preços em Angola varia quase sempre em 50%.

Com este cenário adverso, o governo viu-se na obrigação de aumentar as receitas públicas. A retirada dos subsídios aos combustíveis na perspectiva de poupar 5 mil milhões de dólares. A 1 de Janeiro de 2016, o preço do litro de gasolina subiu 39,10%. Já o gasóleo subiu 50%. Com a subida dos combustíveis todos outros componentes subiram.

Diz-se numa eventual subida do IRT, cortes de subsídios e de aumento de outros impostos. Os salários já são baixo, as famílias a cada dia estão a perder o poder de compra, aumento tributário só agravará mais a situação das famílias. Até mesmo porque as pessoas não têm dinheiro, o que vai acontecer vai ser a fuga ao fisco.

A retirada dos subsídios aos combustíveis e uma eventual subida dos impostos não é a solução para o aumento das receitas públicas e a diminuição da dependência do petróleo, é preciso muito mais. A forte presença do estado na economia leva a que o mesmo tenha gasto exorbitantes só com a folha salarial e despesas de manutenção.

A solução passa pela "Privatizações". O estado está obeso, precisa diminuir a sua participação na economia.

### Privatizações

Os principais serviços que o Governo deve oferecer a população são: segurança, saúde e educação. Existe em Angola uma presença massiva em serviços que podem ser de capital privado (Rádio, Televisão, Aviação, Água, Luz e etc.), e diga-se a verdade, serviços mal prestado. A "ENDE e a EPAL" , brincam de "esconde esconde". Com certeza, os privados prestarão um serviço melhor. Mas para que ocorra as privatizações, é preciso um estudo profundo do valor das empresas estatais, analisar as melhores propostas (estrangeiras ou nacionais) e leis trabalhistas que defendem os empregados e não os empregadores. Ou seja, o estado deve fiscalizar os privados. Desta forma, o estado aumenta as receitas e descentraliza a economia.

## 5.10 Valorização da essência em detrimento da aparência

*Jornal de Angola*

*4 De Janeiro de 2016*

*Texto: Jomo Fortunato*

O ano que ora finda, ficou marcado pelo discurso do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, que, para além de apelar ao sentimento de fraternidade, solidariedade e ao pleno exercício da cidadania, alerta, de forma pedagógica, para a necessidade de ser, mais do que ter, valorizando o perfil cultural e académico dos angolanos, contrariando a lógica que propicia o estado actual de retrocesso económico.

Na introdução do tradicional discurso do ano que terminou, o Presidente da República desejou felicidade a todos os angolanos na quadra natalícia, apesar da adversidade da conjuntura económica internacional, que teve os seus reflexos negativos em Angola:

"Desejo...que todos os angolanos possam passar um Natal Feliz, fraterno, solidário e de esperança no futuro. E justo que isso aconteça também entre nós, apesar de o país estar a atravessar dificuldades que decorrem de uma conjuntura internacional adversa, que exigem soluções criativas e eficazes para serem superadas".

Na sua orientadora intervenção, Chefe do Executivo abordou ainda questões relacionadas com a segurança, que, na sua óptica, deve se estender para além das nossas fronteiras, falou dos laços de boa vizinhança com os países limítrofes, para a manutenção da paz, não deixando de referir a necessidade de uma permanente estabilidade na região geográfica em que Angola está inserida. Na sequência, o Chefe do Executivo falou do actual processo de diversificação da economia nacional, que vale a pena, embora seja tardia, da liberdade de criação, julgamos que a todos os níveis incluindo a artística, da "importância de relações humanas cordiais, pacíficas e de respeito mútuo na nossa sociedade".

O Presidente evocou também a necessidade da "formação intelectual e a educação moral dos jovens", como forma do desenvolvimento individual e colectivo, ou seja, valorizando o homem cultural mais do que o cidadão que ostenta bens materiais.

O Presidente da República alertou-nos para que tenhamos uma leitura crítica dos conteúdos, muitas vezes nocivos e perniciosos; das redes sociais,

apelidando-os de "degradantes e moralmente ofensivos". Eis então a abordagem pormenorizada, dos vários momentos do discurso do Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

### Diversificação

Neste capítulo, José Eduardo dos Santos apela à crença num futuro melhor, no investimento na agricultura, e na capacidade que os angolanos sempre tiveram de ultrapassar os grandes desafios ao longo da história: "Há que acreditar num futuro melhor. Os angolanos podem extrair tudo o que precisam do solo ou do subsolo do nosso país. Falamos durante muito tempo na diversificação da economia, mas fizemos muito pouco, mesmo assim mais vale começar tarde do que nunca começar. O povo angolano já venceu desafios mais complicados e difíceis do que aqueles que encaramos hoje, porque agiu sempre com confiança em si mesmo e com determinação. Assim devemos continuar". E líquido concluir que a plena diversificação da economia e a obtenção de receitas, terá implicações na melhoria da investigação e da produção artística e cultural.

### Criação

Das referências à paz e estabilidade, passando pela consolidação da democracia e a garantia de liberdade de criação e expressão, reproduzimos, neste capítulo, um precioso momento do discurso do Chefe de Estado, que mais directamente se relaciona com a criação artística e a expressividade cultural:

"É preciso manter o país em paz e com estabilidade, consolidar a democracia e as instituições do Estado e garantir a liberdade de criação e expressão, para que a construção do bem-estar social seja obra de todos. Neste contexto, o desenvolvimento humano, e particularmente o conhecimento e a habilidade do homem para fazer coisas, constituem o factor decisivo da transformação social e a base do crescimento económico e do progresso social".

### Cordialidade

De facto, o tecido social angolano reclama mais cordialidade e solidariedade nas relações humanas, numa clara distinção entre as conflitualidades pessoais e os desígnios de natureza institucional:

"Convém frisar também, a este propósito, a importância de relações humanas cordiais, pacíficas e de respeito mútuo na nossa sociedade. Essas relações permitem que se mantenha o seu equilíbrio e estabilidade, garantindo-se assim a segurança, a ordem e a tranquilidade deveres constitucionalmente consagrados, deve valer por aquilo que ele é e não apenas por aquilo que do ponto de vista material



possui ou ostenta. E assim, a nossa preocupação maior deve centrar-se cada vez mais no resgate e aperfeiçoamento dos valores morais e no desenvolvimento das suas qualidades pessoais e das aptidões profissionais", públicas, importantes para que cada um possa fazer a sua vida e afirmar a sua cidadania", alerta o Presidente da República.

#### Formação

A formação a todos os níveis é uma das grandes preocupações do Executivo angolano, realçada no discurso do mais alto mandatário da nação: "Por outro lado, consideramos também que a formação intelectual e a educação moral dos jovens, que é a componente maioritária da nossa população, são fundamentais não só para que sejam dotados de capacidades que lhes permitam alargar os seus horizontes e prepará-los para enfrentar a realidade da vida, mas também para que possam contribuir para a harmonia e coesão social.

#### Ostentação

Embora a repercussão cultural esteja presente na totalidade do Discurso do Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, a alusão à posse e à ostentação foi um dos momentos mais importantes do seu discurso, pelas implicações directamente económicas:

"É necessário continuar a cultivar no espírito das novas gerações a ideia de que um cidadão, que é naturalmente portador de direitos e deveres constitucionalmente consagrados, deve valer por aquilo que ele é e não apenas por aquilo que do ponto de vista material possui ou ostenta. E assim, a nossa preocupação maior deve centrar-se cada vez mais no resgate e aperfeiçoamento dos valores morais e no desenvolvimento das suas qualidades pessoais e das aptidões profissionais".

#### Redes

Ao contrário do que se tem interpretado, o Chefe de Estado Angolano não é contra a existência das redes sociais mas sim contra o seu uso indevido:

"Temos de alterar o actual clima moral que tende a predominar nas relações sociais, sob o impacto das novas tecnologias de informação e comunicação".

"As redes sociais constituem uma conquista técnica e científica de toda a Humanidade, de que os angolanos devem beneficiar para melhorar o seu acesso ao conhecimento, mas não devem ser utilizadas para violar o direito das pessoas, expor a vida íntima de quem quer que seja, caluniar, humilhar e veicular conteúdos degradantes e moralmente ofensivos. O país deve dispor o mais depressa possível de

legislação adequada para orientar a sociedade e as instituições e reprovar ou prevenir o surgimento deste tipo de práticas, que são inaceitáveis".

#### Receitas

Uma das vias de captação de receitas, assegura o mais alto mandatário da nação, é acelerar a intervenção na agricultura, pescas, turismo, indústria da madeira, indústria alimentar e indústria ligeira e mineira, e melhorar a gestão das finanças públicas:

"O país está a viver um momento difícil, em virtude da diminuição das receitas provocadas pela baixa do preço do petróleo no mercado internacional, mas temos que ajustar os nossos programas e planos para enfrentar com sucesso o próximo ano, acelerando a nossa intervenção na agricultura, pescas, turismo, indústria da madeira, indústria alimentar e indústria ligeira e mineira, para aumentar as exportações e reduzir as importações com o aumento da produção local e do comércio. Para que todo este processo possa decorrer sem perturbações, reitero que é indispensável melhorar a gestão das finanças públicas e melhorar e reforçar também a segurança e a ordem interna.



## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO

### 6.1 Luanda acolhe encontro sobre gestão das cidades

*Jornal de Angola*  
6 De Janeiro de 2016

O Ministério da Administração do Território realiza amanhã, em parceria com o Governo Provincial de Luanda, um seminário sob o tema "Barcelona entre as cinco Cidades Inteligentes de 2015". O encontro serve para a abordagem da experiência de Barcelona na gestão integrada e inteligente das cidades.

O seminário está marcado para o salão nobre do Governo Provincial.

Segundo o comunicado enviado ao Jornal de Angola, o seminário tem como orador o especialista espanhol Djamel Embarek, que no ano passado integrou o júri que classificou as cidades do mundo melhor posicionadas como bem geridas. À margem do encontro, Djamel Embarek, que desembarcou ontem em Luanda e permanece no país até sexta-feira, vai realizar reuniões de trabalho e visitas às administrações da Cidade do Kilamba, município do Cazenga e Comissão Administrativa da Cidade de Luanda.

Para o seminário estão convidados os órgãos auxiliares da Casa Civil do Presidente da República, representantes de ministérios, administrações municipais e de cidades; universidades e operadoras imobiliárias. A entrada para os interessados é livre, mas está sujeita a inscrição.

### 6.2 Relação do Executivo com os espaços abertos

*Jornal A República*  
8 De Janeiro de 2016

E impressionante a forma como o «Executivo» e algumas entidades ocupam os espaços abertos, em Luanda.

Assisto, com tristeza, à construção do edifício do «Ministério das Finanças», por detrás do antigo edifício, recentemente restaurado.

Sempre pensei que aquele espaço, que era utilizado como parque de estacionamento, seria usado para

outros fins, que o não o da construção de mais um prédio.

Em Luanda, infelizmente, há poucas áreas abertas, como tenho dito, designadamente parques, praças ou largos. Os terrenos desocupados, na via pública ou dentro de algumas instituições foram ocupados pelos Estado ou por alguns particulares, com o consentimento, expresso ou tácito do poder, central ou local.

Não faz sentido a construção de um edifício num espaço privilegiado para a construção de um largo, cujo subsolo deveria ser aproveitado para um parque de estacionamento com quatro pisos, o que permitiria que os funcionários do «Ministério das Finanças», do «Ministério da Construção», «Ministério do Urbanismo», Grupo Sonangol, Governo Provincial de Luanda e demais interessados pudessem parquear as suas viaturas. Sinceramente, constato muita incoerência em relação ao ordenamento da cidade de Luanda.

Quanto à construção de um grande parque de estacionamento, a grande opção é negociar o quarteirão onde está localizado a MAQUIL. Com efeito, o Executivo pode conceder terrenos, na Chicala ou noutras áreas bem localizadas, aos proprietários dos estabelecimentos comerciais daquele espaço. Se houver êxito nas negociações, na baixa de Luanda, poderá haver um grande espaço de estacionamento, que, decerto, será de grande utilidade para os funcionários e trabalhadores das instituições mencionadas, bem como os do «Ministério das Relações Exteriores», «Ministério da Indústria», Banco Nacional de Angola, Banco de Poupança e Crédito, nomeadamente. À superfície desse eventual parque de estacionamento, deve ser um largo, com acentos.

É importante dizer aos governantes que uma cidade precisa de espaços abertos, nos quais a população possa estar para tomar ar, marcar encontros ou, simplesmente, apreciar a evolução ou a beleza da cidade para depois continuar a marcha para o seu destino.

Em Luanda, há muitas obras que jamais deveriam ser autorizadas, nomeadamente, o Shopping Fortaleza, a sede da Fundação Lwini, na Praça da Independência; o Velório adjacente ao Cemitério de Santana; as bibliotecas dentro do quintal das escolas Njinga Mbande e Ngola Mbande; o ISCED, dentro do quintal da Escola Salvador Correia, um dos monumentos da cidade. O ISCED está a destoar; a sede da Orion e Banco BIC, que ocultam a Escola Ngola Kanine, outro monumento da cidade, as Oficinas da Toyota, numa área reservada para a

construção de obras de carácter social. Seria exaustivo se descreve todas as obras mal autorizadas e localizadas. Infelizmente, o mal já está consumado.

A questão é que o Estado não quer gastar dinheiro com a expropriação de alguns terrenos, que seriam privilegiados para a construção dos edifícios mencionados, porém, noutros espaços. Seria um autêntico início da requalificação da cidade. Infelizmente, o Estado os Governos de então e o actual «Executivo» - ao invés de apostar numa verdadeira requalificação, prefere ocupar espaços abertos e, algumas vezes, como se pôde analisar, constrói anarquicamente, tal como alguns populares, que edificam habitações em locais impróprios.

#### Cidade administrativa proposta

Sempre esperei que o «Executivo» fosse construir uma cidade administrativa, com vários edifícios, com denominações de províncias e de outras localidades de Angola. Seria ou pode ser uma boa estratégia para a concentração dos diferentes «departamentos ministeriais».

Pode ser uma cidade bem organizada. Uma cidade em que haja creches, escolas, centro de saúde ou clínica, estações de serviço, posto de abastecimento de combustível, restaurantes, hotel, ginásios e espaços para comércio. A existência de um SIAC não deve ser ignorada.

A concentração das diferentes instituições pode contribuir para a diminuição da circulação rodoviária e trânsito congestionado habitual na província de Luanda, em particular na sua principal cidade. A localização de diferentes instituições da administração pública tem muitas vantagens na actividade laboral, na relação e comunicação entre os seus funcionários. Uma cidade administrativa traz muitos ganhos à administração pública.

#### Localização da Cidade Administrativa

A construção de uma cidade administrativa será um passo gigantesco para a requalificação de Luanda. Ela pode ser construída próximo à cidade do Kilamba, Samba, no Sossego ou noutra área do Sul de Luanda, devida à grande concentração de edifícios e residências construídas pelo Estado, por empresas privadas ou pelos demais cidadãos, no âmbito do plano de concessão de terrenos para a autoconstrução dirigida. A Construção da cidade deverá ser cercada com grades usadas para delimitar os palácios e as mansões do século XIX. Deverá ter câmara de vídeo, bem como ter uma esquadra de polícia. Os passeios largos, os jardins, as praças, a toponímia serão aspectos que serão levados em conta. Também, dever-se-á apostar na existência de

estátuas de figuras, angolanas e estrangeiras, que consensualmente, mereçam uma homenagem do género.

Se o Estado permitir que as empresas petrolíferas construam as suas sedes a sul de Luanda, será uma forma de fazer com que essa área se desenvolva com celeridade. Além disso, essas empresas poderão gizar projectos habitacionais para os seus trabalhadores, pois, no sul de Luanda, há muito terreno mal aproveitado, pelo Estado e pelos cidadãos. O sul de Luanda pode transformar-se numa verdadeira cidade a cidade da era pós-colonização.

Mais uma razão para a construção de uma cidade administrativa no sul de Luanda é a existência do Aeroporto de Bom Jesus e a construção da segunda Marginal da baixa a sul de Luanda.

Existindo a cidade administrativa, o Estado pode criar uma empresa para gerir o seu património imobiliário.

Os edifícios podem ser vendidos ou arrendados aos eventuais interessados para, consoante os casos, servirem de habitações, escritórios, representações diplomáticas, representações de governos provinciais. Alguns deles poderão ser concedidos aos principais partidos políticos, de modo a terem melhores condições para o exercício das suas actividades políticas. Alguns andares desses edifícios também poderão servir de sedes para as distintas federações desportivas.

### 6.3 “A cidade de Luanda tem potencial”

*Jornal de Angola*

*11 De Janeiro de 2016*

*Texto: João Dias*

O espanhol Dan Embarek é especialista em desenvolvimento de planos de negócios regionais e internacionais. Na semana passada deu um seminário, no Salão Nobre do Governo Provincial de Luanda, sobre "Barcelona Cidade Inteligente de 2015". No ano passado, Embarek integrou o Júri que classificou as cidades do mundo melhor posicionadas no que toca à gestão.

Em entrevista ao Jornal de Angola, o especialista sublinha que Luanda tem condições e potencial que a podem tornar numa cidade de referência mundial na base da resiliência, eficiência e sustentabilidade. Mas refere que são os modelos de gestão o pano de fundo para que as cidades sejam consideradas Inteligentes e funcionais.

Dan Embarek defende que a gestão de uma cidade se faz com a participação dos munícipes, como intervenientes e contribuintes. Além disso, é apologista de que o sistema de governação da cidade deve sempre adequar-se à realidade dos novos tempos. O entrevistado convidou os angolanos a visitarem Barcelona, a primeira "smartcity" (cidade inteligente) do mundo.

Jornal de Angola - Hoje as cidades são construídas para serem integradas, eficientes e funcionais. Deste ponto de vista, dada a sua experiência, podíamos falar na existência da cidade ideal?

Dan Embarek - Esta questão da cidade ideal é inalcançável do ponto de vista de realização e satisfação do homem enquanto ser com singularidades. Penso que, como seres humanos, nunca estaremos satisfeitos. Andaremos sempre atrás da perfeição, mas ela nunca chegará. Mas, se falarmos da cidade ideal como tentativa de criar algo em que nos espelhemos, então direi que existe, só que não na acepção em que pergunta. Devido à natureza humana, não chegamos a este nível. Mas há um ideal que é alcançável desde que a participação de todos munícipes se torna efectiva, porque a construção da cidade é uma soma de aspirações e vontades cristalizadas num contributo. Ainda assim, não conseguimos a cidade ideal em parte alguma, porque dificilmente ela há-de satisfazer todos em simultâneo e ao mesmo nível e proporção.

Jornal de Angola - Mesmo aquelas com uma gestão e funcionamento que se aproximam da perfeição não estão dentro do padrão de cidade ideal?

Dan Embarek - Ainda assim, não. Olhe, se lhe oferecer um fato, primeiro, terei de saber quais são as suas medidas reais e a preferência quanto à cor e ao estilo. Sem estas, por mais que queira, posso não conseguir satisfazer-lhe o gosto e a necessidade. A construção das cidades deve ser feita a olhar para as verdadeiras necessidades dos munícipes. Por isso é que insisto em dizer que a participação dos cidadãos é necessária, na medida em que eles têm sempre uma palavra a dizer. É fundamental que se tenha o contributo de cada cidadão para que se chegue a um modelo quase perfeito, que grande parte dos cidadãos se revejam na cidade e no que ela tem e dá.

Jornal de Angola - Está há poucos dias em Luanda, mas provavelmente terá procurado pesquisar um pouco mais sobre a capital angolana quando lhe foi feito o convite para cá vir. Como Luanda deve ser gerida para alcançar o nível de uma cidade inteligente e funcional?

Dan Embarek - Antes de chegar aqui pesquisei muito sobre Luanda, interagi e fiz comparações. O que devo dizer é que Luanda está no caminho certo. Luanda passa por uma etapa em que muitos países já passaram, mas penso que Luanda tem muitos aspectos importantes a seu favor e tem também o que considero ser um elemento necessário para se tomar numa cidade de referência. Angola ultrapassou um longo conflito armado, agora está em paz, estável e tem o suficiente para poder lançar-se numa verdadeira empreitada própria de uma grande "smartcity".

Jornal de Angola - O que o leva a dizer isso?

Dan Embarek - O que quero dizer com ter o suficiente? Quero dizer que Angola tem recursos petrolíferos, diamantíferos e minerais para avançar. Mais do que tudo isso: Angola é, sobretudo, um país jovem. Tenho as minhas raízes em África e sinto-me orgulhoso sempre que venho ao continente e encontro países como Angola, que dependem de si mesmos para vencer. Sinto que todo este processo está a ser feito de uma forma evolutiva Angola está a passar por um processo de evolução notável. O que notei é que aqui existe um sentido convergente em direcção a um porto seguro. Sinto que aqui está a ser construído um progresso, que pode ser visto como lento para alguns, mas que pode ir sem sobressaltos. O fundamental é que todos participem na construção de uma cidade que seja uma referência mundial. Quando a administração está ligada ao munícipe e ouve o necessário do cidadão, e este, por sua vez, acautela, acompanha e sugere, estão lançadas as bases para o êxito. Muitas cidades tomaram-se referência porque foram construídas nesta perspectiva. Angola tem estabilidade e todas as condições para tudo dar certo.

Jornal de Angola - Com as variáveis a que fez referência sobre o país em geral e Luanda em particular, quer dizer que, se aliarmos a estas vontades e engenho, podemos alcançar o nível de uma cidade sustentável, eficiente e inteligente?

Dan Embarek - Angola, em particular Luanda, está no caminho certo e tem um futuro promissor e conta com uma juventude que está disposta a trabalhar. Tem todo o potencial. Andei um pouco por Luanda, conversei com os dirigentes e visitei a cidade do Kilamba, que, para mim, é espectacular, apesar do que se tem dito sobre ela no estrangeiro. Existem aqueles que depreciam o projecto. Passei por lá e notei que é um lugar de convergência, na medida em que representa a coesão do país, porque acolhe cidadãos vindos de todas as partes do país. Só este facto é um ponto forte para os angolanos. Mas, respondendo à pergunta que me faz, diria que falta

um pouco de autonomia dos municípios para que eles próprios traçam programas que se adequam às suas necessidades e realidade. O país tem potencial e recursos humanos. Naqueles casos em que os recursos humanos nacionais não responderem aos desafios, pode-se recorrer à terciarização. Quando o país sente que não tem capacidade para realizar determinadas tarefas, deve buscar peritos internacionais.

Acho que Luanda tem tudo para o grande êxito como cidade de referência. Tem praias bonitas, clima favorável, cultura e um povo acolhedor. O fundamental é que o sistema de governação se adapte também aos desafios da construção de cidades sustentáveis, eficientes e inteligentes. A situação que se coloca em muitas cidades na actualidade é que o sistema de governação tem de se adaptar aos novos tempos, em que os desafios são outros e as necessidades das cidades também. Digo isto no sentido de se dar uma certa autonomia aos municípios para poderem liderar a resolução de problemas que lhes dizem respeito e não esperarem sempre que tudo venha da Administração Central ou do Governo Central. E preciso deixar que os municípios façam a gestão dos seus próprios problemas, isso seria uma mais-valia.

Jornal de Angola - Falou reiteradas vezes das cidades inteligentes. Actualmente, está em voga a questão das chamadas cidades resilientes. Olhando para o perfil de Luanda, o que nos diz?

Dan Embarek - Não posso adiantar soluções sem que saiba a fundo os reais problemas de Luanda. Os únicos que estão em condições de dizer com profundidade os problemas que vivem são as populações e são elas que podem levar também os projectos a bom porto, com a sua participação.

Mas, para a grande mudança, é preciso remover barreiras, que existem não pelo facto da ausência de vontade em fazer a mudança, mas simplesmente porque existem aquelas perguntas que ainda não foram respondidas. Por isso, convido-vos a irem à Barcelona para verem o que conseguimos alcançar. Desta forma, muitas questões vão ser levantadas sobre os métodos e o caminho usado para que Barcelona chegasse ao nível de primeira "smartcity" mundial. Por mais retórica e conhecimento que tenha, não posso, assim de repente, dizer o que Luanda precisa ou não. O mundo está globalizado e temos tudo para fazer um intercâmbio válido e eficaz. Só fazendo visitas a Barcelona é que vão poder ver o que vos interessa para Luanda. O que importa é trocar experiências e dialogar. Tudo está preparado para o êxito, mas é preciso remover as barreiras.

Jornal de Angola - Hoje fala-se das políticas de gestão de cidades assente em modelos holísticos e estratégicos. Qual é o significado e o alcance destes conceitos?

Dan Embarek - Quando se fala em modelos baseados em sistemas holísticos e estratégicos de cidades, estamos a falar de modelos que são vistos como um todo. O mundo mudou de tal forma que gerir uma Administração Municipal não deve ser visto como se via antigamente. Tem de ser visto como um empreendimento. Neste sistema, o Administrador Municipal é visto como uma espécie de Presidente do Conselho de Administração de uma empresa e tem que ver quais são os investimentos que devem gerar retornos satisfatórios. Aqui, o retorno não é visto numa perspectiva de rendimento pecuniário, mas na melhoria da qualidade dos serviços e na qualidade de vida dos cidadãos. Neste sistema, o lucro é traduzido na satisfação dos munícipes. Quanto mais satisfeitos estiverem os munícipes, mais dispostos estarão em investir no município.

Jornal de Angola - Existem, de facto, muitas cidades que se tornaram referência em todo mundo. Muitas vezes mal falamos dos países de que fazem parte. Na sua opinião, Luanda caminha para aí?

Dan Embarek - A cidade de Luanda tem tudo para alcançar outro nível. Isto está claro. Mas parte da estratégia da cidade de Luanda deve girar em torno da questão de saber como ela se pode tornar numa cidade de referência.

Hoje não se fala tanto dos países como se fala das cidades. Fala-se em Nova Iorque e não nos Estados Unidos, fala-se de Londres, Paris e Roma, e pouco se fala dos respectivos países. Por que não falar de Luanda, nos próximos anos?

Essa é uma política que deve ser preparada agora para os anos vindouros. Temos muito boas cidades em Angola, mas a cidade de Luanda devia servir de referência para os outros países africanos, e não só. Mas para isso, é preciso promover um forte intercâmbio e, mais do que isso: quando se fala de estratégia não falo apenas da nossa experiência. Luanda tem tudo de bom. Está tudo aqui, é só decidirem o que utilizar e o que fazer.

Jornal de Angola -E hora de começar a traçar o caminho para os grandes palcos mundiais e dar a conhecer a perspectiva de Luanda como cidade eficiente e funcional

Dan Embarek - Organizámos em Barcelona, todos os anos, o encontro de cidades inteligentes. Por que



razão Luanda não realiza o encontro de cidades africanas, em vez de ser sempre na Europa? Os europeus também deviam vir cá e "beber" da experiência e conhecer mais a realidade de Luanda. E o que digo: Angola tem tudo para ter cidades de referência mundial. Por que não servir do que temos aqui para ir em frente. Estou a dizer isto porque Luanda não é a primeira cidade que passou por experiências do género. O que era o Dubai e o Qatar há pouco anos? Serviram-se do que têm e agora tomaram-se em grandes placas giratórias e é quase obrigatório passar por elas. Tiveram limão nas mãos e fizeram limonadas. Luanda tem o suficiente para fazer o mesmo. Tem em construção um grande e moderno aeroporto, tem cultura, tem história, religião, línguas e grupos étnicos. Tem tudo para se tomar numa cidade de passarelas; uma cidade que atraía o mundo! É isso que os angolanos devem ambicionar fazer e ter uma visão que traga as pessoas para conferências, "workshops" e outros grandes eventos. Luanda deve começar a jogar já nos grandes palcos mundiais.

Jornal de Angola - Geralmente, as cidades são construídas na base de metas meticulosamente delineadas. O Plano Director Geral Metropolitano de Luanda traduz isso?

Dan Embarek - Traçar metas é fundamental para a construção. Mas é também preciso rigor, disciplina e compromisso. O Plano Director Metropolitano de Luanda é fantástico, mas deve adiantar-se no tempo e tirar proveito dos recursos que existem. Obtive muita informação sobre o plano e, pelas informações que encontrei, devo deixar aqui louvores. Porém, devo acautelar que, apesar do projecto ser bom, o modelo de governação tem de se adaptar ao desenvolvimento que se pretende. Seria contraproducente construir uma cidade que teria dificuldades de gestão. O importante é criar uma cidade que se tome a longo prazo auto-suficiente e que preste serviços aos munícipes, que, por sua vez, devem ser os que sustentam a estrutura através de impostos e taxas. Mas a estrutura não pode.

Fazer cobranças sem prestar um serviço de qualidade. E aí onde tem de se começar a ver o modelo de gestão a ser aplicado. Podemos desejar ter cidades inteligentes, mas é preciso haver uma reflexão séria e profunda sobre os desafios da sua gestão. Há uns 50 anos Dubai não tinha grandiosidade e imponência. Hoje é invejada. Porque ouviu os seus munícipes.

Jornal de Angola - Então, quer dizer que a participação dos munícipes na concepção e posterior gestão da cidade é fundamental?

Dan Embarek - Os munícipes devem ser intervenientes nos projectos da cidade. Quanto a Luanda, parece-me estar num momento propício para se lançar no grande objectivo. Luanda tem 15 anos para amadurecer. O Plano Director 2015/2030 traça caminhos para este crescimento e amadurecimento.

Jornal de Angola - Uma cidade inteligente é, necessariamente, tecnológica?

Dan Embarek - As tecnologias fazem parte do sistema, mas elas por si só não tornam uma cidade inteligente. Não é apenas a tecnologia que faz a cidade inteligente. Quem constrói a cidade inteligente são os munícipes como parte do sistema que tem a tecnologia como factor de facilidade na sua relação com a administração. As tecnologias fazem parte do século XXI e por isso não devem ser descuradas.

Passsei por algumas partes de Luanda e notei que a iluminação pública está deficiente. Que resultados é que a falta de iluminação pode trazer à cidade? Muitos acidentes na via, para não falar da segurança do cidadão. Esses são aspectos interessantes quando se fala de uma cidade inteligente. Os munícipes e as autoridades devem velar por isso.

Mas aqui, se calhar, a solução passaria pela instalação de sistemas eficientes de iluminação inteligente. A tecnologia é importante, mas é o ser humano que faz as cidades inteligentes. A tecnologia é apenas um elemento que favorece o desenvolvimento humano.

## 6.4 Mais um plano para Luanda...

*Folha8*

*16 De Janeiro de 2016*

Desde que começamos a ouvir falar em planos directores para Luanda, já se passaram mais de 40 anos, sendo o primeiro aquele que remonta aos últimos anos do tempo colonial, mais exactamente a 1973.

Temos assim na origem de todo este processo de planificação urbana que esta semana, com alguma pompa e circunstância, conheceu mais uma etapa, o histórico Plano Director para a Cidade de Luanda (PDCL).

O PDCL acabou por nunca ser implementado pelas autoridades coloniais devido ao facto de, um ano depois, ter acontecido a Revolução de Abril, que viria



a abrir o caminho para a Independência de Angola em Novembro de 1975.

Da informação que conseguimos recolher sobre o PDCL, soubemos que ele começou a ser elaborado por uma empresa francesa de nome O.TAM. (Omnium Technique d'Aménagement) e que propunha a criação de três pólos de crescimento em Viana, Cacucaco e Camama.

Depois, já com Angola independente, seguiram-se, por ordem cronológica, em 1979, o Plano Director para Luanda; e, entre 1995 e 1997, o Plano de Gestão do Crescimento Urbano da Cidade, que daria origem ao Plano de Drenagem de Estradas e de Águas Pluviais para um Mussequê Piloto.

Em 2006, surge o Plano da Nova Cidade de Luanda, visando o desenvolvimento de uma nova cidade, elaborado sob a responsabilidade do China International Fund Ltd (CIF).

Para além destas iniciativas aqui citadas para ilustrar o panorama, fomos tendo conhecimento de várias outras mais distantes e mais recentes, todas elas apontadas para o mesmo grande objectivo, até que surgiu o Plano Director-Geral Metropolitano de Luanda (PDGML) que esta semana foi apresentado ao país.

A ter em conta o principal rosto executivo do PDGML, poucas serão as pessoas que terão nesta altura muitas dúvidas em admitir que este é aquele que vai mesmo valer, sobretudo depois de termos visto o Chefe da Casa Civil da Presidência da República a fazer a sua apresentação oficial!

No contexto da realidade angolana, já não é possível ignorar a força desta proximidade, por mais que nos queiramos abstrair dela, considerando a figura em causa como sendo apenas a líder da empresa angolana que ganhou o concurso promovido pelo GPL.

Isabel dos Santos até pode ser mais uma empresária angolana, mas na prática todos sabemos que esta igualdade termina exactamente aí, no significado da palavra, porque depois o resto do "filme" passa a ter um guião bem diferente.

A diferença aqui é, claramente, o "espaço de manobra" que os empresários têm (ou não têm) no relacionamento com o poder político, sendo esta vantagem decisiva na hora de se marcar a diferença e de se levar a bom porto o nosso barco.

Ao introduzirmos aqui esta nota mais "fulanizada", queremos chamar a atenção para algo muito concreto que foi dito pela empresária e que, por razões óbvias, não podíamos deixar passar em branco.

No conjunto de toda a informação prestada relacionada com o novo projecto, é quanto a nós pát" a já a referência mais preocupante, por acharmos que ela tem algum conflito com a realidade dos factos.

O que foi dito é que o PDGML, cujos contornos ainda não dominamos suficientemente, também foi o resultado de uma ampla auscultação social levada a cabo pelos consultores.

Ora o que temos ouvido é exactamente o contrário, se estivermos a falar de uma auscultação em qualidade técnico-científica, que é aquela que mais se precisa para alavancar o desenvolvimento.

O que temos ouvido dos dignos representantes das instituições da sociedade civil mais especializada que, quanto a nós, deveriam obrigatoriamente ser consultadas para projectos públicos tão abrangentes, é que elas nunca são tidas nem achadas por quem de direito.

Ainda este domingo, ouvindo numa das rádios locais um interessante e amigoso bate-papo sobre a cidade de Luanda, voltamos a confirmar esta informação que já não constitui novidade para ninguém.

E quem falava deste divórcio assumido era nem mais nem menos que o Bastonário da Ordem dos Arquitectos de Angola.

A OAA deveria ser a primeira organização da sociedade civil a ser parceira do Executivo, como consultora a tempo inteiro, na hora de se tomarem as grandes decisões relacionadas com o presente e o futuro de Luanda em matéria de urbanização. Depois, e numa outra rádio, ainda fui a tempo de ouvir alguém ligado à Ordem dos Engenheiros a pronunciar-se na mesma direcção e com as mesmas preocupações relacionadas com o divórcio existente que é quanto a nós a referência mais problemática da forma como o Executivo está a conduzir os destinos dos bens colectivos.

A estas duas vezes ainda poderíamos associar a "cruzada" permanente que a arquitecta Ângela Mingas tem vindo, de algum tempo a esta parte, a levar a cabo contra a falta de inclusividade na gestão urbana de Luanda, considerando que a cidade é mesmo de todos nós.

Diante destas e de várias outras opiniões convergentes, é-nos muito difícil aceitar que o PDGML tenha assente as suas decisões numa auscultação mais comprometida com a diversidade de visões que existem para Luanda. Gostaríamos de estar enganados, mas não tardaremos em constatar os resultados deste divórcio na definição de alguma das

opções que foram tomadas ao nível do PDGM, a começar pelas zonas verdes, pela conservação da parte histórica da cidade e pela ocupação da orla marítima.

A ver vamos ...

\*In Rede Angola

## 6.5 Bento Soito com poderes esvaziados

*Jornal A Capital*

*23 De Janeiro de 2016*

*Texto: Paulo Beltrão*

Informações privilegiadas que este jornal teve acesso dão conta que Bento Soito estará a experimentar um momento delicado na sua posição de director do GTRUCS. Ao que se diz, o também arquitecto não sabe se ri ou chora: é que nos tempos que correm o mesmo está feito uma figura decorativa, praticamente desprovida de poder real na posição que ocupa.

As insónias de Soito, garante a fonte deste jornal, terão começado em 2013 a partir do momento em que o Presidente da República nomeou José Alberto Punazau para o cargo de director do Gabinete Técnico de Coordenação da Requalificação e Reconversão Urbana do Perímetro Costeiro demarcado da Cidade de Luanda. De lá para cá, a performance do antigo vice-governador de Luanda para a Área Técnica nunca mais foi a mesma. Ou seja, todo o poderio de que dispunha no projecto de requalificação dos dois emblemáticos municípios de Luanda foi praticamente esvaziado com a entrada em campo do também antigo director do Gabinete de Obras Especiais (GOE), um organismo afecto à Presidência da República.

Quando, em 2010, se decidiu pela criação do gabinete que tem Bento Soito à testa foi com a ideia de execução, coordenação, acompanhamento, controlo e fiscalização do processo de implementação dos projectos de reconversão dos municípios do Cazenga e Sambizanga, que funcionaria na directa dependência da Comissão Nacional para a Implementação do Programa de Urbanismo e Construção.

Até aqui nada de anormal, mais a mais em se tratando de um plano de reconversão urbana que visa, sobretudo, apetrechar aquelas áreas (Sambizanga e Cazenga) de infra-estruturas técnicas, de circulação rodoviária e pedonal adequadas, de espaços verdes,

áreas de comércio, lazer, equipamentos sociais e habitações condignas.

A José Eduardo dos Santos, porém, terão chegado as informações menos boas sobre a forma como todo o processo estava a ser conduzido que o terá levado a franzir a testa. No Cazenga, por exemplo, cujo plano de requalificação contempla a construção dos edifícios que albergariam os moradores de áreas desordenadas e sem saneamento básico acabou por revelar-se desastroso.

Ao Chefe do Executivo desagradou completamente a forma atabalhoada como se deu o desalojamento dos populares das áreas abrangidas pela requalificação, que obrigou a demolição de residências, entretanto com um processo de realojamento pouco ortodoxo, que deixou muitos sem saber onde abrigar-se por supostos favorecimentos a pessoas alheias aos municípios visados.

Mas, como se não bastasse apenas isso, o PR mostrou-se bastante agastado com a forma rocambolesca como sumiram, em 2013, mais de um bilião de kwanzas, à data dos factos cerca de 14 milhões de dólares, pertencentes ao gabinete dirigido por Bento Soito, mas que foram transferidos para a conta de uma empresa fantasma criada por dois quadros seniores daquele organismo, numa rede que envolveu mais quatro funcionários, após falsificarem a assinatura do principal responsável do gabinete encarregue da requalificação do Sambizanga e do Cazenga.

No espaço de apenas um mês, a conta do GTRUCS foi sendo desfalcada numa arrojada manobra financeira de astutos funcionários da instituição. Apesar de ter denunciado a fraude, Bento Soito nunca mais se livrou da má fama que aquela operação provocou ao organismo. Nunca mais foi visto com bons olhos, daí que a partir desta altura se tenha iniciado o 'desossar' do protagonismo que então vinha tendo à frente do organismo.

Consta que a Soito, foi retirado uma peça chave da sua instituição. Por exemplo, no que ao Sambizanga diz respeito todo o dossier está e entregue a Puna Zau, sendo que ao primeiro resta apenas o populoso Cazenga, entretanto sem o poder financeiro que envolveu a fase inicial do processo de requalificação.

Em boa verdade, ainda que aparentemente não seja visto desta forma, é o director do gabinete Técnico de Coordenação da Requalificação e Reconversão Urbana do Perímetro Costeiro demarcado da Cidade de Luanda quem, na realidade, 'mija mais grosso', ao passo que o seu colega de profissão (arquitecto) vê-se verdadeiramente esvaziado dos poderes que lhe

havia sido confiados por altura da criação de um gabinete que, além do Sambizanga e Cazenga, tem a responsabilidade de requalificar também o distrito urbano do Rangel, que se acha enclausurado entre os dois pontos do Plano e eixo de ligação e mobilidade urbana entre os dois pontos.

## 6.6 Obras de modernização de Luanda conferem uma nova imagem á Capital

*Jornal De Economia e Finanças*

*29 De Janeiro De 2016*

*Autor: António Eugénio*

Depois do trabalho de reabilitação de algumas ruas de Luanda, pela construtora Mota-Engil, a cidade capital apresenta um novo postal e um novo colorido.

Por exemplo, a Avenida Brasil e a Eugénio de Castro estão com novo aspecto. Na rua da ex Liga Africana, o cenário também já é diferente, se comparado ao passado recente, onde praticamente a circulação era feita de forma "sofrível", tudo porque frequentemente apresentava águas paradas, as tampas dos esgotos eram várias vezes vandalizadas, o que permitia que muitas viaturas encalhassem.

A Avenida Brasil, Joaquim Kapango, Largo do Ambiente fazem parte das ruas onde a construtora interveio e o cenário é agradável. A empreitada da Mota-Engil incidiu principalmente na reparação de buracos, de passeios e lancis, a colocação de placas de sinais de trânsito, de tampas nas caixas colectoras de saneamento, entre outros.

Na altura as autoridades governativas, apontavam que a cidade precisava de uma intervenção profunda, e a necessidade prioritária eram as zonas centrais, e posteriormente atingir os arredores da capital.

### Contrato de execução

Segundo um documento a que o JE teve acesso, o contrato da primeira fase do plano de revitalização dos eixos viários de Luanda, que arrancou em Novembro do ano passado, permitiu reparar 16 ruas do centro de Luanda, altura em que foi rubricado pelo Conselho da Administração da Mota-Engil e o Governo Provincial de Luanda avaliado em 78,9 milhões de dólares (12,2 mil milhões de kwanzas), para reparar as estradas, passeios, lancis e sinais de trânsito.

Fruto deste acordo, a circulação está fluida, resultante de trabalhos de terraplanagem, saneamento e colocação do tapete asfáltico em curso nas vias secundárias e terciárias no interior.

No interior do bairro Benfica, nas proximidades do mercado, as vias permitem que o automobilista circule à vontade e conserva melhor a sua viatura. Este trabalho tem deixado os transeuntes e automobilistas bastante satisfeitos.

Jorge Carlos ao volante de uma viatura gaba-se pelo trabalho feito na estrada. Na mesma senda, está a cidadã Emília Tavares, "anteriormente a minha viatura tinha sempre problemas, com a reabilitação destas ruas tudo mudou".

O bairro localizado no antigo controlo, por detrás do novo Tribunal provincial de Luanda, mereceu a mesma operação.

### Circulação fácil

Outra estrada reabilitada e agora conta com duas faixas de rodagem é a que sai de Luanda Sul passando pela Universidade Utanga, no município de Viana.

A beira da estrada pode ser divisadas bombas de combustível, casas comerciais, shopping, e vários outros serviços que beneficiam automobilistas, ciclistas, motociclistas e transeuntes.

"Está uma maravilha e muito bonita, antes aqui era só poeira e quando chovesse era intransitável. Actualmente, o trânsito mais fluído e sem qualquer problema", disse ao JE, o cidadão Fernando Calha.

A reabilitação da via valorizou muito os bens imobiliários ali construídos, segundo Fernando Calha, que arrendou a sua pequena casa na ordem de 40 mil kwanzas mês contra os 20 mil anteriores.

A ronda feita pela reportagem do JE passou também pela zona Norte da cidade de Luanda, onde constatamos que os acessos aos terminais marítimos estão a ser asfaltados, desde o ano passado.

Após a compactação do solo e criação de valas de drenagem para escoar as águas da chuva. Os trabalhos incidiram nas entradas aos terminais da Unicargas, Multi-Terminais, Mano Porto, MPCO e Sogester, uma reabilitação inserida no programa de recuperação dos 850 metros, do troço rodo-viário Unicargas/Sogester, na zona da Boavista.

Segundo um trabalhador da empresa, antes da compactação foi colocada uma nova rede de distribuição de água potável e de energia eléctrica, e de comunicações.

O trabalho abarcou também na colocação de placas de sinalização e postes de iluminação pública, para facilitar a mobilidade do tráfego automóvel da zona da Boavista aos terminais.

A fase seguinte da empreitada, que conta com a contribuição de 77 trabalhadores consistirá na colocação de placa de sinalização e postes de iluminação pública.

A requalificação da zona da Boavista, via da Sonils à estrada do Kima Kienda, a continuidade da estrada da Sonils e sua ligação com a via expressa Luanda/Kifangondo, as duplicações das pontes sobre a rotunda da Boavista, a passagem superior do Caminho de Ferro e o Rio Suroca, o projecto de protecção e estabilização das encostas da Boavista, consta no leque de trabalho.

Este trabalho contou com a participação de 77 trabalhadores, na sua maioria angolanos.

## 6.7 Projectos integrados melhoram mobilidade

*Jornal Economia e Finanças*

29 DE Janeiro De 2016

*Autor: Adérito Veloso*

Nos seus 440 anos de existência, completados na passada segunda-feira (25), Luanda, capital do país, com um universo de mais de 6,5 milhões de habitantes, continua a registar um grande défice na mobilidade.

Para se ultrapassar este grande problema que interfere directa e indirectamente no desenvolvimento sócio económico, foi concebido, recentemente, o Plano Director Geral Metropolitano de Luanda (PDGML), que é um "mapa" onde estão definidos um conjunto de acções, para melhorar a qualidade de vida da população.

Entre as várias acções, a iniciativa incorpora a construção, reabilitação e modernização de infra-estruturas integradas, com realce para a estratégia de melhoria da mobilidade, visando aumentar a sua capacidade, nomeadamente a da rede de vias rápidas existentes, assim como criar uma rede integrada eficiente dos transportes públicos.

## Estratégia

O projecto dá prioridade a intervenção nas estradas primárias, secundárias e terciárias.

Em declarações recentes à RNA, a directora-geral da Urbinvest, empresa coordenadora do Plano Director Metropolitano de Luanda (PDGML), Isabel dos Santos, revelou que no projecto foram traçados os "sítios" onde poderão passar as estradas, cabendo ao Instituto Nacional de Estradas (INEA) definir as prioridades para a execução das obras e projectos.

Segundo disse, para Luanda será necessário criar uma rede de estradas primárias, com cerca de 500 km (auto-estradas urbanas), que possam permitir atingir velocidade superior a 80 km/hora.

A engenheira revelou que as estradas secundárias estão previstas 1.050 km e um total de 1.200 para as terciárias.

"Algumas destas estradas já existem, mas que serão reabilitadas e outras não existem e terão de ser construídas", disse Isabel dos Santos.

A engenheira também revelou que Luanda, de "ponta à ponta" conta com uma extensão de 70 km, sendo uma cidade muito vasta, daí que, para se poder atingir um tempo de trajeto de viagem de 35 minutos, o PDGML prevê a construção de auto-estradas que "permitam uma maior mobilidade e com maior segurança rodoviária".

Sobre o comboio de "alta velocidade", prevê-se que a capital angolana desenvolva um projecto que possa aglutinar vários outros projectos de transporte público.

A fonte acrescenta que para suportar o corredor ferroviário estima-se que serão necessários cerca de 200 quilómetros (km) de uso exclusivo para o comboio de transporte público.

Serão necessários 200 km para sistemas segregados (onde a faixa destinada para o transporte público não interfere com a faixa dos carros particulares), e mais de 300 para um sistema de transporte público parcialmente segregado (onde o transporte público tem prioridade, mas haverá situações em que poderá interferir com a circulação urbana).

"Apresentamos o mapa, já que o Plano Director não constrói, só indica aonde que deverão ser construídas as estradas, as linhas de metro", disse Isabel dos Santos.



## Missão

O PDGML será revisto a cada cinco anos, de forma a adequá-lo a novas realidades que possam surgir, bem como prevê para o período 2015/2030 que a população da província atinja os 12,9 milhões de habitantes.

Só no município de Viana, deverá atingir, dentro de 15 anos, cerca de 3,1 milhões de habitantes. Até 2030 está planeada a construção de 1,4 milhões de casas, além de 13 novos hospitais, 160 centros de saúde e 1.500 escolas.

A iniciativa prevê a criação de um centro económico, industrial, agro-industrial e de uma praça financeira junto aos rios Kwanza e Bengo.

Quanto ao segmento do fornecimento de energia eléctrica, o PDGML planeia a construção de novas centras hidroeléctricas e térmicas, de forma a garantir um aumento da potência dos actuais 1.700 megawatts para os 5.600.

O plano tem uma abordagem integrada dos principais problemas da província, que resultou na sua fase inicial na procura de concertação com todos os autores e agentes sociais e económicos e com a auscultação na identificação dos problemas e na definição dos recursos para o seu desenvolvimento.

## 6.8 Primeiras casas são habitadas ainda este ano

*Jornal de Angola*  
6 De Janeiro de 2016  
José Chaves

A centralidade do Andulo, construída no âmbito do Programa Nacional de Habitação de 200 casas para cada município, conta com 172 apartamentos concluídos e começa a ser habitada a partir do primeiro trimestre deste ano, anunciou ontem governador provincial do Bié.

Boavida Neto disse que a nova centralidade é um projecto que se enquadra no Programa Nacional de Habitação, traçado pelo Executivo com vista a diminuir o problema da falta de casas, principalmente no seio da juventude e de funcionários públicos.

Os prédios da centralidade são de três pisos e do tipo T3. Na segunda fase vão ser construídos edifícios habitacionais modernos, hospitais, escolas, quadras desportivas multiusos e uma rede viária com

cinco quilómetros, mercados, centros comerciais e outras estruturas.

O projecto da nova cidade, construída numa reserva de 72.235 hectares, onde foram desminados 164 hectares, consta igualmente do Programa de Investimentos Públicos (PIP), com vista ao desenvolvimento social e económico da província do Bié. O projecto engloba postos de saúde, parques de estacionamento, creches, lojas, escolas, igrejas, postos policiais, entre outros estabelecimentos. Na província do Bié estão ainda em construção duas centralidades, sendo uma no município do Andulo, com mil fogos habitacionais, e outra na cidade do Cuito, com seis mil.

## 6.9 Entrega de casa retoma esta semana

*Jornal De Angola*  
7 De Janeiro de 2016  
Autor: Armando Sapalo

Mais de três mil apartamentos, de um total de 5.004 construídos na centralidade do Dundo, estão disponíveis para os trabalhadores da Administração Pública, disse, ontem, o vice-governador provincial para o Sector Técnico e Infra-estruturas da Lunda Norte. Lino dos Santos prestou estes esclarecimentos devido à grande agitação e ansiedade que se regista por parte de alguns candidatos à aquisição de apartamentos na centralidade do Dundo, cujo processo de venda começou no dia 28 de Dezembro de 2015, com o acto formal de entrega das chaves aos primeiros moradores.

Não há razões para tanta agitação, pois neste momento apenas 2.174 trabalhadores da função pública se mostraram disponíveis para adquirir residências na centralidade do Dundo, dos quais 180 candidatos já receberam as chaves das moradias, disse Lino dos Santos, que tranquilizou os cidadãos que já cumpriram com todos os requisitos, pois o processo é contínuo e a Imogestim vai atender todas as pessoas. O processo de entrega das chaves aos moradores da centralidade do Dundo, disse o vice-governador provincial, sofreu uma interrupção devido às festas da passagem de ano e é retomado ainda esta semana.

"Os técnicos da Imogestim retomam os trabalhos esta semana depois de terem passado as festas com familiares em Luanda", afirmou Lino dos Santos, assegurando que o número de casas disponíveis é superior ao das inscrições.

Lino dos Santos destacou que no quadro da atribuição das quotas por grupos, 25 por cento é para



a venda ao público dirigido, nomeadamente empresas e institutos Públicos, e 15 por cento para a venda livre.

O vice-governador provincial para Sector Técnico e Infra-estruturas revelou que entre os critérios estabelecidos para se habilitar à compra de um apartamento na central idade do Dundo, destacam-se a apresentação de uma declaração negativa de compra de uma casa ao Estado e um salário mínimo de 90.000 Kwanzas. Lino dos Santos informou que todo o cidadão que já tenha comprado ou está a adquirir uma casa ao Estado em qualquer projecto habitacional construído pelo Executivo não pode candidatar-se. A prioridade, disse, é para aqueles cidadãos que nunca beneficiarem das facilidades do Estado para a compra de um imóvel, pelo facto de o défice habitacional nas famílias angolanas ser ainda bastante acentuado.

O vice-governador provincial disse que um funcionário público com um rendimento mensal de 90.000 kwanzas está apto a candidatar-se para comprar o apartamento mais barato da central idade do Dundo, do tipo T3 e T3+ I, para pagar num período de 30 anos.

## 6.10 Milhares de casas são construídas ainda este ano

*Jornal de Angola*

8 De Janeiro de 2016

Texto: Kayila Silvina

Um total de quatro mil casas sociais do tipo T3 geminadas, 1.500 para cidade de Mbanza Congo e 2.500 para o município do Soyo, o ser construídos este ano, de modo a colmatar o défice habitacional nas duas regiões, anunciou ontem o director provincial do Ordenamento do Território Urbanismo e Ambiente no Zaire.

Cláudio Fortunato disse, a saída da reunião ordinária do Conselho Provincial da Auscultação e Concertação Social, orientado pelo governador provincial, Joanes André, terem já sido identificadas as áreas para a construção.

O projecto habitacional contempla obras das redes técnicas e construção de condutas para o abastecimento de água potável, colectores e esgotos para a drenagem de águas pluviais e residuais, assim como a tubagem para as telecomunicações.

Ao intervir na sessão de abertura da reunião Ordinária do Conselho Provincial de Auscultação e Concertação Social, o governador provincial do Zaire aconselhou os membros do conselho a continuarem a trabalhar na arrecadação de receitas não petrolíferas, de modo a prestar maior contributo ao Orçamento Geral do Estado.

Joanes André exortou os membros do Governo da província a redobram esforços para melhoria da gestão dos gastos face às dificuldades financeiras que o país vive.

## 6.11 Conclusão das obras satisfazem os jovens

*Jornal de Angola*

9 De Janeiro de 2016

Texto: Estanislau Costa

Os Jovens das terras da Cheia estão expectantes na conclusão das obras da nova centralidade da Quilemba, localizada dez quilómetros a norte da cidade do Lubango, onde estão a ser construídas onze mil casas de rés-do-chão e edifícios de dois pisos.

Há quem já se antecipasse em saber os requisitos das demais centralidades espalhadas um pouco por todo o país e com moradores a desfrutar do sonho de casa nova, que levou alguns a juntar os documentos e criar outras condições exigidas para apresentar no "dia D".

Por isso, José Francisco, 28 anos de idade, professor numa escola do ensino secundário do bairro Nambambi, considera que a província da Huíla fechou 2015 com chave de ouro. "Entramos para o novo ano com diversos programas animadores capazes de promover o desenvolvimento e a diversificação económica", afirmou, referindo que falta muito pouco para a distribuição em massa de moradias numa área urbanizada, com diversas infra-estruturas sociais, ruas asfaltadas, água e energia. "O Lubango tem agora uma nova cidade para acolher mais famílias."

A jovem Ndiliweke Fernanda, técnica de enfermagem de um dos hospitais da urbe, afirma que os novos casais com filhos vão brevemente ter condições adequadas para viver. "Há muitos jovens que constituíram família e que vivem bem, facto que os estimula a ter mais filhos".

O projecto do Executivo que visa a criação de novas centralidades em várias províncias "foi bem concebido por favorecer a expansão das cidades, dar

novo caris as estruturas arquitectónicas e garantir o bem-estar das populações", disse Ndiliweke, para encorajar a continuidade do programa.

O que mais espanta os jovens é o brilho evidenciado pela iluminação pública e das milhares de casas no período nocturno. Na verdade, surgiu uma nova cidade nos arredores do Lubango. O movimento de técnicos de construção civil e máquinas ainda prossegue.

#### Moradias prontas

Cerca de oito mil casas do tipo T3 e T2 rés-do-chão e apartamentos, dos onze mil fogos habitacionais projectados na centralidade da Quilemba, estão já concluídas. O Jornal de Angola soube que estão em curso obras de acabamento de outras 800 moradias.

Os técnicos chineses da empresa CITIC e angolanos estão cada vez mais animados em levar a empreitada até final. Tudo indica que em Novembro são entregues ao proprietário da obra as primeiras residências.

Está também em curso a construção de cinco escolas do ensino primário e quatro do ensino secundário com 24 salas de aulas cada. Compõem as infra-estruturas escolares sala dos professores, área administrativa, bibliotecas, balneários, jardins, entre outros espaços relevantes para o processo de ensino. O vice-governador para o Sector Técnico e Infra-estruturas, Nuno Mahapi Dala, esclareceu há dias que os pais e encarregados de educação que residirem na centralidade do Quilemba deixam de se preocupar com a acomodação das crianças recém-nascidas, com a construção de dois berçários, numa área de dois mil metros quadrados.

Ao todo, três mil técnicos angolanos estão ao lado dos chineses a transformar um enorme matagal em espaço habitável moderno. As avenidas asfaltadas equivalem a 70 quilómetros. Neste momento os trabalhos centram-se na drenagem fluvial, arruamentos e passeios.

#### Acções do ano.

O governador provincial da Huíla, João Marcelino Tyippinge, anunciou as boas novas para o presente ano, realçando a construção e apetrechamento do Instituto de Formação e Gestão Económica dos PALOP, de residência de professores, escolas de quatro salas de aulas em Caluquembe e escola de seis salas de aulas no Rio de Areia, nos Gambos. O programa prevê a construção e apetrechamento de uma casa T2, no Ndogua, em Quipungo, um posto de Saúde no Ndongue, nos Gambos, uma escola de

seis salas de aulas e casa para os professores, em Caconda e na Cacula.

O governador João Marcelino Tyippinge garantiu igualmente a construção do Centro Regional do Instituto de Formação de Administração Local (IFAL), do Serviço Integrado de Atendimento' ao Cidadão (SIAC).

Vai ainda proceder-se a estudos para a reabilitação das barragens e perímetros irrigados do Waba, do Chicungo, do Kuê I, de Quipungo, Sendi e das Neves, assim como da reabilitação e ampliação do hospital da IESA em Caluquembe.

João Marcelino Tyippinge disse que a circulação nos municípios vai ser feita com maior fluidez com a reabilitação das estradas Bibala-Lubango, Caconda-Chipindo, Quipungo-Chicomba-Caconda e da circular da cidade do Lubango.

O governador provincial revelou que a província vai gerir no presente ano mais de 58 mil milhões de kwanzas, dos quais 49 por cento são canalizados para o sector da Educação, 20 por cento para a Saúde, 14 por cento para os serviços públicos gerais, 12 por cento para habitação e serviços comunitários e dois por cento para a Protecção social.

#### Nova Universidade

As obras de construção da Universidade Evangélica Sinodal de Angola (UESA), numa área de seis hectares, na zona de expansão da sede da província, Quilemba, vai custar mais de 777 milhões e 819 mil kwanzas. O director provincial da Educação, Américo Chicoty lançou a primeira pedra que simbolizou o começo das obras.

O complexo universitário tem cinco blocos, onde estão distribuídas as 45 salas de aulas, biblioteca, sala para os docentes, laboratórios para aulas práticas, área para serviços administrativos, balneários, espaços de recreação e lazer e um parque de estacionamento.

O presidente da Universidade Evangélica Sinodal de Angola (UESA), Diniz Eurico, informou que a nova Universidade dá prioridade à formação de quadros com qualidade e competência para participar no processo de desenvolvimento do país. "Estamos empenhados para que a instituição tenha mais capacidade de receber mais jovens que concluem o ensino médio."

A UESA representa um projecto de ensino de nível superior e diversificado criado com o propósito de formar os fiéis da congregação religiosa e de outras denominações com membros interessados em

aumentar os conhecimentos e estar apto para os novos desafios, concluiu Diniz Eurico.

## 6.12 Dundo melhora imagem com novas urbanizações

*Jornal De Angola 9 de Janeiro de 2016*

*Autor: Vitorino Matias*

A cidade do Dundo, a capital da Lunda Norte, conhece dias melhores com a construção de várias Infra-estruturas sociais e o melhoramento de algumas vias secundárias e terciárias, o que tem permitido devolver a Imagem de uma bela metrópole.

Na quinta-feira, Dundo assinalou o seu primeiro aniversário, desde que foi elevado à categoria de cidade, por via do decreto presidencial n° 21 /15 de 7 de Janeiro.

A data foi marcada com a realização de um fórum sobre os Desafios de Expansão, Renovação, Recuperação e Reordenamento Urbano da Cidade, sob o lema "Transformar a sociedade para a diversificação da economia".

O seminário abordou vários temas relacionados com a Administração e Cidadania, Expansão Urbana da Cidade e o Plano de Gestão do Centro Histórico da Cidade do Dundo.

Os temas foram apresentados pela administradora da empresa de consultoria, "Intersismet Consul-ting", Natália Ramos, e pela administradora do distrito urbano do Dundo, Inocência Finada Costa.

O vice-governador provincial para infra-estruturas e serviços técnicos, Lino dos Santos, disse que o evento vai permitir capacitar e tirar ideias de como se pode gerir e governar uma cidade com novas urbanizações e os limites geográficos com êxito. Lino dos Santos exortou os munícipes no sentido de preservarem as infra-estruturas sociais existentes na nova urbanização, de modo a conservar e dignificar a imagem da cidade, devendo os cidadãos cumprir e respeitar as leis e os limites distritais plasmados no decreto presidencial 211I 5, de 7 de Janeiro, publicado em 2015.

A administradora do distrito urbano do Dundo, Inocência Fina da Costa, em representação do administrador da cidade, Alteres Malenga, enalteceu o empenho do Executivo e do Governo da província pela criação da cidade e seus distritos, bem como a elevação da antiga comuna do Lóvua à categoria de município.

Inocência Fina da Costa convidou os munícipes do Dundo a participarem activamente na conservação e na gestão dos bens públicos construídos em prol do desenvolvimento harmonioso do espaço urbano e que estão a conferir boa imagem à cidade capital da Lunda Norte.

Inauguradas estradas

No quadro das comemorações do primeiro aniversário da cidade do Dundo, o governador da província, Ernesto Muangala, inaugurou na quinta-feira o troço rodoviário que liga a Estrada Nacional 180 com a 225, que passa junto da Centralidade do Dundo.

Com um 1,6 quilómetros de comprimento, o troço rodoviário vai facilitar a mobilidade dos cidadãos da nova urbanização do Dundo. A estrada tem uma largura de oito metros e duas faixas de rodagem de 3,5 metros de largura cada e uma berma de 0,50 metros. As obras de construção do troço rodoviário iniciaram em Setembro do ano passado e foram concluídas em Dezembro do mesmo ano e foram financiadas por linha de crédito do governo chinês. A estrada vai ajudar na melhoria da circulação rodoviária na região.

## 6.13 Benfica recebe novas moradias.

*Jornal De Angola*

*13 de Janeiro de 2016*

A empresa angolana de construção civil Jefran vai construir este ano 7.500 moradias em Benfica, província de Luanda, para famílias de baixo e médios rendimentos.

A informação foi avançada segunda-feira à comunicação social pelo presidente do conselho de administração da Jefran, Francisco Simões da Silva, quando fazia a entrega a 1.500 famílias de moradias construídas no âmbito da primeira fase do projecto da empresa em Luanda, denominado "Urna família uma casa".

O gestor frisou que a iniciativa da Jefran simboliza a participação do empresariado nacional no Programa Nacional de Urbanismo e Habitação desenvolvido pelo Executivo. O projecto habitacional que a Jefran desenvolve, disse, permite que os cidadãos realizem o sonho da casa própria por "preços imbatíveis".

O empresário disse ser necessário que se leve a informação aos interessados de que é possível adquirir uma habitação a preços baixos, através da renda resolúvel ou a pronto pagamento. A adesão ao

projecto é boa, apesar de haver algum cepticismo, pelo facto de a Jefran ser nova no mercado, acentuou Francisco da Silva, declarando que "tudo tem sido feito para atrair mais pessoas ao projecto", que criou 840 postos de trabalhos directos, 800 dos quais ocupados por nacionais.

## 6.14 Multiáfrica investe USD 100 milhões na construção de 2500 casas.

*Semanário Económico*

*14 De Janeiro de 2016*

*Texto: Nadina Txipungo*

Através da Multi-elefante, empresa de construção civil criada há dois meses, a Multi-áfrica lançou-se ao desafio de participar no processo de reconstrução nacional. O administrador do grupo Multi-áfrica, Virendra Carsandás, fez saber que a primeira pedra deste projecto será lançada no mês de Fevereiro e numa primeira fase serão construídas apenas 2500 casas, referindo igualmente que as habitações serão erguidas.

" Investimos 100 milhões de dólares neste projecto habitacional, visto que já possuímos uma fábrica de mobiliários em Portugal e, fazemos trabalhos de decoração de interiores e torna - se tudo mais facilitado", refere.

Virendra Carsandás fez saber que 80% do material de construção a ser usado no novo projecto será nacional, atendendo à situação económica e por considerar que já há qualidade do "feito em Angola".

Para o responsável esta é uma forma de ajudar os cidadãos a concretizarem o sonho da casa própria, por isso as mesmas serão comercializadas a um preço inferior a 70 mil dólares.

O administrador do grupo, Virendra Carsandás fez saber ainda, que a Multi-áfrica possui também a Multiframe, empresa virada para a montagem de casas do tipo frame (casas metálicas e de madeira) e tem uma fábrica sedeadada no bairro Benfica.

Sem avançar o número de casas já montadas, Virendra Carsandás fez saber ainda que as casas do tipo frame custam 50 mil dólares, acrescentando mesmo que "neste momento contamos com um projecto de mais de 100 casas a serem montadas em Malanje", avançou.

Com três empresas viradas para o Comércio geral e de bens alimentares, através da Multiáfrica, decoração de interiores e mobiliários, pela Laskasas Angola e montagem de casas do tipo frames, pela Multiframe.

Multiáfrica regista prejuízo de 15 milhões de USO em 2015 com uma facturação de 30 milhões de dólares no ano de 2014, o grupo Multiáfrica registou uma queda nas vendas durante o ano de 2015 de 15 milhões de dólares.

De acordo com o administrador do grupo Multiáfrica em Angola, Virendra Carsandás, este prejuízo deve-se ao atraso nos pagamentos aos fornecedores devido à falta de divisas no mercado nacional, assim como à redução nas vendas de cabazes registadas em Dezembro.

"Está difícil pagar os fornecedores a tempo e os clientes não podem pagar o total do valor sem receber a mercadoria, mas as vendas de cabazes também caíram muito em 2015", lamenta. Virendra Carsandás refere que das três empresas que gere a Multiáfrica é a que mais rende para as contas do grupo, pois representa 80% dos lucros.

A operar no mercado nacional há oito anos, o grupo Multiáfrica está dividido entre os sectores do Comércio geral e de bens alimentares, através da Multiáfrica, decoração de interiores e mobiliários, pela Laskasas Angola e montagem de casas do tipo frames, pela Multiframe, a Multiáfrica criou a Multi-elefante há dois meses e entra assim para o sector da construção.

A Multiáfrica conta com mais de 70 colaboradores, dos quais apenas sete são expatriados, e em época de natal, devido a venda de cabazes, criam aproximadamente 20 postos de trabalho temporários.

## 6.14 Ilha de Luanda recebe 49 edifícios de habitação

*Jornal O PAÍS*

*15 De Janeiro de 2016*

A ilha de Luanda vai receber 49 edifícios de habitação' com até 14 andares, investimento privado de dois mil milhões de euros que envolve uma das três parcelas de terreno conquistadas ao mar na baía da capital angolana. Trata -se de uma área de 27 hectares, infraestruturada, desenvolvida e promovida pela sociedade Baía de Luanda (que resulta de uma parceria público-privada) e que prevê a construção de 58 edifícios, oito dos quais de escritórios, cada um com 10.000 metros quadrados, além de um centro comercial de 40.000 quadrados.



Em entrevista à Lusa, o administrador da sociedade Baía de Luanda, Miguel Carneiro, explicou que cada um destes edifícios a construir terá entre oito a 14 andares' representando o maior projecto do género no centro de Luanda, com mais de 2.500 apartamentos e uma área de construção total de 600.000 metros quadrados.

"Estamos a falar de um investimento de 2,2 mil milhões de dólares na construção, a que se somam os 70 milhões de dólares investidos pela sociedade Baía de Luanda nas infraestruturas. Mas é um investimento a realizar por privados, pelos parceiros, com o nosso apoio técnico", explicou Miguel Carneiro. A tipologia dos apartamentos dos 49 edifícios de habitação da baía - voltados da 'ilha' ao centro da cidade de Luanda - será opção dos respetivos investidores, sendo que 30 por cento do total de lotes para construção estão já vendidos' apesar da crise financeira e económica que afeita o país.

O primeiro dos edifícios de habitação foi entretanto concluído e o segundo deverá ser entregue até Junho, estando mais dois em construção, decorrendo a infra-estruturação dos 27 hectares.

"Nos próximos três anos seguramente teremos nove dos edifícios concluídos e entregues. Desde que o ano começou já fechamos o equivalente a vendas de mais dois edifícios de 14 andares. Os investidores estão cientes de que é preciso investir rápido para preservar o valor das poupanças em kwanzas, moeda nacional em forte depreciação no último ano", disse o administrador daquela sociedade, participada pelo Estado angolano e por bancos nacionais.

Este projecto envolve empresas de construção portuguesas, casos da Mota - Engil, Soares da Costa ou Teixeira Duarte, e investidores de Portugal e de Israel, além de angolanos.

Os apartamentos estão a ser comercializados a cerca de 3.500 dólares por metro quadrado, abaixo dos valores praticados na zona, e destinam-se à classe média emergente angolana, tendo "como mais-valia a proximidade ao centro de Luanda" e a "oferta de lazer" na 'ilha', ligada a terra por ponte e um dos pontos turísticos mais importantes da capital.

A sociedade Baía de Luanda investiu mais de 650 milhões de dólares na requalificação daquela área da capital - inaugurada em 2012 - e no loteamento das três áreas, as restantes duas do lado da cidade e essencialmente para escritórios e negócios.

A ilha de Luanda está em requalificação há já alguns anos, num processo com altos e baixos, aplausos e protestos. Parte de habitantes retirados da "terra dos Axilundas e realojados em novos assentamentos habitacionais têm se queixado de falta de condições condignas nos novos assentamentos.

## 6.15 Ruas do Panguila “clamam” por intervenção

*Jornal Manchete*

*15 De Janeiro de 2016*

*Autor: Moreira Mário*

Em alguns sectores que compõem o Complexo Habitacional do Panguila, no município do Dande, província do Bengo, são notórias as péssimas condições das ruas que ficaram danificadas em consequência das chuvas que se abateram nos últimos dias.

Ocorre que a composição do solo em toda a extensão da região do Panguila é argilosa. Obviamente, este tipo de solo por natureza possui consistência muito fina, que toma-lhe impenetrável à água e todos os outros líquidos.

É assim que após uma chuva as ruas do Complexo Habitacional do Panguila ficam completamente lamacentas e intransitáveis, o que compromete seriamente a mobilidade dos moradores. O Manchete conversou com os alguns moradores, tendo estes, lamentado a situação em que algumas ruas se encontram. "Ninguém faz nada para melhorar as condições de vida dos moradores", reclamou Zeferino Paca, que aponta a falta de elaboração de um plano de intervenção das principais vias de acesso na zona, por parte das autoridades locais, como sendo a razão do seu sofrimento.

Morador do sector cinco há sete anos, Zeferino Paca explicou que no Panguila sempre que chove é um "Deus nos acuda", não se consegue transitar nem a pé, nem de carro. "Dos dez sectores que compõe a localidade apenas no sector nº 1 as ruas são asfaltadas, enquanto nos restantes sectores são de terra batida", lamentou.

Por sua vez, Ernesto Sapuíle, morador do sector nº 8 e que também exerce a actividade de moto táxi no seu bairro, é da mesma opinião que a semelhança do que foi feito no sector um, devia ser o mesmo nos restantes sectores.



"Periodizando as vias estruturantes irá melhorar significativamente a circulação dos moradores e automobilistas locais", frisou a fonte.

Outros habitantes clamam pela intervenção urgente das administrações do Panguila e do Dande, para pôr cobro à situação.

O Projecto Habitacional do Panguila foi inaugurado em Janeiro de 2003, para acudir a população que vivia em zonas de risco na capital do país.

Consta que os primeiros moradores dos bairros urbanizados chegaram em 2002 naquele complexo habitacional.

A maior parte deles chegou do então município da Samba. O projecto, na primeira fase, tinha mil casas pré fabricadas, escolas, hospitais e outros empreendimentos públicos. Hoje, tem quatro mil fogos habitacionais.

Tirando o problema do mau estado das ruas e do saneamento básico o bairro não tem porquê se queixar quanto à distribuição ou fornecimento de energia eléctrica e água potável, tal como afirmaram os moradores ao Manchete. Este jornal sabe que há seis anos foi aumentada a capacidade de fornecimento de água potável e de energia eléctrica. Soube ainda que em Junho de 2006 foram instalados dois reservatórios de água com a capacidade de 1.200 litros.

Seis sectores são abastecidos de água potável através do Projecto Candelabro (estação de tratamento de água), enquanto os sectores sete, oito e nove são abastecidos por cisternas.

## 6.16 Centralidade do Dundo com mais famílias

*Jornal de Angola*

*16 De Janeiro de 2016*

*Texto: Armando Sapalo*

Perto de 490 apartamentos, dos 3.002 disponíveis na Centralidade do Dundo, província da Lunda Norte, já foram entregues aos futuros Inquilinos, revelou ontem o coordenador de divisão provincial da Imogestin, entidade encarregue da gestão de novos projectos habitacionais do Estado.

Pedro Mélice disse que o processo de distribuição de apartamentos aos candidatos inscritos na primeira fase de urbanização da cidade do Dundo, que reservou a quota aos funcionários da administração pública, decorre sem sobressaltos.

Depois do interregno registado por força das festas de passagem do ano, o processo de venda de unidades habitacionais na Centralidade Dundo retomou no dia li deste mês. Pedro Mélice disse que estão a ser entregues todos os dias 50 apartamentos e os respectivos contratos aos cidadãos, que cumpriram os requisitos mínimos que permitem aceder à candidatura.

O representante da Imogestin disse que a instituição continua a receber as candidaturas, através da comissão provincial de acompanhamento da venda dos apartamentos da centralidade do Dundo.

Até ao dia 13 deste mês, a Imogestin procedeu à entrega das chaves para 489 apartamentos do tipo T3, T3+ 1, além de T4 e T4+ 1, sendo que as casas de tipologia T5 e T5+ 1 começam a ser concedidas apenas nos próximos dias, após a conclusão dos trabalhos de vistoria pela empresa de fiscalização.

Em termos de atribuição de quotas por grupo, explicou que 60 por cento estão reservados para os trabalhadores da administração pública, 25 por cento para a venda ao público ligado a empresas e institutos públicos e outros 15 por cento para a comercialização livre.

Todo o cidadão que já tenha comprado ou está a adquirir uma casa ao Estado em qualquer projecto habitacional, construído pelo Executivo, não pode candidatar-se outra vez.

"A prioridade é para aqueles cidadãos que nunca beneficiaram da compra de um imóvel ao Estado, em qualquer parte do território nacional, pelo facto de o défice habitacional nas famílias angolanas ser ainda bastante acentuado", explicou.

A primeira fase da centralidade do Dundo compreende apartamentos do tipo T3, T4 e T5 em edifícios de 18, 11, nove e cinco andares, com um total de 419 prédios, num total de 5.004 apartamentos.

Para o projecto, enquadrado no Programa Nacional de Fomento Habitacional, estão disponíveis 523 apartamentos do tipo T3, igual quantidade do tipo T3+ 1,82 do tipo T4 e 1.752 outros da tipologia T4+1. Há ainda 41 apartamentos do tipo T5 e 82 T5+ 1.

Outros serviços

Quanto à distribuição de água potável e fornecimento de energia eléctrica, Pedro Mélice garantiu que está em fase final o estudo para a entrega das infra-estruturas que comportam esses serviços da Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE) e

do departamento de Águas. Os moradores que já receberam as chaves dos imóveis ainda não estão a habitar nos mesmos, devido à falta de água e de energia eléctrica. "Dentro de dias, a situação fica resolvida", garantiu.

Neste momento, foi montado uma central térmica, com capacidade de produção de 32 mega watts de energia eléctrica, e um sistema de captação de água, com um sistema de bombagem de 300 metros cúbicos por hora, para produzir diariamente 20 mil litros de água.

O coordenador disse que a Imogestim está igualmente a receber as candidaturas de interessados na compra de um estabelecimento comercial. Ao todo, estão disponíveis 150 lojas, que vão ser comercializadas ao preço de mil dólares por metro quadrado. A forma de pagamento do estabelecimento comercial, segundo Pedro Mélice, é feita em função da proposta apresentada pela entidade interessada.

### 6.18 Contrato de adesão da Imogestim é igual do tempo da ditadura brasileira

*Jornal Folha8*

*16 De Janeiro de 2016*

Os cidadãos estão cada vez mais descontentes com uma série de violações de contratos, muitos rubricados com empresas de capitais públicos.

A redacção do F8, acusou a recepção de uma denúncia da Associação Angolana dos Direitos do Consumidor (AADIC), face ao imobilismo e descaso da Procuradoria-Geral da República, que à mais de três meses, nada faz para atender a reclamação, que lhe foi enviada.

"Nós enquanto cidadãos esperávamos uma posição da PGR face ao "contrato de adesão" da Imogestim, nas centralidades, cujo objecto é leonino em toda a sua latitude", denunciou João Marques.

Para este, as empresas de capitais públicas angolanas, estão longe de defender os cidadãos face a natureza e inspiração partidária, que as colocam nos patamares das entidades comerciais fascistas ou ditatoriais. "Se alguém verificar os regimes comerciais fascistas português, militar brasileiro e comunista cubano, vai encontrar semelhanças com actuais normas existentes nos contratos de venda e renda dos apartamentos das centralidades geri das pela IMOGESTIN", disse o economista que temos vindo a citar.

A AADIC pedia, na denúncia, que as autoridades do Ministério Público e judiciais analisassem o duplo enriquecimento da IMOGESTIN na "cobrança de 3% referente a uma suposta taxa de serviço administrativo, que é ilegal, por estarem incluídos nas taxas iniciais, indiciando dupla tributação, contrariando o n.º 1 do art. n.º1, a. b) do Decreto Presidencial nº 329/14 de 29 de Dezembro".

A AADIC diz, agora que foi dentro do espírito e responsabilidade social que fez a queixa a PGR, "que parece comprometida, pois dizem-nos, terem muitos procuradores, sido corrompidos com casas no Kilamba e Cacucaco, que os inibe a avançar ou intentar, um processo crime, contra a IMOGESTIN, que violando acordos e explorando terceiros de boa-fé, cobra duas prestações mensais até Abril de 2016". Com vista a remunerar a PGR e os leitores eis, na íntegra a carta denúncia da AADIC enviada.

### 6.19 Cidadãos devem pagar até fim do mês

*Jornal de Angola*

*18 De Janeiro de 2016*

A primeira prestação do Imposto Predial Urbano (IPU) deve ser paga até ao último dia do mês em curso e a segunda prestação em Julho próximo junto das repartições fiscais das áreas de localização dos imóveis, informou ontem em comunicado a Administração Geral Tributária (AGT).

Os contribuintes devem preencher o Documento de Liquidação de Impostos (DLI) e proceder ao pagamento do Imposto Predial Urbano na dependência bancária instalada junto da repartição fiscal ou através do Portal do Contribuinte, acrescenta o comunicado.

O Imposto Predial Urbano incide sobre o valor patrimonial dos prédios, casas, moradias, terrenos ou sobre o seu rendimento caso estejam arrendados. Todo o cidadão nacional ou estrangeiro que possua imóveis deve inscrevê-los na Repartição Fiscal da área da respectiva localização e se os imóveis estiverem já inscritos na Repartição Fiscal devem os seus titulares actualizar o respectivo valor patrimonial. A Administração Geral Tributária esclarece que, para os casos de imóveis não inscritos (omissos), devem os seus titulares proceder à inscrição na Repartição Fiscal da localização do imóvel.

"Em qualquer destes casos, os interessados devem apresentar a Declaração Modelo Cinco do Imposto Predial Urbano na referida repartição, onde lhes é

prestado todo o apoio e esclarecimentos para o respectivo preenchimento. Esta declaração deve ser apresentada pelo proprietário ou qualquer outro beneficiário", explica a Administração Geral Tributária no comunicado. A instituição lembra que cabe ao Estado, através da Repartição Fiscal, proceder à inscrição dos mesmos por sua própria iniciativa.

A Declaração Modelo Cinco deve ser acompanhada sempre, entre outros documentos, com a memória descritiva, a Planta, Certidão ou título de constituição de propriedade horizontal, título de direito de superfície, escritura pública ou contrato promessa de compra e venda.

A não apresentação de qualquer um dos documentos não impede a apresentação da Declaração Modelo Cinco e inscrição do imóvel, devendo o titular juntar posteriormente a documentação complementar, avisa a instituição. "Todos os imóveis estão sujeitos à inscrição e à tributação em Imposto Predial Urbano, logo que concluídos, ocupados ou com licença de utilização emitida, devendo a respectiva Declaração Modelo Cinco ser apresentada ao até fim do mês seguinte. Para esse efeito, os seus proprietários devem apresentá-la, na Repartição Fiscal da área onde se localiza o imóvel", conclui o documento.

Os factores intervenientes na avaliação fiscal do imóvel, designados coeficientes, são os seguintes: província e município de localização do imóvel, idade, afectação, disponibilidade de serviço (água, luz e saneamento básico) e área coberta de construção. A multiplicação destes factores determina o resultado da avaliação que, em princípio, corresponde ao respectivo valor patrimonial. A taxa do Imposto Predial Urbano é de 0,5 por cento sobre o montante do valor patrimonial que exceda os cinco milhões de kwanzas. Para os prédios arrendados, aplica-se a taxa efectiva de 15 por cento sobre o total da renda.

## 6.20 Administração prevê construir centros médicos

*Jornal de Angola*  
20 De Janeiro de 2016

A Administração do Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi perspectiva construir, este ano, novos hospitais nos bairros Anibal Rocha e nos Rastas, comuna do Golfe, anunciou ontem o administrador distrital.

Domingos João Lourenço, que falava na inauguração dos serviços de Estomatologia do Hospital Materno Infantil do Kilamba Kiaxi, assegurou que no

programa deste ano, a Administração Distrital vai reduzir os problemas de sanidade no Kilamba Kiaxi.

O novo serviço de especialidade conta com nove técnicos e uma médica estomatologista. Domingos João Lourenço pediu aos técnicos que preservem o equipamento e que tenham em atenção a manutenção do mesmo.

A directora do Hospital, Ermelinda Soito, afirmou que a população tem de estar cada vez mais sensibilizada que a procura por serviços de saúde oral não deve ser apenas no momento deve fazer parte do perfil de saúde de todo o cidadão. Sublinhou que o hospital vai incluir este serviço na consulta pré-natal, para que a mulher grávida tenha boa saúde oral para o seu bem-estar e para que tenha um bebé saudável.

## 6.21 Antigos militares na Huíla recebem habitações sociais

*Jornal de Angola*  
20 De Janeiro de 2016  
Texto: Mazarino Da Cunha

Antigos combatentes, veteranos da pátria e viúvas inscritos na província da Huíla vão, a partir de Março, receber do Ministério de tutela habitações sociais, segundo informações avançadas ontem, em Luanda, pelo ministro Cândido Pereira Van-Dúnem.

O ministro, que procedia à entrega simbólica da segunda fase do projecto habitacional no bairro do Ramiros, disse que, se não houver imprevistos, o condomínio para os antigos combatentes e veteranos da pátria e viúvas, inscritos na província da Huíla, fica concluído em Março, devendo no dia 15 do mesmo mês ser entregues as 50 casas.

Cândido Van-Dúnem explicou que as 32 casas entregues ontem aos antigos combatentes, veteranos da pátria e viúvas da província de Luanda são do tipo T3, possuem água corrente, energia eléctrica, são mobiladas e ficaram avaliadas em 70 mil dólares.

Mais do que o valor gasto pelo Executivo, sublinhou, o projecto habitacional é mais uma forma de reconhecer aqueles que contribuíram para a libertação do país.

Inocência Taliço, um dos antigos combatentes e veteranos da pátria beneficiado, agradeceu o acto e sublinhou que acabava de ganhar a sua primeira casa. "Ainda que eu morra vou com a memória livre, porque vou deixar uma casa condigna à família", afirmou Inocência.

## 6.22 Fundo Soberano fomenta inovação nas comunidades

*Jornal de Angola*

20 De Janeiro de 2016

Texto: João Dias

Vários projectos apoiados pelo Fundo Soberano de Desenvolvimento de Angola (FSDEA) virados para a área de inovação tecnológica para o desenvolvimento foram apresentados ontem em Luanda, num encontro que contou com a participação de líderes comunitários e representantes de organizações não governamentais, além de jornalistas.

O director da Fundação Africana para a Inovação, Carlos Figueiredo, instituição financiada pelo Fundo Soberano de Angola, fundamentalmente para acções de impacto social, destacou dez projectos em curso, avaliados em 12 milhões de dólares.

Os projectos incidem sobre as áreas da saúde, formação, fornecimento de água e empreendedorismo e estão a ser desenvolvidos nas províncias de Cabinda, Bengo, Huambo, Bié, Cunene, Benguela e Cuanza Norte.

Cerca de três mil famílias agrícolas e 15 micro e pequenas empresas estão a ser formadas Fundação Africana para a Inovação para o fornecimento de bens e serviços essenciais às comunidades, numa parceria com Fundo Soberano de Angola.

Carlos Figueiredo falou também dos projectos em curso na área da saúde, como parte da missão social do Fundo Soberano de Desenvolvimento de Angola. No sul do país, está em desenvolvimento um programa de cirurgias a cataratas, através da técnica de faco-emulsificação, cirurgia feita com anestesia local e sedação, permitindo que o paciente tenha alta logo a seguir. Nas zonas rurais do Chiulo, Cuando Cubango, está a ser apoiada, segundo Figueiredo, a prestação dos serviços de saúde à população através da formação dos profissionais em procedimentos cirúrgicos.

Carlos Figueiredo lembrou que o actual contexto de crise reforça a importância deste tipo de projectos, que têm por objectivo melhorar o acesso da população à água, à qualidade da educação e o acesso aos mercados por parte de associações ou cooperativas de agricultores.

"A crise pode ser vencida se apostarmos nos recursos que temos", disse o director da Fundação Africana para a Inovação, sublinhando ainda as acções de fornecimento de água, através de postos de

distribuição e a manutenção dos existentes, utilizando métodos de perfuração mais baratos.

No âmbito da acção de inovação para o desenvolvimento, foi ainda lançado o programa "Kijinga", que tem por objectivo a reconstrução da antiga fábrica de sabão "Super". OFSDEA e a Fundação Africana para a Inovação estimulam ainda o desenvolvimento de actividades comerciais, de artes e ofícios, com recurso à tecnologia moderna e ao aconselhamento profissional.

### Formação de quadros

Num vídeo exibido para os presentes, o presidente do conselho de administração do Fundo Soberano de Desenvolvimento de Angola, Filomeno dos Santos, fez uma apresentação dos avanços do FSDEA na sua missão social, cujo foco está centrado na formação. "É essencial que a juventude participe, cada vez mais, na geração do Produto Interno Bruto (PIB) do país", disse, lembrando que, em Agosto passado, foi lançada a última fase do projecto "Kamba Dyami", baseado na atribuição de um computador por criança.

O objectivo é estimular o ensino através de meios electrónicos em algumas áreas mais desfavorecidas do país. Em Fevereiro de 2014, o Fundo Soberano de Angola iniciou um programa de bolsas, denominado "Futuros Líderes em Angola", baseado na formação de novos profissionais, e ofereceu 46 bolsas de estudo a jovens angolanos licenciados. Em Abril de 2015, o Fundo Soberano apoiou a organização do Fórum sobre a Nutrição e Segurança Alimentar em Angola.

A estratégia de investimento do FSDEA está alicerçada no seu compromisso com o desenvolvimento socioeconómico do país, e por isso, recebeu uma doação inicial de cinco mil milhões de dólares do Governo angolano.

O Fundo Soberano de Angola lançou sete fundos de capital privado para Angola e a África Subsaariana, que incluem: um fundo de 1,1 mil milhões de dólares para infra-estruturas; um de 500 milhões de dólares para a hotelaria em África; outro de 250 milhões de dólares destinado ao investimento mineiro; outro ainda de 225 milhões de dólares para a agricultura; um fundo de investimento de 225 milhões de dólares para a sicultura; um fundo de investimento de 250 milhões para a saúde e 200 milhões de dólares de investimento em soluções de construção do tipo "Mezzanine".

### Experiências reais

O encontro de ontem contou com a participação de dois prelectores, o administrador do Instituto



Nacional de Apoio às Pequenas e Médias (INAPEM), Samora Kitumba, e a presidente do conselho de administração da Ajuda ao Desenvolvimento de Povo para Povo (ADPP) da Noruega, Rikke Volhm. Samora Kitumba aconselhou os empreendedores nacionais a investirem na formação para que tomem os negócios rentáveis e a promoverem a geração de riqueza para o desenvolvimento da comunidade, defendendo que se comece a inculcar na juventude noções de empreendedorismo desde o Ensino Secundário.

Samora Kitumba falou da importância das incubadoras do INAPEM e afirmou que, no ano passado, mais de 400 projectos de negócios foram aprovados, embora tenha reconhecido que esse número seja ainda insuficiente para os reais desafios do país. "Temos de mudar de paradigma, obedecendo às regras e abraçar a diversificação económica, mas é também preciso que exista um compromisso político forte e com foco no estabelecimento de metas", realçou Samora Kitumba.

O administrador do Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias falou também das causas do alto nível de informalidade dos negócios. Samora Kitumba disse que, além do excesso de burocracia e das dificuldades no acesso ao crédito, está também a falta de formação na vertente empresarial de muitos empreendedores angolanos.

RikkeVolhm destacou a importância da educação, sublinhando que a sua falta provoca um crónico atraso no desenvolvimento. Como exemplo citou o projecto Escola de Professores do Futuro, que começou há 30 anos em Caxito e até agora formou 8.310 professores.

A escola, referiu, deve ser um "verdadeiro centro de inovação na comunidade", tendo a infra-estrutura como um "factor importante", mas com os recursos humanos criativos como "o seu elo fundamental".

O debate de ontem insere-se nos objectivos do Fundo Soberano de Desenvolvimento de Angola de contribuir para a promoção de uma educação de qualidade, destinada a fazer face aos desafios do futuro com suporte na inovação, num contexto de desenvolvimento e de vertiginosas mutações socioeconómicas e políticas no mundo.

## 6.23 Habitação social na agenda

*Jornal Economia e Finanças*

*22 De Janeiro de 2016*

Em 2012, O Executivo angolano lançou mãos a um ambicioso projecto de construção de 200 fogos habitacionais em cada um dos 164 municípios.

Garantir casa própria aos segmentos mais desfavorecidos e às famílias de renda baixa tem sido um compromisso desse desiderato da governação.

O cenário económico internacional agrava-se a cada dia e a baixa da principal matéria-prima de exportação de Angola -O petróleo - faz com que muitos dos projectos públicos e privados diminuam a sua intensidade e percam profundidade.

No caso da habitação, as metas continuam e os esforços de manter as construções iniciadas e lançar mãos de outras é ainda um compromisso às mãos dos promotores das diferentes iniciativas públicas.

Um sinal mais recente vem do Ministério dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, que concedeu, na semana passada, 32 residências na comuna dos Ramiros, município de Belas, em Luanda. Em meados do ano passado, outras 32 casas já haviam sido disponibilizadas no âmbito da resposta aos problemas da habitação familiar a este segmento.

O ministro Cândido Pereira dos Santos Van-Dúnen garantiu que, nos próximos 18 meses, a edificação de residências para os ex-militares e veteranos da pátria continua, já numa terceira fase do projecto.

"O Executivo no âmbito das suas políticas tem feito um esforço para acudir dentre outras necessidades também esta necessidade dos nossos camaradas que deram o melhor da sua contribuição ao longo deste processo. Não obstante quadro macroeconómico que país está a viver, tendo merecido sempre o inquestionável apoio de sua excelência o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, titular do poder executivo e antigo combatente também, ternos estado a fazer um esforço para que estes nossos cidadãos possam beneficiar de alguns direitos com qualidade", garantiu.



Segundo o governante, as residências têm um custo na ordem dos 70 mil dólares, e estão equipadas com mobiliário de qualidade. Têm água e energia que consideramos ser que consideramos ser também uma prioridade para que estas habitações possam ser úteis e funcionais. Mais do que o valor, estamos a falar do reconhecimento meritório daqueles cidadãos aos quais devemos todo o carinho e apoio do Executivo e de todo o povo angolano pelos seus feitos.

#### Governos provinciais

Esta semana, o governador do Cuanza Sul assegurou que a construção de habitações prosseguem e que no Cassongue serão entregues 100 casas.

Já no Mussende, outro município do Cuanza Sul, foram construídas 40 residências das 200 programadas. As autoridades locais, apesar de reconhecerem as dificuldades existentes, asseguram que elas vão continuar em ritmo aceitável.

No Zaire, o director provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente no Zaire, Cláudio Fortunato, informou que o grau de execução do projecto de 200 fogos habitacionais em construção nos quatro dos seis municípios da região encontra-se em fase avançada.

Em declarações à Angop, o responsável reconheceu haver abrandamento no grau de execução física das obras, mas assegurou que o projecto poderá ser concluído na sua totalidade no decurso deste ano.

Cláudio Fortunato informou que as novas zonas habitacionais contam já com as infra-estruturas básicas nos domínios da energia e água, arruamentos, redes de esgoto e escoamento de águas pluviais e residuais, entre outras.

"Nós criamos as condições mínimas para que os inquilinos destas residências sociais possam viver com algum conforto", disse.

Perspectivou que, para o presente ano, dentre outras acções, o asfaltamento dos arruamentos, construção de passeios e lancis e calçadas nos referidos projectos habitacionais.

O programa de construção de 200 fogos habitacionais nos municípios foi lançado em 2012 pelo executivo e abrange as 18 províncias do país.

A nível da província do Zaire, este programa decorre nos municípios do Cuimba, Nzeto, Tomboco e Nóqui, enquanto para Mbanza Congo e Soyo está prevista a construção de novas centralidades.

#### Centralidades

O governador do Bié anunciou, recentemente, a conclusão até ao momento de mil apartamentos na Centralidade do Cuito, capital da província, dos seis mil previstos.

Segundo Álvaro de Boavida Neto, neste momento, a Centralidade habitacional do Andulo, tem concluídos 200 apartamentos, dos mil previstos.

De acordo com o governante, o projecto engloba postos de saúde, parques de estacionamento, creches, lojas, escolas, igrejas, postos policiais, entre outros estabelecimento.

A província do Bié, centro de Angola, no quadro do programa habitacional vai ganhar sete mil apartamentos, nos municípios do Andulo e Cuito, sendo que, nos municípios do Cuimba, Chinguar, Cunhinga, Nharea, Catabola, Chitembo e Camacupa, decorrem a construção de 200 fogos cada.

No mês passado, começou o processo de venda dos 5-004 apartamentos da Centralidade do Dundo, com a entrega simbólica das chaves aos moradores, num acto que contou com a presença do secretário de Estado da Habitação' Joaquim Silvestre.

Na ocasião, o governante disse que o início da comercialização dos apartamentos e das lojas constituem um marco importante para a província da Lunda Norte.

Já o vice-governador da Lunda Norte para o sector das infra-estruturas, Lino dos Santos, ressaltou a importância do surgimento da nova centralidade que vai conferir à urbe, antigamente considerada "Vila do Dundo", o estatuto de capital da Lunda Norte.

A Centralidade do Dundo ocupa um milhão e quinhentos mil metros quadrados.

A área habitacional é de um milhão 150 mil metros quadrados. A sua construção teve início em 2009.

No quadro da estratégia de implementação do subprograma de construção das centralidades, foram construídas de 2011 a 2015, um total de 45 mil residências de diversas tipologias, segundo informações divulgadas durante o V Conselho Consultivo do Ministério do Urbanismo e Habitação.

A fonte adianta que a meta será atingir cerca de 120 mil habitações' em todas as centralidades do país até 2016, sendo que a Imogestin tem a responsabilidade de construir 80 mil casas e a Kora Angola vai edificar 44 mil fogos habitacionais.

O número de residências construídas resultou da parceria existente entre o Ministério do Urbanismo e

Habitação e as empresas construtoras privadas Imogestín, que construiu 40 mil casas, e a Kora Angola, que tem 5.008 habitações construídas, em seis centralidades das províncias de Luanda, Huambo, Uíge, Bié, Cuanza Sul e Moxico.

## 6.24 Imóveis em arrendamento pagam imposto este mês

*Jornal Economia e Finanças*

*22 De Janeiro de 2016*

*Texto: Isaque Lourenço*

O pagamento do Imposto Predial Urbano (IPU) iniciado este e que decorre neste mês de Janeiro, em todo o território nacional, é ainda pouco conhecido por grande parte dos contribuintes. No seguimento da sua estratégia de esclarecimento, mobilização de contribuintes e apelo à consciência fiscal dos cidadãos, a Administração Geral Tributária (AGT) organizou, esta semana, em Luanda, uma conferência de imprensa.

De acordo com o director Nacional dos Serviços Fiscais, Miguel Panzo, a AGT está a implementar a iniciativa das brigadas fiscais IPU, com vista a potenciar a arrecadação de receitas provenientes do referido imposto, regularizar os imóveis não inscritos, actualizar o valor patrimonial e fiscalizar o pagamento do imposto.

Segundo o Responsável, as brigadas fiscais de IPU actuam por meio de averiguações no domicílio fiscal dos contribuintes, solicitando que este faculte toda a informação necessária no prazo legalmente previsto.

No encontro, a AGT aproveitou lembrar que a taxa do Imposto Predial Urbano (IPU) é de 0,5 por cento para as casas ou apartamentos que custem acima de cinco milhões de kwanzas. Para os prédios que se encontram arrendados, aplica-se a taxa de 25 sobre 60 por cento da renda paga.

O IPU é um imposto que se incide sobre 60 por cento do valor da renda de prédios urbanos quando estes estejam arrendados e sobre o valor patrimonial dos prédios urbanos quando o não estejam. Conforme esclarece o órgão competente, no primeiro caso, é devido pelo titular ou beneficiário das rendas. Já no segundo, é devido pelo proprietário, usufrutuário ou beneficiário do direito de superfície (detentor).

Prédios arrendados

Para prédios arrendados, cobram-se 25 por cento de taxa de imposto ao passo para os não arrendados a cobrança fiscal recai para o valor patrimonial do imóvel. Assim, para um património de até cinco milhões, a taxa é nula e corresponde ao 1º escalão. Entre os 5,0 e os 10 milhões, aplica-se a taxa de 0,1 por cento correspondente ao 2º escalão. Para determinação do imposto a pagar abatem-se cinco mil kwanzas.

Quando o imóvel está acima de 100 milhões de kwanzas, aplica-se a taxa de 0,2 por cento que corresponde ao 3º escalão. Aqui, para determinação do imposto a pagar abatem-se 105 mil.

Com base nestes esclarecimentos, o JE fez contas simples e ilustrativas de como o cidadão deve cumprir essa obrigação legal. Para um imóvel arrendado no valor mensal de 30 mil kwanzas, o titular ou beneficiário (inquilino) deve desembolsar para os cofres do Estado o valor de 4.500 kwanzas (equivalentes a 25 por cento dos 60 tomados como base de cálculo). O pagamento deve ser presente a repartição do bairro, distrito ou município de domicílio até ao último dia do mês seguinte.

O inquilino pode fazer retenção na fonte ou seja deduz das rendas o valor calculado e apresentar ao senhorio a outra parte e o comprovativo de liquidação fiscal, através do Documento de Arrecadação de Receitas (DAR) passado pela administração tributária. A AGT esclarece, contudo, que para os pagamentos se obedece dois métodos de liquidação.

\*Quando haja retenção na fonte, o IPU é entregue pelo contribuinte que procedeu a liquidação até ao dia 30 do mês seguinte ao da retenção na Repartição Fiscal através do preenchimento de DLI.

\*Quando não haja lugar a retenção na fonte, o pagamento deve ser efectuado em duas prestações, designadamente em Janeiro (primeiro semestre) e Julho (segundo semestre).

Não arrendados

Sobre os prédios não arrendados, o imposto deve ser pago, igualmente, em duas prestações, isto em Janeiro e Julho, respectivamente. Pode ainda a pedido do contribuinte ser pago em quatro prestações, concretamente nos meses de Janeiro, Abril, Julho e Outubro, ou seja, trimestralmente.

Isenções

Segundo consta da informação publicada na página de internet da AGT, estão isentos desta contribuição fiscal o Estado, institutos públicos e associações que

gozem do estatuto de utilidade pública. Estados estrangeiros, quanto aos imóveis destinados às respectivas representações diplomáticas ou consulares, quando haja reciprocidade. Ainda as instituições religiosas legalizadas, quanto aos imóveis destinados exclusivamente ao culto.

Segundo a AGT, estão também isentas as pessoas colectivas cujo objecto social principal consista na prática habitual de actividades de construção ou comercialização de prédios urbanos, durante um período de cinco anos, a contar da , data em que for apresentada a declaração de inscrição de cada prédio novo na matriz, e apenas quanto a este, excepto se antes de decorrido o prazo, o prédio for entregue, por qualquer título, com a intenção de ocupação, utilização ou mera detenção, a terceiro, presumindo-se entregues, ocupados ou em utilização.

Há ainda os prédios urbanos cuja licença de construção tenha sido emitida: há mais de sete anos, sendo que, caso dentro dos prazos referidos se constate por qualquer meio, que o prédio foi entregue, ocupado ou utilizado, cessam as isenções, ficando o prédio sujeito ao regime geral deste imposto, com efeitos imediatos;

Ficam ainda isentos, os prédios urbanos cujo valor não exceda os 100 milhões de kwanzas afectos, pelos respectivos titulares, exclusivamente a habitação, por um período de 10 anos a contar da respectiva aquisição.

O IPU

O Imposto Predial Urbano é um valor monetário que cada cidadão deve pagar ao Estado pela posse, detenção, usufruto de imóvel ou de rendas referentes a imóveis. O IPU incide sobre o valor patrimonial dos prédios, casas, moradias, terrenos, ou sobre o seu rendimento caso estejam arrendados.

## 6.25 Imposto predial Urbano

*Novo Jornal*

*22 De Janeiro de 2016*

Embora este assunto não seja propriamente um exclusivo da cidade de Luanda, ainda assim nunca é mais lembrar às entidades governamentais que os países sobrevivem por conta das arrecadações das receitas fiscais. Angola deverá fazer um esforço no

sentido de tornar real este pressuposto de gestão das cidades.

Em Luanda abundam uma série de condomínios. O próprio centro urbano seria uma fonte de receitas para os cofres do Estado para começarmos a responder cabalmente às várias questões apresentadas pelos cidadãos. Não bastará viver numa cidade limpa, organizada, sem que haja uma comparticipação do cidadão.

Mas quem deverá despertar para esta realidade são as autoridades do país. E o Governo Provincial de Luanda poderia ser um impulsionador para que tal se começasse a efectivar.

## 6.26 Nova vida no arrendamento urbano?

*Jornal Expansão*

*22 De Janeiro de 2016*

Entrou em vigor no dia 21 de Janeiro o Regime do Arrendamento Urbano (RAU), que revoga expressamente a lei em vigor (conhecida por 'lei do Inquilinato') e algumas disposições do Código Civil. Importa assim fazer uma avaliação, ainda que sumária, de algumas novidades introduzidas e das questões que as mesmas suscitam.

O RAU aplicar-se-á apenas aos contratos de arrendamento urbano celebrados após a sua entrada em vigor, mantendo-se os contratos já celebrados sujeitos à referida lei do Inquilinato. Uma excepção será, porém, a moeda em que deve ser fixada e paga a renda. Com efeito, o RAU prevê a obrigatoriedade de fixação e pagamento da renda em kwanzas, dispondo que a cláusula pela qual se convence o pagamento da renda em moeda estrangeira é nula, sem prejuízo da validade do contrato.

Acrescenta, todavia, que os contratos de arrendamento já celebrados deverão ajustar-se àquela obrigação, com efeitos à data da entrada em vigor do RAU, o que indica que o legislador terá querido que a obrigação de estipulação e pagamento da renda em kwanzas fosse universal e aplicável independentemente da data da celebração do contrato. O impacto e alcance desta alteração são evidentes.

Outra novidade é a previsão de um conteúdo mínimo para o contrato de arrendamento, designadamente quanto à identificação das partes e do imóvel, finalidade e prazo do arrendamento, existência de certificado de habitabilidade, o seu número, data e a entidade emitente, quantificação da renda e data de celebração. A importância do certificado de

habitabilidade e a sua utilidade enquanto instrumento de política urbanística são de realçar, procurando-se disciplinar a utilização dos imóveis em conformidade com o uso autorizado e fim a que se destinam.

A actualização de rendas com recurso a coeficientes a determinar e publicar anualmente pelo Executivo e a agilização processual das acções de despejo são também novidades a destacar.

Uma regra importante respeita à proibição da antecipação do pagamento de rendas superior a três meses. Embora se aumente o número de rendas que podem ser pagas antecipadamente (ao abrigo da lei do Inquilinato não era possível a antecipação superior a um mês), o RAU mantém restrições e fixa um limite que, ainda assim, é inferior à prática comum (que desconsiderava a proibição, sendo comum a convenção de pagamento de vários meses/anos de renda antecipadamente). Desconhecemos se alguma vez um tribunal angolano se pronunciou sobre esta matéria, mas veremos se, no futuro, a prática será alterada.

O RAU introduz também uma nova regra relativa à possibilidade de celebração de contratos de arrendamento para habitação com uma duração limitada mínima de cinco anos, que o senhorio pode denunciar para o seu termo (impedindo a sua renovação automática), sem obrigação de indemnização do arrendatário. Embora o regime possa suscitar dúvidas, consideramos que a duração mínima dos contratos de arrendamento para fins habitacionais continua a poder ser fixada pelas partes, aplicando-se, na falta de previsão, o prazo supletivo de dois anos.

O prazo de cinco anos aplicar-se-á apenas aos contratos de duração limitada ou efectiva, que permitem ao senhorio pôr termo ao arrendamento no fim do prazo, mas que, em contrapartida, conferem aos inquilinos o direito de revogar os mesmos a todo o tempo, mediante determinado pré-aviso. O regime destes contratos suscita também questões quanto aos prazos de denúncia aplicáveis, uma vez que o RAU é omissivo a este respeito, mas serão de aplicar os prazos supletivos previstos no Código Civil.

Por último, o RAU veio introduzir maior flexibilização quanto aos requisitos de forma e consequências da sua inobservância. Manteve, porém, a exigência de celebração de escritura pública para os arrendamentos sujeitos a registo e para os arrendamentos para fins comerciais, industriais e para o exercício de profissões liberais, não obstante a prática generalizada de não observância daquela forma prevista na lei em vigor até agora.

Esta opção do legislador é significativa e a prática terá que ser (re) ajustada, pois a inobservância da forma determina a nulidade do contrato e deixam de valer os argumentos do desuso e da prática corrente. Veremos como o mercado se ajusta, mas será, sem dúvida, um desafio a seguir com atenção, já que a necessária intervenção de notário introduz uma maior exigência a nível da documentação e controlo dos contratos.

Há, seguramente, nova vida no Arrendamento Urbano. Veremos como será vivida.

## 6.27 Código de Registo Predial Vai à Votação

*Jornal De Angola*

*25 De Janeiro de 2016*

Os deputados à Assembleia Nacional apreciam e votam, na próxima quarta-feira, na generalidade, três propostas de Lei, entre as quais a de Alteração ao Código de Registo Predial, anunciou a sua porta-voz, Emília Carlota Dias.

Em declarações à imprensa no final da primeira Conferência dos Presidente dos Grupos Parlamentares deste ano, a deputada informou que estão previstos oito pontos para a 33 Reunião Plenária Ordinária e descartou a realização, este mês, de qualquer debate mensal.

De acordo com a porta-voz, consta da agenda a discussão e votação, na generalidade, das Propostas de Lei dos Contratos Públicos e da Proposta de Lei da Actividade de Jogos prevê-se ainda a apreciação e votação do Projecto de Resolução sobre o Relatório Anual da Provedoria de Justiça, referente a 2014.

Outro Projecto de Resolução aprovado pelos líderes parlamentares, na conferência orientada na passada semana pelo Presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, refere-se aos Relatórios da Procuradoria-Geral da República, referentes aos anos de 2011, 2012 e 2013.

De acordo com a ordem de trabalho, é ainda discutido o Orçamento da Assembleia Nacional para o Exercício Económico de 2016, e apreciadas as Actas Sínteses referentes à 1ª e 2ª Reuniões Plenárias Extraordinárias da 4ª Sessão Legislativa da III Legislatura do Parlamento, a 27 de Novembro e 11 de Dezembro de 2015 Há também movimentação de deputados e a leitura de expedientes, este último ponto antes da ordem do dia.

Quanto à Proposta de alteração da Lei que estabelece o Código de Registo Predial, já apreciada em 2015



pele Conselho de Ministros, segue ao Parlamento para permitir, sobretudo, "acolher a questão da renda resolúvel".

Segundo. Explicações recentes do ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, "no actual quadro tem estado a ser feita a alienação e venda de imóveis por pagamentos, através de contas bancárias e, eventualmente, a pronto pagamento".

Com esta alteração, uma das formas estabelecidas é o pagamento através da renda resolúvel, em que o cidadão vai reembolsando a renda, até acabar por tornar-se proprietário do imóvel.

O actual Código do Registo Predial não prevê o registo dessas situações, nem o registo dos actos autorizados de loteamento e respectivas alterações, daí a Proposta de Alteração à Lei. Durante o ano de 2015 foram aprovados vários diplomas e resoluções, muitos dos quais receberam voto unânime de todas as bancadas representadas na Assembleia Nacional.

Os deputados aprovaram pela primeira vez por unanimidade um diploma relacionado com a matéria eleitoral, proposto pelo Grupo parlamentar do MPLA que prevê a realização de eleições autárquicas. Trata-se da Resolução sobre o Plano das tarefas essenciais para a preparação e realização das Eleições Gerais e Autárquicas, que foi aprovado com 166 votos a favor, em votos contra ou abstenções.

Alguns consensos, mesmo os mais difíceis de se conseguir, foram alcançados em muitas outras matérias e temas, como na aprovação, por unanimidade, da Lei Orgânica dos Tribunais de Relação, da Resolução que aprova o acordo de cooperação entre a República de Angola e a República Socialista do Vietname no domínio da Segurança e Ordem Pública, da Resolução que aprova o Acordo de Cooperação entre a República de Angola e a Organização Internacional de Polícia Criminal Interpol, sobre o Reconhecimento do documento de Viagem da Interpol e a Resolução que aprova, para ratificação pelo Presidente da República, o Pacto de Segurança, Estabilidade e Desenvolvimento na Região dos Grandes Lagos.

## 6.28 Casas sociais gozam: de isenção

*Jornal de Angola*

*26 De Janeiro de 2016*

*Texto: Ana Paulo e Carla Bumba*

Os proprietários de Imóveis avaliados abaixo de cinco milhões de kwanzas estão isentos do

pagamento do Imposto predial urbano, disse, ontem, em Luanda, o responsável pelas brigadas fiscais da Administração Geral Tributária (AGT).

João Bernardo, que falava durante uma campanha de sensibilização sobre o imposto predial urbano, frisou que os imóveis sujeitos ao pagamento são aqueles orçados acima de cinco milhões de kwanzas.

A campanha de sensibilização sobre o imposto predial, que a Administração Geral Tributária desenvolve em todo o país, é feita nas igrejas, escolas, mercados e unidades militares, com o objectivo de esclarecer as pessoas sobre os procedimentos necessários para o cumprimento deste dever cívico. Os procedimentos para o pagamento do Imposto estão a ser esclarecidos em todo o país.

### Afluência nas repartições

O imposto predial urbano incide sobre as rendas efectivamente recebidas, nos casos em que o prédio urbano é arrendado, e sobre o valor locativo do imóvel (renda potencial), nos casos de prédios não arrendados.

João Bernardo aconselhou os proprietários de imóveis a consultarem a repartição fiscal mais próxima para obterem informações sobre o registo dos seus imóveis e os procedimentos para o pagamento do imposto predial urbano.

As repartições fiscais registam, desde o início da campanha, em Julho de 2015, uma afluência de pessoas que procuram informar-se dos detalhes sobre os procedimentos para o registo e pagamento do imposto predial, disse João Bernardo, que sublinhou que o pagamento do imposto é obrigatório.

### Cumprimento voluntário

"É com o dinheiro dos impostos que o Estado constrói escolas, hospitais e melhora as condições de vida das populações", salientou João Bernardo. Com a campanha de sensibilização, a Administração Geral Tributária tem como meta atingir 100 mil alunos nas 18 províncias do país. "O que se pretende é consciencializar as pessoas para a necessidade de cumprirem voluntariamente as suas obrigações tributárias, para que o Estado não tenha de recorrer a mecanismos coercivos para fazer cumprir a lei, concluiu o responsável pelas brigadas fiscais da Administração Geral Tributária.



## 6.29 Incentivada a autoconstrução

*Jornal De Angola*

26 de Janeiro de 2016

*Autor: Jesus Silva*

O administrador municipal do Lobito, Alberto N'gongo, fez no sábado a entrega de 120 lotes e os seus respectivos títulos de concessão para a construção de residências, no âmbito de um projecto que visa a solução paulatina dos problemas habitacionais no bairro do Golf.

Na ocasião, Alberto N'gongo disse que vai ser construída na localidade uma loja de registo para a aquisição do Bilhete de Identidade, uma escola, entre outras infra estruturas para que a população tenha junto da área de residência os serviços essenciais básicos.

"Ninguém está autorizado a construir sem que para o efeito obtenha a licença e está proibida a construção de casas de chapa e de papelão", disse o administrador municipal do Lobito, que aconselhou os beneficiários dos lotes a não ultrapassarem as zonas demarcadas, para não arranjam confusão com os vizinhos, facto que já se registou por diversas vezes, tendo sido necessária a intervenção das autoridades para a solução dos conflitos.

Alberto N'gongo disse que o diálogo é a melhor forma para resolver os problemas e foi nessa base que Administração Municipal do Lobito e a população do Golfê chegaram a consenso para distribuir os 120 lotes, exemplo que deve ser seguido noutros bairros urbanos.

A área para a construção de moradias para mais de 100 famílias no bairro do Golfe encontra-se numa zona adjacente à nova Refinaria do Lobito.

### Reabilitação de estradas

o Governo da Província de Benguela tem como prioridade para 2016 asfaltara via entre o Bar Africano e a Catumbela (Via rápida), visando desviar os camiões provenientes de Luanda e outras regiões do país, de modo a evitar a circulação de viaturas pesadas na cidade e constrangimentos na mobilidade do trânsito, anunciou administrador do Lobito.

Alberto N'gongo disse que já foram encetados contactos com a empresa Mota Engil para que, nos próximos dias, essa empreitada comece, assim como as obras na estrada entre Liro e Bombeiros e entre o bairro da Luz e Kalumba, o que vai trazer mais fluidez à circulação de automóveis, motociclos, peões

e o descongestionamento da Estrada Nacional 100 que liga Luanda, Sumbe e Benguela.

Alberto N'gongo anunciou a abertura de um novo acesso rodoviário entre a Bomba de Combustíveis da Bulama e o Chivili, no sentido de desafogar o trânsito na cidade do Lobito. "Na zona adjacente ao Bar Africano serão ergui das estações de autocarros e táxis, com variados destinos locais e interprovinciais".

O mercado informal do Thapanguele, que funciona no Quintalão, vai ser construído de forma definitiva no perímetro do bairro do Tchivili, numa área de 40 hectares, acrescentou o administrador.

Para o efeito, a Administração Municipal do Lobito criou uma comissão que se reuniu com os feirantes, para encontrar consenso, para não acontecer o mesmo que no M'Bamgubangu, onde após o gasto de avultados valores monetários, os feirantes se retiraram do local, alegando falta de clientes e condições para efectuarem as suas vendas.

## 6.30 Lei do Código Predial regula negócio imobiliário

*Jornal Economia e Finanças*

29 De Janeiro De 2016

O Executivo angolano pretende, a partir deste ano, conferir maior certeza nos negócios jurídicos imobiliários, porquanto a política de fomento habitacional fez surgir "um parque imobiliário cuja aquisição, pelos cidadãos, não era possível nas formas e nos preços praticados".

Este forte argumento de razão justificou a aprovação, na quarta-feira (27), na proposta de Lei de alteração do Código de Registo Predial pelos deputados à Assembleia Nacional.

O secretário de Estado da Administração do Território, Adão de Almeida, apresentou o documento aos parlamentares, que depois de analisado e discutido, decidiram, por maioria, dar provimento ao documento, conforme publicado pela Angop, que cobriu o acto.

### Parecer especializado

De acordo com o relatório parecer conjunto da 1ª e 5ª comissão especializadas da Assembleia Nacional, este instrumento visa adequar à realidade sócio económica vigente, do acesso à habitação de cidadãos angolanos. e, fundamentalmente, à correcção de possíveis falhas procedimentais que possam ter ocorrido no decurso da sua aquisição.

Ao apresentar a Proposta de Lei, Adão de Almeida disse que a mesma é curta, de impacto e significado bastante relevante para a vida dos cidadãos angolanos.

Disse pretenderem, com essa alteração, colmatar duas insuficiências que se julgam importantes no domínio do registo e da garantia do património imobiliário dos angolanos.

Explicou que o Código de Registo Predial em vigor estabelece os actos e factos sujeitos a registo, sendo que o Registo Predial é um elemento garantístico do património dos cidadãos.

Destes actos, sublinhou, não constam nesse momento no Código de Registo em vigor dois elementos fundamentais, entre os quais o regime de renda resolúvel.

Este regime tem estado em vigor na maior parte dos casos na comercialização de imóveis, sobretudo no quadro das novas centralidades.

"Boa parte desses cidadãos adquire imóveis nessas centralidades, através do regime de renda resolúvel, mas não pode fazer o registo desse património", advertiu.

Com essa alteração, esclareceu, pretende-se assegurar o Registo Predial, para a protecção do património, mesmo no caso em que a aquisição ainda ocorra.

De igual modo, conforme Adão de Almeida, buscam incluir urna alínea no quadro dos factos e actos sujeitos a registo, para a protecção dos casos em que, não havendo ainda imóvel, existem terrenos loteáveis, quer o loteamento tenha sido feito por instituição pública, quer por privada.

"É para que o loteamento devidamente autorizado e tutelado, com o alvará passado pelos órgãos da administração local, seja igualmente sujeito a registo e esse património, mesmo que sobre ele não existe qualquer edificação, seja já sujeito a registo", venceu.

Para si, a inovação vai "permitir que o cidadão ganhe outro valor económico e possa servir de melhor meio de rentabilização e instrumento de negócio, no caso de busca de crédito bancário".

Adão de Almeida esclareceu aos deputados que a presente Proposta de Lei fixa-se apenas na melhoria da garantia jurídica dos imóveis, não tendo qualquer relação directa com o imposto predial, como fundamentaram alguns parlamentares da oposição.

O documento será agora apreciado pelas comissões de especialidade, antes da sua aprovação final global e posterior entrada em vigor.

#### Lei dos jogos

Angola passará a contar proximamente com uma Lei para regular os jogos de fortuna ou azar e alargar a base tributária do Estado. Para tal, o Parlamento aprovou nesta quarta-feira, na generalidade, a Proposta de Lei da Actividade de Jogos, submetida pelo Executivo.

A Proposta de Lei surge para melhorar a legislação de uma área até então regulada por uma portaria do período colonial n.º 517/70, de 16 de Outubro, desactualizada face à realidade demográfica, económica e social, bem como constitucional.

Exige mais garantias jurídicas para os cidadãos nacionais ou estrangeiros que exercem ou beneficiem e também a sua responsabilização, nos termos do Artigo 89.º da Constituição, segundo o relatório parecer conjunto da 1.ª a 5.ª comissão especializada do Parlamento.

Segundo Leonel Silva, trata-se de um diploma que vai procurar, além de alargar a base tributária do Estado, prevenir e combater o branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

A mesma, disse, consubstancia-se na proibição generalizada dos jogos, com excepção daqueles autorizados pelo órgão responsável do Executivo.

Explicou que, à luz dessa proposta, a actividade de jogos é exclusiva do Estado, podendo, através de contrato de concessão, autorizar-se a exploração a entidades públicas e privadas.

O diploma, sublinhou, visa também a criação de um regime de concessão específico para a actividade de jogos, existência de entidade única com competências para licenciar, supervisionar, fiscalizar e inspeccionar.

Leonel Silva adiantou que o texto inclui algumas limitações, proibições, interdições e acessos para os recintos de jogo, bem como criar um regime de imposto especial de jogo.

Para tal, a Proposta de Lei que se estrutura em nove capítulos e 76 artigos, propõe-se regulamentar os seguintes jogos: de fortuna ou azar, praticados em casino e salas de jogo, sociais (como lotarias) e jogos remotos em linha.

### 6.31 Autóctones divididos em relação ao pagamento de imposto predial

*Jornal Folha8*

*30 De Janeiro de 2016*

*Texto: Antunes Zongo*

Vários habitantes da metrópole Iuandina negam-se a pagar o Imposto Predial Urbano (IPU), anunciado em conferência de imprensa por Miguel Panzo, director Nacional dos Serviços Fiscais da Administração Geral Tributária (AGT), a 19.01.16. Do ponto de vista formal, ou legal, o Imposto Predial Urbano, cujo objectivo é colmatar o défice das receitas públicas, não é "fenómeno" novo na República de Angola, mas devido aos altos preços do crude registados anos atrás no mercado internacional, a administração de José Eduardo dos Santos, alegadamente julgava irrelevante intensificar a cobrança de tal imposto. Ora, hoje, face à descida exponencial do referido ouro negro no mercado mundial, o executivo quer exigir o registo e pagamento de imposto das empresas, residências e terrenos a uma população sem educação da importância do TIJU para a funcionalidade das actividades públicas. "Não vou pagar este imposto, primeiro porque sou pobre, segundo porque construí a minha casa com muito sacrifício, tive até de sacrificar a formação académica dos filhos, por alguns anos", justificou Joaquina Miranda de 41 anos de idade, empregada doméstica na baixa da cidade, residente na zona do estádio 11 de Novembro. Acrescentando, "Mas eles (Governo) querem obrigar as pessoas a pagarem imposto das suas residências que construíram sem ajuda de ninguém, já se dignaram explicar ao povo, onde foi que colocaram os dinheiros arrecadados no tempo das vacas gordas petrolíferas?", questionou a mesma que diz aguardar resposta, e que, naturalmente, desconhece as consequências que podem advir no incumprimento ao pagamento do tão propalado imposto.

No entanto, nesta decisão (do não pagamento do IPU), dona Joaquina não está só, pois, o vizinho desta, Edgar Bumba, defende ser insensato a cobrança do imposto predial por parte do Governo. Para o mesmo, o executivo e o partido que o sustenta, sabem que o autóctone é "desafortunado", e que, por isso mesmo, "Ao invés de aumentar os preços dos serviços básicos, devia cortar alguns benefícios materiais dos deputados, ministros, secretários, governadores até administradores, pois, por além dos desvios e roubos no erário público, são estes senhores e seus respectivos filhos que também viajam às custas do Estado em classe executiva, que atrofiam os cofres do país", acusou.

Por sua vez, Arnaldo Weka, gestor de formação, considera que o país está sem governo, porque, em "sua" opinião, os governos existem para servir o povo e não o contrário.

"O que temos aqui, é um grupo de indivíduos mais esperto que todos nós, capturaram o poder político, económico e militar, e em face disso, servem-se livremente do banquete. Eles (dirigentes) saberão o que fazer comigo, porque não trabalho, no entanto, não tenho dinheiro para pagar imposto, por acaso até ouvi que as residências com valor patrimonial abaixo dos cinco milhões de kwanzas estão isentos do imposto, e que a sua inscrição será grátis, até aqui tudo bem", serenou. Entretanto, com opinião oposta aos nossos interlocutores anteriores, encontramos Raul Muenho, morador do São Paulo, distrito urbano do Sambizanga, município de Luanda. O referido "sambizanguense" rotula de analfabetos os cidadãos que se mostram contra a cobrança ao pagamento do TIJU "É só aqui (em Angola) que o cidadão espera que o Governo crie brigada de fiscalização para passar porta a porta, persuadindo-o a pagar o imposto predial, noutros países, isso já não é problema para ninguém. Só mesmo um indivíduo analfabeto e vazio se nega pagar este imposto", disse, adicionando, "outros até, ironicamente, perguntam onde [oram canalizados os dinheiros que o estado arrecadara do petróleo ao longo dos anos, isso é brincadeira, então as estradas, os catamarãs, as centralidades, o novo aeroporto, as pontes, os hospitais e muitos outros projectos não foram resultados dos lucros do petróleo?", questionou o mesmo, de alguma forma em defesa do Executivo de José Eduardo dos Santos.

No mesmo diapasão, mas um pouco mais comedido no linguajar, está Jorge Rafael, o jovem entende ser importante pagar o imposto para depois cobrar melhor serviço aos dirigentes. "Sei que estes tipos (governantes) já não mudam, mas vou pagar o meu imposto. Não sou de falar muito, mantenho em segredo a minha insatisfação e no dia das eleições, faço um voto consciente", afiançou.

### 6.32 Centralidade da Quilemba quase concluída

*Jornal DE Angola*

*31 De Janeiro 2016*

Um total de oito mil residências das mais de 11 mil em construção na centralidade da Quilemba, nos arredores da cidade do Lubango, estão concluídas e em Março são entregues ao Governo, informou ontem o responsável da empreiteira CITIC.

Em declarações após uma visita do embaixador da China em Angola, Cui Aimin, Shao Sicheng referiu que as residências do tipo de T3 e T4 e os apartamentos estão concluídos, e neste momento os técnicos estão a instalar a rede eléctrica e a canalização.

Os técnicos, acrescentou Shao Sicheng, estão a executar obras de acabamento de edifícios públicos, nomeadamente nove escolas, esquadras policiais, jardins, lojas, centros de saúde, creches, quadras desportivas, entre outras infra-estruturas sociais. "Logo que estas infra-estruturas estejam concluídas, em Março deste ano, fazemos a entrega da centralidade, uma vez que nos foi solicitado pelo dono da obra mais dinamismo no processo." Sobre as outras três mil residências incluídas no projecto, Shao Sicheng indicou que o dono da obra apenas recomendou oito mil, alegando que as restantes casas estão cabimentadas para o município da Matala.

Na execução do projecto foram, igualmente, construídas 400 residências ao longo do perímetro, em benefício de igual número de famílias que residem na área, assim como o realojamento em outras localidades. Informou Shao Sicheng. "Conseguimos enquadrar estas pessoas em casas próprias, mas alguns ainda persistem em construir ao redor da centralidade, no sentido de obter a custo zero residências e outros aproveitam para realizarem actos de vandalismo, situação que deixa preocupada a empresa."

O embaixador da China permaneceu na Huíla durante dois dias, manteve encontro com o governador provincial, visitou a escola profissional do Lubango e constatou o funcionamento do Caminho de Ferro de Moçâmedes.

**Deslocação ao Namibe** O embaixador da China em Angola, Cui Aimin, visitou ontem a província do Namibe, onde constatou as possíveis áreas de cooperação em vários sectores da vida económica. O diplomata chinês esclareceu que a sua visita ao Namibe visava essencialmente conhecer os vários sectores de desenvolvimento, para poder obter informações detalhadas e necessárias para os empresários chineses interessados em investir naquela parcela do território angolano.

Cui Aimin disse ainda que este encontro serviu ainda para fortalecer os laços de amizade e cooperação entre os governos angolano e chinês. "Abordamos (com o governador) aspectos que têm a ver com a nossa cooperação futura.

Considero que a província do Namibe é abundante em recursos naturais e também tem um bom posicionamento geográfico, com muitas potencial

idades económicas para o seu desenvolvimento, como o sector marítimo, turismo, transporte e mineiro", reconheceu. O embaixador chinês prometeu trabalhar com o Governo do Namibe para tentar atrair, cada vez mais, investidores para os sectores atrás enumerados. "Espero um bom futuro de cooperação e de desenvolvimento para o Namibe", disse.

## 7.TERRA

### 7.1 Melhora gestão urbana no Lubango

*Jornal de Angola*  
1 De Janeiro de 2016

A melhoria na gestão urbanística e na concessão de terrenos para a autoconstrução dirigida, no Lubango, comparativamente a anos anteriores, foi destacada pelo administrador municipal, como um do "grandes feitos" do seu pelouro, em 2015.

Em declarações à Angop, Francisco Barros alimentou que a melhoria registada baseou-se na abertura de nova urbanizações a nível do município, concretamente nas localidades da Figueira, Mitcha e Quilemba para o mais variados fins urbanísticos, tendo sido distribuídos seis mil lotes, dos dez mil previstos.

O administrador indicou a transferência do mercado do João de Almeida para um outro construído na área do Rio Nangombe, com melhores condições de acomodação dos vendedores e compradores, de conservação de produtos, e de saneamento do meio, o que conferiu uma outra visão urbanística ao local.

Francisco Barro disse que, no âmbito da requalificação da cidade do Lubango, iniciado e te ano, fez-se um trabalho árduo, onde foram aberta ' e a falta das várias ruas, na perspectiva de descongestionar o trânsito a nível da cidade e devolver o traçado arquitectónico e paisagístico da mesma. "Reconhecemos não ser uma tarefa fácil de ser desenvolvida, mas também achámos que não é impossível realizá-la. Entretanto, exige de todos nós munícipes um grande desempenho e abnegação", realçou, apontando como feitos do ano findo, a par da crise, a materialização de diversos projectos concebidos para o município, com destaque para a construção de escolas de 20, 12 e seis salas de aula, postos e centros médicos nas quatro comunas, implementação do programa "Água para Todos", entre outros.

No âmbito do programa de combate à pobreza, foram entregues a camponeses meios agrícolas, abertura de um tanque para a prática de aquicultura, saneamento básico, iluminação pública e embelezamento das comunas. O município do Lubango tem uma população estimada em 731.757 habitantes, de acordo com os dados provisórios do Censo 2014.

### 7.2 Identificadas várias áreas minadas no interior

*Jornal de Angola*  
3 De Janeiro de 2016

A Identificação de 109 áreas suspeitas com minas, no ano passado, o que corresponde a 2.691.431 metros quadrados e a desminagem de 1.081 quilómetros de estradas constituíram o destaque do trabalho no sector na província da Huíla.

A Comissão Nacional Inter-sectorial de Desminagem e Assistência Humanitária (CNIDAH), na Huíla, revelou haver igualmente 25 campos minados já identificados e que estão para ser limpos, nos 14 municípios da província. Os campos foram identificados através de um trabalho de pesquisa e reconhecimento técnico, além de acções pontuais de remoção de engenhos remanescentes da guerra.

O trabalho está concentrado mais nos municípios do Lubango, Chicomba, Cacula, Caluquembe, Caconda, Jamba, Cuvango e Matala. Foram igualmente clarificados na Huíla 617 quilómetros para o cabo de fibra óptica e 180 quilómetros de linha de transportação de energia.

Um relatório da Comissão Nacional Inter-sectorial de Desminagem e Assistência Humanitária, citado pela Angop, indica ainda que 127.3-94 engenhos diversos foram destruídos, 12.560 munições e 5. 931 Armas de calibre diverso foram recolhidas e destruídas.

Já no período entre 2006 e 2009, a operadora Hallo Trust implementou um projecto de recolha e destruição dos engenhos explosivos remanescentes de guerra, espalhados em muitas localidades do território da província da Huíla. Relativamente ao processo de educação sobre o risco de minas, 7. 208 Cidadãos foram sensibilizados contra os perigos, sendo 4.353 mulheres e 2.633 crianças.

No âmbito da assistência às vítimas de minas, a comissão assistiu 1.950 pessoas portadoras de deficiência, através do sistema de reintegração social, educação, enquadramento técnico e formação profissional.



Segundo o documento, está em curso a implementação, em todo o país, do projecto de registo de pessoas portadoras de deficiência, vítimas de minas. Na Huíla, a actividade já abrangeu os municípios do Cuvango e Lubango.

No Cuando Cubango, a Comissão Nacional Intersectorial de Desminagem e Assistência Humanitária anunciou, como prioridades da fibra óptica e a área habitacional da Jamba Cueio. No Cuito Cuanavale, as operadoras de desminagem actuaram no bairro Samaria, Dumba, Tchameia Domingos e no perímetro agro-pecuário situado na periferia da sede municipal, ao passo que no Rivungo as acções de remoção de engenhos explosivos abrangeram o troço rodoviário da Jamba ao Licua e zonas de cultivo da população.'

As actividades de desminagem estenderam-se aos municípios do Cuangar e Cuchi, nos quais foi dada prioridade às zonas de cultivo, construção de habitação social e antigas picadas de acesso à comuna do Cutato, Tchinguanja e Savate.

A sala operativa provincial de desminagem tem a tarefa de acompanhar as actividades de acção contra minas, relativamente a desminagem, assistência às vítimas e educação sobre os riscos que elas representam, disse a responsável. Isabel Massela acrescentou que as operações de desminagem têm sido possíveis graças ao apoio da população que denuncia algumas áreas com minas. No mesmo período, a sala operativa de desminagem registou três acidentes' com minas, dois no município de Menongue, tendo resultado no ferimento de duas pessoas, e um em Mavinga, que vitimou uma cabeça de gado.

A oficial de ligação e Informação da Comissão Nacional Inter-sectorial de Desminagem e Assistência Humanitária realçou que neste período 7.214 pessoas foram sensibilizadas sobre o perigo de minas pelas operadoras INAD e HALO TRUST, nas comunidades próximas das zonas onde operam.

A desminagem em Angola começou em 1991, com a assinatura dos Acordos de Bicesse, tendo conhecido dinamismo em 1996, na sequência dos Acordos de Lusaka, e maior impulso no ano de 200, quando o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, criou a Comissão Executiva de Desminagem, permitindo, até finais de 2014, que fossem detectados, removidos e destruídos minas e engenhos explosivos em grande quantidade.

## 7.3 Milhares de hectares para projectos sociais

*Jornal de Angola*

*7 De Janeiro de 2016*

*Autor: Domingos Calucipa*

O director do Instituto Nacional de Desminagem no Cunene informou ontem, na cidade de Ondjiva, que cerca de 2.147.922 metros quadrados de terreno em várias localidades da Província foram desminados ao longo do ano passado e devem ser aproveitados para executar projectos sociais e económicos.

Pedro Seteko disse que no ano transacto foram destruídos mais de mil engenhos explosivos, removidos de zonas destinadas ao desenvolvimento de projectos sociais do Governo provincial. Seteko sublinhou que também foram removidos e destruídos 1.107 engenhos não detonados diversos, quatro minas anti-tanque, três anti-pessoal e 408 munições diversas, e sensibilizadas 3.800 pessoas sobre o perigo de minas.

O ano de 2015, acrescentou, foi satisfatório em termos operacionais, apesar de algumas "dificuldades conjunturais". A instituição reclama a admissão de mais trabalhadores. Os 49 funcionários efectivos, entre sapadores, motoristas, enfermeiros e administrativos estão longe de responder ao volume de trabalho. Técnicos das brigadas de desminagem "Terra Mãe" participam desde ontem, no município da Cahama, a 187 quilómetros da cidade de Ondjiva, capital da província do Cunene, no curso de refrescamento sobre prática de operações.

O seminário de três dias visa a reatualização de conhecimentos dos agentes de desminagem para o trabalho de sensibilização, identificação de áreas suspeitas de minas e medidas de segurança durante o exercício da actividade. A acção formativa tem ainda o propósito de assegurar a erradicação do flagelo das minas e outros engenhos explosivos, para permitir a livre circulação de pessoas e bens e o desenvolvimento económico e social do país. Os agentes de desminagem também estão a abordar questões relacionadas com os acidentes de desminagem, assistência aos sinistrados, montagem e desmontagem, utilidade e uso do detector de metal. A associação de desminagem "Terra Mãe" foi criada em 2014 e conta com o apoio da União Europeia.

Lunda Sul

Na província da Lunda Sul foram limpos ao longo de 20 15,5.432.397 metros quadrados de superfície, tendo em vista a implementação de projectos sociais, para garantia da segurança e circulação dos cidadãos, informou ontem o oficial de ligação, Salvador Colo.

Os trabalhos de desminagem decorreram em quatro municípios da província: Cacolo, Dala, Muconda e Saurimo. As acções permitiram a remoção de sete minas, seis anti-pessoais e uma anti-tanque, 62 engenhos explosivos não detonados e 902 munições de diversos calibres. Os trabalhos foram desenvolvidos pela Brigada afecta à 3a Divisão de Infantaria da Região Militar Leste, Instituto Nacional de Desminagem e a Casa de Segurança da Presidência da República.

#### 7.4 Prossegue o “braço de ferro” nas terras do Bita

*Jornal O PAÍS*

*15 De Janeiro de 2016*

*Texto: Afrodite Zumba*

Cinco dias após o administrador do município de Belas, Filipe de Barros Espanhol, ter feito a entrega simbólica de títulos de registo de propriedade de terras a alguns moradores da zona do Bita Kacati, os camponeses do referido bairro afirmam que até do momento não receberam qualquer informação dos critérios que têm sido usados pela administração local para a referida distribuição, e temem que as preocupações anteriormente apresentadas em carta àquela instituição continuem sem resposta.

Numa entrevista exclusiva a OPAÍS, ontem, em Luanda, o presidente da comissão criada para a defesa dos camponeses do Bita Kacati, Domingos Paulo Julião, disse que o grupo de mais de 400 camponeses, que representa, continua insatisfeito, porquanto o administrador municipal procedeu à entrega dos títulos sem que os representantes da comissão dos camponeses locais estivessem presentes.

Salientou que o coordenador da comissão de moradores do bairro, José Burica, que deveria informar o grupo sobre a realização da actividade não o fez. Domingos Julião destacou ter ficado surpreso quando viu o mesmo ser agraciado com o título de registo de propriedade de terra, sendo que o título foi -lhe entregue publicamente pelo administrador municipal, Filipe Espanhol.

"Tomamos conhecimento, por fontes próximas, de que o administrador municipal realizaria uma actividade que, entretanto, nada nos foi comunicado oficialmente", disse.

O entrevistado fez saber que o grupo não é contra o Projecto de Requalificação e Ordenamento dos Bitas, no entanto afirma que a parcela de terreno que possuem deve ser salvaguardada, pois que têm documentos em sua posse que comprovam a legalidade dos mesmos.

Reiterou que na altura em que lhes foi apresentado o referido projecto, assunto já abordado na edição nº353 deste jornal, "o engenheiro Edgar Van-Dúnem, que coordenava as intervenções técnicas (aberturas de ruas) em Abril de 2015, garantiu que desencadearia um processo de negociação em que seria avaliado se os camponeses seriam indemnizados ou lhes seriam retirados 30 por cento de cada terreno". Tendo acrescentado que dias depois a decisão foi alterada e a administração pedia 50 por cento, facto este que os fez recusar de imediato a proposta.

Questionado sobre que medidas pretendem que a administração do município de Belas tome em favor das titulares que alegam ser donas dos terrenos, o interlocutor afirmou que também desejam adquirir os títulos de propriedade a que têm direito, de modo que nelas possam construir habitações, visto que no momento esta condição lhes tem sido negada.

Concluiu dizendo que a comissão dos camponeses do Bita Kacati foi criada de forma emergente para defender os interesses dos camponeses e a mesma vai permanecer até que o seu propósito seja cumprido.

Cinco mil famílias vão receber terrenos em 20 dias

Entretanto, uma fonte da Administração do Município de Belas afirmou que o administrador do município procedeu à entrega simbólica dos títulos de propriedade a alguns moradores do bairro, sendo que cerca de 5 mil famílias, dentre elas moradores e camponeses, cujos nomes este são registados nas comissões de moradores, serão agraciados nos próximos 20 dias. A fonte elucidou que há grupos de beneficiários que pretendem tirar "vantagem" criando comissões que não são reconhecidas pela administração do município de Belas.

## 7.5 Administração alarga habitações ao Bitá

*Jornal De Angola*

16 de Janeiro de 2016

*Autor: Filipe Eduardo*

As áreas agrícolas do Bitá cacat e Bitá Ambriz, localizadas nas proximidades da Centralidade do Kilamba, município de Belas, estão a ser requalificadas para fins habitacionais, depois de um processo negocial entre a Administração e os camponeses. O administrador municipal de Belas, Filipe Espanhol, que prestou ontem a informação ao Jornal de Angola, disse que a primeira fase do processo de requalificação arrancou há uma semana. Filipe Barros Espanhol explicou que essa fase consiste no loteamento dos terrenos e realojamento dos cerca de cinco mil camponeses que exploravam as áreas.

Segundo o administrador, a primeira fase termina dentro de 20 dias, com o loteamento de 86 terrenos para habitação de renda alta, 614 de renda média e 567 de renda baixa.

Após concluída a primeira fase, disse Filipe Espanhol, a Administração vai anunciar a data do início da comercialização dos terrenos e colocar à disposição dos interessados as maquetas dos modelos de casas estabelecido para os diversos escalões. Filipe Espanhol garantiu que os camponeses vão beneficiar de lotes para a construção de moradias no mesmo local. Para além dos lotes para fins habitacionais, disse ainda, o projecto inclui espaços para escolas, hospitais, jardins-de-infância e espaços de lazer. O projecto, de acordo com o administrador, foi concebido com o propósito de evitar o surgimento de construções anárquicas ao redor da centralidade do Kilamba.

## 7.6 Chuvas no Seles devastam Lavras

*Jornal De Angola*

16 de Janeiro de 2016

Centenas de camponeses do município do Seles, no Cuanza Sul, perderam as suas culturas devido às chuvas fortes e inundações que afectam a região. Em declarações à Angop, o soba Martins Morais disse que as culturas dos camponeses foram totalmente devastadas pelas fortes chuvas que assolam a região desde Dezembro. "Os camponeses quase não têm nada para colher e, por isso, as autoridades devem mobilizar esforços para acudir às famílias afectadas", disse o soba.

## 7.7 Realojamento de famílias vivendo em zonas de risco

*Novo Jornal*

22 De Janeiro de 2016

Ver como se desenvolveram algumas zonas da cidade de Luanda comparando-as com uma realidade anterior a esse crescimento qualitativo do ponto de vista infra-estrutural lembra um pouco a insensibilidade com que se lida com os problemas alheios. O Estado, enquanto entidade de bem, não pode simplesmente assobiar para o Lado perante assituação de muitas famílias que se encontram em zonas de risco há mais de 20 anos.

As barrocas da Boavista, as montanhas da Samba, do Morro da Luz, entre outras, são um claro exemplo periferias deste descaso que o governo da província vai tendo na resolução desses casos. Recentemente, populares da Chicala 2, nas proximidades da Nova Marginal, a poucos metros de dez metros da estrada principal foram retirados à pressão sob pretexto de que estavam a habitar uma zona de risco. A pergunta inevitável e primária é: Se os moradores da Chicala 2 estão em zonas de risco, então como haveríamos de classificar zonas como Boavista, Samba, entre outras?".

Existem dualidades de critérios que levam a pensar que o Estado, enquanto entidade de bem, age como um ser insensível às famílias. Não é que as famílias não tenham de ser realojadas, não. Mas a definição de critérios tem de ser a mais clara e mais justa.

Vimos nos últimos tempos, famílias a perderem os bairros que viram nascer e a serem alocadas em outras zonas com outras condições. Mas vimos também um exemplo nada recomendável como os moradores que foram "depositados" em zonas, como a Quiçama, onde passaram a habitar num descampado, com cobras, sem água e nem energia.

## 7.8 Incentivada a autoconstrução

*Jornal de Angola*

26 De Janeiro de 2016

*Texto: Jesus Silva*

O administrador municipal do lobito, Alberto N'gongo, fez no sábado a entrega de 120 lotes e os seus respectivos títulos de concessão para a construção de residências, no âmbito de um projecto que visa a solução paulatina dos problemas habitacionais no bairro do Golfe.

Na ocasião, Alberto N'gongo disse que vai ser construída na localidade uma loja de registo para a aquisição do Bilhete de Identidade, uma escola, entre outras infra-estruturas para que a população tenha junto da área de residência os serviços essenciais básicos.

"Ninguém está autorizado a construir sem que para o efeito obtenha a licença e está proibida a construção de casas de chapa e de papelão", disse o administrador municipal do Lobito, que aconselhou os beneficiários dos lotes a não ultrapassarem as zonas demarcadas, para não arranjamem confusão com os vizinhos, facto que já se registou por diversas vezes, tendo sido necessária a intervenção das autoridades para a solução dos conflitos.

Alberto N'gongo disse que o diálogo é a melhor forma para resolver os problemas e foi nessa base que Administração Municipal do Lobito e a população do Golfe chegaram a consenso para distribuir os 120 lotes, exemplo que deve ser seguido noutra bairros urbanos.

A área para a construção de moradias para mais de 100 famílias no bairro do Golfe encontra-se numa zona adjacente à nova Refinaria do Lobito.

Reabilitação de estradas

O Governo da Província de Benguela tem como prioridade para 2016 asfaltara via entre o Bar Africano e a Catumbela (Via rápida), visando desviar os camiões provenientes de Luanda e outras regiões do país, de modo a evitar a circulação de viaturas pesadas na cidade e constrangimentos na mobilidade do trânsito, anunciou administrador do Lobito.

Alberto N'gongo disse que já foram encetados contactos com a empresa Mota-Engil para que, nos próximos dias, essa empreitada comece, assim como as obras na estrada entre Liro e Bombeiros e entre o bairro da Luz e Kalumba, o que vai trazer mais fluidez à circulação de automóveis, motociclos, peões e o descongestionamento da Estrada Nacional 100 que liga Luanda, Sumbe e Benguela.

Alberto N'gongo anunciou a abertura de um novo acesso rodoviário entre a Bomba de Combustíveis da Bulama e o Chivilil, no sentido de desafogar o trânsito na cidade do Lobito. "Na zona adjacente ao Bar Africano serão erguidas estações de autocarros e táxis, com variados destinos locais e inter-provinciais".

O mercado informal do Thapanguele, que funciona no Quintalão, vai ser construído de forma definitiva no perímetro do bairro do Tchivilil, numa área de 40 hectares, acrescentou o administrador.

Para o efeito, a Administração Municipal do Lobito criou uma comissão que se reuniu com os feirantes, para encontrar consenso, para não acontecer o mesmo que no M'Bamgubangu, onde após o gasto de avultados valores monetários, os feirantes se retiraram do local, alegando falta de clientes e condições para efectuarem as suas vendas.

## 7.9 Atribuição de terrenos está suspensa

*Jornal De Angola*

*27 de Janeiro de 2016*

*Autor: Nilza Massango*

O governador da província de Luanda, Higinio Carneiro, anunciou ontem a interrupção ou suspensão por 90 dias da atribuição de direitos de superfície, títulos precários para terrenos na capital do país, uma medida que só deve ser levantada em casos excepcionais.

Higinio Carneiro, que fez este anúncio na Administração Municipal de Cacuaco no quadro das visitas de constatação aos municípios da província de Luanda, disse que as medidas pretendem evitar dificuldades iniciais na aplicação do Plano Director Geral Metropolitano de Luanda.

"O Plano não está ainda em implementação, mas o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, estará seguramente a tomar medidas para depois orientar como me devo posicionar enquanto governador da província, de maneira que, com a empresa contratada e operadores associados, possamos tomar medidas e tão depressa quanto possível começar a implementar o programa", referiu, afirmando que "por força disso, e tendo em conta o conhecimento mínimo sobre o plano, baixei uma disposição de interrupção ou suspensão por 90 dias de atribuição de direitos de superfície, títulos precários, salvo casos excepcionais".

Higinio Carneiro disse que os programas de urbanização municipais de Cacuaco devem respeitar o

Plano Director Geral Metropolitano de Luanda, o que permite que a requalificação seja regulada, sublinhando que não se pode criar novas urbanizações se não existirem questões mais elementares que têm a ver com as infra-estruturas, um desafio que cabe ao Estado.

Higinio Carneiro falou sobre a situação económica do país e destacou a importância do pagamento de impostos por parte dos cidadãos. "Cada um tem de



cumprir a sua obrigação, se quisermos ter um país bom para se viver."

O governador referiu também a necessidade de se estancar a ocupação anárquica dos solos e, exemplificando, disse que a via que sai do Cabolombo-Cacuaco tem a sua parte direita e esquerda ocupada em total desrespeito às reservas fundiárias e normas de construção ao longo das estradas nacionais, que proíbem a edificação num raio de 100 metros. "O Estado não concedeu estas autorizações, a não ser que o Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda (IPGUL), violando os princípios e as normas estabelecidas pelo Conselho de Ministros, aprovadas pelo Presidente da República, as tenha feito", referiu, lembrando que "nós próprios, de forma velada, sem dizer nada, permitimos que isso ocorresse".

Sobre a recolha de lixo notou algum avanço no município, mas disse ser insuficiente. "E preciso atrair a capacidade voluntária dos cidadãos e das empresas de maneira que nos ajudem a retirar todo o lixo e resíduos sólidos passivos", lembrando que Luanda produz cerca de seis mil toneladas de lixo por dia e tem uma capacidade instalada de recolha de apenas quatro mil.

"Quem suja mais, paga mais. As grandes superfícies e principalmente quem importa garrafas de plástico e vidro. Há mecanismos que estão a ser apreciados e analisados. Tão logo concluamos o modelo, vamos ver como as medidas vão ser implantadas."

As empresas de limpeza urbana anteriormente contratadas para a recolha de resíduos sólidos na província e que abandonaram as suas funções no momento em que o Governo não honrou o seu compromisso por razões objectivas, deixaram à partida de ser parceiras do Governo.

Quanto à saúde e educação, disse continuar a constituir preocupação e mencionou que a nível da saúde, no âmbito do programa integrado de combate à fome e à pobreza, existem recursos mínimos que estão a ser dados aos hospitais para garantir medicamentos, por isso não se justifica a falta de fármacos.

Assim, acrescentou, a inspecção da saúde tem de funcionar melhor, porque o Estado faz um esforço para colocar dinheiro nas administrações e fazer com que os hospitais tenham medicamentos.

O governador disse que se deve saber para onde vai o dinheiro disponível para a compra de medicamentos e se de facto está beneficiar a população. Higinio Carneiro criticou também a actual metodologia dos

enfermeiros, que trabalham apenas 30 horas por semana. Quanto ao assunto, defende um diálogo com o sindicato e MAPESS para encantar uma solução.

#### Visita a ponte do Paraíso

No município de Cacuaco, o governador Higinio Carneiro visitou ponte do Paraíso, as obras para construção de uma escola no Bairro da Pedreira, um troço degradado no Aterro Sanitário/Via Rápida, o antigo posto médico a ser demolido para a construção de um novo, no Bairro 22 de Janeiro, bem como a esquadra da Polícia, cujas obras já terminaram, faltando apenas o seu apetrechamento, e a Estação de Tratamento de Água de Quifangondo.

O grande problema identificado durante a visita de campo, segundo Higinio Carneiro, tem a ver com a ligação. Há bairros que não se comunicam ou têm dificuldade de acesso, um problema que pode ser resolvido com medidas muitas práticas como a colocação de pontes metálicas. Exemplo vivo é um troço do Aterro Sanitário Via/ Rápida que se encontra intransitável e carece de uma ponte para facilitar circulação de pessoas e bens.

A mobilidade é um assunto que segundo Higinio Carneiro merece toda a atenção da Administração Municipal e do Governo, defendendo mesmo a existência de balanças instaladas para o controlo do peso sobre o pavimento e evitar a sua degradação precoce e ver a questão dos sinais de trânsito. Ainda sobre a mobilidade, falou da necessidade dos semáforos, iluminação e sinalização terem de funcionar e lá onde não existir colocar sinaleiros.

Sobre os taxistas, o governador fendeu uma nova postura e que a actividade deve ser melhor coordenada e mais organizada, sugerindo que os táxis em cada município devem ter uma cor, um número e que não podem sair do seu território sem controlo. Higinio Carneiro aproveitou a ocasião e convidou os donos das empresas de táxis para um diálogo aberto sobre o assunto para melhorar a imagens dos táxis em Luanda.



## 8. SERVIÇOS BÁSICOS

### 8.1 Falta de pagamento condiciona recolha de resíduos sólidos

*Jornal de Angola*  
7 De Janeiro de 2016  
Texto: Lourenço Bule

A falta de pagamento às operadoras de lixo na cidade de Menongue condiciona a recolha de resíduos sólidos nas artérias da circunscrição, disse ontem o administrador municipal.

Miguel Dala Popular, que falava durante a campanha de limpeza às ruas da cidade de Menongue, promovida pela JMPLA, disse que a situação predomina desde o mês de Agosto do ano transacto e actualmente registam-se vários amontoados de lixo nas principais artérias da capital da província do Cuando Cubango.

O administrador municipal de Menongue garantiu que esta situação vai ser ultrapassada ao longo do primeiro trimestre do ano em curso, com o pagamento de todas as dívidas públicas. Manuel Popular apelou aos utentes de empreendimentos comerciais, muitos dos quais maiores produtores de lixo, a pautarem por uma conduta exemplar, evitando deitar o lixo nas ruas. Miguel Dala Popular agradeceu o gesto dos militantes da JMPLA, que em parceria com a Administração municipal de Menongue, estão a limpar a cidade. O secretário municipal da JMPLA em Menongue, Paulo Rossango, disse que a iniciativa tem como objectivo minimizar os efeitos nefastos que os amontoados de lixo provocam à vida das populações, até que a situação se normalize. Disse que durante a quadra festiva produziu-se muito lixo e tinha que se tomar medidas.

### 8.2 Administração pune infractores

*Jornal de Angola*  
8 De Janeiro de 2016

A Administração Municipal de Cabinda promete sancionar severamente os cidadãos e empresas que cometem actos deliberados que resultem na acumulação do lixo, bem como os que despejam resíduos em locais impróprios, advertiu terça-feira, naquela cidade, o administrador Artur do Carmo Manuel.

A advertência foi expressa durante uma conferência de imprensa para denunciar três empresas privadas locais, que foram surpreendidas a depositar lixo em locais impróprios, ao longo de algumas artérias da cidade.

Artur Manuel disse que, no final de semana foi vista, pela população, junto ao triângulo Caio Litoral, Cabassango e Subantando, uma viatura da empresa Cabir-Alimentar a depositar lixo no meio da estrada e, após a denúncia, foi surpreendida pelos fiscais da Administração Municipal.

"Já produzimos o acto de transgressão, de acordo com a Lei das Transgressões Administrativas, de 121/11, de 16 de Fevereiro, para além da notificação para o pagamento da respectiva multa", disse.

Além da Cabir Alimentar, foram surpreendidas as empresas Sango e AMPA. O administrador municipal de Cabinda, Artur do Carmo Manuel, assegurou que as medidas punitivas pelas transgressões administrativas, sobretudo as relacionado com o despejo de lixo em locais impróprios, estendem-se aos pais que mandam os filhos menores depositarem o lixo fora dos contentores.

A cidade de Cabinda e arredores têm vindo a deparar-se com grande amontoado de lixo.

### 8.3 No Cazenga Moradores abandonam casas por causa do lixo

*Novo Jornal*  
8 De Janeiro de 2016  
Isabel João

UM ANTIGO problema vem causando revolta aos moradores da Travessa do Funchal, na comuna do Hoje-ya-Henda, no município do Cazenga: o lixo que fechou a via. Muitos munícipes estão a ser obrigados a abandonar as suas casas, os que ficaram correm o risco de contrair várias doenças.

Braquima Afonso Kituma, morador da zona há mais de 25 anos, disse que foi obrigado a retirar a mulher e o filho de dois meses de casa devido aos amontoados de lixo que inicialmente invadiram a rua e depois o quintal. "O meu filho nasceu em 2015, o que é uma prenda para um pai, mas neste momento sou obrigado a viver sozinho porque o lixo invadiu a casa. Não tinha como o meu filho e a minha mulher continuarem a viver aqui. Tive que os mandar para a República Democrática do Congo, é difícil uma criança viver nestas condições. É muito sofrimento: moscas por todo o lado, mau cheiro, doenças", lamentou.

De acordo com Braquima Kituma, o amontoado de lixo começou depois das eleições de 2012. "Antes das eleições, víamos aqui os carros de recolha de lixo. Mas como já não precisam do voto, abandonaram-nos. Os carros de recolha do lixo começaram a desaparecer...houve meses que só apareciam uma 'ou duas vezes e, com esse novo modelo de recolha do lixo, a situação só piorou. E o cenário é esse que a senhora jornalista encontrou".

Para Braquima Kituma, não existe vontade, por parte de quem governa, de resolver alguns problemas do povo. "Este povo não pede muito, quer apenas que quem governa resolva os problemas básicos. Mas está visível que este governo não está preocupado com a população. O povo angolano é muito pacífico, estamos com muitos problemas e não reivindicamos... É muito triste", deplorou.

Kituma afirma que a administradora comunal sabe das dificuldades que enfrentam, "mas não resolve porque não somos seus familiares", criticou, explicando que os moradores tiveram que comprar chapas para fechar a via. "Há uma escola próximo da via, não sei o que será das crianças iniciarem as aulas começarem. Já contactámos a comissão dos moradores e a administradora comunal e a verdade é que, até ao momento, nada foi feito", termina.

António Luís, também morador do mesmo bairro, mostrou-se igualmente agastado com a situação que os moradores enfrentam. Disse-nos que os três filhos também tiveram que ir à casa da sogra porque estavam a padecer de muitas doenças. Conta que dois deles "já tiveram paludismo e diarreias" devido ao lixo acumulado dentro do quintal, que piora com as chuvas.

Segundo nos conta, os moradores, na tentativa de diminuir os grandes focos de lixo, ateiaram fogo aos detritos, de entre os quais produtos inflamáveis, que poluem o ambiente, pergando ainda mais a saúde.

A ronda feita pela equipa de reportagem Novo Jornal, em quase todas as zonas do Cazenga, encontrou amontoados de lixo, sobretudo nas principais vias do município. O lixo ocupou as faixas de rodagem das vias, e os munícipes vêem-se obrigados a coabitar com vermes, baratas, moscas, répteis, ratos, mau cheiro, ar poluído e fumo que invade as residências.

O morador mostra-se também preocupado com as crianças que brincam próximo do local, uma vez que se trata de uma rua cujo fluxo de veículos está interrompido pelo amontoado de lixo. "Acho que só haverá preocupação por parte de quem de direito quando o pior acontecer. É muito triste", lastima.

A proliferação do lixo não aflige só os moradores Travessa do Funchal. É uma situação que se estende um pouco por toda a província de Luanda e preocupa os habitantes, incapazes de alterar o quadro por falta de meios apropriados para tal.

Os moradores dizem que depositam o lixo nos locais habituais, uns com contentares e outros sem, que eram recolhidos duas ou três vezes por semana, mas que deixou de acontecer há vários meses.

O NJ fez também uma ronda em três postos de saúde, dois privados e um público. No posto de saúde da Siga, alguns funcionários disseram que têm recebido diariamente muitos pacientes de diferentes idades.

O paludismo é a doença mais diagnosticada e regista-se também o aumento de doentes com malária, diarreia e vómitos.

O novo modelo de recolha de lixo, que entrou em vigor em Agosto do ano passado, não trouxe benefícios para os moradores. "A verdade é que, depois desse modelo, a situação do lixo na cidade capital angolana tem vindo a piorar", queixam--se populares.

## 8.4 Produtos de Lixo na capital devem participar na Limpeza

*Jornal De Angola*  
13 de Janeiro de 2016

As unidades industriais, sanitárias e comerciais devem colaborar com as autoridades nos esforços de preservação do meio ambiente, fazendo uma gestão correcta dos resíduos sólidos que produzem, defendeu ontem, em Luanda, o ambientalista Osculando de Menezes.

Ao falar sobre a problemática do lixo em Luanda e as suas implicações no meio ambiente, o especialista disse ser importante que as indústrias, hospitais, escolas, lojas e outros estabelecimentos geradores de lixo criem condições para a gestão adequada dos resíduos.

Envolvimento da população

"Luanda está a viver uma situação um pouco preocupante em termos de saneamento básico e do meio, cuja solução passa pelo engajamento de todos na eliminação dos focos de lixo, que, em algumas áreas aumentam a cada dia que passa", disse Osculando de Menezes. Para o especialista, Luanda começa a viver os problemas que afligem as cidades

modernas, resultantes da intensificação da industrialização e da verticalização das construções, que provocam a concentração elevada de pessoas num espaço territorial relativamente pequeno.

#### Locais de tratamento

O tratamento de resíduos, desde o ponto de geração ao destino final, começa pela colecta e armazenamento na origem antes de ser transportado para o local de tratamento definitivo, lembrou o ambientalista.

"A gestão do lixo não é só um problema do Estado", disse Osculando de Menezes, salientando que o envolvimento das unidades fabris, sanitárias e comerciais é determinante na manutenção dos resíduos sólidos.

### 8.5 Jobfil

*Jornal Manchete*

*15 De Janeiro de 2016*

A operadora de limpeza Jobfil que actua no município de Cacucó, nos últimos tempos está deixar com os nervos à flor da pele aos moradores e automobilistas naquela circunscrição. Tudo, porque esta empresa não tem sabido organizar melhor quando sai à rua para efectuar os seus trabalhos, pois acaba por criar sérios transtornos à circulação rodoviária. Os seus funcionários têm o hábito de ocupar parte das faixas de rodagem das estradas enquanto realizam a limpeza, o que não devia ser assim.

E pior ainda é que tais trabalhos são realizados justamente nos horários em que o tráfego rodoviário regista maior movimentação, como por exemplo na zona da Vila de Cacucó, período das 7 horas até as 9 horas. Outra questão tem a ver com a destruição dos passeios pelas máquinas que a mesma empresa tem usado durante a recolha dos resíduos sólidos. Curiosamente a administração municipal não "muge nem tuge" diante desta situação, assim não dá!

### 8.6 No Cazenga moradores interdita rua por causa do lixo

*Jornal a República*

*15 De Janeiro de 2016*

*Por: Mafuta Malanda*

Os moradores da rua da Encubação, bairro da Sonef, município do Cazenga, viram-se obrigados a interditar a rua com chapas de zinco, devido à enorme quantidade de lixo que é depositado nas

instalações do antigo aviário do Angolaves, que se encontra em estado de abandono.

Dona Vina, funcionária pública e moradora do bairro há 25 anos, explicou as razões que levaram os moradores a interditar a rua.

"Nós interdítamos a rua, por causa do lixo que os moradores das outras ruas têm depositado aqui. Inicialmente o lixo era depositado dentro do aviário, as empresas de recolha de lixo que operavam aqui deixaram cair a parede do antigo aviário no acto da recolha, e a população passou a depositar o lixo mesmo aqui na rua."

Dona Vina acrescentou que, teve que evacuar os netos devido ao lixo que invadiu o portão da sua residência.

"Há mais de três meses que não se recolhe o lixo aqui no bairro e o mesmo invadiu a rua, tendo mesmo atingido o meu portão, produzindo desta forma moscas e mosquitos bem como um cheiro insuportável, facto que me levou a tirar os meus netos daqui devido à vulnerabilidade das crianças."

Já Manuel Fortunato, igualmente morador do referido bairro, disse que a interdição da rua fez aumentar a onda de assaltos há um nível considerável.

"Assim que se interdita a rua, as pessoas são obrigadas a usar o beco como via alternativa, e é muito perigoso. Estamos a ser vítimas de assaltos naquele beco, temos exemplo de um jovem aqui do bairro que foi esfaqueado naquele beco por marginais, no dia 25 de Dezembro."

Os moradores dizem ter contactado as autoridades locais, mas delas não obtiveram uma resposta satisfatória relativamente à situação e lançam um grito de socorro ao Administrador Municipal, Tany Narciso, e aos responsáveis do Angolaves, de modo a empreenderem esforços, para acabar com a lixeira que se formou naquela zona.

### 8.7 Perigo que devia ser evitado

*Semanário Angolense*

*15 De Janeiro de 2016*

Um espaço de cerca de 200 metros (ou mais) da estrada principal onde está localizado o Mercado dos Kwanzas está tomado por uma enorme lixeira ao ponto de restar apenas uma faixa para os automóveis.

O facto tornou-se na maior causa do gigantesco engarrafamento verificado ultimamente no local.

Mas esse lixo lá fora do mercado, por ser o mais novo que vem sendo deitado ali, é só um aperitivo se tivermos em conta a monumental pilha de lixo que se encontra no meio da praça. Como a lixeira é antiga e está misturada com águas putrificadas, o odor nauseabundo do pântano que ali está formado é inevitável. Mesmo assim o lugar divide o espaço com os vendedores.

Olhando para a parte construída do Mercado dos Kwanzas, tanto para a estrutura administrativa como para a área delimitada, é a mais pobre dos mercados pelos quais o Semanário Angolense passou nessa digressão. Além de ser mais precário é também o edifício administrativo mais sujo. Quase uma cabana.

Enquanto a nossa reportagem procurava obter alguns depoimentos, uma vendedora aproveitou abrir o verbo. A semelhança da Mama Maria, da praça do Asa Branca, ela não quis que fosse identificada e fez praticamente a mesma queixa. «Nós aqui estamos a passar mal. Olha só. Isso não se faz com o povo. Trabalhar nessas condições?!».

Perguntamos então porquê que ela não mudava de vida, não abandonava aquele local para trabalhar em outro. «Trabalhar aonde? A correr dos porretes da fiscalização?»

Aqui pelo menos todos os dias tem um bocadinho», respondeu. «E a saúde?», retrucamos. «Vamos mais fazer como, papa? É só aguentar», lamentou.

Na sequência da conversa com a «mama dos Kwanzas», soubemos que as actuais taxas pagas pelos vendedores chegam a 300 Kwanzas por dia. Esse total inclui a taxa de limpeza, a taxa de fiscalização e a taxa dos «kaenches» responsáveis pela segurança do local.

Digno de realce é o facto de sobre essa grande lixeira actuarem os ambulantes que vendem remédios, tanto os industrializados quanto os não-industrializados. Homens, e principalmente mulheres, vendedores de raízes, sementes e outros produtos de cura, estendem as suas mercadorias sobre o lixo. Também lojas de medicamentos estão situadas ao longo de um beco que fazem com a monha de lixo.

A clientela não falta. A procura é grande. E, não obstante o pântano formado, não por terra preta e lixo, como no mercado do Asa Branca, mas simplesmente por lixo empapado nas águas da chuva, as pessoas consomem os produtos ali comercializados. Entre as vendedoras estão inclusive

mulheres com crianças «no» colo, expostas àquela putrefacção.

Entretanto, até estabelece-se a dúvida do que será o maior atentado contra a saúde no Mercado dos Kwanzas, já que além dos remédios vendidos sobre, e ao lado, do lixo, nos deparamos igualmente com a venda de produtos como peixe sendo feita exactamente por cima das lixeiras. Papelões são improvisados sobre os lixões e sobre estes são expostos os produtos alimentares.

Dali para o interior da praça, a situação não é nada diferente do que acontece nos redutos ambulantes adjacentes ao Mercado da Asa Branca, em tempos de chuva.

A vida acontece no meio da lama e do lixo. Mais ainda assim, pode existir sempre um lugar pior. Um lugar pior? Sim! É isso o que parece ser o Mercado do Kicolo, em tempos de chuva, em relação aos seus congéneres.

## 8.8 Recolha de lixo com novo modelo

*Jornal de Angola*  
15 De Janeiro de 2016

Um plano de acção destinado a envolver os munícipes na gestão directa de resíduos sólidos urbanos, denominado "Programa Verde", começa a ser ensaiado este ano na província do Zaire, anunciou ontem o director provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente.

Cláudio Fortunato reconheceu que o êxito do programa passa por campanhas de sensibilização da população sobre a gestão ambiental. "Alguns cidadãos têm um entendimento pouco claro sobre os resíduos sólidos e consideram que todo o lixo é descartável, quando, na verdade, parte desta matéria orgânica e inorgânica pode ser reciclada para fins úteis", sublinhou. A educação ambiental da população, disse o director provincial do Urbanismo e Ambiente no Zaire, é uma das principais componentes do "Programa Verde", cujo sucesso depende fundamentalmente da colaboração dos cidadãos.

"Depositar o lixo nas horas e locais previamente indicados pelas autoridades é o mínimo que se espera dos munícipes", salientou.

"Agindo desta forma, a população está a facilitar o trabalho das operadoras de limpeza e a reduzir o volume de lixo depositado nas artérias das vilas e cidades", acrescentou. O programa prevê a realização

de seminários de capacitação de técnicos das administrações municipais em matéria de urbanismo e ambiente, com vista ao melhoramento do trabalho de saneamento básico participativo das cidades e vilas. Cláudio Fortunato disse que o programa comporta projectos economicamente exequíveis nos Municípios e Comunas da Província, um dos quais consiste em transformar focos de lixo em locais comerciais ou de lazer.

O director provincial do Urbanismo e Ambiente no Zaire adiantou que o governo da província está a trabalhar para o reforço da capacidade técnica das operadoras de limpeza que prestam serviços nas cidades de Mbanza Congo e Soyo.

## 8.9 Administração tem regulamento

*Jornal de Angola*

*16 De Janeiro de 2016*

O regulamento do concurso trimestral "Bairro mais limpo do município de Cacuaco" foi aprovado quinta-feira durante uma sessão extraordinária da administração municipal, orientada por Carlos Alberto Cavuquila.

O concurso é um incentivo à participação dos moradores na limpeza e na melhoria do meio ambiente no município. Uma nota de imprensa do Gabinete de Documentação e Imagem da administração de Cacuaco indica que a administração municipal aprovou também a proposta de recolha nocturna de resíduos sólidos, sobretudo nas principais vias rodoviárias, por oferecerem condições de segurança para o efeito.

Deste modo, refere a nota, as operadoras devem coordenar os horários com a direcção municipal dos serviços comunitários.

O encontro analisou também a monitorização dos financiamentos concedidos aos agentes económicos, no âmbito do apoio à gestão assistida, para avaliar o seu desempenho e o impacto na diversificação da economia.

O município dispõe de 15 empresas de recolha de lixo orgânico e resíduos sólidos. Com uma população estimada em 800 mil habitantes, Cacuaco tem três comunas.

## 8.10 Realizada mega campanha de recolha de lixo

*Jornal de Angola*

*20 De Janeiro de 2016*

*Texto: Elautério Silipuleni*

Uma mega campanha de limpeza e de recolha de resíduos sólidos a nível da cidade e de bairros de Ondjiva foi realizado domingo, pela Administração Municipal do Cuanhama, em parceria com empresas locais e munícipes.

O administrador municipal adjunto do Cuanhama, José da Rosa Bessa, disse que a cidade de Ondjiva tem registado ultimamente muitos amontoados de lixo, o que deixa as operadoras de saneamento e limpeza sem capacidade de resposta à situação.

Em função disso, a administração mobilizou os munícipes, para que participem na campanha com o fim de diminuir esses focos de lixo e promover a saúde e o bem-estar social.

José Bessa aproveitou a ocasião para reprovar a atitude de muitos munícipes que continuam a depositar o lixo no chão ao invés dos contentores e pontos de transferência construídos para o efeito, o que dificulta, muitas vezes, a limpeza da cidade e garantiu que campanhas do género vão ser desenvolvidas quinzenalmente, até que a situação financeira das operadoras de saneamento básico se resolva.

O administrador municipal apelado às várias sensibilidades que participaram no referido trabalho a manterem o mesmo espírito, para o bem de todos quantos fazem de Ondjiva a sua moradia. "Vamos todos trabalhar para mantermos limpo a nossa cidade, apostando nas campanhas de recolha de lixo e de embelezamento. Trata-se uma tarefa difícil, mas não impossível", disse.

Novo modelo no Lobito

No Lobito, o administrador municipal, Alberto N'gongo, reuniu-se com os seus representantes comunais, responsáveis de empresas públicas e privadas, autoridades tradicionais, líderes comunitários, entidades religiosas e da sociedade civil, para dar a conhecer o novo modelo de recolha de lixo.



No encontro, foram esclarecidos os direitos e deveres dos munícipes e a nova política a ser implementada pelo Estado, no que concerne à comparticipação na recolha do lixo, pagamento da água e da energia eléctrica. Foi ainda discutida a fixação de uma taxa para todas as pessoas, que queiram visitar a Ponta da Restinga, com vista a arrecadação de receitas que permitam a conclusão dos projectos estruturantes previstos para a cidade.

Neste contexto, os participantes deram as suas contribuições sobre os valores monetários a serem pagos pelas empresas e pelos cidadãos, impostos que vão ser lavrados em documento e apresentados aos munícipes em breve. Alberto N'gongo referiu que as quantias a serem cobradas devem ser depositadas numa empresa, a ser criado especificamente para o pagamento dos trabalhadores e da aquisição dos meios a serem envolvidos na limpeza da cidade e bairros periféricos, estando a administração fora dessa tarefa e anunciou que os restaurantes localizados na orla marítima vão ser reformulados, numa nova metodologia de regulamento a ser criada pela Administração Municipal do Lobito.

Por este facto, a Capitania do Lobito foi proibida de renovar licenças e de realizar cobranças à pessoas particulares, tendo em contem que se regista a expansão dos espaços outrora ocupados e a tendência de alguns cidadãos em pretender privatizar a praia.

Alberto N' gongo disse que a Administração Municipal do Lobito vai pôr fim à existência de casebres de papelão que estão a ser erguidos nos bairros da Caponte e Compão e explicou que as pessoas vão ao Lobito, provenientes de outras regiões para comprar sal ou para frequentar óbitos, apaixonam-se pela cidade e acabam por ficar.

Por este facto, o administrador Alberto N'gongo referiu que vão ser impostas algumas regras para disciplinar as pessoas a não deitarem o lixo ao chão. Assim, doravante todos os administradores de zonas passam a ter a denominação de coordenadores de zona.

## 8.11 Gestão dos resíduos sólidos e desassoreamentos das valas de drenagem

*Novo Jornal*  
22 De Janeiro de 2016

A gestão dos resíduos sólidos é seguramente o pecado capital na cidade de Luanda. O histórico do lixo na capital remonta a décadas, e foi responsável pela presença de filipinos em Luanda que, em finais

da década de 1980 e princípios dos anos 1990, tiveram a luta inglória de tentar deixar limpa Luanda. O surgimento da Urbana 2000 não emprestou, por sua vez, grandes mudanças na gestão dos resíduos sólidos.

Mas durante mais de duas décadas e meia surgiram várias empresas prestadoras de serviços no âmbito do saneamento básico que acabaram sendo apeadas por não responderem cabalmente aos propósitos para que foram contratadas.

A questão do lixo em Luanda pode ter várias causas e muitas outras explicações para o fenómeno. A ausência de iniciativas empresariais vocacionadas para a implantação de um Indústria de reciclagem pode ser a chave do problema. Pode, até que a prática enquanto critério da verdade a contrarie.

Por outro lado, a situação do desassoreamento das valas de drenagem constitui um outro problema a que Higino Carneiro deverá responder e encontrar uma solução à altura do problema. Talvez agora, com a criação da Agência Nacional de Resíduos, se encontre uma forma dessas situações serem prontamente acudidas. Porque a ideia que muitas das instituições passam é a de que existem, mas existem sem ter capacidade para responderem aos seus objectos sociais.

Criado pelo Decreto Presidencial 181/14 de 28 de Julho e tutelado pelo Ministério do Ambiente, a Agência Nacional de Resíduos tem em mãos uma responsabilidade de suma importância. Oxalá as suas competências não se fiquem apenas no papel, porque trabalho há que basta fazer.

## 8.12 Lixo e exercício de autoridade na agenda

*Jornal O PAÍS*  
22 De Janeiro de 2016

Na sua primeira jornada de campo, Higino Carneiro voltou a falar da necessidade do combate ao lixo ante a ameaça de um atentado à saúde pública, "O lixo não fica nas portas das pessoas, mas está a ser depositado diante, de lado ou próximo da habitação' ou seja, na via pública, o que revela alguma desordem e falta de exercício de autoridade" comentou o governador no final da jornada, Esta imagem dos bairros e da cidade no geral é que está "a tirar o sono a Higino Carneiro" nestes primeiros dias de volta à liderança da cidade da Kianda, pelo que apela ao arregaçar das mangas para atacar o problema com urgência nos próximos dias, Carneiro pede a colaboração de todos, incluindo os críticos a quem

pede para endossarem as suas ideias a cada um dos órgãos ou estrutura em que estiver engajado sem ofensa à honra e a moral das pessoas.

Higino Carneiro promete "diálogo e um processo interactivo de maneira que a relação entre governados e governantes seja estabelecida e melhorada".

Quanto à segurança em Luanda, o governador minimiza os alertas de governos estrangeiros e garante que a capital angolana está "segura e os órgãos afins têm estado a trabalhar", O Governador não considera os alertas como "falsas informações", mas garante que o País tem serviços de segurança para controlar situações afins.

Nota de realce, é que ao longo de todas as artérias percorridas pelo governador foi notório a decorrência de trabalhos de recolha de lixo e a colocação de contentores.

### 8.13 O lixo em Luanda é um problema de competência ou de recursos financeiros?

*Jornal Grandes Notícias*  
22 De Janeiro de 2016

Desde que Luanda recebeu o novo Governador, General Higino Carneiro, que rigorosamente falando, já estava numa comissão de gestão na capital, por dois anos, viu-se uma mudança radical quanto ao principal inimigo de Luanda o lixo. Isso leva os municípios, mesmo os mais distraídos a fazer a pergunta que não se quer calar. Porque é que o Dr. Graciano Domingos que, até tem um discurso tecnocrata bom de se ouvir, perdeu o combate ao lixo, de tal forma que até os órgãos públicos já não se coíbiam de dizer a verdade sobre as lixeiras e o mal que estavam a causar em Luanda?

Recorde-se que ele, até antes de sair, tentou com campanhas de limpeza geral aos sábados, uma espécie de sábados vermelhos, mobilizando as empresas de construção e outros operadores em Luanda, de boa vontade, e que ainda assim, se por exemplo no Cazenga dizia-se que estava resultar, o mesmo não se pode dizer do Kilamba - Kiaxi, onde até os bairros Popular e Palanca, para citar só os mais célebres, tinham ruas interdidas, por causa deste mal a questão é: Será mesmo que Graciano Domingos não tinha programas de combate ao lixo, ou não tinha acesso às finanças para pagar as operadoras e estas, em contrapartida, boicotavam o seu trabalho? Porque é estranho que ao entrar outro dirigente, os carros já apareceram e as empresas já estão disponíveis a colaborar, para debelar o lixo em todos

recantos da cidade e já podem penetrar ali onde for necessário. Como é obvio, sem ter transpirado nada para o cidadão comum e a imprensa, se pressupõe que se não há dinheiro, pelo menos há garantias de receber algum, porque as empresas haviam paralisado o seu trabalho precisamente por não terem um programa da liquidação da dívida que tinham para com a Elisal ou GPL. Ora, para os municípios, que já estavam cansados e aborrecidos com a gestão da cidade por conta de tudo isso, batem palmas, porque ninguém quer passar nas vias principais e ter lixo até nas principais avenidas e ao transitar nelas, ter que tapar a boca e o nariz pelo fedor que estes resíduos exalam na cidade.

Se por um lado todos esboçam o riso de contentes e, rapidamente, querem esquecer o anterior gesto r da Capital, por não ter conseguido levar de melhor com o lixo, o que tudo indica ter-lhe custado o posto e a consequente exoneração, agora os cidadãos atentos, suspeitam que esta entrada repentina do General pode, também, ser um sol de pouca duração, porque quase todos, ao entrar, têm o mesmo discurso e na medida que o tempo passa, as operadoras de Lixo que não sendo entidades de caridade, ao verem os seus intentos frustrados, percebem a situação, param tudo e a cidade volta a primeira forma, porque os seus funcionários precisam de sustento e se o emprego não pagar o trabalho que fazem, declaram greve.

Seja como for, não se deve ser pessimistas e vamos crer que esta actividade está a ser devidamente programada e acautelada e, com isso, não teremos mais a nossa cidade a disputar na categoria mundial de menos higiénica. Palmas pela entrada triunfal do general Higino, apelidado de quatro vezes quatro pelo seu desempenho e por conta disto a devolver a beleza e o requinte a cidade capital Mas aconselha-lo que não deve parar.

### 8.14 Tomadas medidas para limpar Luanda

*Jornal de Angola*  
22 De Janeiro de 2016

*Texto: Nilza Massango e Cláudia Mubatilli*

O governador da província de Luanda, Higino Carneiro, anunciou ontem a criação de um posto de comando urbano para fazer face ao problema que existe do passivo em relação aos resíduos sólidos, um modelo que deve prevalecer enquanto está em estudo

a nova modalidade de recolha e tratamento do lixo na cidade capital.

O comando, que funciona desde ontem na sede do Governo Provincial de Luanda, conta com a participação de responsáveis das administrações municipais e com actores voluntários, públicos e privados, no sentido de resolver problema do lixo.

Depois de visitar a sede da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, no distrito urbano da Ingombota, no âmbito da sua primeira visita de campo, Higinio Carneiro voltou a apontar o saneamento básico como problema crítico que a província de Luanda vive, acrescentando que a criação do posto de comando tem como objectivo fazer com que os responsáveis das administrações actuem em coordenação, juntando sinergias e utilizando racionalmente os meios disponíveis, para fazer frente à questão da recolha de resíduos sólidos.

"Vimos imagens que a todos tocam. A continuar assim, seremos obrigados a declarar calamidade pública. Temos que evitar isso, por causa de aspectos epidemiológicos, que podem provocar desaires na sociedade", disse o governador, manifestando a sua satisfação pelo trabalho que os distritos e as administrações, de uma forma geral, estão a desenvolver.

Higinio Carneiro referiu que os recursos são poucos e que é preciso agir em função das necessidades que se impuserem no terreno. "Este exercício vai levar-nos a que a breve trecho possamos resolver o problema dos resíduos sólidos passivos, que resultam de períodos anteriores que não foram removidos", salientou, defendendo que é necessário pensar no dia-a-dia em que se produz lixo que exige remoção.

Além da criação do posto de comando urbano, o governador da província de Luanda informou que está a ser elaborado um programa, uma espécie de guia para o dia-a-dia, que define as prioridades da capital do país. O documento deve estar concluído nas próximas 24 horas.

Higinio Carneiro apelou ao envolvimento de cidadãos voluntários e empresas públicas e privadas no exercício desta actividade sanitária. Explicou que há dois dias foram definidos princípios de actuação para que as pessoas não se sintam coibidas em prestar auxílio às administrações, distritos e bairros.

Antes da sua aprovação, defendeu, o programa deve ser apreciado pelas administrações municipais e pela Comissão Administrativa da Cidade de Luanda,

distritos e comunas, para que possam dar o seu contributo para melhorar o documento final.

#### Identificação das casas

O governador defendeu, face à necessidade de controlo, resolver o problema da identificação dos bairros e das casas para que se saiba quem são os seus donos. "Hoje muitos jovens vivem na rua e são eles, em muitos casos, os que promovem o mercado de rua, alimentados pelos comerciantes, alguns dos quais angolanos e na maioria estrangeiros", afirmou.

No que respeita à segurança, Higinio Carneiro defendeu que não se pode exigir só da polícia e dos órgãos que superintendem a segurança e vigilância do país, mas o próprio cidadão tem de ser responsável e contribuir para a segurança colectiva.

"Não temos uma Lei de informação de residência, mas temos de fazer com que os cidadãos sejam capazes de dizer à polícia e à comissão de moradores, naqueles lugares em que existem, quem é que chegou, o que faz e qual sua proveniência. Há casos caricatos, mas vamos ter de tomar medidas. Chegou a hora de mudar isso", disse Higinio Carneiro, para quem o diálogo permanente com as comunidades deve existir e os conselhos de auscultação e concertação social devem funcionar de facto.

#### Trabalho de campo

O governador da província de Luanda visitou ainda as obras de recuperação do Parque Zedú, Mediateca Infantil, na Ingombota, e a Biblioteca Distrital da Samba, obra já concluída, cuja inauguração está prevista para o próximo mês.

Ainda no decorrer da visita de campo a alguns distritos do município de Luanda, Higinio Carneiro participou na reunião do Conselho de Auscultação e Concertação Social da Cidade de Luanda, aberta pelo presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, José Tavares.

Na sua breve explanação durante Conselho, que contou com a participação de coordenadores de comissões de moradores, Higinio Carneiro informou que está a ser analisado um Projecto de Lei sobre Comissão de Moradores que depois de aprovado vai conferir competência para trabalhar melhor.

As obras de requalificação da Zona Verde, vala do Catinton (Ponte do Balumuca), no distrito da Maianga, as obras nas encostas da Boavista, a construção do Viaduto e a urbanização da Marconi, no Sambizanga, foram outros pontos visitados pelo governador de Luanda.

Higino Carneiro visitou ainda as obras de requalificação e ampliação do Centro de Distribuição da Maianga, que visa reforçar o abastecimento de água à cidade de Luanda. Segundo o presidente do conselho de administração da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL), Lionidio Ceita, a obra está na sua fase final e é inaugurada no próximo mês.

## 8.15 Uma maldição com selo de incompetência

*Jornal A Capital*

*23 De Janeiro de 2016*

*Texto: Marcos António*

Independentemente dos aspectos técnicos patentes no discurso oficial, o Governo acaba mal na fotografia quando em análise estiverem os prejuízos provocados pelas últimas chuvas na província de Benguela, resumidos em mais de três mil famílias desalojadas, setenta casas destruídas e centenas de campos agrícolas devastados, segundo dados dos Serviços de Protecção Civil.

O regresso da maldição, com as autoridades ainda longe do realojamento definitivo das trezentas famílias vítimas da tragédia de Março último, foi verificado, há três semanas, no município do Cubal, onde quatrocentos camponeses perderam culturas como o milho, batata e mandioca. Assistia-se, na verdade, ao primeiro reflexo da subida do nível de água na bacia hidrográfica do Dungo, que beneficiou de "obras estruturantes" em 2015, ao que se seguiu o transbordo dos rios Cavaco, Catumbela e Copo rolo, um trio que absorveu largos milhões de dólares num programa de regularização.

No Cubal, a 140 quilómetros da cidade de Benguela, o ambientalista Silvano Levi dizia, perante o clamor de uma comunidade a precisar de ajuda alimentar, que a situação não era tão sombria quanto parecia. "Ainda não se trata de uma enchente, uma vez que a empreitada anterior garante a retenção da água na bacia", sustentava o antigo administrador do Lubango, também em nome do Governo de Isaac dos Anjos. Levi admite, todavia, que o trabalho efectuado no ano passado tenha de ser reforçado com obras de engenharia ambiental e agronómica.

Se é verdade que as iniciativas acautelam a regularização dos caudais, tal como sugere o técnico, também é certo que há uma comunidade camponesa desesperada, a quem a Administração Municipal do Cubal promete distribuir alimentos para contrapor o mais do que provável cenário de carência.

No rescaldo da agitação vivida nos últimos dias, observadores atentos aos bastidores da governação questionam a "passividade" das autoridades perante vários avisos, sendo o mais recente o dilúvio que provocou cerca de cem mortos. Unânicos, dizem que pouco ou nada se fez para impedir que voltasse a entrar água em bairros adjacentes ao rio Cavaco, afectado pela situação do Cubal.

Um conhecido arquitecto fala em má gestão de recursos hídricos, mormente em relação ao comportamento das bacias que servem para reter água para períodos de escassez. "Quando surge em abundância, são necessárias medidas para evitar que a sua saída não destrua campos agrícolas e casas", refere a fonte.

Dos Anjos aperta com administradores

Na abertura da 1ª Reunião Ordinária do Conselho da Província, realizado na Baía Farta, o governador de Benguela, Isaac dos Anjos, disse que não é legítimo pedir à sociedade civil ajuda para os desalojados, salientando que as Administrações devem fazer mais no campo da prevenção.

A sociedade civil foi, como muitas vezes admitiu o governante, um importante segmento na assistência que se impunha. Em reacção ao discurso, houve quem encarasse tal atitude como uma forma de "atirar para o ombro dos outros" urna responsabilidade do mais alto mandatário da província.

Na sua óptica, esta posição demonstra, por outro lado, que o Governo não estará a realizar tarefas a curto prazo no sentido de resolver os problemas reais da população.

Um outro problema, real como o das enchentes, é o lixo que faz morada na zona alta da cidade do Lobito, onde a população alerta para a iminência de um surto de cólera. A acontecer, seria o regresso de uma outra maldição, alguns anos após um surto ainda na era Dumilde Rangel que provocou centenas de mortes e deixou a província às avessas.

Moradores dizem que o Governo está a ignorar a prevenção, tal é a quantidade de focos de resíduos, para "usar os poucos recursos em medicamentos" nos próximos tempos. Trata-se de uma realidade que se justifica com a saída de cena da Evirobac, empresa de recolha de lixo, devido a uma dívida do Governo que rondará os oito milhões de dólares norte-americanos.

A Evirobac, um consórcio entre angolanos e sul-africanos, foi substituída pela Resurb, empresa que emite sinais de falta de equipamento para tamanha empreitada.



## 8.16 Cuidado, vão limpar Luanda!

*Jornal a República*  
29 De Janeiro de 2016

Foi com bastante entusiasmo que li, num dos jornais diários do país, a informação segundo a qual o novo Governador de Luanda terá criado um "Estado-Maior" para a "batalha" de Luanda, ou seja, para combater os males que enfermam a cidade capital.

E um dos grandes males que Luanda enfrenta é, seguramente o lixo.

Foi realmente entusiasmante perceber que o novo governador está empenhado em transformar Luanda, principalmente em resolver este grande mal, que nos atormenta dia após dia.

No entanto, o meu entusiasmo não durou muito tempo.

E justifica-se!

Afinal o novo Governador de Luanda é igual a todos os outros, ou seja, é apenas mais um político do MPLA. E eu, cidadão angolano, habituado aos discursos repetidos, sempre os mesmos, sem nada de novo, estou claramente avisado de que o lixo que interessa aos políticos deste partido que nos engana há anos é outro. Não é o lixo dos resíduos sólidos acumulados nas ruas, frente às nossas casas, o lixo que exala cheiro nauseabundo e que nos provoca doenças. Não, não é esse lixo que os preocupado.

O lixo que lhes interessa é outro, o lixo dos dividendos, dos petróleos, dos diamantes, dos dinheiros. É este lixo que os preocupa, e não vêem a hora de esgotá-lo para as suas "lixerias", desviá-lo dos olhos do povo e deixarem o país completamente "limpo".

Por isso, cabe-me apenas alertar aos cidadãos desta província que não se entusiasmem, pois pouco ou nada verão de novo. E... claro... Cuidado, vão "limpar" Luanda!

## 8.17 Identificadas as causas do aumento do lixo

*Jornal de Angola*  
30 De Janeiro de 2016  
Texto: Manuela Gomes

O aumento da produção de lixo na província de Luanda está ligado a vários factores, como a super produção, a carência de infra-estruturas, a falta de

educação e consciencialização ambiental e debilidade da fiscalização, declarou ontem a ministra do Ambiente. Fátima Jardim, que falava num seminário sobre os desafios do ambiente subordinado ao tema "Problemática do lixo: uma questão de saúde pública", disse que a educação ambiental hoje um grande desafio, razão pela qual o Ministério do Ambiente definiu 2016 como ano que os cidadãos devem assumir actos de solidariedade e de cidadania responsável. No seminário, organizado pela fundação António Agostinho Neto, a ministra do Ambiente declarou que passados 40 anos sobre a proclamação da Independência Nacional, Angola tem hoje bons exemplos em torno das questões ambientais".

A ministra lembrou que Angola não só tem programas e políticas nesta vertente, como também tem desenvolvido acções que contribuem para a educação ambiental voltada para uma cidadania mais responsável e participativa de forma democrática.

Fátima Jardim sublinhou que o Executivo, no que diz respeito à questão da gestão do lixo, tem feito esforço para que todo o processo inerente ao assunto, desde a recolha à reciclagem, se transforme num desafio e numa grande questão de desenvolvimento.

A titular da pasta do Ambiente recordou que, para a implementação de um Sistema Nacional de Resíduos, o Governo aprovou o Plano Estratégico Nacional de Resíduos, "uma peça essencial para a consolidação desse serviço".

O plano, acentuou, permitiu estabelecer um quadro jurídico estratégico para as questões ambientais. "Estamos a trabalhar para que o país tenha vários níveis de gestão e regulamentação", assegurou a ministra Fátima Jardim. Sobre Luanda, actualmente com uma população estimada em 6,7 milhões de habitantes, a ministra revelou que produz mais de três milhões de toneladas de lixo anualmente.

Programa piloto de recolha Cada habitante de Luanda produz por dia entre 75 e 80 gramas de lixo, disse a ministra, para quem a produção do lixo vai aumentar nos próximos dez anos. "Estamos preocupados com a problemática do lixo, daí que o Executivo iniciou um programa piloto de recolha", salientou a ministra do Ambiente, acrescentando que "estruturamos o lixo como carácter prioritário e com exemplos de boas práticas que permitem apelar à cidadania e à responsabilidade de todos".

Fátima Jardim informou que o Ministério do Ambiente está empenhado em conciliar os princípios orientadores para novas oportunidades de negócio, opções e soluções tecnológicas mais adaptáveis à questão do lixo.



## 8.18 Lixo é exportado para reciclagem

*Jornal de Angola*

31 De Janeiro de 2016

Os equipamentos electrónicos e eléctricos depositados no lixo, que começaram a ser recolhidos na quinta-feira em Luanda por iniciativa da Sonangol, são transportados para o estrangeiro para serem reciclados por Angola não ter condições de o fazer.

Na campanha, que tem por slogan "Contribua para um Ambiente Sadio, não dê à Natureza Aquilo que Ela Não Produziu", pode colaborar qualquer pessoa. A directora nacional do sector.

Referiu na abertura da campanha a importância "do tratamento selectivo de resíduos sólidos" e que o Ministério apoia institucionalmente a iniciativa, que decorre na Semana Nacional do Ambiente, que também termina amanhã. Kátia de Carvalho lembrou que o Ministério do Ambiente realiza, no âmbito das políticas de preservação ambiental, acções públicas sobre as melhores formas de gestão e selecção dos resíduos sólidos.

A directora para a área de Qualidade, Segurança e Ambiente da Sonangol, Daniela Matos, disse que a iniciativa se destina a contribuir para um ambiente saudável.

A Sonangol tem desenvolvido campanhas de recolha de lixo com o envolvimento dos seus funcionários em áreas como o Mercado da Mabunda, na Samba, e na Ilha de Luanda.

O lixo electrónico representa um grande perigo por conter substâncias tóxicas que quando libertadas, podem contaminar o solo e atingir os lençóis freáticos causando grandes danos ao homem.

A necessidade de ser bem armazenado para garantir um ambiente saudável é um desafio de toda a sociedade.

## 8.19 Reforçado o abastecimento de água potável

*Jornal de Angola*

1 De Janeiro de 2016

Texto: Venâncio Victor

A província de Malanje vai beneficiar, este ano, de 29 mil novas ligações de água potável, garantiu ontem o director provincial da Energia e Águas.

Jacinto Caculo disse que o objectivo é a extensão da actual rede geral de distribuição, com uma extensão de 137 quilómetros, no âmbito do plano do Governo Provincial de melhoramento e aumento da disponibilidade no fornecimento de água potável às populações.

Durante o ano passado foram instaladas na província de Malanje 1.350 novas ligações domiciliárias, acrescentou o director provincial da Energia e Águas.

As obras de extensão da rede de água para os bairros Cangambo, Campo de Aviação e Carreira de Tiro, cujos trabalhos estão num grau de execução na ordem de 60 por cento, têm o termo previsto para este ano, disse o director, para quem da lista das prioridades constam ainda ligações domiciliárias no bairro Cangambo Ocidental, cujos estudos do projecto estão na forja.

Jacinto Caculo defendeu o abastecimento de água e energia às novas zonas de urbanização durante este ano, bem como aos 350 fogos habitacionais no bairro da Vuanvuala.

Ao nível dos municípios do interior, o director destacou a construção, este ano, de dois sistemas de água nas sedes municipais, no âmbito do Projecto Nacional Agua para Todos. A instituição, frisou Jacinto Caculo, pretende modernizar o sistema de pagamento de água.

O projecto em curso tem como objectivo o pagamento pré-pago, para garantir o retomo dos investimentos feitos pelo Governo neste sector, ao nível da região.

o domínio da energia, Jacinto Caculo destacou a instalação de 220 novas ligações de energia à rede pública de distribuição de electricidade em 2015 e anunciou, para este ano, um projecto de fornecimento de energias renováveis nalguns municípios do interior da província de Malanje.

De recordar que a cidade de Malanje conta neste momento com 34 mil consumidores de energia da rede geral de distribuição e recebe uma potência de 12.6 megawatts da Central Hidroeléctrica de Capanda, além dos 19.6 megawatts da nova central térmica, inaugurada em Setembro.

## 8.20 Instalado sistema de água

*Jornal de Angola*

6 De Janeiro de 2016

Um sistema de produção água subterrânea para alimentar um tanque elevado de cinco mil litros

cúbicos de água potável foi inaugurado segunda-feira, na zona rural de Mbove, 14 quilómetros a norte da sede comunal do Biópio, Município da Catumbela.

O sistema alimentado a partir de um furo de 80 metros de profundidade é assistido através de uma sala de desinfecção com hipoclorito, antes da elevação da água ao tanque de cinco mil litros cúbicos que, por sua vez, abastece por gravidade seis chafarizes, quatro dos quais acoplados a tanques de lavandaria pública.

A administradora municipal da Catumbela, Alice Filomena Pascoal, ressaltou a importância social do projecto, valorizando aquilo que considera de "espírito de colaboração e patriotismo" da empresa AmbiAfrica, por se ter disponibilizado a executar a empreitada, mesmo sem disponibilidade financeira apazada.

Insatisfeita com algumas situações de anomalias que vem se registando, Alice Filomena Pascoal criticou alguns chefes de família que mesmo vendo práticas incorrectas, como vandalizações, por parte de alguns menores se abstêm de tomar posição preventiva, o que em muitos casos coloca em causa a durabilidade dos projectos.

Gabriel Silva, responsável pelas águas da AmbiAfrica disse à Angop, que o sistema do Mbove está equipado com um tanque de aço inoxidado, capaz de protegê-lo dos raios ultravioletas.

Acrescentou que, em parte a água subterrânea já vem consumível, mas a sua empresa decidiu instalar uma sala complementar de desinfecção com hipoclorito, a fim de aumentar a fiabilidade.

Segundo Gabriel Silva, a construção do sistema de Mbove, alimentado por placas solares, cuja corrente permite o bombeamento da água, teve duração de um mês. Ao nível da província, mais de 100 estações semelhantes foram já montados.

Mbove conta com mais de mil habitantes que passam a beneficiar da estação de água.

## 8.21 Electricidade e água têm novas tarifas

*Semanário Económico*  
07 De Janeiro de 2016

O novo tarifário para o consumo de electricidade e água, em vigor no país desde o dia 01 do mês em curso, privilegia a protecção dos clientes com menos rendimentos, por via da subvenção de parte do consumo pelo Estado.

A informação foi prestada ontem pelo Presidente do Conselho de administração do Instituto Regulador do Sector Eléctrico (IRSE), Luís Mourão, num encontro com a imprensa, em Luanda.

Segundo o gestor da entidade que elabora as tarifas dos sectores de energia e águas e as submete ao Ministério das Finanças, o novo tarifário é uma adequação ao processo de transformação do sector que teve início em 2015 e que culminou com a Lei Geral de Electricidade.

Nesse quadro, em relação à electricidade, as tarifas foram afixadas em termos de categorias para alcançar todos os sectores da sociedade.

"Antes tínhamos uma categoria "doméstica social" que abrangia os clientes com consumos até 200 KWh/mês. Essa tarifa permitia que os primeiros 50 KWh fossem pagos a 1,56 kwanzas (AKZ), sendo os KWh embolsados a AKZ 3,5".

Luís Mourão referiu que a nova estrutura acaba com os primeiros 50 KWh/mês na categoria "doméstica social" (que vai dos zero aos 200 AKZ) e estabelece o valor de três kwanzas por KWh.

Informou ter sido introduzido a categoria "baixa renda" para atender, fundamentalmente, os clientes que não possuem electrodomésticos, muitos deles residentes em zonas rurais.

"Essa classe de clientes vai pagar a volta AKZ 2,6 por KWh, quando da tarifa anterior pagariam até AKZ 3,55".

O gestor do IRSE disse que para diferenciar os clientes com ligações trifásicas dos que tem ligações monofásicas, foram criadas as categorias "doméstica geral" e "doméstica especial" (AKZ.4.40IKWh).

"Quem utilizar ligações trifásicas fica na categoria "doméstica especial", salientou.

Quanto ao sector de águas, disse que na parte relacionada ao consumo das habitações (doméstica) estava dividido em três escalões, sendo o primeiro de zero a 10 metros cúbicos, o segundo de 10 a 30 metros cúbicos e o terceiro com mais de 30.

## 8.22 Água e luz mais caras

*Novo Jornal*  
8 De Janeiro  
A. Lourenço

O presidente do Conselho de Administração do Instituto Regulador do Sector Eléctrico (IRSE)

anunciou nesta quarta-feira em Luanda o aumento das tarifas de electricidade, à luz das transformações ocorridas no sector.

Luís Mourão da Silva, durante uma conferência de imprensa, revelou que a Empresa Nacional de Electricidade (ENDE) passará a cobrar 400 Kwanzas por quilowatts-hora, na categoria doméstica de baixa renda; na categoria doméstica social três mil kwanzas (kzs) e os clientes "especiais", entre 14 e 16 mil kwanzas.

Na categoria doméstica -geral, pagar-se-á entre dois e quatro mil kwanzas quilowatts-hora.

No âmbito desse programa foram aprovados novos regulamentos e procedeu-se à alteração da Lei Geral de Electricidade, lei nº 27/15, de 14 de Dezembro, com a entrada em vigor da nova tabela tarifária do preço de electricidade. a que se acrescentaram duas categorias: De baixa renda, para atender fundamentalmente os clientes que não possuem electrodomésticos, muitos dos quais residentes nas zonas rurais. Estes passarão a pagar a tarifa de 400 kwanzas ao contrário dos mil anteriores, e a categoria doméstica geral ou aqueles que vivem em residências e apartamentos mobilados passam a pagar cerca de quatro mil kwanzas/mês.

Os clientes com tarifa acrescida são os do comércio e serviços sujeitos a um aumento de 90 por cento.

"Para o cidadão comum pagar o seu custo de consumo deverá saber em que categoria estará inserido", sublinhou Luís Mourão da Silva, referindo-se às várias categorias existentes no sector eléctrico.

Segundo este responsável, em relação à electricidade e à nova tabela tarifária, os preços foram fixados em categorias de modo a atingir todos os sectores da sociedade.

"A média geral de incremento que ocorrerá no sector eléctrico é de 60 por cento e no das águas 53%. Para os Postos de Transformação (PT) privados a ENDE vai negociar com os proprietários para atribuição da gestão comercial dos postos ou, possivelmente, reembolsar os valores aplicados na sua aquisição para o cumprimento da nova tabela tarifária", anunciou.

O sistema pré-pago, incrementado para uma melhor gestão do comércio de energia eléctrica, foi uma das melhores apostas das operadoras e com esta nova tabela tarifária, Luís Mourão assegurou que o sistema de pagamento prévio e de pós-pagamento passam também a obedecer aos novos preços.

No sector das águas, na tarifa básica que vai de zero a 10 metros cúbicos, o utente pagará 59 kzs,

equivalente a mil litros. Na tarifa seguinte, que vai de 10 para 30 metros cúbicos, pagar-se-ão 94 kzs e nos serviços de comércio e indústria 95 kz por metro cúbico.

Já o porta-voz da Empresa Provincial de Águas de Luanda (EPAL) Domingos Paciência, disse que também foi reajustada a tarifa da água dos fontenários, que anteriormente era de 130 kwanzas, tendo passado para 137 kz. Para as girafas dos anteriores 32 kz passar-se-ão a pagar 42 kz.

Relativamente aos preços diferenciados praticados noutras províncias, Domingos Paciência justificou com o facto dos custos de produção serem também diferentes, a exemplo de Luanda e Benguela, o que futuramente poderá evoluir para uma tarifa única nacional.

## 8.23 Ravina priva habitantes da água da Santa

*Jornal de Angola*

*10 De Janeiro de 2015*

*Texto: João Mavinga e Miguel Baú*

Desde tempos remotos a água da Santa, nascente frequentada pelos habitantes do bairro Sagrada Esperança, em Mbanza Congo, é considerada pura, por não ter processos químicos para o seu consumo. A nascente, que existe desde que o Zaire é Zaire, está localizada a 400 metros do centro da cidade de Mbanza Congo.

O acesso à nascente Santa tornou-se difícil à população que ali acorre na busca de água para consumo, devido à presença de uma ravina em progressão no local, com 150 metros de comprimento e uma largura de sete metros e igual dimensão de profundidade.

A presença da ravina na nascente Santa está a criar constrangimentos de monta na vida social da população que tem a fonte como principal fonte para obtenção do líquido. Os relatos dos moradores da zona ao Jornal de Angola indicam a necessidade de se desenvolver trabalhos de engenharia para o estancamento da ravina e evitar consequências nefastas na vida dos habitantes.

Da Independência Nacional até a década de 1990 a nascente da Santa tinha uma captação que garantia o abastecimento de água as populações, deixado pelos colonos. Até aos anos 1990 a captação servia de reforço ao outro sistema funcional até hoje a partir do rio Lueji, que abastece de água potável a cidade de Mbanza Congo. Actualmente a degradação da via

constitui um atentado à: integridade física das pessoas, devido ao seu difícil acesso agravado por uma ravina.

Pelo mau estado da via o local já tem registos de casos de fracturas em muitas pessoas, que frequentam a nascente não só para acarretar água para beber como também usam a via para chegar ao destino a fim de lavar roupa. Pelo estado escorregadio da via, uma senhora identificada por Joana Kiasauka, de 40 anos de idade, desmaiou, na tentativa de atravessar a ravina, devido a queda de que foi alvo. "Na semana passada escorreguei quando tentava atravessar a ravina, e perdi os sentidos naquele momento, mas por sorte não fracturei."

Joana Kiasauka, inconformada com a situação, diz frequentar a nascente Santa desde a sua infância. Residente no bairro Sagrada Esperança a interlocutora explica ao nosso diário que o péssimo estado da via, faz com que muitos frequentadores da nascente optassem actualmente pelo consumo da água da chuva com todos os riscos que daí advêm, "já que em Mbanza Congo chove consecutivamente".

#### Risco de vida

O calvário que se vive na via da nascente Santa, é agudizado pelo pavimento escorregadio durante o percurso, consequência da concentração de muita lama.

Os moradores vincaram a preocupação porque o local é também frequentado por crianças e adolescentes que têm sido vítimas de lesões, algumas graves. Há cinco anos, segundo relato de um morador, as enxurradas arrastaram uma criança de-4 anos que encontrou morte imediata. Na altura a ravina era de pequena proporção. Joana Kiasauka diz compreender o actual momento que o país vive, mas advoga que a situação actual da nascente Santa deve merecer a atenção das autoridades de direito, na medida em que a região regista um défice de abastecimento de água canalizada nos ramais domiciliários dos habitantes que vêem a Santa como única solução.

Contactado pelo Jornal de Angola, o sob a do bairro Sagrada Esperança, António Matumona Vanza, de 56 anos, corrobora a indignação de Joana Kiasauka, referente ao estado actual da nascente Santa. O soba prometeu à população do bairro levar nos próximos dias o problema às autoridades da província na ânsia de ver a situação resolvida.

Para aquela autoridade tradicional a água da Santa ganhou o nome por causa da sua pureza. Desde o

tempo colonial a nascente foi considerada como produtora de uma água natural de qualidade que sempre serviu a população, sem qualquer risco de contágio de enfermidade após o consumo.

#### Pedido de ajuda

A via da Santa, além de preocupar os moradores pelos riscos de vidas que a ravina representa, está também a impedir a circulação de carros e motociclos. Da Independência Nacional até ao ano 2000 a via permitia a circulação de automóveis e motociclos.

A população que anseia a resolução do problema, lança um pedido de socorro às autoridades para que se direcione investimentos neste capítulo. "Auguramos a boa fé das nossas autoridades no sentido de devolverem a circulação segura e cómoda no perímetro da nascente, disse Joana Kiasauka.

As residências construídas na zona adjacente a ravina da Santa podem a qualquer momento desaparecer, se porventura não forem tomadas medidas.

Os alarmismos aumentam dia após dia, tendo em conta que as chuvas constantes que assolam a cidade de Mbanza Congo podem constituir motivo para agravar ainda mais o problema. A ravina progride de forma acelerada desde o ano 2000. Conseguir água na nascente da Santa requer muita coragem e sacrifício em virtude do estado da via e dos 150 metros de comprimento da ravina.

As mulheres com bidões e as crianças marcam os passos com toda a cautela a ritmo de camaleão. "Todo o cuidado é pouco", disse Joana Kiasauka.

#### Histórico do problema

Em Janeiro do ano transacto a província tomou público um novo projecto de abastecimento de água potável a partir do rio Lunda. O projecto foi já lançado a concurso público no qual participaram muitas empresas do sector das águas.

Neste momento o projecto aguarda a divulgação da empresa ganhadora do concurso para a construção da nova rede de distribuição. O projecto consiste na instalação de uma captação que vai assegurar o abastecimento de água potável aos munícipes de Mbanza Congo e Soyo e aguarda da componente financeira para o arranque dos trabalhos.

A população aplaudiu a iniciativa porque espera que dela advenham resultados que proporcionem melhorias no sistema de abastecimento de água e previnam situações adversas as famílias, tal como



acontece na nascente da Santa, onde diariamente as pessoas arriscam a vida pela água.

A acção vai funcionar em simultâneo com uma nova rede de distribuição adequada às necessidades de consumo até 2030.

A província elaborou com o Ministério de Energia e Aguas um amplo projecto de melhoramento do fornecimento de água à cidade e arredores que visa o reforço da rede de distribuição, que compreende a substituição das condutas velhas.

#### Ministério da Energia e Águas

A zona urbana do bairro Sagrada Esperança também está enquadrada no projecto. A província, em parceria com o Ministério da Energia e Aguas, pretende que com o financiamento do projecto os trabalhos sejam executados com celeridade atendendo aos prazos estabelecidos.

Fonte do Ministério da Energia e Águas afirmou ao jornal de Angola que o seu pelouro já contratou uma empresa que vai encarregar-se de executar os trabalhos da criação da nova rede de distribuição da água na cidade de Mbanza Congo.

Um reservatório que antes conservava 150 metros cúbicos foi reforçado no ano passado para 500 metros cúbicos. O director provincial de Energia e Águas, António Samba Mossito, disse que o novo tanque abastece de água toda a zona urbana da cidade de Mbanza Congo. "O projecto foi lançado a concurso às empresas concorrentes e aguardamos a divulgação dos resultados para consignar a obra", explicou o director provincial da Energia e Aguas, António Samba Mossito.

Nos anos anteriores o acesso à nascente Santa era feito com fluidez e até se podia andar sem receio. Viaturas com cisternas e motociclos faziam o trajecto para a Santa sem sobressaltos. A quem conheceu o local há alguns anos custa a acreditar na realidade actual. Por isso a população é unânime em pedir uma intervenção urgente para atenuar a situação. Vezes sem conta, grupos de jovens organizaram-se para fazerem trabalhos paliativos com entulhos de pedras e paus mas infelizmente a sorte saiu madrastra e a situação prevalece.

## 8.25 Milhoes poupados com corte no subsídio

*Jornal De Angola*

*13 de Janeiro de 2016*

*Autor: Kumênho da Rosa*

Com a mais recente revisão das tarifas de electricidade e água, nos termos do Decreto Executivo n 2705/15 e do Diploma Executivo conjunto, ambos de 30 Dezembro, dos Ministérios das Finanças e da Energia e Aguas, o Estado angolano poupa à volta de 168 milhões dólares.

Segundo o ministro da Energia e Águas, além de libertar o Estado de um encargo financeiro demasiado alto - mais de 280 milhões de dólares todos os anos permitindo canalizar mais verbas para outros sectores, a actualização das tarifas vai também incentivar as empresas a melhorarem os seus mecanismos de cobrança e de controlo.

João Baptista Borges entende que essa medida abre caminho para a entrada de investidores privados, já que agora, com a tarifa mais próxima do custo real da energia eléctrica, as empresas vão poder expandir os seus serviços para áreas que até então ficavam fora do seu espectro de cobertura, por falta de dinheiro para fazer novos investimentos.

"É uma medida necessária pois estamos a criar condições para que quem não tem acesso à energia eléctrica venha a ter no futuro", disse o ministro, sustentando que, com o novo tarifário, aos poucos deixa de ser necessário subsidiar. Neste momento, referiu, o nível de actualização foi de cerca de 60 por cento - até antes de 30 de Dezembro o Estado subsidiava a tarifa em 85 por cento e tudo se encaminha para que a diferença na tarifa seja coberta com receitas próprias das empresas.

A tarifa de energia eléctrica era subsidiada pelo Estado que manteve durante largos anos em cerca de três cêntimos de dólar, sendo que actualmente a referência a nível da região era de cerca de 11 cêntimos de dólar. "Era ao Estado que cabia subvencionar essa diferença - cerca de nove cêntimos de dólar - o que a continuar resultaria numa sobrecarga e incapacidade do Tesouro Nacional, pois quanto maior o volume de energia produzida maior a necessidade de subsídios às empresas".

O ministro referiu que se trata de uma medida necessária pois está-se a criar condições para que quem não tem acesso à energia eléctrica venha a terno futuro. João Baptista Borges também realçou a importância de os subsídios beneficiarem quem mais deles precisa, as camadas mais desfavorecidas, que, em rigor, consomem menos e por isso estão protegidas no novo tarifário.

As tarifas de electricidade foram afixadas em termos de categorias para alcançar todos os sectores da sociedade. No lugar da categoria "doméstica social", que abrangia os clientes com consumos até 200



KW h/mês e que permitia que os primeiros 50 KWh fossem pagos a 1,56 kwanzas, sendo os KWh embolsados a 3,5 kwanzas, a nova estrutura estabelece o valor de três kwanzas por KWh. A categoria "baixa renda" foi introduzida para atender, fundamentalmente, os clientes que não possuem electrodomésticos, muitos deles residentes em zonas rurais. Essa classe de clientes passa a pagar 2,6 kwanzas por KWh, quando na tarifa anterior pagavam até 3,55 kwanzas.

Para distinguir os clientes com ligações trifásicas dos que têm ligações monofásicas, foram criadas as categorias "doméstica geral" e "doméstica especial" 4.40 kwanzas por KWh. As ligações trifásicas ficam na categoria "doméstica especial".

## 2.26 “A retirada dos subsídios ao preço era inevitável”

*15 De Janeiro de 2016*

*Texto: Ricardo David Lopes*

O Governo retirou as subvenções aos combustíveis e electricidade, e aumentou igualmente o preço da água. Esta medida era inevitável, no actual contexto?

Os preços são um indicador fundamental para medir a saúde de uma economia, ao reflectirem os custos de produção e sugerirem, objectivamente, como aplicar os recursos disponíveis. Os agentes económicos, em geral, tomam as suas decisões em função dos preços dos produtos a adquirir. O Estado manteve durante décadas os subsídios aos combustíveis, à electricidade e à água, na perspectiva de melhorar as condições de vida de todos e promover empresas mais rentáveis. Mas os resultados, em termos de equidade social e de racionalidade económica, desviaram-se dos objectivos, resultando em assimetrias, havendo maiores benefícios para os cidadãos urbanos e classe média e alta, e obscurecendo, generalizadamente, a necessária atitude de poupança, sem a qual o investimento e a protecção do futuro ficam comprometidos.

Tanto o Governo como organizações privadas, com destaque para os meios de comunicação social e associações como a AIA, têm promovido o diálogo sobre esta temática. Apesar das diferenças de opinião quanto ao ritmo, dimensão e oportunidade da eliminação destes subsídios, a decisão, nesse sentido, já havia, em anos anteriores, sido adoptada e, aliás, iniciada a implementação. Reactivou-se, em 2015 a supressão paulatina e gradual dos subsídios, mas só neste início de 2016 fomos surpreendidos com a sua

total eliminação e o aumento dos preços. A medida era inevitável e creio haver unanimidade, na maioria dos sectores, quanto a esta inevitabilidade.

O FMI tinha recomendado a retirada gradual dos subsídios, mas o Governo acabou por fazê-lo de forma abrupta. Que medidas devem ser tomadas, em sua opinião, para compensar os efeitos desta medida sobre as camadas mais desfavorecidas da população?

O corte dos subsídios permitirá a arrecadação pelas finanças públicas de um montante da ordem dos 5%, permitindo uma reorientação de fundos para outros projectos e programas. Não sendo receitas consignadas, caberá ao Executivo reestruturar a sua aplicação na programação orçamental de outras rubricas de âmbito social e económico, ou mesmo na criação de infra-estruturas. Quanto a mim, a prioridade das prioridades é a educação e, nesta, a primária e a educação técnica, incluindo a profissional. Mas o OGE de 2016 já está elaborado e aprovado, pelo que tal matéria já foi decidida, pelo menos por enquanto.

A diversificação da economia tem surgido como a 'saída' para a dependência do petróleo. Este processo não poderia ter sido acelerado mais cedo? O que falhou?

Os angolanos conhecem bem as dificuldades da dependência e dos esforços e sacrifícios que a libertação exige. Ontem, era a independência política. Hoje, é a independência económica. A clareza sobre este objectivo, tão determinante para o desenvolvimento de cada um e da nação, já foi repetidamente expresso e faz parte da 'consciência social', se assim posso falar, desde há longa data. A importância da infra-estrutura económica, ou seja, da esfera produtiva sobre a macro estrutura ou esfera política, social e cultural, é também uma ideia de que muitos comungam. Mas a extracção e exportação de petróleo, com os benefícios imediatos associados, conduziu Angola, à semelhança de outras realidades em idênticas condições, a adoptar, na sua gestão macroeconómica, o modelo da 'doença holandesa'. Fomos pelo caminho mais fácil, o que é justificável. Errar é humano. Não podemos, contudo, permitir-nos persistir nele. E nunca é tarde para corrigir, para melhorar. Por isso, é necessário concretizar a política económica lançada pelo vencedor das eleições de 2012 de 'diversificação da economia', expressa, com muita sabedoria, no lema, amplamente divulgado e em grande medida assumido pelo colectivo da nação, independentemente das cores políticas, de 'produzir mais para distribuir melhor'. Quero acreditar que tem sido feito um grande esforço para materializar tão nobres intenções, mas o sucesso está longe de ser alcançado, como confirmou o Chefe de Estado no

Discurso de Fim de Ano à Nação. O ditado chinês que, com alguma frequência, tem sido invocado publicamente por algumas altas personalidades, e não só, de que «as crises podem ser transformadas em desafios» -e, acrescento eu, estes, em trabalho, mais trabalho e mais e mais trabalho e mais produtividade, pode resultar no sucesso da diversificação da economia e, com esta, de maior produção, com menos recursos, isto é, com mais eficiência. Os especialistas que, desde há vários anos, apelam, com conhecimento de causa, na aposta prioritária na agricultura, verão em breve realizadas as acções que garantam o sucesso deste objectivo. A agricultura e as pescas são fundamentais para que se aumente a produção nacional, de forma a criar e distribuir rendimento, alimentar o povo e garantir matéria-prima para a agro-indústria. O sucesso desta, na minha modestíssima opinião, só pode ser garantido com regular e competitiva energia eléctrica e abastecimento de água, bem como matérias-primas provenientes dos sectores primários de que falei agricultura e pescas.

Que outras medidas, para além da retirada das subvenções, pensa que poderiam ser tomadas para minorar os efeitos da quebra de receita? O OGE é determinante no processo de redistribuição do rendimento nacional, garantindo ou não o cumprimento dos princípios de equidade e justiça social, para além de outras importantes funções. Uma actuação menos adequada na instrumentalização desta ferramenta pode desencadear acções negativas, como a corrupção e a desigualdade. Certamente não é esse o nosso caminho. Sendo menor a receita, há que realizar de forma absolutamente criteriosa cada despesa. É indispensável racionalizar a aplicação das verbas, tanto nas rubricas de despesas correntes como também nas de capital. Alguns exemplos: em que medida pode ser reduzida a quantidade de funcionários públicos nos diferentes níveis? Como garantir que cada um, no seu local de trabalho, aplique, conscientemente, princípios de poupança em todos os meios que utiliza, no tempo que dispensa à realização de cada tarefa? Aplicar normas de disciplina e verdadeiro sentido de serviço público, isto é, a chamada 'prosecução do interesse público', será um nobre objectivo a concretizar, para além de muitos outros.

Tendo em conta a quebra do preço do petróleo, que está abaixo da meta do OGE 2016, acha que é previsível, mantendo-se a situação, que o Executivo seja forçado a apresentar um rectificativo? Ainda é cedo para decidir sobre essa matéria. De qualquer modo, Angola já tem uns anos de experiência na elaboração de orçamentos públicos e,

com certeza, terá havido informação sobre as tendências de evolução destes preços. Portanto, a qualidade do OGE 2016, elaborado numa base objectiva e com informação recolhida e avaliada sobre os comportamentos de anos anteriores e as projecções para o futuro, deverá proteger esta possibilidade. Porém, são apenas previsões, e o contexto internacional, como factor externo ao OGE, é muito dinâmico e imperativo, podendo obrigar a uma revisão do OGE.

Num OGE Revisto, que medidas entendem que poderiam surgir quer do lado da despesa, quer do lado da receita? Não é apenas o preço do petróleo que surge com grande grau de incerteza. Outras grandezas, como o comportamento da colecta de receitas públicas internas e a eficiência na realização das despesas públicas, contribuem para criar graus de incerteza que podem sugerir alterar o documento para o ano corrente.

A racionalização exigiria medidas de carácter estruturante, que não acredito possam ser tomadas a curto prazo, porque agravariam os problemas sociais. Insisto na necessidade de racionalizar a estrutura de recursos humanos do Estado, em todos os níveis - temos de fazer esse esforço! Um exemplo apenas: sei que alguns diplomatas de países representados em Angola, mesmo ao nível de embaixadores, viajam em classe económica, mesmo quando em missões de serviço. Não seria possível estender esta prática aos nossos servidores públicos? Obviamente, os recursos são escassos e, quando se desperdiçam sem racionalidade económica e critério que o justifique, faltam para outros fins, que até podem ser mais justificáveis.

## 2.7 Preços da luz e da água para empresas duplicaram com os novos aumentados

*Jornal Expansão*

*15 De Janeiro de 2016*

*Texto: Osvaldo Manuel*

Os preços da electricidade e da água mais do que duplicaram para as empresas e indústria, indicam contas do Expansão. As variações tarifárias foram anunciadas na semana passada pelo presidente do Instituto Regulador do Sector Eléctrico (IRSE), Luís Mourão, que, contudo, sublinha que os valores praticados em Angola são os mais baixos da região subsariana.

No caso dos clientes na categoria média tensão comércio e serviços de Luanda, por exemplo, o preço, aliás, quase triplicou, subindo cerca de 190% (ver tabela em cima).

Na água, o mesmo cliente viu a tarifa variável aumentar 103%, dos antigos 67,5 Kz por metro cúbico para 137 Kz/m<sup>3</sup>.

No sector das indústrias, também na água, a subida de 11 Kz/m<sup>3</sup> para 42 Kz/m<sup>3</sup> corresponde a um aumento de 281,8% face ao tarifário - quase quatro vezes mais.

Também os clientes domésticos em Luanda foram alvo de fortes subidas nas tarifas da luz e da água. Por exemplo, nas categorias doméstica social, a energia eléctrica aumentou de 4,400 Kz quilowatt/hora para 7,050 Kz por quilowatt/hora, o que corresponde a um incremento de 60,2%.

Na água, a tarifa do consumidor inserido na categoria doméstico do primeiro escalão (consumo de 0 a 10 m<sup>3</sup>) teve um aumento de 51,3%. Antes pagava 39 Kz/ms e actualmente vai desembolsar 59 Kz/m<sup>3</sup>.

Na semana passada, recorde-se o presidente IRSE, entidade que elabora as tarifas dos sectores da energia e águas e as submete ao Ministério das Finanças, anunciou um médio de 60% na tarifa da luz para a maioria dos consumidores, por via da redução das subvenções pública, com as quais o Estado vai poupar cerca de 20 milhões USD por mês.

Luís Mourão destacou, no entanto, que o Estado vai proteger os clientes com menos rendimentos, mantendo preços subsidiados. No sector da água, a tarifa média subiu cerca de 53% e o Estado vai economizar cerca de 500 mil USD/ mês.

Ao Expansão, o responsável garantiu, esta semana, que, apesar das subidas, os preços médios praticados em Angola continuam abaixo da média da região. "Com o reajuste das tarifas e a subida da taxa de câmbio, o País cobra, em média 3,9 cêntimos de dólar por quilowatt/hora", disse, frisado que estes preços "não correspondem às expectativas do Estado, que tencionava igualar os preços do País à média praticada na região".

Madagáscar tem a energia mais cara

"O País está abaixo da tarifa média praticada na região. Na Africa do Sul a tarifa média é de 8 cêntimos de dólar por quilowatt/hora, em Moçambique é de 9 cêntimos por quilowatt/hora, na Mauritânia é cerca de 10 cêntimos por

quilowatt/hora, na Namíbia 12 e Madagáscar cobra 15 cêntimos", disse Luís Mourão.

Segundo o PCA do IRSE, "em termos comparativos, os preços praticados em Angola só são comparáveis aos da Zâmbia", disse.

## 8.28 Telemóveis inovam o sector

*Jornal A Capital*

*16 De Janeiro de 2016*

*Texto: Diniz Kapapelo*

O uso de TELEMÓVEIS na gestão comunitária de água na cidade de Luanda apresta-se a ser uma realidade, Pois) desde Fevereiro último) a Development Workshop Angola (DW) deu início a implementação do projecto designado (Ver Água - Tecnologias de Informação para Monitoria da Funcionalidade de Pontos de Água)) no âmbito da estratégia do Modelo de Gestão Comunitária de Água (MoGeCA) aprovado e lançado pelo Ministério de Energia e Águas (MINEA),

De acordo com José Veríssimo da Costa, coordenador da Associação Comunitária Renascer de Água, neste momento contam com a participação da SeeSaw, uma empresa internacional que presta consultoria tecnológica no sentido de o projecto contribuir para melhorar o acesso a água potável para as populações através de uma monitoria eficaz dos serviços de abastecimento e de reparação.

"Especificamente, as acções do projecto vão providenciar informações credíveis para um determinado número de interessados e, como a água tem sido distribuída pelos chafarizes públicos, a informação é mapeada", realçou, acrescentando posteriormente que o sistema 'VerÁgua' fornece informações da vasta distribuição de água e classifica como boa ou má para específicas comunidades ao mesmo tempo.

Baseado no Software SeeTell, o projecto consiste em obter informações dos Zeladores e de Membros de Associações Comunitárias de Água que gerem os chafarizes, com o uso de telemóveis fazendo chamadas perdidas para um sistema online desenvolvido.

"A chamada perdida irá assinalar quando o chafariz tem água ou não, e relata as horas de serviço por cada chafariz. O sistema ajuda os zeladores a relatarem a funcionalidade dos pontos de água, permite comparar as informações submetidas acerca da funcionalidade (horas de trabalho de cada linha de conexão dos'

chafarizes) e compará-las com as fornecidas pelos zeladores", sustentou.

Assim, sendo o sistema 'VerÁgua' tem três componentes: a recolha de dados, a gestão da linha de conexão dos chafarizes e a disseminação da informação.

Actualmente, para além da realização de várias sessões de capacitação e treinamento dos zeladores, Associação dos Comités de Água (ACA) e parceiros locais sobre o sistema de monitoria 'VerÁgua' e 'MoGeCA', o projecto fez o mapeamento de 1.535 pontos de água em sete municípios da província de Luanda, nomeadamente: Belas, Cacuaco, Cazenga, Icolo e Bengo, Luanda, Quissama e Viana.

Na zona de implementação do projecto foram identificados e seleccionados cerca de 50 pontos de água da 1ª fase de monitoria do sistema VerÁgua, onde, com o uso dos telemóveis, os zeladores destes pontos de água já realizam as primeiras reportagens sobre a situação da água.

A DW tem implementado projectos comunitários de água em parceria com as administrações municipais, a Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) e a Direcção Nacional de Águas (DNA).

#### Satisfação

Isso mesmo foi constatado pela equipa deste jornal que visitou alguns pontos onde o referido projecto está a ser implementado.

De acordo com Anita Gomes, zeladora de um chafariz no bairro Seco, por detrás do cemitério da Mulemba, vulgo 14, está a ser um bom método, tanto para o controlo do funcionamento dos chafarizes, bem como da qualidade e quantidade de água disponibilizada às populações pela EPAL naquela área durante o dia.

"Porque nas primeiras horas da manhã, depois de analisarmos o estado de funcionamento do chafariz fazemos o relato da situação por via dos telemóveis colocados à nossa disposição", explicou a jovem.

Para Paulino José Licimo, zelador do chafariz da zona 1, algures no bairro Kawelele, no município de Cacuaco, o projecto é benéfico para todos, quer seja à população como também aos servidores públicos. "Porque damos a conhecer, imediatamente, o que se passa nos fontanários de água", explicou, realçando que a informação prestada tem a ver com o tempo de abastecimento de água, a qualidade e outras situações relacionadas com o funcionamento do próprio chafariz ou fontanário.

Segundo fez saber, este programa facilita muito na medida em que passa a informação mais rápida e de forma correcta.

"Com o relato que fazemos diariamente a informação passa a ser mais adequada e é encaminhada para os servidores públicos, quer seja a EPAL, a DNA, a DW e até mesmo as administrações municipais", sublinhou, dizendo mais adiante que só desta forma poder-se-á fazer uma intervenção rápida, num determinado chafariz caso a situação assim exigir.

Refira-se que este projecto que está ser implementado na província de Luanda, concretamente nos municípios do Cazenga, Cacuaco, Viana, Icolo e Bengo e também no Distrito Urbano do Sambizanga, é uma réplica da experiência do ano anterior (2014) realizada na província do Huambo. O mesmo é financiado pelo Fundo Soberano de Angola (FSDEA) através da Fundação Africana para Inovações (AIF), e está orçado em 105 milhões de kwanzas, para três anos.

## 8.29 Cidade do Cuito Com mais água potável

*Jornal De Angola*

*19 De Janeiro de 2016*

Um novo sistema de captação, tratamento e distribuição de água potável vai ser construído, no primeiro semestre deste ano na cidade do Cuito, anunciou o vice-governador para o sector Técnico e Infra-estruturas.

José Fernando Tchutuvela prestou a informação ontem à Angop e disse que o novo sistema aumenta o fornecimento de água aos habitantes do Cuito e dos bairros periféricos.

Abordado para esclarecer as razões dos frequentes cortes no abastecimento de água potável à capital do Bié, José Tchutuvela assegurou que a nova infra-estrutura beneficia os moradores dos bairros periféricos, uma vez que o actual sistema abastece sobretudo a casco urbano da cidade do Cuito.

O actual sistema, disse o vice-governador provincial, além das dificuldades em bombear, já não tem capacidade para satisfazer os clientes, devido ao crescimento demográfico.

Quando entrar em funcionamento novo sistema, a água é captada do rio Cuquema, disse o vice-governador provincial, para quem "um outro constrangimento no momento tem a ver com a



erosão da terra no rio Cossula, causada pelas fortes chuvas que caem na região".

O Governo Provincial do Bié, acrescentou José Fernando Tchutuvela, desenvolveu trabalhos de contenção da erosão que fica próximo da bacia da captação e, nos próximos dias, vai fazer o desassoreamento mecânico, uma alternativa encontrada para não paralisar a bombagem de água para a estação e a distribuição de água potável à população da cidade do Cuito.

O abastecimento de água à cidade do Cuito é feito por um sistema de captação, tratamento e distribuição construído em 2010, no âmbito do programa "Água Para Todos".

A infra-estrutura tem capacidade para bombear sete mil metros cúbicos de água por dia, beneficiando cinco mil moradias, além de abastecer 59 chafarizes instalados nos bairros periféricos. O município do Cuito tem uma população estimada em 420 mil habitantes, distribuídos pelas comunas de Cunje, Trumba, Cambândua e Chicala. A província do Bié dispõe de sete captações de água instaladas nas sedes municipais, de 916 furos, 138 dos quais são assegurados por painéis solares. O programa "Água para Todos" é desenvolvido em todo o país.

### 8.30 Garimpo de água e escolas das periferias

*Novo Jornal*

*22 De Janeiro de 2016*

Quanto perderá o Estado para o garimpo de Luanda? Quanto o Estado não arrecadaria se fizesse chegar a casa de cada uma das famílias o precioso líquido? A distribuição de água em Luanda pode conhecer dias melhores e isso teria um impacto nas finanças públicas, uma vez que se criava a cultura de pagamento pelo consumo de água e evitava-se uma imagem recorrente de mulheres com bacias e bidões à cabeça a percorrerem longas distâncias.

É possível alterar este cenário? Pensamos que sim. E oxalá o governador Higinio Carneiro pense o mesmo. Luanda pode ser uma cidade melhor do que esta que hoje vemos como uma manta a precisar que a costurem. Temos um longo caminho a percorrer. Mas não se pode descurar que o amanhã é hoje e é hoje que se deve pensar Luanda.

A realidade dos musseques tem sido de todo ignorada pelas várias figuras que passaram por Luanda. Existem bairros em cujos locais governadores algum

se atreveu a pôr lá os pés. Higinio Carneiro pode marcar a diferença, e com isso pressionar as autoridades que respondem por esses bairros. Se quiser uma dica, podemos desde já apontar um exemplo que é um claro exemplo de um abandono total do ponto de vista administrativo: o bairro Malanjino.

Um bairro sito numa zona encravada entre o Bairro Popular, o Golf Correios e o Cassequel.

Ali, assiste-se sistematicamente a situações que desafiam qualquer autoridade. Por estar numa zona que divide o distrito da Maianga e o Município do Kilamba Kiaxi, é muitas das vezes alvo de um menosprezo total.

### 8.31 Luanda com mais água potável

*Jornal De Angola*

*23 De Janeiro de 2016*

*Autor: Nilza Massango*

A Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) prevê elevar, até ao próximo mês de Maio, o número de clientes de 450 mil para cerca de 700 mil, com a entrada em funcionamento do Centro de Distribuição da Maianga.

A informação foi prestada pelo presidente do Conselho de Administração da EPAL, Leonídio Ceita, que acompanhou o governador de Luanda, Higinio Carneiro, numa visita a alguns municípios da cidade. O governador de Luanda visitou o Centro de Distribuição da Maianga, cujas obras de requalificação e ampliação estão na fase final.

A inauguração do empreendimento está prevista para o dia 4 de Fevereiro.

O presidente do Conselho de Administração da EPAL disse que, com a entrada em funcionamento do Centro de Distribuição da Maianga e a conclusão das obras na estação de Kifangondo, o abastecimento de água a Luanda vai ser reforçado.

Além dos centros de distribuição da Maianga e Kifangondo estão a ser melhorados os centros de distribuição do Cazenga, da Mulemba e do Marçal. "A intenção é fazer chegar a água canalizada a todas as casas na província de Luanda", assegurou o gestor da empresa pública.

As obras de requalificação e ampliação do Centro de Distribuição da Maianga começaram em 2013. A sua conclusão vai servir milhares de habitantes que estão privados do consumo de água potável através da rede



de distribuição pública. O Centro de Distribuição da Maianga abastece a zona do Alvalade, Bairro Azul, Calemba, Cidade Alta, Cassequel, Maculusso, Mártires do Kifangondo, Praia do Bispo, Prenda, Rua Amílcar Cabral, Rua do Primeiro Congresso, Samba e parte da Ingombota.

A primeira fase do projecto consistiu na construção de um novo reservatório com capacidade para sete mil metros cúbicos de água.

A segunda consistiu na demolição dos antigos reservatórios e na construção de mais um reservatório com capacidade para 42 mil metros cúbicos de água, uma estação de bombagem, um edifício gerador, arruamentos, redes de iluminação e drenagem das águas pluviais e esgotos.

### 8.32 Milhares de famílias já têm água potável

*Jornal de Angola*

*30 De Janeiro de 2016*

*Texto: José Rufino*

Mais de sete mil habitantes das localidades de Camuleke, Chitall, Calapo e Luio, no município de Camanongue, e de Moxlco e Bundas beneficiaram de quatro sistema de abastecimento e tratamento de água, inaugurados pelo governador provincial do Moxico.

Os novos equipamentos, inaugurados por João Ernesto dos Santos, durante uma jornada de campo que efectuou por aquelas localidades, constam do Programa "Água para Todos".

O governador provincial disse que as autoridades vão continuar a proceder inaugurações de sistemas de águas aos demais municípios, no sentido de atenuar as dificuldades da população, em termos de distribuição do produto.

João Ernesto dos Santos referiu que a estratégia do Executivo é melhorar os serviços sociais básicos como escolas, postos de saúde, abastecimento de água, energia e outros. "Vamos continuar a trabalhar afincadamente no sentido de proporcionar o bem-estar aos habitantes desta região".

"A experiência mostra que existe um longo caminho a percorrer para satisfazer todas as necessidades das comunidades, mas o caminho para o progresso social está cada vez mais próximo", acrescentou o governador provincial.

O director provincial da Energia e Aguas, Celestino João, sublinhou que os novos sistemas postos ao serviço da população fazem ainda parte de um projecto do Executivo, que prevê abranger a maioria dos habitantes, até 2020. Celestino João garantiu que o funcionamento e a manutenção dos referidos equipamentos é da responsabilidade de operadores locais, que acompanharam, desde o princípio, a execução de projectos.

População aplaude

O principal alvo, neste momento, são as sedes comunais, onde constata-se maior aglomeração populacional e com difícil acesso à água potável, disse Celestino João.

O regedor da localidade de Calapo, Augusto Cuvangui, agradeceu em nome da população, afirmando que a inauguração do sistema de captação na localidade vai resolver o problema da carência que a zona enfrentava há vários anos e evitar longas caminhadas em busca do precioso líquido. A autoridade tradicional pediu a construção de casas para enfermeiros, professores e uma antena da rede de telefonia da Unitel, com vista a facilitar a comunicação com outras localidades.

Em Novembro do ano passado, acrescentou, mais de quatro mil habitantes das localidades de Mafanda, Chivinda, Nhacalunda e bairro dos Idosos, no município da Cameia, beneficiaram de sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água.

## 9 GÉNERO E VIOLENCIA

### 9.1 Forças Armadas desmantelam criminosos

*Jornal de Angola*  
2 De Janeiro de 2016

As acções de combate à delinquência realizadas pelo Comando da Região Militar de Luanda, em coordenação com outras forças que concorrem na defesa da capital, em especial a Polícia Nacional, resultaram no desmantelamento de algumas redes de criminosos, declarou o comandante, general Simão Carlitos "Wala".

Numa nota de imprensa, o comandante da Região Militar de Luanda incentiva o seu efectivo a manter-se firme no cumprimento das missões superiormente orientadas, ao mesmo tempo em que reconhece o empenho demonstrado pelos militares da região, particularmente no que se refere às acções de combate aos malfeitores.

O general Simão Carlitos "Wala" realça que a Região Militar Luanda vai continuar a desempenhar a sua missão, virada para a manutenção do clima de tranquilidade que se pretende na capital do país.

Effectivo preparado

O efectivo da Região Militar Luanda continua a manter a preparação combativa, para melhor responder aos desafios. Há duas semanas, a Região Militar de Luanda realizou, na comuna da Funda, no município de Cacucaco, treinos conjuntos de Comando e Estado-Maior com as unidades operativas, no quadro do ensaio do sistema integrado de defesa da capital.

Durante três dias, 50 militares seleccionados nas diferentes unidades de subordinação da Região Militar de Luanda estudaram e aperfeiçoaram métodos para a contínua defesa dos objectivos económicos estratégicos da capital do país. Os exercícios integram afectivos dos três ramos das Forças Armadas Angolanas, Força Aérea, Marinha e Exército, bem como da Polícia Nacional, e tiveram como objectivo reforçar a capacidade de actuação dos militares, sobretudo, no período da quadra festiva.

O exercício foi orientado pelo general Simão Carlitos "Wala" e foi uma oportunidade para avaliar a prontidão do efectivo afecto à região e a sua capacidade de intervenção. O comando da Região Militar de Luanda está a promover acções tendentes a

manter o grau de prontidão combativa dos militares aos vários níveis, ao mesmo tempo que eleva os níveis de responsabilidade dos seus efectivos, em tempo de Paz. A Região Militar Luanda está a cooperar com a Marinha de Guerra Angolana no patrulhamento da costa marítima. A medida é justificada com o facto de em algumas ocasiões a costa marítima ser utilizada por indivíduos desconhecidos, com navios de pequeno porte, na transportação e circulação de cidadãos estrangeiros ilegais para a capital do país.

O comandante da Região Militar de Luanda tem também avaliado com as administrações municipais e comunais para constatar alguns problemas de Luanda. Recentemente, o general Simão Carlitos Wala, analisou com membros da Administração Comunal do Cassequel, alguns dos principais problemas daquela área de Luanda.

### 9.2 Polícia Nacional recupera armas de fogo

*Jornal de Angola*  
3 De Janeiro de 2016

Ao todo, trinta armas de fogo de diversos calibres foram entregues durante o ano findo à Polícia Nacional, pela população civil da província do Cunene, no quadro do Programa de Desarmamento da População em Posse Ilegal da Armas.

O porta-voz do Comando Provincial da Polícia, intendente Piedade Pombal, indicou que do armamento recebido 16 armas foram entregues de forma voluntária, três através da recolha coerciva e 11 foram encontradas em estado de abandono.

Ao longo do ano passado as forças da ordem no Cunene registaram 27 crimes cometidos com recurso a armas de fogo, com 18 detidos. Dos crimes registados, destaque para 19 roubos, quatro ameaças com armas de fogo, dois homicídios e igual número de violações sexuais e ofensas corporais.

O desarmamento da população é um acto importante porque garante a consolidação da paz e reconciliação nacional, lembrou. Piedade Pombal apelou, por isso, aos cidadãos que insistem em possuir armas de fogo, que as entreguem nas unidades policiais ou autoridades tradicionais.

Violações da fronteira

A Polícia de Guarda Fronteiras no Cunene registou durante o ano passado 217 violações da fronteira que delimita a província com a República da Namíbia, menos 87 em relação ao ano anterior.

As violações foram tipificadas em 161 apedadas, 41 com viaturas, nove com gado e três com motorizadas, que culminaram na interpelação de 318 violadores, sendo 288 nacionais e 30 estrangeiros. Dos estrangeiros constam 13 namibianos, oito quenianos, quatro senegaleses, três etíopes, um maliano e igual número de zimbabueanos.

Em relação ao combate da fuga ao fisco, a corporação apreendeu 21 viaturas diversas, 331 cabeças de gado, sendo 125 bovinos, 194 caprinos e 12 jumentos, 1.060 litros de combustível, 1.031.250 kwanzas, e 3.850 dólares namibianos. Dos bens apreendidos constam ainda 154 quilogramas de estupefacientes" sete armas de tipo caçadeira, três motorizadas, uma caixa contendo equipamentos militares e diversos bens alimentares e bebidas.

O relatório destaca também como principais intentos dos meliantes a introdução de viaturas proibidas no país, o contrabando de combustível, imigração ilegal, fuga ao fisco e o furto e roubo de gado.

### 9.3 Processo-crime têm aumento

*Jornal de Angola*  
04 De Janeiro de 2016

O serviço de Investigação Criminal (SIC) registou no Cunene um aumento de 73 processos-crime remetidos ao Tribunal Provincial para julgamento sumário em relação ao ano anterior.

A instituição tutelada pelo Ministério do Interior registou, no ano passado, 482 processos crime, todos eles envolvendo arguidos presos, de acordo com um balanço apresentado. Os crimes imputados aos arguidos são de furto, danos, ameaças, desobediência, tráfico, posse e uso de estupefaciente, injúrias, posse ilegal de armas de fogo e tráfico de substâncias nocivas à saúde pública, entre outros. Dos detidos, dez foram absorvidos por insuficiência de provas e 472 condenados de um a 12 meses de prisão efectiva com multas correspondentes.

A procuradora-Geral da Republica no Cunene anunciou, na semana passada, ter legalizado 1.984 processos-crime, tendo sido detidos 1.055 cidadãos. O Tribunal Provincial do Cunene remeteu para julgamento 1.139 processos-crime, sendo 368 de querela, 224 de polícia correcional, 404 em julgamento sumário e 143 transgressões. A PGR obtivesse de legalizar 59 casos e remeteu 149 processo a outras entidades. No balanço das actividades desenvolvidas pela instituição no ano passado, o magistrado indicou que o furto

qualificado, ofensas corporais, burla, furto simples e roubo foram os crimes mais frequentes.

Durante o período em análise, Magistrados do Ministério Público na província participaram em 426 julgamentos, enquanto a PGR, no âmbito da violação da legalidade, registou 460 reclamações. No âmbito do indulto, consagrada na Lei nº 25/15, de Setembro, foram soltos 225 reclusos, dos quais duas são mulheres com filhos menores de 12 anos. A decisão presidencial reduziu as penas de prisão superior a 12 anos até um quarto de pena desde que seja cumprida metade da condenação até 17 de Setembro.

Excluídos do perdão presidencial estão os crimes de violação sexual, de roubo qualificado cometido com o auxílio de arma de fogo e crimes militares punidos com pena de prisão superior a 12 anos. Na jurisdição de menores, foram registados 35 processos, entre as 21 acções de regulação de poder paternal, 118 de estabelecimento de filiação, 111 pedidos de alimentos a menores, 93 de inventário orfanológico e 41 de tutela obrigatória.

### 9.4 Meliantes tiram sono aos moradores da Mabor e do Kikolo

*Jornal A República*  
8 De Janeiro de 2016  
Texto: Mafuta Malanda

Nos últimos tempos, a onda de assaltos tem crescido de forma assustadora nos bairros da Mabor, Município do Cazenga, e do Kikolo, Município de Cacuaco.

Os assaltados a mão armada, que atingiram proporções alarmantes desde que muitos reclusos foram postos em liberdade em virtude do indulto presidencial do ano passado, têm ocorrido normalmente à madrugada, onde os meliantes assaltam em média cinco casas por dia. Segundo moradores daqueles bairros, os "amigos do crime", para além de estarem munidos com armas de fogo, fazem-se acompanhar igualmente de vários objectos de metal com os quais arrombam portas e janelas, de forma a terem acesso ao interior das residências. Caso encontrem dificuldades em arrombar a porta ou janela de uma determinada residência, entram pelo tecto ou, na pior das hipóteses, abrem um orifício na parede.

Após terem acesso ao interior da residência, os meliantes exigem que as famílias entreguem dinheiro, telemóveis e outros aparelhos electrónicos e, em alguns casos, torturam física e psicologicamente, bem

como violam as mulheres, sobretudo adolescentes e jovens.

Face ao clima de insegurança, vários populares da zona abandonaram as suas residências. Os que ainda continuam na zona lançam apelo às autoridades locais e à Polícia Nacional, a fim de envidarem esforços para pôr cobro a essa onda de assaltos.

Importa referir que os bairros em causa enfrentam graves problemas de saneamento básico, electricidade e água.

Complexo Escolar vandalizado por meliantes na madrugada de segunda-feira, 18 de Janeiro do corrente ano, meliantes não identificados assaltaram o Complexo Escolar Simão Nioka, um colégio do ensino primário e do I e 2 ciclos do ensino secundário, no bairro Kikolo. O assalto ocorreu por volta das duas horas da madrugada.

Segundo relatos de testemunhas que falaram à nossa equipa de reportagem, os meliantes, de forma estratégica, assomaram ao pátio da escola, tendo neutralizado e amarrado o segurança em serviço. De seguida, o grupo invadiu e vandalizou os compartimentos daquela instituição de ensino, bem como apoderou-se de um valor em dinheiro de mais de 870 mil kzs, que se encontrava na tesouraria.

## 9.5 Polícia regista mais de dois mil crimes

*Jornal A República*  
8 De Janeiro de 2016

Dois mil e 696 crimes diversos, menos mil e 58 crimes em comparação ao ano de 2014, foram registados no ano de 2015, na província de Benguela, pelo Comando Provincial da Polícia Nacional, dos quais resultaram na detenção de 2.330 supostos criminosos.

De acordo com o director do Gabinete de Estudo, Informação e Análise (GEIA) do Comando Provincial da Polícia Nacional, superintendente Vicente Nogueira, que apresentava o balanço anual à imprensa, comparativamente ao ano de 2014 houve uma redução de 320 detidos. Quantos aos crimes cometidos no período de 2015, em que 2.258 foram esclarecidos, referiram que 2.348 são comuns e 348 de natureza económica, dos quais 732 foram contra as pessoas, 1.306 contra propriedade, 87 de ordem e tranquilidade públicas e 223 contra o narcotráfico.

O oficial deu ainda a conhecer que no período em referência constituíram factos preocupantes o registo

de 46 homicídios voluntários, sete homicídios pré intencionais e 61 violações sexuais, destas 20 de menores de 12 anos, ocorridos maioritariamente no município de Benguela, com destaque para 46 crimes praticados com uso de arma de fogo. O director do GEIA acrescentou que, no âmbito da actividade de enfrentamento policial, foram realizadas 953 operações que permitiram a detenção de 1.123 outros cidadãos e desmantelamento de dois grupos de supostos marginais denominados "Beleza" e "Bentosa".

Foram igualmente apreendidas 815,511 quilogramas de liamba, 199 gramas de droga pesada, 93,49 de cocaína e a destruição de 125 plantas de liamba, bem como a apreensão de 39 armas de fogo, 28 pistolas, 25 carregadores, 143 munições, 14 viaturas, 11 cabeças de gado bovino e nove caprinos. O superintendente informou, que no âmbito do desarmamento da população civil, através dos comandos municipais e tribunal militar, foram recepcionadas 40 armas de fogo do tipo AKM, duas miniuzi, uma PKM, quatro armas G-3 igual número de mauser, 36 pistolas diversas, duas Vox-che, 16 carregadores, 13 granadas, 936 munições, um canhão D-30, 31 projectis diversos, dois dilagramas, cinco boclo TNT, duas cápsulas detonantes e um lança granadas. Os municípios de Benguela e Lobito foram os que mais crimes registaram em 2015, com 588 e 332 respectivamente.

## 9.6 O nosso Kangamba critica o uso da internet

*Jornal O Crime*  
9 De Janeiro de 2016

Como parte da estratégia de combate aos usuários da internet que criticam o presidente, a sua família e o seu regime, um general veio recentemente a terreiro sensibilizar a juventude sobre os males que aí vêm. Quem avisa amigo é.

O general Bento dos Santos "Kangamba" interveio publicamente para defender a ideia de que a internet não mais deve ser usada para criticar a sua pessoa, o presidente e os dirigentes.

Para o efeito, o nosso Kangamba apresentou apenas dois motivos defensáveis para recorrer à internet. Em primeiro lugar, para o estudo, ou seja, para aumentar os conhecimentos, na linha daquilo que o presidente defendeu no seu discurso de fim de ano. Em segundo lugar, para falar bem dos dirigentes, contribuindo para a tranquilidade emocional das suas famílias.



Nada melhor do que ouvir os principais trechos da intervenção de Kangamba, ele próprio membro da família presidencial, por casamento com Avelina dos Santos, a sobrinha e directora-adjunta do gabinete do presidente José Eduardo dos Santos.

"Jornalistas de bem e jornalistas de mau amor [humor], quando acordam, querem fazer caricaturas do presidente e dos dirigentes e falar mal na internet, lançar", acusa o general.

"É claro que é mau isso quando tivermos que falar de um dirigente temos de falar bem dos seus efeitos [feitos]. Nós não temos que falar contra. Isto é estarmos a atingir a sua família", adianta Kangamba.

Em 1994, o presidente descreveu modelo ideal da comunicação social para Angola, citando um órgão estatal.

"O trabalho da Angop é o que é menos criticado. As vezes parece que nem sequer existe, o que pode querer dizer que estão a fazer bem o seu trabalho."

O Kangamba não entende bem de que modo a discricção total favorece o seu chefe, e por isso deixa o seu conselho: "Continuo a vos dizer que a internet veio, é aquilo que o presidente disse, a internet veio para as pessoas estudar, para investigar, melhorar o comportamento do seu estudo e aprender. Não é para entrar na vida das pessoas." Estudar também pode ser perigoso.

Foi o que aconteceu aos 15 activistas. Estavam a estudar ideias contrárias ao poder do presidente e estão presos há sete meses. Há que definir aquilo que os jovens devem estudar através da internet.

"Se vocês verem, falam mais [na internet] do presidente, falam mais do Bento Kangamba, falam mais dos dirigentes de todo o tamanho", lamenta o também secretário do MPLA para a Organização e Mobilização Periférica e Rural em Luanda. Para si, a internet seria o meio ideal se os críticos "falassem daquilo que nós [dirigentes do MPLA] contribuimos no país. Era melhor, mas não falam".

"Isso que nós fizemos, tanto tempo que nós fizemos, mas as pessoas falam daquilo que nós fizemos, inventam coisas, peças montadas, uma cabeça que o corpo não é meu. Mete a minha cabeça no corpo que não é meu. Cabeça que não é meu mete o meu corpo", denuncia o dirigente.

Em parte por causa desses abusos contra a sua pessoa - "esse tipo de coisa" como diz - "é que o presidente falou [sobre a internet] na sua mensagem [de fim de ano]". Kangamba congratula-se com discurso do presidente e espera que a juventude melhore o seu comportamento e use a internet

apenas para estudar e falar bem dos dirigentes. Da ficção à realidade

O general Bento Kangamba é uma personagem de ficção transposta para a realidade angolana. Em 2000, o Tribunal Supremo Militar condenou-o a dois anos e oito meses de prisão por conduta indecorosa, burla e falsificação de documentos. Passados dois anos, foi a vez de o Tribunal Supremo o condenar a quatro anos de prisão por burla e defraudação.

Depois de ter sido afastado do exército e expulso do MPLA, o presidente reabilitou-o, promovendo-o a general e concedendo-lhe outros poderes ao nível do MPLA e do aparelho do Estado.

Em 2013, a Interpol emitiu um mandado de captura internacional contra si, por suspeita de liderar uma associação de malfeitores envolvida no tráfico internacional de pessoas para exploração sexual. Apesar da ordem de prisão preventiva ter sido revogada no Brasil, o Superior Tribunal de Justiça do Brasil mantém as acusações de favorecimento de prostituição e tráfico internacional de pessoas contra Bento Kangamba. Trata-se da Operação Garina, que expôs o negócio de prostituição do general através de uma rede de angariamento de cidadãs brasileiras para venda de sexo em Angola.

Não se conhecem "efeitos" militares de bravura do general Kangamba nas frentes de combate ou na retaguarda.

Sabe-se, no entanto, que o seu clube de futebol, o Kabuscorp FG, serviu de cobertura para um grupo de milícias sob seu comando que raptava e torturava manifestantes e procurava corrompê-los, para pôr termo aos protestos anti-dos Santos. Esses feitos, em defesa do presidente, têm sido reportados.

Como auto-denominado empresário da juventude, sabe-se que tem apoiado muitas iniciativas para recrutar militantes para o MPLA. A origem da sua fortuna continua a ser um mistério, dando azo a problemas legais em Portugal e em França.

O que é estranho nesta campanha, de combate aos usuários da internet críticos do regime. é a escolha de Bento Kangamba como porta-voz para a defesa da vontade do presidente. Recentemente, o Gabinete de Revitalização e Execução da Comunicação Institucional e Marketing da Administração (GRECIMA) da Presidência da República promoveu dois cursos, em Portugal e em Luanda, para todos os embaixadores angolanos e porta-vozes estatais, com o propósito de melhorar a sua capacidade de comunicação das políticas e vontades do regime.

De forma contraditória, os cursos foram ministrados por consultores portugueses, sobre cujo país o regime atira sempre as culpas dos males de comunicação sobre a informação que sai no exterior.

Para criticar o uso da internet pelos seus adversários, José Eduardo dos Santos opta por atribuir espaço mediático ao general Kangamba. Um homem cuja sobrevivência política só pode mesmo ser atribuída ao feitiço, à falta que qualquer explicação racional.

Viva o nosso Kangamba!

## 9.7 Crimes violentos preocupam órgãos da Justiça

*Jornal de Angola*

*17 De Janeiro de 2016*

*Texto: Carlos Paulino*

O elevado índice de criminalidade na província do Cuando Cubango deixa apreensivo o Juiz Presidente do Tribunal do Cuando Cubango, João Fuantoni. Em entrevista ao *Jornal de Angola*, o magistrado mostrou-se chocado com a brutalidade com que são cometidos alguns dos crimes levados ajuízo.

João Fuantoni citou como exemplo o caso de uma bebé de seis meses a quem a própria mãe deu a beber veneno de rato, depois queimou e enterrou o cadáver num terreno baldio, tudo porque o marido teria arranjado outra mulher.

Outros dois crimes chocaram a sociedade de Menongue por terem sido praticados por parentes directos e supostamente por motivos banais. Num caso, um homem matou o primo com um golpe desferido com um caco de garrafa no pescoço por causa de 50,00 kwanzas. No outro, o acusado cortou o braço de um familiar do mesmo grau por lhe ter gasto 200,00 kwanzas.

O juiz-presidente disse que, durante o ano de 2015, o Tribunal Provincial registou a entrada de dois mil processos-crimes, dos quais 1.015 foram julgados. Desses delitos, um número considerável foi de natureza violenta. João Fuantoni realçou que o índice de criminalidade na província cresce de forma assustadora. Em 2014, a Procuradoria-Geral da República legalizou e remeteu a tribunal 1.874 processos-crimes, tendo 1.822 sido julgados e condenados.

Furtos, roubos, burlas e homicídios voluntários ou frustrados foram os crimes mais frequentes registados na província do Cuando Cubango. A

maior parte dos crimes é cometida por adolescentes e jovens provenientes de outras províncias, com realce para o Bié, Huíla, Luanda, Huambo e Benguela.

O magistrado sublinhou que o número de delitos praticados por menores tem baixado de forma considerável na província, fruto das campanhas de sensibilização realizadas nas unidades prisionais, escolas e nas igrejas.

Falta de magistrados

A província do Cuando Cubango conta com sete magistrados do Ministério Público e seis judiciais, número muito aquém do necessário para responder aos processos recebidos no Tribunal Provincial. O Palácio de Justiça de Mavinga, inaugurado em Setembro de 2014 com todos os apetrechos, continua sem funcionar por falta de magistrados e funcionários administrativos.

"Os magistrados na província são obrigados a trabalhar dia e noite para evitar que haja casos de excesso de prisão preventiva, privilegiando sempre os processos cujos réus se encontram detidos", disse.

João Fuantoni explicou que, para colmatar o actual défice, o Cuando Cubango necessita de, pelo menos, mais dez magistrados judiciais e do Ministério Público. A vinda de juizes vai permitir que os julgamentos sejam realizados no local do crime, de forma a levar a Justiça ao encontro do cidadão e desencorajar práticas delituosas.

Caça furtiva

A caça furtiva continua a ser um problema grave na província do Cuando Cubango, sobretudo nos municípios do Rivungo, Calai e Dirico. Caçadores namibianos e zambianos invadem essas regiões para abater elefantes. João Fuantoni recordou que o Cuando Cubango acolheu, no ano passado, a conferência internacional dos procuradores africanos sobre a caça furtiva, para encontrar políticas para a redução desta prática criminosa no continente, com realce para a região do mega projecto de conservação ambiental Okavango-Zambeze, que integra Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe.

Para abordar o problema da caça furtiva, os órgãos judiciais na província reuniram-se, no município do Calai, e foram baixadas orientações aos comandantes municipais da Polícia Nacional, administradores e autoridades tradicionais, no sentido de consciencializarem as populações para evitar essa prática nociva.

João Fuantoni explicou que todo o cidadão que comete um crime de caça furtiva no país pode ser

condenado de seis meses a três anos de prisão, de acordo com a quantidade e a espécie de animais abatidos.

Novas comarcas

O juiz-presidente do Tribunal Provincial do Cuando Cubango anunciou que está prevista a criação de novas comarcas no Menongue, que vai abranger também o município do Cuchi, no Cuito Cuanavale, para atender Nancova, Mavinga e Rivungo, e no Cuangar, que vai abarcar o Calai e Dirico.

Tendo em conta a extensão territorial da província, os órgãos judiciários do Cuando Cubango propuseram a criação de uma quarta comarca em Mavinga para atender também o Rivungo, em vez de deste último depender do Cuito Cuanavale. A comarca do Cuangar passaria para o Calai, por estar entre os dois municípios.

"O Executivo angolano achou por bem criar estas comarcas para que os cidadãos que vivem em zonas recônditas beneficiem dos serviços de Justiça sem grandes constrangimentos, porque, hoje, quem vive no Rivungo, Nancova, Mavinga, Calai, Dirico ou Cuangar tem de percorrer entre 200 a 800 quilómetros até Menongue para ter acesso a estes serviços", afirmou João Fuantoni.

População penal

O director provincial dos Serviços Prisionais, Paulino Mandi, disse ao Jornal de Angola que, devido ao aumento da criminalidade, a Unidade Penitenciária do Menongue regista uma superlotação de reclusos. Com capacidade para 500 presos, a cadeia tem 606, dos quais 293 condenados e 313 detidos. A instituição tem ainda 12 reclusos no estabelecimento prisional do município de Mavinga e oito no Cuito Cuanavale, todos já condenados.

Paulino Mandi anunciou que 281 reclusos da Unidade Penitenciária do Menongue estão matriculados para o presente ano lectivo 2016 da alfabetização à décima classe. Salientou que, por falta de ferramentas, os prisioneiros não beneficiam de formação profissional, indispensável para a reintegração na sociedade quando saírem em liberdade.

"O estabelecimento prisional tem duas salas de aulas e efectivos capacitados para leccionar diversos cursos técnico-profissionais, mas faltam-nos as ferramentas para os nossos reclusos poderem ser melhor reeducados e mudarem de comportamento quando forem libertados", disse Paulino Mandi. O estabelecimento prisional do Menongue tem um

campo agrícola com oito hectares, onde os reclusos produzem uma grande variedade de hortofrutícolas.

No ano passado 87 presos, que cumpriam penas nas unidades penitenciárias de Menongue, Cuito Cuanavale e Mavinga, foram postos em liberdade, no quadro do indulto presidencial.

## 9.8 Bairro Bitá Mutamba submetida à vontade da criminalidade

*Semanário Angolense*

*15 De Janeiro de 2016*

*Texto: Gaspar Faustino*

Viana vive uma transformação social rápida, tendo os vários problemas sociais, consequentes das rápidas alterações no puzzle urbano, começado a fazer-se sentir, com grande realce para o aumento da criminalidade. Numa ronda efectuada pelo Semanário Angolense (SA) àquela zona, foi possível notar a preocupação dos habitantes, especialmente por causa dos números da criminalidade que não param de crescer.

«A delinquência ganhou peso há muito tempo neste bairro porque não existe patrulhamento policial, aliás, nunca existiu. Às vezes somos protegidos por outros moradores por serem polícias e militares quando ocorre uma situação desastrosa», explicou Pedro Panzo, morador há mais de cinco anos naquele bairro.

Este morador disse igualmente que existem residências abandonadas devido à delinquência. «Numa dessas residências que se encontra abandonada, coabitava uma família oriunda do Brasil. Foram assaltados três vezes e preferiram abandonar a casa. O comandante municipal, Francisco Notícia, nunca esteve aqui para acompanhar de perto o que passamos durante o dia e na calada da noite», frisou, acrescentando que também vive um drama desde que a sua residência foi invadida por cinco elementos, armados, violaram a filha, esposa e a sogra. «Senhor jornalista vou preferir a cadeia, porque irei fazer justiça por mãos próprias. Estamos agastados com o péssimo trabalho do comandante municipal de Viana», comunicou.

Por seu turno, Prince Picasso, morador do Bitá Mutamba há mais de quatro anos, referiu que a situação da criminalidade é crítica. «Do meu ponto de vista, a situação da criminalidade neste bairro é lastimável. Nós estamos cansados com a actuação

policial.

O comandante Noticia apesar de nunca ter vindo ao terreno para constatar a situação de perto, deveria orientar o seu staff para prevenir estas situações aqui e em outros bairros, o que não acontece e isso é lamentável», disse, acrescentando que os crimes mais frequentes naquela zona são as «violações sexuais, assassinato, roubo e as vítimas são, na sua maioria, jovens».

Prince Picasso disse ainda que os moradores suspeitam que a maioria dos crimes ocorridos no «Bita Mutamba» sejam por encomenda, principalmente na rua dos Generais. «Este é um dos factos que estamos a investigar, muitos desses jovens que praticam assaltos nestas bandas não residem aqui. Tomamos conhecimento que alguns são do Zango; alguns assaltos são por encomenda, principalmente na rua dos Generais, onde existe um número elevado de habitações de qualidade», afirmou.

«Um 'amigo meu e vizinho viveu um drama muito triste. Os delinquentes invadiram a sua residência, surpreenderam os seguranças e retiraram-lhes as armas.

Entraram no interior da casa, amarraram o casal e levaram dinheiro, todas as jóias, entre fios e anéis de ouro, que o mesmo colecionava ao longo dos últimos 10 anos», descreveu, sublinhando que as jóias orçavam acima de 30 mil dólares norte-americanos.

Assim sendo, os habitantes do bairro «Bita Mutamba» apelam a quem de direito para olhar para a situação dos moradores visto que a cada dia que passa, cresce a delinquência que se está a propagar significativamente.

Um sentimento de insegurança tomou conta dos moradores face aos constantes assaltos que acontecem. Os moradores apelam à polícia para reforçar principalmente o patrulhamento durante o período nocturno, mas não só, tendo em conta que é neste período que os meliantes actuam mais.

No mês passado, depois do Natal, um jovem com idade compreendida entre os 27 e 29 anos, foi assassinado com vários disparos à queima-roupa no interior da sua residência em frente da esposa. Os meliantes, depois de vitimarem o jovem, levaram todos os pertences da casa.

A reportagem deste semanário tentou, sem sucesso, ouvir a polícia do município de Viana. Como sempre, não se pode falar sem a «bendita autorização superior».



## 10 AMBIENTE

### 10.1 Caça ilegal e abate de árvores registaram níveis alarmantes

*Jornal de Angola*

*1 De Janeiro de 2016*

*Texto: Sónia Maria*

O abate indiscriminado de árvores e a caça ilegal estão a preocupar as autoridades tradicionais do município de Caculama, na Província de Malanje, que temem pelo desequilíbrio ecológico e pela extinção de espécies animais.

O regedor de Caculama, André Dala, reconheceu ontem, em declarações ao *Jornal de Angola*, o trabalho de sensibilização e aconselhamento das comunidades para a protecção da biodiversidade, que está a ser desenvolvido pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF). André Dala sublinhou que o abate indiscriminado de árvores, particularmente pelos produtores de carvão, está a contribuir, significativamente, para a devastação das florestas, quer na sede municipal de Caculama, quer nas e o munas de Muquixi e Caxinga.

O regedor adiantou que o abate de árvores tem contribuído para o surgimento de ravinas nas sedes das comunas, colocando em risco inúmeras habitações.

### 10.2 Governo provincial prepara relatório para o Executivo

*Jornal de Angola*

*1 De Janeiro de 2016*

A província do Cunene prepara um relatório sobre as necessidades alimentares das 755.930 pessoas afectadas pela seca prolongada, para apresentar ao Executivo, anunciou ontem, em Ondjiva, a directora-geral do Instituto de Promoção e Coordenação de Ajuda às Comunidades, Maria Assis.

A situação da seca prolongada que assola a província do Cunene foi analisada ontem em Ondjiva por uma delegação do Ministério da Assistência e Reinserção Social e Serviços de Protecção Civil, chefiada pela directora-geral do Instituto de Promoção e Coordenação de Ajuda às Comunidades, Maria Assis.

Maria Assis disse que, de acordo com o que foi constatado no terreno, "a situação é realmente

crítica" e as populações estão a enfrentar problemas alimentares, por isso necessitam de ajuda.

Maria Assis afirmou que a realidade local é realmente preocupante, razão pela qual uma acção imediata deve ser a assistência alimentar para a população poder sobreviver e, posteriormente, outras ajudas no domínio da saúde, educação e agricultura.

"É responsabilidade do Executivo garantir a assistência às populações, pelo que tudo fará no sentido de assistir as populações em tempo oportuno. Temos de fazer os possíveis para informar a quem de direito no sentido de conseguirmos algumas ajudas para o Cunene", disse Maria Assis.

Na ocasião, o governador do Cunene, António Didalelwa, espera que haja apoio do Executivo no sentido de acudir as pessoas afectadas. Segundo o governador, com o início da época chuvosa nas duas últimas semanas, a situação está a ser minimamente resolvida tanto para as pessoas como para o gado, mas sublinhou que em termos de alimentos as necessidades podem continuar até Junho próximo.

A delegação trabalhou nas localidades de Onambambe e Oshitumba. Nestas localidades, a delegação avaliou as necessidades alimentares e de água das famílias, bem como manteve um encontro com o membros da Comissão Provincial de Protecção Civil.

Em Novembro último, a população de algumas aldeias da comuna de Naulila, a 60 quilómetros de Xangongo, sede do município de Ombadja, na província do Cunene, abandonou as suas residências por falta de água e alimentos. Deputados do círculo provincial constatarão esta situação durante uma visita às referidas localidades.

A acentuada seca que se faz sentir na região está a obrigar as populações a percorrerem grandes distâncias à procura de água e comida, recorrendo sobretudo à vizinha Namíbia e outras localidades do Cunene.

Os deputados à Assembleia Nacional cumpriram um programa de visitas de trabalho, de cinco dias, ao município de Ombadja, com o objectivo de avaliar as condições socioeconómicas das populações.

Na ocasião, a coordenadora do grupo de deputados, Josefina Pandeinge, afirmou que os parlamentares têm estado a trabalhar junto da população para explicar às comunidades as dificuldades que o país atravessa face à queda do preço do petróleo no mercado internacional e também auscultar os problemas com que se debatem.

António José Haidenga, habitante de Naulila, disse que, a par da seca que afecta a região, a localidade precisa de uma escola do segundo ciclo do ensino secundário. Os parlamentares visitaram a cintura verde de Calueque, a 90 quilómetros -de Xangongo, onde existe uma cooperativa agrícola, particularmente activa na produção de alimentos no âmbito da diversificação da economia.

Recentemente, em declarações à imprensa, o governador provincial garantiu que os efeitos da seca a nível da produção agrícola na província do Cunene vão ser minimizados, nos próximos tempos, com a materialização do projecto da bacia hidrográfica do rio Cuvelai.

Em breve, vão iniciar as obras de construção do canal de irrigação a partir rio Cubango, na fronteira a Norte com a província do Cuando Cubango, um projecto que visa igualmente aumentar a produção agrícola. António Didalelwa anunciou ainda a implementação de outros projectos sociais, para aliviar os efeitos da seca a médio prazo, com a instalação de furos de água e da construção de mais represas (chimpanças) em zonas consideradas críticas.

A concretização do projecto vai trazer vários benefícios para as populações, desde o aumento da produção agrícola até à melhoria do meio ambiente, com realce para a fauna e flora nas duas margens da bacia hidrográfica. O canal percorre as comunas do Evale e Nehoni, abrangendo as chanas de maior confluência de águas fluviais nas comunas da Môngua e Ondjiva, no município do Cuanhama, e estende-se até Namacunde, para se tornar uma bacia com curso permanente. O principal beneficiário deste projecto é a população das localidades onde vai passar o canal, principalmente nos domínios da agricultura e da agro-pecuária. Os trabalhos de reabilitação do troço Omala Ondjiva, numa extensão de 72 quilómetros, vão ter início este ano. Quando terminarem as obras, Ondjiva e a sede de Omukolongodjo, no município do Cuvelai, ficam ligadas por estrada asfaltada.

### 10.3 Milhares de famílias recebem assistência

*Jornal de Angola*  
1 De Janeiro de 2016

Pelo menos 80 mil famílias afectadas pela estiagem nos municípios do Sumbe e Porto Amboim, província do Cuanza Sul, receberam bens alimentares e utensílios domésticos em 20 15, oferecidos pela direcção provincial da Assistência e Reinserção Social (MINARS). O director provincial Manuel Macedo esclareceu que a assistência a estas famílias permitiu

criar condições para a sua subsistência. A direcção do MINARS estendeu igualmente o seu apoio a outros municípios do interior da província, de modo a ajudar as pessoas afectadas pela seca.

Manuel Macedo salientou que a direcção tem trabalhado com o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros no fornecimento de água à população afectada.

### 10.4 Camponeses de Ondjiva precisam de sementes

*Jornal de Angola*  
2 De Janeiro de 2016  
Texto: Dionísio David

Os camponeses da comuna de Ondjiva, no município do Cuanhama, estão impossibilitados de arrancar com a campanha agrícola devido à falta de sementes provocada pela seca que atinge a região há três anos, alertou ontem o soba da localidade de Omunghete, Lúcio Ndakoyapo.

A situação é extremamente delicada dada a falta de apoios por parte das instituições competentes, apesar da Direcção Provincial da Agricultura ter fornecido algumas sementes no início das chuvas na região, disse Lúcio Ndakoyapo, acrescentando que os camponeses também não dispõem de recursos financeiros.

O gado bovino, que constitui a riqueza principal das comunidades está debilitado, devido à falta de água e pastagens na maior parte das áreas de sobrevivência. Os camponeses recorriam à venda de gado para obterem dinheiro para a compra de sementes e outros meios agrícolas, como charruas, enxadas, catanas, lima, entre outros, mas com os animais demasiado debilitados quase ninguém a compra.

A falta dos apoios pode criar mais problemas, sobretudo a penúria alimentar das populações. A este respeito, o soba pediu a intervenção urgente das entidades competentes para apoiarem os camponeses com tractores.

Situação de carência

Uma parte dos 9.500 habitantes das aldeias de Oshitumba e Omunghete vive em situação de extrema carência alimentar. Rosália Nashovanu, de 50 anos, uma das camponesas entrevistadas pela nossa reportagem em Omunghete, disse que começaram a cultivar há duas semanas mas não dispõem de sementes suficientes e pediu a ajuda da

Administração Comunal e da Agricultura. A cidadã referiu que as dificuldades são ainda maiores pelo facto dos animais de tracção terem morrido, obrigando os camponeses a trabalharem manualmente. Rosália Nashovanu disse esperar pela ajuda do Ministério da Agricultura no fornecimento de sementes e fertilizantes para que as chuvas que caem sobre a região sejam aproveitadas da melhor forma possível e permitam que as famílias consigam colheitas para garantirem alimentos.

O administrador comunal de Ondjiva, Amadeus Hidisange, disse estar preocupado com a crise alimentar que as populações enfrentam desde o segundo semestre do ano em curso e sublinhou que têm sido feitas diligências junto do Ministério da Reinserção Social no intuito de se acudir às populações mais necessitadas. O administrador considerou "preocupante" a situação da fome na comuna de Ondjiva, salientando que ela afecta um número significativo de famílias camponesas, aliada à falta de sementes de massango, massambala e feijão macunde, as principais culturas na região.

"Tudo está a ser feito no sentido de se dar apoios necessários aos camponeses para que possam cultivar sem grandes constrangimentos", disse Amadeu Hidisange, garantindo que as Administrações do Cuanhama e de Ondjiva e o Governo Provincial estão atentos à situação e "medidas apropriadas serão tomadas para acudir às pessoas atingidas". Em relação aos "inputs" agrícolas disse que até ao momento nada foi ainda disponibilizado, tendo por isso mostrado preocupação, já que as populações precisam urgentemente de sementes e outros instrumentos de trabalho.

Dados do Governo Provincial do Cunene indicam que mais de 700 mil famílias, em toda a província, estão afectadas pela fome e mais de 500 mil cabeças de gado bovino correm o risco de morrer devido à falta de água e pastagens.

## 10.5 Angola desenvolve projecto ambiental

*Jornal de Angola*

*4 De Janeiro de 2016*

*Texto: André Dos Anjos*

O Ministério do Ambiente começa a desenvolver este ano, com o apoio da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), um projecto de resiliência climática nos sistemas de produção agrícola e pastoril. De acordo com uma nota de imprensa distribuída ontem, o projecto vai ser desenvolvido nas províncias do Bié, Huambo, Huíla e

Malanje, devendo posteriormente ser executado noutras regiões.

O projecto está inserido no pacote de medidas de contenção das alterações climáticas, em linha com o Novo Acordo Climático, adoptado em Paris, em finais de 2015.

O pacote prevê igualmente a redução da queima da camada florestal e a diminuição do consumo de carvão da biomassa vegetal, com a intensificação de acções de fiscalização e sensibilização.

O Ministério do Ambiente lembra que 38 por cento do território nacional está sujeito a riscos climáticos e insiste na necessidade de criação de uma agência especializada para o reforço da capacidade nacional de investigação, transferência de tecnologia e apoio às iniciativas de mitigação dos efeitos das alterações climáticas.

As alterações climáticas constituem prioridade na agenda do Executivo que tem vindo a adoptar várias estratégias e acções, como a promoção do carvão sustentável, energias renováveis, protecção das florestas e educação e consciencialização ambiental. Em 2012 a seca teve impactos em cerca de dois milhões de pessoas, em dez das 18 províncias angolanas.

Este fenómeno, que tem afectado fortemente a produção agrícola em algumas zonas do país, tem vindo a ser analisado de forma conjunta por vários órgãos governamentais para a minimização dos seus efeitos. A Integração da Resiliência Climática nos Sistemas de Produção Agrícola e Agro-pastoris, através da gestão da fertilidade do solo em áreas chaves de produção, é um dos projectos que procuram envolver as comunidades na melhoria da sua forma de sobrevivência em zonas afectadas por calamidades naturais.

O Ministério pretende também, a partir deste ano, proceder ao reajuste da estratégia nacional até aqui vigente e propor a criação de uma Agência para o reforço da capacidade nacional, investigação, transferência de tecnologia, colaboração e apoio às iniciativas a serem financiadas no âmbito da mitigação e adaptação com Projectos já identificados no Plano de Adaptação Nacional. Da mesma forma, pretende iniciar, com apoio do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA), um projecto de adaptação às áreas costeiras.

## 10.6 Autoridades acertam medidas contra seca

*Jornal de Angola*  
6 De Janeiro de 2016

A delegação Inter-sectorial do Executivo e os membros da Comissão de Protecção Civil no Cunene definiram segunda-feira em Ondjiva medidas imediatas para atenuar os efeitos da seca prolongada que afecta milhares de famílias na província, com maior Impacto nas zonas rurais.

O secretário de Estado do Interior Eugénio Laborinho chefia a delegação inter-sectorial que trabalha desde segunda-feira em Ondjiva, para avaliar a situação da seca, que afecta a província desde Março de 2014.

A delegação reuniu-se com os membros da Comissão de Protecção Civil no Cunene, que é coordenada pelo governador da província, António Didalelwa, para actualizar o quadro actual. O Cunene é uma das províncias do país bastante atingidas pelo fenómeno natural e, segundo dados estatísticos do Governo Provincial, 755.678 pessoas estão afectadas pelas consequências da estiagem em seis municípios.

As autoridades provinciais preparam um relatório sobre as necessidades alimentares das pessoas afectadas pela seca prolongada, para apresentar ao Executivo. A situação da seca prolongada foi analisada recentemente em Ondjiva por uma delegação do Ministério da Assistência e Reinserção Social e Serviços de Protecção Civil.

A comissão concluiu que uma acção imediata para acudir à população deve ser a assistência alimentar e, posteriormente, outras ajudas no domínio da saúde, educação e agricultura. A comissão prevê que, com o início da época chuvosa, a situação pode ser minimizada, mas os resultados só devem ser alcançados em Junho próximo, por altura da colheita dos produtos do campo. A população de algumas aldeias da comuna de Naulila, a 60 quilómetros de Xangongo, sede do município de Ombadja, na província do Cunene, abandonou as suas residências por falta de água e alimentos.

A seca acentuada que se faz sentir na região está a obrigar as populações a percorrerem grandes distâncias à procura de água e comida, sobretudo para a vizinha Namíbia e localidades do Cunene. Na semana passada, o governador provincial do Cunene garantiu a existência de dez toneladas de milho para semente, enquanto outros esforços estão a ser efectuados para ajudar as famílias camponesas.

As autoridades tradicionais consideram a situação extremamente delicada dado o que consideram fraco apoio por parte das instituições competentes, apesar da Direcção Provincial da Agricultura ter fornecido algumas sementes no início das chuvas na região, disse Lúcio Ndakoyapo, o soba da localidade de Oshitumba, uma das afectadas, acrescentando que os camponeses também não dispõem de recursos financeiros. Com o objectivo de melhorar e ajudar os camponeses a aumentar a sua produção, as autoridades tradicionais da comuna de Ondjiva, província do Cunene, solicitaram ao Governo no sentido de apoiá-los urgentemente com sementes e tractores.

Em declarações à Angop, a propósito do início da época chuvosa, a mais alta autoridade tradicional de Ondjiva, Venâncio Kaindume, disse ser necessário que as famílias camponesas beneficiem de sementes e tractores para cultivar a terra.

## 10.7 Fortes chuvas desalojaram muitas famílias

*Jornal De Angola*  
7 De Janeiro de 2016

As fortes chuvas, acompanhadas de ventos, que se abateram no último fim-de-semana, nos municípios de Menongue e Cuito Cuanavale, provocaram o desalojamento de 420 pessoas, na sequência do desabamento de 71 residências, disse ontem, ao Jornal de Angola, o porta-voz dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros.

Júlio Muliata informou que seis casas foram destruídas totalmente e 65 parcialmente, sendo os bairros Mulengue (Cuito Cuanavale), Terra Nova, Cazenga, Banda Velha e Camulengue, na cidade de Menongue, os mais afectados.

As fortes chuvas provocaram também o ferimento grave a uma senhora no bairro Camulengue, arredores da cidade de Menongue, e a morte de cinco cabeças de gado bovino, no bairro dos khoisans, no Cuito Cuanavale, devido à inundação do curral onde se encontravam, disse o porta-voz dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros.

Júlio Muliata acrescentou que os Serviços de Protecção Civil e Bombeiros aguardam o apoio do governo da província, no sentido de acudir as famílias sinistradas, que neste momento clamam por uma intervenção urgente.

Exortou a população a evitar ficar debaixo de árvores e a desligar equipamentos electrónicos quando



estiver a chover, tendo em conta que são as principais causas de descargas eléctricas.

## 10.8 Estratégia contra a seca

*Jornal de Angola*  
*9 De Janeiro de 2016*

Diz-se que contra os fenómenos naturais, sobretudo aqueles imprevisíveis, o homem pode fazer muito pouco, devendo adaptar-se ou tomar medidas que mitiguem os seus efeitos perversos.

No Cunene, fruto da situação de seca e estiagem, as autoridades procuram tudo fazer para que às populações afectadas fiquem asseguradas condições para enfrentar a conjuntura provocada pelo fenómeno natural.

Trata-se de uma situação preocupante, mas que tem o acompanhamento e orientações expressas da parte do Executivo no sentido da realização de tarefas imediatas tendo em conta o levantamento feito no terreno. O engajamento é total e não pode haver margem para dúvidas quanto aos esforços para se minimizarem os efeitos negativos da situação por que passa a província do Cunene.

No mês de Dezembro, deslocou-se à província mais ao sul do país uma delegação do Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS), encabeçada pela directora geral do Instituto de Promoção e Coordenação de Ajuda às Comunidades, Maria Assis, que procedeu à avaliação no terreno das condições alimentares e de água das famílias.

Recentemente, deslocou-se ao Cunene uma delegação intersectorial, chefiada pelo secretário de Estado do Interior para Protecção Civil e Bombeiros, Eugénio Laborinho, para avaliar o quadro e traçar medidas imediatas.

Contrariamente à ideia de que há um certo descaso das autoridades, inclusive com aproveitamentos de natureza política e económica, a situação no Cunene está inteiramente sob controlo das autoridades provinciais, com orientações e estratégias precisas para fazer face ao ambiente de seca.

Não há dúvidas de que, no imediato, as preocupações urgentes são de ordem alimentar na medida em que está em jogo a sobrevivência das populações e depois a tomada de outras medidas no âmbito da saúde, educação e da agricultura. Gradualmente o Cunene começa a receber toneladas de bens alimentares, numa altura em que o desafio assumido pelo Executivo passa pela garantia de que as populações

não venham a passar por situações de carências alimentares extremas.

Assegurada a componente alimentar, foram anunciados igualmente a abertura de novos furos de água nas zonas mais afectadas e a introdução de novas culturas agrícolas como a mandioca. Estas duas últimas acções, a captação de água por via dos furos no solo e uso de culturas agrícolas, são vitais para inverter o actual quadro vivido pelos seis municípios da província, e constituem passos importantes para acudir 755.678 pessoas afectadas pela seca.

Dos vários encontros que a comissão do MINARS e a delegação intersectorial ministerial mantiveram com as autoridades e populações na província do Cunene, foram adoptadas medidas com impacto directo na vida das populações.

Tratando-se de um caso de Estado, o Executivo e os seus órgãos auxiliares encaram de frente este desafio, não poupam esforços e estão abertos aos seus parceiros e outras entidades da sociedade de Cabinda ao Cunene.

Ao lado das iniciativas do Executivo, do Governo da Província do Cunene, da Comissão de Protecção Civil, não há dúvidas de que todas as outras diligências vindas da sociedade civil para acudir às populações no Cunene são bem-vindas. Estão em jogo vidas e bens das populações que enfrentam, nesta altura, desafios ingentes para a continuidade da vida, razão pela qual não faz sentido o populismo, a propaganda e outros aproveitamentos.

Quando imbuídos do espírito de altruísmo, de fraternidade, de solidariedade, de respeito pela vida e dignidade das populações do Cunene, todos os angolanos, individual ou colectivamente, podem fazer chegar bens diversos.

Todos nós somos poucos e todas as acções para minimizar a situação difícil por que passam as populações do Cunene são diminutas, razão pela qual é justo esperar por mais gestos. O fundamental é que sejamos nós angolanos os primeiros na assumpção das responsabilidades que devem culminar com a mitigação dos efeitos da seca, bem como na adopção de medidas eficazes e duradouras contra o fenómeno. E urge promover junto das populações acções de sensibilização e educação para melhor fazer face à seca que, atendendo à sua natureza cíclica, pode ser mitigada com medidas preventivas.

É salutar ouvir que a província do Cunene não está esquecida e que muitas outras iniciativas têm sido tomadas para elevar o grau de capacitação da sua população, em particular a juventude, para melhor



fazer face aos desafios actuais e futuros. De acordo com informações do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP), 1.050 jovens a nível da província do Cunene vão beneficiar este ano de formação técnica profissional nas várias especialidades.

A cultura do cruzar dos braços na expectativa de ajudas deve dar lugar ao engenho criativo da cultura local para contrariar largamente os efeitos da seca. É preciso repensar os mecanismos, não importa se rudimentares, de retenção das águas em tempo de chuva, do uso da terra para agricultura de subsistência e do plantio em geral, inclusive como estratégia contra a seca e desertificação.

## 10.9 Toneladas de bens chegaram ao Cunene

*Jornal De Angola*

*9 De Janeiro de 2016*

*Autor: Dionísio David*

O ministro da Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumua, orientou as autoridades do Cunene para a distribuição urgente à população afectada pela secadas 50 mil toneladas de bens alimentares e medicamentos que já chegaram à província.

João Baptista Kussumua reuniu-se quinta-feira em Ondjiva com a Comissão Nacional interministerial de Apoio às Populações afectadas pela Seca e pediu urgência na entrega dos bens destinados a atenuar os efeitos da seca, sobretudo nas zonas rurais e particularmente nos municípios do Curoca e da Cahama.

O ministro sublinhou que a prioridade deve ser dada às crianças, pessoas com deficiência, mulheres grávidas e idosos. Entre os bens enviados pelos Governo, constam 13 mil toneladas de arroz, 15 mil de farinha de milho, cinco mil de feijão, quatro de óleo alimentar, 12 mil toneladas de sal ionizado e duas mil toneladas de sabão. Gradualmente a província vai receber outros bens que ajudam a reduzir a carência da população afectada pela estiagem.

João Baptista Kussumua reafirmou o apoio contínuo do Executivo ao Cunene de maneira a não faltar o essencial para a sobrevivência dos cidadãos afectados por este fenómeno natural e anunciou a abertura de novos furos de água nas zonas mais afectadas, bem como a introdução de novas culturas agrícolas como

a mandioca. O Governo Provincial do Cunene está 755.678 pessoas estão afectadas pela seca. Na deslocação ao Cunene, João Baptista Kussumua fez-se acompanhar do ministro Saúde, José Van-Dúnem, da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Pedro Canga, da Administração do Território, Bornito de Sousa, e dos secretários de Estado para a Energia, Joaquim Ventura, e do Interior, Eugénio Laborinho.

O ministro afirmou que, devido a seca, a necessidade do apoio para o Cunene é "absolutamente indiscutível" e que todas as capacidades do Executivo estão dirigidas para aquela província com o objectivo de se dar soluções duradouras aos problemas da região. Com o objectivo de melhorar e ajudar os camponeses a aumentar a sua produção, as autoridades tradicionais da comuna de Ondjiva, província do Cunene, solicitaram ao Governo no sentido de apoiá-los urgentemente com semente e tractores.

A comissão prevê que, com o início da época chuvosa, a situação pode ser minimizada, mas os resultados só devem ser alcançados em Junho próximo, por altura da colheita dos produtos do campo. Em declarações à Angop, a propósito do início das chuvas, a mais alta autoridade tradicional de Ondjiva, Venâncio Kaindume, frisou que os camponeses não dispõem de sementes suficientes e têm recorrido ao mercado informal para adquirir pequenas quantidades de massango, ao passo que na lavoura muitos deles trabalham com o auxílio da enxada, devido à debilidade física do gado de tracção.

Governador agradece

O governador da província do Cunene, António Didalelwa, agradeceu o empenho do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, no apoio às vítimas da seca na província. António Didalelwa disse que, ao enviar uma delegação multisectorial para avaliar a situação no Cunene, o chefe do Executivo manifestou a sua preocupação com o quadro da seca que a província vive.

O governador provincial garantiu que os bens recebidos vão ser de imediato distribuídos à população, com realce para as zonas rurais.

O governador António Didalelwa sublinhou que, apesar da situação ser crítica, está mais animado porque é visível a preocupação do Governo em acudir à população para enfrentar a estiagem.

A província do Cunene é das que mais sofre com a seca que se faz sentir naquela região e está a obrigar a população a percorrer grandes distâncias à procura de

água e comida. A seca é um fenómeno climático mundial que atinge também outros países da África Austral, como a Namíbia e a África do Sul.

## 10.10 Estudo ambiental de impacto são na maior parte de Luanda

*Jornal de Angola*  
10 De Janeiro de 2016

Um total de 154 projectos de grande e média dimensão foram remetidos para avaliação por Investidores nacionais e estrangeiros à Direcção Nacional de Prevenção e Avaliação de Impactos Ambientais (DNPAIA) do Ministério do Ambiente.

A directora nacional de Prevenção e Avaliação de Impactos Ambientais, Sandra dos Nascimento, disse que no quadro das análises feitas aos projectos foram emitidas 118 Licenças de Instalação (LI) e de Operação (LO) para as acções ligadas à indústria química, transformadora, construção, urbanismo e habitação, geologia e minas, agricultura e comércio.

Os sectores que mais solicitam estes serviços são os petróleos, a indústria, a construção e o comércio, indicou. "Apesar do contexto que o país vive, os investidores nacionais e estrangeiros continuam a reagir muito bem aos regulamentos vigentes em Angola sobre a elaboração de um estudo de impacto ambiental antes da elaboração e execução de um determinado projecto", frisou Sandra do Nascimento.

Do total de projectos de estudo de impacto ambiental submetidos à DNPAIA, 102 foram apresentados por investidores nacionais e estrangeiros que operam na província de Luanda nos sectores da construção, comércio, urbanismo e habitação, energia e águas, hotelaria e turismo, indústria, petróleos, saúde e saneamento. Para as restantes províncias, Sandra do Nascimento reconheceu a existência de algumas dificuldades, visto que a avaliação de impacto ambiental ainda não se faz sentir como esperado. A título de exemplo apontou as províncias do Bié, Cunene, Huambo, Lunda Sul, Moxico e Uíge, que durante o ano passado apresentaram apenas um projecto cada uma de estudo de impacto ambiental por investidores, enquanto que o Cuando-Cubango apareceu sem qualquer acção do género durante esse período.

"As empresas incumpridoras devem procurar proceder de acordo com a Lei de Bases do Ambiente, que estabelece que um dos principais instrumentos de gestão ambiental é a avaliação de impacto ambiental, considerado uma ferramenta preventiva da política de ambiente e de ordenamento do território", sublinhou.

Este instrumento, lembrou a directora nacional, permite assegurar que prováveis consequências sobre o ambiente de um determinado projecto de investimento sejam analisados e tomadas em consideração no seu processo de aprovação.

Sandra do Nascimento deu a conhecer que, durante o ano transacto, continuaram a realizar visitas antes e depois do licenciamento ambiental, tendo sido feitas 42 auditorias ambientais.

A ministra do Ambiente, Maria de Fátima Jardim, disse no final de 2015 que em 2016 o seu Ministério vai dar continuidade aos seminários provinciais para capacitar os quadros e aplicar o quadro legal e regulamentar de prevenção e avaliação de impactos ambientais.

## 10.11 Cheias interdita o trânsito

*Jornal de Angola*  
11 De Janeiro de 2016

O tráfego rodoviário entre a sede municipal de Caimbambo e a comuna da Canhamela (Benguela), numa extensão de 32 quilómetros, está interditado há mais de 48 horas, devido às cheias do rio Calondo, constatou a Angop no local.

A chuva destruiu a passadeira erguida próximo da ponte sobre o rio Calondo, em reconstrução desde o ano passado pela Empresa Nacional de Pontes (ENP).

A chuva que se regista na região provocou o desabamento da ponte sobre o rio KuaHunga, no eixo rodoviário que liga à Missão Católica do Bambi, 45 quilómetros a sul da vila de Caimbambo.

Neste momento, refere a Angop, a alternativa para se atingir a comuna de Canhamela passa pela povoação do Tchinhungo, num Mio de cerca de 70 quilómetros.

As chuvas que caem na região também provocaram a degradação acentuada das estradas secundárias e terciárias na circunscrição de Caimbambo, que fica 116 quilómetros a sul da cidade de Benguela.

Em declarações à Angop, o administrador municipal de Caimbambo, Jacinto Tomé Amaro, assegurou que as vias de comunicação obstruídas em consequência das chuvas vão beneficiar de uma intervenção pontual nos próximos dias, visando a normalização do trânsito automóvel.

O responsável efectuou na sexta-feira uma visita de trabalho à comuna da Canhamela, encerrando o ciclo de apresentação dos novos titulares das administrações comunais do Estado, iniciado na última terça-feira.

Na vizinha província do Huambo, a circulação rodoviária entre a vila municipal do Londuimbali e as aldeias Ussoquela, Sassoma, Tchicoma e Catanha está interrompida desde quarta-feira, devido a ravinas que destruíram a estrada. Preocupada com a situação, a administradora municipal de Londuimbali, Dolina Cuaiela Samessele, deslocou-se quinta-feira às áreas afectadas, tendo prometido encontrar uma solução junto de outros órgãos, porque o problema transcende a competência da administração municipal. "É uma situação preocupante, mas a sua solução ultrapassa-nos. Vamos solicitar ajuda ao Governo da província, para que a circulação rodoviária seja reposta", disse.

A administradora referiu que as fortes chuvas que se têm abatido sobre o município estão na base da progressão das ravinas, além de terem destruído parcialmente as pontes sobre os rios Cacongo e Pumumo e dez casas. As aldeias que se encontram isoladas da vila municipal são habitadas por cerca de oito mil pessoas.

### 10.12 Chuvas ameaçam o Dande

*Jornal De Angola*

*13 De Janeiro de 2016*

*Autor: Edson Fontes*

Alguns bairros do município do Dande, na província do Bengo, correm o risco de grandes Inundações, caso as chuvas derrubem o dique de protecção do rio Dande, revelou ontem o administrador local adjunto.

Carvalho Neto explicou que o dique de protecção do rio Dande pode ruir se as chuvas continuarem a cair com a mesma intensidade dos últimos dias, o que levaria as águas para diversos bairros próximos daquela zona. Entre os bairros com maior níveis de preocupação, o administrador adjunto do Dande apontou Caboxa, Quijoão Mendes, Quingombe, Bula e Nifuma, dada a sua proximidade com o dique de protecção.

Carvalho Neto, que responde pela área técnica da Administração Municipal do Dande, disse que nas áreas de risco devem ser feitas intervenções de extrema urgência, tendo em conta os perigos que o desabamento do dique de protecção do rio Dande representa.

Carvalho Neto esclareceu que o transbordo tem perigado áreas habitadas, sendo que os danos podem ser grandes de acordo com o volume de águas que saíram do leito "normal e pela densidade populacional. "Temos uma equipa dos Bombeiros e da Protecção Civil no terreno e estamos a aconselhar a população para evitar frequentar o rio." O administrador adjunto salientou que as cheias são uma situação natural de transbordo do leito natural dos rios, provocadas por chuvas intensas e contínuas, principalmente quando os sistemas de drenagem passam a ter menor eficiência. O Jornal de Angola visitou alguns bairros afectados pela situação e constatou que no Caboxa os moradores já começaram a abandonar as casas, devido à ameaça de inundação.

### 10.13 Chuvas intensas inundaram lavras

*Jornal De Angola*

*14 De Janeiro de 2016*

As chuvas intensas que têm caído sobre o município do Bungo, 81 quilómetros a norte da cidade do Uíge, são uma ameaça às próximas colheitas, em consequência da inundação das lavras. De acordo com o soba Filipe Alberto, as lavras de aldeias que fazem fronteira com o vizinho município de Mucaba foram as mais atingidas pelas chuvas dos últimos dias. "Toda a ginguba e outros produtos como o feijão estão a apodrecer devido às inundações", disse o soba.

### 10.14 Agricultores lutam pela seca

*Jornal de Angola*

*15 De Janeiro de 2016*

*Texto: João Upale*

A associação de camponeses das localidades de Kaveloca mue1 e 2, município do Virei, no Namibe, recebeu, no último sábado, instrumentos de trabalho e sementes, no âmbito do Projecto Integrado de Resiliência Angola - Namíbia (PIRAN).

O projecto está ligado à redução e gestão dos riscos de desastres para apoiar as comunidades agro-pastoris afectadas pela seca e outros desastres naturais no Sul de Angola e Norte da Namíbia.

Enxadas, carrinhos de mão, motobombas, mangueiras, caixas plásticas para colheita de cereais, bidões plásticos de 200 litros e sementes de milho foram distribuídos a 84 camponeses filiados na associação designada "OndjalaYapua", "a fome cessou" na língua kuvale.

O presidente da associação, Ricardo Kaingona, agradeceu ao Executivo angolano e, em particular, ao Governo da província por ter tomado a iniciativa de criação de pequenas lavras como ponto de partida para as actuais associações, que têm um papel fundamental no combate à seca que grassa na região há quase cinco anos.

Ricardo Kaingona agradeceu também o apoio da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), patrocinador do projecto, pela entrega de inputs agrícolas e formação dos camponeses.

Os materiais recebidos são um importante complemento aos esforços da comunidade para atender às exigências do momento.

O responsável da associação revelou ao Jornal de Angola a perspectiva de se abrirem mais quatro escolas de campo agro-pecuárias (ECAP) no quadro do projecto PIRAN, em parceria com a FAO.

Na campanha agrícola do ano passado, as localidades de Kavelocamue 1 e 2 produziram 48 toneladas de milho, 14 de batata rena, 15 de tomate e quatro toneladas de cebola, além de hortofrutícolas.

#### Potenciar as comunidades

O coordenador do projecto PIRAN, Matteo Tonini, disse que a FAO desenvolve três importantes projectos no Sul de Angola: o Sanga, junto com o Instituto dos Serviços de Veterinária, cuja segunda fase vai em breve ser apresentada à União Europeia, o PIRAN, financiado pela USAID, e o RETESA, de reabilitação de terras e gestão de pastagem no sudoeste de Angola, financiado pelo Fundo Global do Ambiente.

O PIRAN, através da criação de escolas do campo, visa aumentar a resiliência das comunidades, com o aumento da oferta de água, pastos e a integração da actividade zootécnica com a agrícola. Resiliência é a capacidade de voltar ao seu estado natural após alguma situação crítica e fora do comum. Matteo Tonini realçou que, a nível mundial e também em Angola, um dos factores constrangedores é a degradação de grande parte da produção com implicação directa na deterioração ambiental.

Este ano, junto com a Administração Municipal do Virei e a Direcção Provincial da Agricultura, o

projecto PIRAN instalou quatro escolas do campo nas comunidades de Kavelocamue.

Os equipamentos agora entregues visam potenciar a capacidade de produção agrícola e de armazenamento de cereais através da distribuição de equipamentos de rega.

Os bidões de 200 litros, além de servirem de reservatório de água, são depois usados para acomodar cereais e diminuir assim as perdas pós-colheita.

Em parceria com a Direcção da Agricultura, foram distribuídas 50'0' mil estacas de batata-doce para integrar e diversificar a produção agrícola da população camponesa.

Através do apoio da Associação Italiana Slow Food, conseguiu-se reforçar o apoio da FAO com a entrega de dez motobombas e o fornecimento de combustível, para que as comunidades tenham meios de produção até à primeira colheita, disse Matteo Tonini.

#### Acções realizadas

No âmbito do projecto, foram capacitados 40 formadores das ECAP nos dois últimos anos, aos quais foram fornecidos manuais revistos e editados em português. Foram ainda dada assistência técnica e feito o acompanhamento das 11 escolas de campo instaladas em 2014. Mais sete unidades foram criadas em 2015, sendo duas no Virei e cinco nos Gambos (Huila), e reabilitadas três chimpacas, cinco sondas na localidade do Chipa, no Cunene, e duas nascentes no lona, Namibe.

Outras actividades foram a reabilitação de duas sondas e uma cacimba nos Gambos, refrescamento e formação de novos tratadores de gado, incluindo mulheres. A acção teve o apoio directo do Instituto dos Serviços Veterinários.

Sistemas de alerta rápido foram instalados em 17 municípios do país. Procedeu-se à selecção de sementes de forrageiras arbóreas, para as quais foi criado um viveiro central de cinco mil plantas na Estação Zootécnica do Caraculo (Namibe), cujo tanque de rega foi reabilitado.

Foram ainda instalados viveiros comunitários nas escolas do campo e desenvolveu-se a multiplicação contínua das sementes forrageiras herbáceas distribuídas nas comunidades. O projecto incluiu também a produção de cinco milhões de estacas de mandioca e batata-doce como ajuda de emergência às comunidades.



Outras tarefas importantes foram a revisão dos mapas das rotas de transumância, o acompanhamento da missão especial sobre a Missão da ECHO em Angola para a elaboração de uma resposta de emergência e da missão especial sobre a Febre Aftosa da FAO/OIE para realizar um plano de contingência da doença.

#### Maiores desafios

A administradora municipal do Virei, Juliana Fonseca, elogiou os esforços dos associados de camponeses de Kavelocamue e frisou que o combate à fome e à pobreza é um dos maiores desafios que se colocam ao Estado angolano, por serem "preponderantes para se constituir uma sociedade cada vez mais próspera e de justiça social".

Lembrou que o Governo Provincial do Namibe, no cumprimento desse desiderato e atendendo à seca que assola a província e, em particular o município do Virei, há já cinco anos, criou projectos estruturantes para mitigar os efeitos da seca, como os pólos de desenvolvimento agrícola do Munkhanga, Chakuto e Kavelocamue.

O propósito é criar melhores condições de trabalho de modo a que "apresentem resultados rápidos e visíveis" na melhoria da qualidade de vida das populações, disse.

A experiência, iniciada em 2012, com a designação "Lavras Familiares", num espaço de 36 hectares, deu início à prática da agricultura mecanizada. O projecto derivou no pólo de desenvolvimento agrícola, no quadro do programa de apoio directo à produção camponesa do Governo Provincial, e aumentou para 470 hectares a área trabalhada e distribuída às famílias envolvidas. Desde a criação dos pólos, o programa já beneficia um total de 460 famílias, num total de 2.760 pessoas.

### 10.15 Milhares de pessoas isoladas pelas chuvas

*Jornal de Angola*

15 De Janeiro de 2016

Mais de dez mil pessoas estão isoladas nas comunas da Bolonguera e Camuine, município do Chongoroi, 150 quilómetros a sul da cidade de Benguela, devido às fortes chuvas que assolam aquela região, provocando cortes à circulação nas vias de acesso, disse ontem a administradora comunal da Bolonguera. Juliana Bendi referiu que as inundações são frequentes nesta época, devido ao desabamento

da ponte sobre o rio Ranja, ocorrido em Fevereiro de 2011, cortando a circulação de pessoas e bens.

A chuva caiu sem cessar durante todo o fim de semana e causou a subida do caudal do rio Ranja, deixando as populações da comuna isoladas do resto do município.

Juliana Bendi explicou que as chuvas obrigaram a mudança da área habitual de pasto e afectaram as lavouras de milho, massambala e feijão, situação que está a provocar enormes prejuízos aos camponeses.

"Os camponeses estão impossibilitados de escoar os produtos do campo para a cidade", disse Juliana Bendi, sublinhando que a expectativa das autoridades locais é a de que o caudal do rio baixe para repor a circulação de pessoas, enquanto se procuram opções para os técnicos de Saúde chegarem à região.

A administradora comunal do Camuine, Catarina Jauca, mostrou-se preocupada com a progressão considerável das ravinas na estrada que liga a sede da comuna ao município do Chongoroi, cortando a circulação rodoviária. "Não é possível circular", notou Catarina Jauca, aludindo ao facto de a via estar degradada por causa da chuva."

### 10.16 Ruas do Panguila "Clamam" por intervenção

*Jornal Manchete*

15 De Janeiro de 2016

*Autor: Moreira Mário*

Em alguns sectores que compõem o Complexo Habitacional do Panguila, no município do Dande, província do Bengo, são notórias as péssimas condições das ruas que ficaram danificadas em consequência das chuvas que se abateram nos últimos dias.

Ocorre que a composição do solo em toda a extensão da região do Panguila é argilosa. Obviamente, este tipo de solo por natureza possui consistência muito fina, que toma-lhe impenetrável à água e todos os outros líquidos.

É assim que após uma chuva as ruas do Complexo Habitacional do Panguila ficam completamente lamacentas e intransitáveis, o que compromete habitacional do Panguila ficam completamente lamacentas e intransitáveis, o que compromete seriamente a mobilidade dos moradores. O Manchete conversou com os alguns moradores, tendo estes, lamentado a situação em que algumas

ruas se encontram. "Ninguém faz nada para melhorar as condições de vida dos moradores", reclamou Zeferino Paca, que aponta a falta de elaboração de um plano de intervenção das principais vias de acesso na zona, por parte das autoridades locais, como sendo a razão do seu sofrimento.

Morador do sector cinco há sete anos, Zeferino Paca explicou que no Panguila sempre que chove é um "Deus nos acuda", não se consegue transitar nem a pé, nem de carro. "Dos dez sectores que compõe a localidade apenas no sector nº 1 as ruas são asfaltadas, enquanto nos restantes sectores são de terra batida", lamentou.

Por sua vez, Ernesto Sapuíle, morador do sector nº 8 e que também exerce a actividade de moto táxi no seu bairro, é da mesma opinião que a semelhança do que foi feito no sector um, devia ser o mesmo nos restantes sectores. "Periorizando as vias estruturantes irá melhorar significativamente a circulação dos moradores e automobilistas locais", frisou a fonte.

Outros habitantes clamam pela intervenção urgente das administrações do Panguila e do Dande, para pôr cobro à situação.

O Projecto Habitacional do Panguila foi inaugurado em Janeiro de 2003, para acudir a população que vivia em zonas de risco na capital do país.

Consta que os primeiros moradores dos bairros urbanizados chegaram em 2002 naquele complexo habitacional.

A maior parte deles chegou do então município da Samba. O projecto, na primeira fase, tinha mil casas pré fabricadas, escolas, hospitais e outros empreendimentos públicos. Hoje, tem quatro mil fogos habitacionais.

Tirando o problema do mau estado das ruas e do saneamento básico o bairro não tem porquê se queixar quanto à distribuição ou fornecimento de energia eléctrica e água potável, tal como afirmaram os moradores ao Manchete.

Este jornal sabe que há seis anos foi aumentada a capacidade de fornecimento de água potável e de energia eléctrica.

Soube ainda que em Junho de 2006 foram instalados dois reservatórios de água com a capacidade de 1.200 litros. Seis sectores são abastecidos de água potável através do Projecto Candelabro (estação de tratamento de água), enquanto os sectores sete, oito e nove são abastecidos por cisternas.

## 10.17 Cubal a morada dos fantasmas de uma tragédia

*Jornal A Capital*

*16 De Janeiro de 2016*

Três dias de chuva intensa fizeram transbordar o complexo hídrico do Dungo, alimentado por sete rios, deixando mais de quatrocentos camponeses sem as suas culturas tradicionais, como o milho, a batata e a mandioca. Desprovida de meios para a resposta que se impõe ao espectro de fome, a comunidade afectada pede às autoridades, para lá do trabalho de engenharia, alguma ajuda alimentar. O administrador municipal Carlos Guardado, prometeu distribuir alimentos logo após a conclusão do levantamento de todos os prejuízos. "Contamos com números provisórios, estamos à espera dos definitivos, a partir e dos quais começaremos a canalizar a ajuda", frisou.

A pensar numa situação caótica, já que o quadro 'não é tão sombrio quanto parece', o técnico Silvano Levi admite que a empreitada anterior, que garante a retenção da água na bacia, tenha de ser reforçada com obras de engenharia ambiental e agrónómica.

Por ora, apesar dos estragos acima mencionados, refere que as obras estruturantes acautelam a regularização dos caudais, mantendo a fertilidade dos solos agrícolas, tanto no Cavaco (Benguela) como nas margens do rio Halo (Caimbambo).

E depois dos prejuízos para centenas de camponeses, o Cubal voltou a ser assolado por fortes chuvas, com o resultado a apontar para cerca de mil famílias ao relento, segundo dados da Polícia.

Já em Benguela, centenas de famílias fugiam das suas casas, nas margens do rio Cavaco, em consequência das inundações, ocorridas à madrugada do dia 14. Na tentativa de afastar para bem longe os fantasmas do drama de Março, a população ribeirinha conseguiu travar o que seria um avanço significativo das águas, tendo para o efeito contado com máquinas da Administração Municipal.

A realidade das últimas horas, que será retratada ao pormenor em próximas edições do A Capital, mostrou que os rios terão 'acordado nervosos', na medida em que, a meio da tarde, era a vez do Catumbela transbordar. Informações disponíveis apontavam para inundações na Administração Municipal e em várias residências.

## 10.18 Seca causa fome na província do Cunene

*Jornal Folha 8*

*16 De Janeiro de 2016*

A Igreja Católica denunciou a Lusa preocupação face "a grave" seca que afecta a província do Kunene e diz-se sem meios para acudir às cerca de 20 pessoas que diariamente pedem ajuda, isto à cerca de duas semanas, mas a situação não se alterou, salvo a insensibilidade do Titular do Poder Executivo, que prefere ver a filha investir, mais de 3,8 milhões de dólares, numa artista americana, que veio mais fazer um desfile de nudism, "um dinheiro que serviria para debelar muitas situações na província.

O bispo da diocese de Ondjiva, Pio Hipunhati, considerou preocupante a situação que é generalizada a toda a provincial, estando a igreja está sem meios para acudir às "tantas pessoas" que batem por dia à porta da igreja "à procura de alguma coisa para enganar o estômago".

"Isto é generalizado a toda a província, porque no ano passado não houve colheita nenhuma. Toda a província se ressentido disto", disse o bispo, acrescentando que a situação a feita mais de metade da população do Kunene, estimada em cerca de um milhão de habitantes, com destaque para o meio rural.

O prelado salientou que além da falta de alimentos, a população vive igualmente o flagelo da falta de água. "Só para ter noção, só no 04.12 é que começou a chover.

Desde o início da época [chuvosa], que em condições normais deveria ter acontecido a partir de Outubro. Por cá nem há ainda erva verde, o gado está a morrer, nem havia água para os animais", frisou o bispo.

Pio Hipunhati avançou ainda que as autoridades têm realizado acções de distribuição de água, mas "são coisas localizadas", destacando que este ano não foi distribuída ajuda alimentar.

"A situação é preocupante. Agora se continuar a chover pode ser que o problema da água esteja resolvido, mas no que se refere aos alimentos, só daqui a Abril ou Maio, se a colheita for boa, é que a fome poderá ser minimizada. Nesse momento toda ajuda é bem-vinda", disse o bispo.

Assumi ainda que todos os dias batem à porta de sua casa pessoas provenientes das aldeias, que procuram os hospitais, mas a igreja não tem como ajudar.

"O que nós apelamos aos fiéis é a partilha do pouco que se tem, para que de facto ninguém morra à fome, a partilha dentro da solidariedade cristã, mas não temos ajudas de fora. As pessoas vão partilhando o pouco daquilo que têm", lamentou.

Para o bispo é urgente uma atenção especial sobretudo para o interior da província, caso contrário "nem sequer terão sementes para cultivar, porque consumiram as reservas que tinham".

Questionado sobre se há o registo de mortes devido à situação, o bispo disse que não, mas alertou que pode haver por derivação da situação. "Porque as crianças chegam aqui muito desnutridas, a tuberculose que estava irradiada ultimamente ressurgiu", sustentou.

## 10.19 Gestão dos resíduos sólidos e desassoreamentos das valas de drenagem

*Novo Jornal*

*22 De Janeiro de 2016*

A gestão dos resíduos sólidos é seguramente o pecado capital na cidade de Luanda. O histórico do lixo na capital remonta a décadas, e foi responsável pela presença de filipinos em Luanda que, em finais da década de 1980 e princípios dos anos 1990, tiveram a luta inglória de tentar deixar limpa Luanda. O surgimento da Urbana 2000 não emprestou, por sua vez, grandes mudanças na gestão dos resíduos sólidos.

Mas durante mais de duas décadas e meia surgiram várias empresas prestadoras de serviços no âmbito do saneamento básico que acabaram sendo apeadas por não responderem cabalmente aos propósitos para que foram contratadas.

A questão do lixo em Luanda pode ter várias causas e muitas outras explicações para o fenómeno. A ausência de iniciativas empresariais vocacionadas para a implantação de uma indústria de reciclagem pode ser a chave do problema. Pode, até que a prática enquanto critério da verdade a contrarie.

Por outro lado, a situação do desassoreamento das valas de drenagem constitui um outro problema a que Higinio Carneiro deverá responder e encontrar uma solução à altura do problema. Talvez agora, com a criação da Agência Nacional de Resíduos, se encontre uma forma dessas situações serem prontamente acudidas.

Porque a ideia que muitas das instituições passam é a de que existem, mas existem sem ter capacidade para responderem aos seus objectos sociais.

Criado pelo Decreto Presidencial 181/14 de 28 de Julho e tutelado pelo Ministério do Ambiente, a Agência Nacional de Resíduos tem em mãos uma responsabilidade de suma importância. Oxalá as suas competências não se fiquem apenas no papel, porque trabalho há basta fazer.

## 10.20 Inundações em Cambambe agravam modo de vida das populações ribeirinha

*Jornal Grande Notícias*  
22 De Janeiro de 2016

As cheias do rio Lucala, na comuna de Massangano, município de Cambambe (Cuanza Norte), estão a contribuir para o agravamento do modo de vida das populações ribeirinhas, devido a inundação dos campos cultivados e a intransitabilidade das vias de acesso. As aldeias de Canguenhe, Capungo, Quixoto, Cawala, Bondo e Ngola Kiluanji são as mais afectadas, uma vez que têm todas as estradas terciárias intransitáveis, usando como recurso a via fluvial por intermédio de pequenas lanchas motorizadas.

Em consequência disso, segundo populares entrevistados pela Angop, os preços dos transportes aumentaram, passando de 500 Kwanzas pagos por estrada 15 quilómetros entre as localidades de Ngola Kiluanji e Cassoalala para 1500 Kwanzas por via fluvial. Teresa Alexandre, moradora da aldeia de Canguenhe, disse tratar-se de uma situação difícil de enfrentar, pois, além do aumento da procura dos transportes motivada pelas inundações, os transportadores evocam igualmente a subida dos preços dos combustíveis como factor deste aumento de preço.

A fonte precisou que triplicaram-se os custos da viagem por pessoa assim como da bagagem, deixando os aldeões sem alternativas, dado que as estradas continuam cobertas de água, uma situação que pode ocorrer até ao princípio da época de cacimbo.

Por sua vez, Margarida Cristóvão, da aldeia de Capungo, associa a actual situação ao avançado estado de degradação das vias que ligam as diferentes comunidades à estrada nacional número 230, que não beneficia de qualquer reabilitação há vários anos.

## 10.21 Uma maldição com selo de incompetência

*Jornal A Capital*  
23 De Janeiro de 2016  
Texto: Marcos António

Independentemente dos aspectos técnicos patentes no discurso oficial, o Governo acaba mal na fotografia quando em análise estiverem os prejuízos provocados pelas últimas chuvas na província de Benguela, resumidos em mais de três mil famílias desalojadas, setenta casas destruídas e centenas de campos agrícolas devastados, segundo dados dos Serviços de Protecção Civil.

O regresso da maldição, com as autoridades ainda longe do realojamento definitivo das trezentas famílias vítimas da tragédia de Março último, foi verificado, há três semanas, no município do Cubal, onde quatrocentos camponeses perderam culturas como o milho, batata e mandioca. Assistia-se, na verdade, ao primeiro reflexo da subida do nível de água na bacia hidrográfica do Dungo, que beneficiou de "obras estruturantes" em 2015, ao que se seguiu o transbordo dos rios Cavaco, Catumbela e Copo rolo, um trio que absorveu largos milhões de dólares num programa de regularização.

No Cubal, a 140 quilómetros da cidade de Benguela, o ambientalista Silvano Levi dizia, perante o clamor de uma comunidade a precisar de ajuda alimentar, que a situação não era tão sombria quanto parecia. "Ainda não se trata de uma enchente, uma vez que a empreitada anterior garante a retenção da água na bacia", sustentava o antigo administrador do Lubango, também em nome do Governo de Isaac dos Anjos. Levi admite, todavia, que o trabalho efectuado no ano passado tenha de ser reforçado com obras de engenharia ambiental e agronómica.

Se é verdade que as iniciativas acautelam a regularização dos caudais, tal como sugere o técnico, também é certo que há uma comunidade camponesa desesperada, a quem a Administração Municipal do Cubal promete distribuir alimentos para contrapor o mais do que provável cenário de carência.

No rescaldo da agitação vivida nos últimos dias, observadores atentos aos bastidores da governação questionam a "passividade" das autoridades perante vários avisos, sendo o mais recente o dilúvio que provocou cerca de cem mortos. Unânimes, dizem que pouco ou nada se fez para impedir que voltasse a entrar água em bairros adjacentes ao rio Cavaco, afectado pela situação do Cubal.



Um conhecido arquitecto fala em má gestão de recursos hídricos, mormente em relação ao comportamento das bacias que servem para reter água para períodos de escassez. "Quando surge em abundância, são necessárias medidas para evitar que a sua saída não destrua campos agrícolas e casas", refere a fonte.

Dos Anjos aperta com administradores

Na abertura da 1ª Reunião Ordinária do Conselho da Província, realizado na Baía Farta, o governador de Benguela, Isaac dos Anjos, disse que não é legítimo pedir à sociedade civil ajuda para os desalojados, salientando que as Administrações devem fazer mais no campo da prevenção.

A sociedade civil foi, como muitas vezes admitiu o governante, um importante segmento na assistência que se impunha. Em reacção ao discurso, houve quem encarasse tal atitude como uma forma de "atirar para o ombro dos outros" uma responsabilidade do mais alto mandatário da província.

Na sua óptica, esta posição demonstra, por outro lado, que o Governo não estará a realizar tarefas a curto prazo no sentido de resolver os problemas reais da população.

Um outro problema, real como o das enchentes, é o lixo que faz morada na zona alta da cidade do Lobito, onde a população alerta para a iminência de um surto de cólera. A acontecer, seria o regresso de uma outra maldição, alguns anos após um surto ainda na era Dumilde Rangel -que provocou centenas de mortes e deixou a província às avessas.

Moradores dizem que o Governo está a ignorar a prevenção, tal é a quantidade de focos de resíduos, para "usar os parques recursos em medicamentos" nos próximos tempos. Trata-se de uma realidade que se justifica com a saída de cena da Evirobac, empresa de recolha de lixo, devido a uma dívida do Governo que rondará os oito milhões de dólares norte-americanos.

A Evirobac, um consórcio entre angolanos e sul-africanos, foi substituída pela Resurb, empresa que emite sinais de falta de equipamento para tamanha empreitada.

## **10.22 Educação ambiental assegura crescimento sustentável**

*Jornal de Economia e Finanças*  
29 De Janeiro De 2016

O Programa Nacional de Educação e Consciencialização Ambiental (PECA) sensibilizou

mais de 6,9 milhões de cidadãos, entre 2009 a 2015, para melhorar as atitudes de cidadania em prol do desenvolvimento sustentável.

A informação foi prestada, recentemente, em Luanda, pela ministra do Ambiente, Fátima Jardim, durante o discurso de abertura do workshop de auscultação do Peca, na qual referiu que para sensibilização foram realizadas dez mil palestras e mais cinco mil e quinhentas campanhas.

De acordo com a titular do Ambiente, estes números contribuem para uma nova consciência e atitudes de cidadania que será fundamental para o crescimento sustentável do país, sendo necessário redobrar os esforços e ousar na implementação de novas iniciativas.

"É preciso, dar respostas aos problemas locais e nacionais que possam estar alinhadas às estratégias e políticas do Governo", realçou.

Objectivo

O novo programa de educação, formação e consciencialização ambiental (PEFCA 2017-20125) tem como principal objectivo alavancar as acções desenvolvidas e potenciar as parcerias para melhorar o impacto e garantir maior abrangência dos projectos.

Para ela, é importante que a consciência ambiental seja cada vez mais reflectida nas acções de cada dia e, por esta razão, o seu pelouro determinou o ano de 2016 como ano de solidariedade e cidadania responsável para que seja mais visível e actuante na educação ambiental do país.

A ministra do Ambiente destacou o aumento progressivo do conhecimento sobre os fenómenos ecológicos, sociais e económicos que regem a sociedade humana.

De acordo com a governante, o Pca determinou três tipos de educação ambiental, nomeadamente a formal, não formal e a informal, cujas definições ajudaram a impulsionar e a focar as actividades para maior impacto sustentabilidade.

De acordo com a governante, a importância da gestão ambiental é entendida de modo geral pela sociedade angolana, sendo ainda necessário melhorar as capacidades, competências e práticas para se puder contribuir cada vez mais para protecção da biodiversidade para boas práticas de saneamento ambiental, implementação de tecnologias ambientais e outros aspectos concernentes ao ambiente.

## II MIGRAÇÃO

### II.1 Milhares de imigrantes ilegais foram detidos na Lunda Norte

*Jornal de Angola*  
11 De Janeiro de 2016

A Polícia da Guarda Fronteira na Lunda Norte deteve 12.145 estrangeiros em situação ilegal durante o ano passado, informou sábado, no Dundo, o especialista da Inspeção e Análise da 73 Unidade da Polícia da Guarda Fronteira de Angola (UPGFA), Inocêncio Carlos Jorge.

Inocêncio Jorge disse ter havido um aumento de 6.952 pessoas em situação irregular em relação ao ano anterior, cifra que inclui 369 crianças. As detenções resultaram do controlo nas entradas e saídas ilegais e por denúncias, entre outros motivos, como a exploração ilícita de diamantes, madeira, carvão, posse de estupefaciente, pesca, promoção e auxílio a estrangeiros de várias nacionalidades.

Segundo a fonte, foram apreendidos diversos produtos, como combustível contrabandeado e moeda falsificada. Só na semana de 21 de Dezembro e 4 de Janeiro foram interpelados 510 estrangeiros da República Democrática do Congo (RDC) por violação da fronteira. As detenções foram feitas pelo Comando da 7.3 Unidade da corporação entre os dias. A Polícia de Guarda-Fronteiras indica ainda que foram frustrados 44 tentativas de entrada ilegal nos postos fronteiriços dos municípios do Chitato, Cambulo e Lóuva. A Polícia Fronteira da 7.3 Unidade na Lunda Norte controla 490 quilómetros de fronteira com a RDC.

#### Movimento no Cunene

Na província do Cunene, o Serviço de Migração e Estrangeiros registou, no ano passado, 550.764 movimentos migratórios de entrada e saída do país de nacionais e estrangeiros nos postos fronteiriços de Santa Clara, Calueque e Ruacaná. De acordo com um comunicado da instituição, no movimento migratório 424.61 são nacionais e 126.703 são estrangeiros, entre os quais namibianos, sul-africanos, cubanos, malianos e chineses.

No período em análise, o Serviço de Migração e Estrangeiro notificou 136 infracções migratórias ocorridas nos municípios de Namacunde, Cuanhama, Ombadja, Cuvelai e Cahama, tendo resultado na detenção de dez estrangeiros por estada ilegal.

Também se procedeu à expulsão judicial de 41 estrangeiros e 238 cidadãos nacionais regressaram ao país vindos da República da Namíbia por irregularidades migratórias.

De igual modo, 19 cidadãos estrangeiros viram recusados os pedidos de entrar no país, através do posto fronteiriço de Santa Clara, por falta de meios de subsistência, bem como 136 angolanos foram impedidos de sair do país, sendo 102 por falta da Declaração de Registo Militar (DRM), nove por falta de passaporte e dez por falta de autorização dos progenitores.

O Serviço de Migração e Estrangeiro (SME) recebeu 2.723 pedidos de passaportes, dos quais 1.645 para a emissão e 1.029 para remissão de passaporte ordinário, bem como procedeu à emissão de 25.689 passes de travessia e 882 salvos-condutos.

Já na província do Zaire, cinco tentativas de transposição ilegal da fronteira a partir da região do Congo Central foram frustradas nos últimos sete dias pela Polícia de Guarda Fronteira, tendo sido interpelados 17 estrangeiros da RDC.

### II.2 Altas patentes dos Serviços de Migração protegem estrangeiros a troca de milhões

*Jornal Grandes Notícias*  
22 De Janeiro de 2016  
Texto: Mito Agostinho

A informação foi prestada em forma de denúncia à redação do Jornal Grandes Notícias por dois cidadãos que testemunham e vivem esta situação em Cacuaco, Viana e Benfica, nos armazéns de venda a grosso de mobílias e outros produtos pertencentes à cidadãos estrangeiros onde trabalham há mais de dois anos e auferem um salário de cinquenta e de setenta mil Kwanzas, cada.

Falando em anonimato, como é óbvio, para que não sejam identificados, mas cujas declarações e localização estão em nossa posse, os mesmos relataram vários factos que aconteceram ainda agora, em Dezembro, mas que escolhemos este ao qual os mesmos afirmaram que "durante todo o ano de 2015, três oficiais dos SME até final de Novembro passado, apareciam nas instalações dum dos referidos armazéns todos os finais de cada mês e lhes é entregue um envelope cada pelo responsável dos recursos humanos como forma de pagamento ao encobrimento que esses fazem quando o estrangeiro está ilegal, dono do armazém, é detectado por outrem e em eminência de ser deportado para a sua terra.

Questionados sobre os valores que envolvem essa negociata, e as razões que os levam a não denunciar à uma autoridade competente, disseram que "são valores avultados, que rondam entre os 50 e 100 mil dólares; não denunciámos, entretanto, primeiro para proteger o pão e em segundo lugar, por sabermos ser uma máfia com grandes 'kotas' que não adianta estragar o bolo deles porque não sabemos o que são capazes"; responderam, acrescentando que "quando esses três foram descobertos, o seu chefe máximo, ao invés de puni-los, apenas proibiu-os de tornarem a aparecer no referido local, e o próprio retomou o negócio mandando apenas aumentar a fasquia por ser um oficial superior": "

Senhor jornalista, uma vez, esse mesmo chefe máximo apareceu e disse ao indiano que qualquer pessoa da emigração, da polícia ou da fiscalização que aparecer a solicitá-lo qualquer documento, que ligasse imediatamente e ele apareceria no mesmo instante, e se estivesse ocupado, mandaria alguém para resolver a questão, mas que, para isso, o seu dinheiro devia aumentar e cair na sua conta nos dias 25 de cada Mês'.

Importa realçar que, numa intervenção pública em 2015, o Secretário de Estado do Interior, Eugénio Laborinho, desafiava os efectivos dos SME a pautarem por uma conduta de princípios e regras alicerçadas na transparência, na justiça e na ética profissional Quanto à José Paulino da Silva, Director Nacional desses Serviços, "a imigração ilegal constitui um problema de segurança nacional, a julgar pelas suas consequências.

Numa altura em que o mundo debate-se com atentados terroristas protagonizados por cidadãos geralmente emigrados ilegais, ou conotados com crimes de lavagem de dinheiro, tráfico de seres humanos e outros tantos crimes, impõe-se maior mobilidade e controlo assim como medidas enérgicas por parte da inspecção, por pensar-se, no geral, que um cidadão que tenta ou entra ilegalmente num país é sempre suspeito e deve ser denunciado. A ingenção é evitar que estas pessoas periguem a segurança não só do colectivo, mas também do próprio país pelo que devem ser tomadas medidas que desencoragem corrupção.

De acordo com dados avançados em tempos, da África negra os cidadãos que insistem em entrar ilegalmente no país são maioritariamente provenientes da Guiné Conacry, do Mali, da República Democrática do Congo, do Senegal, do Burkina Faso, Guiné Bissau, Congo Brazaville, Gâmbia, Mauritânia, Cote D'Ivoire e Sudão.

### 1.3 Rede de imigração ilegal muda rota de entrada

*Jornal de Angola*  
25 De Janeiro de 2016

O Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional revelou sábado que existem indícios de que a entrada ilegal de estrangeiros no território nacional está a ser feita a partir de províncias do interior e não mais pelo litoral, como acontecia até há alguns meses.

Esta informação foi dada sábado pelas forças do Ministério do Interior durante a leitura de um relatório sobre o actual cenário da imigração ilegal apresentado ao governador provincial de Luanda, Higinio Carneiro, durante a visita ao comando provincial.

De acordo com o documento, a província de Luanda constitui o preferencial ponto de destino de muitos estrangeiros que, a partir da República Democrática do Congo (RDC), pretendem entrar em Angola.

"Nos últimos dias, verificou-se uma mudança no 'modos operandi' dessas redes de imigração ilegal, passando os desembarques, que antes eram feitos nas encostas da Mabunda, no município de Belas, e na Cimangola, no município de Cacucaco, a ser feitos no interior do país", refere o documento.

O relatório diz ainda que o Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional realizou no ano passado três operações designadas "Ombernbwa", "Sambuquila" e "Twasanguluca", esta última que serviu para o asseguramento da quadra festiva.

O aumento da estatística policial sobre crimes praticados no ano passado, segundo o documento, decorreu do facto de se estar a realizar o policiamento de contacto porta-a-porta, que passou a registar ocorrências que antes a população não participava aos piquetes existentes.

O documento refere que no ano passado foram retiradas de circulação 1.773 armas de fogo, instrumentos que constituíam um grande motivo de preocupação. Avaliação da Polícia é de que, quando um individuo criminoso dispõe de arma de fogo e está sob efeito de substâncias psicotrópicas, fica mais propenso à prática de uma acção criminosa. Ainda em 20 15, foram apreendidas 487 viaturas, 295 das quais foram encontradas em estado de abandono na via pública, na sequência da perseguição de meliantes pelas forças policiais, e 1.116 motorizadas, que em Luanda são os meios mais utilizados para a prática de acções criminosas.

O documento apresentado pela Polícia Nacional ao governador provincial de Luanda destaca ainda o desmantelamento de 20 associações de malfeitores em Luanda e aponta como preocupação da corporação policial os crimes de homicídio voluntário, roubo de dinheiro e de artigos diversos, casos de imigração ilegal e o furto de viaturas, que nos últimos tempos conheceu um "aumento considerável".

"Os crimes praticados por pessoas desconhecidas das vítimas está na ordem dos 60 por cento e os que ocorrem em ambiente familiar, como consequência de desavenças e questões passionais, está na ordem dos 40 por cento", indica o documento.

O relatório aponta três momentos fundamentais para a ocorrência de um crime: a oportunidade, a exposição e a proximidade, sobretudo nos crimes de violação sexual e de agressão física praticados no meio familiar. O documento adianta que os acidentes de viação diminuíram substancialmente, mas 904 pessoas morreram no ano passado em Luanda, menos 37 do que em 2014, e 1.543 ficaram feridas, menos 309 em relação a 2014.

As vias rodoviárias mais visadas foram a Estrada Nacional 230, a Avenida Deolinda Rodrigues, as estradas da Samba, a Estrada Nacional 100, as avenidas 21 de Janeiro e Pedro de Castro Van-Dúnem. As principais causas dos acidentes estiveram associadas ao excesso de velocidade e ao estado de embriaguez.



## 12 EXPLORAÇÃO MINEIRA

### 12.1 Perspectivas animadoras nos diamantes

*Jornal de Angola*

*1 De Angola de 2016*

*Texto: Madalena José*

O sector diamantífero prevê, para este ano, uma produção de 8,962 milhões de quilates, o que representa um crescimento de 0,99 por cento, em relação ao ano anterior. O anúncio foi feito quarta-feira, em Luanda, pelo ministro da Geologia e Minas, quando procedia ao balanço do exercício de 2015.

Francisco Queiroz avançou que em 2015 o sector em Angola produziu mais de 8,87 milhões de quilates, dos quais 8,21 milhões resultam da produção industrial e 851.905 da produção artesanal. No ano passado, o sector gerou 18.885 empregos, sendo 12.590 nacionais e 6.295 estrangeiros. Para o período de 2016 a 2017, prevê executar projectos avaliados em 2,5 mil milhões de dólares, cujos resultados começam a surgir no prazo de cinco anos. Trata-se dos projectos de exploração e produção de diamantes no Luache, na província da Lunda Sul, e de ferro no Cutato, Cuchi, no Cuando Cubango, e Cerca, no Cuanza Norte.

Este ano, começa também a produção de cobre no Uíge, de fosfato no Zaire e Cabinda e de ouro no Chipindo, Huíla. "Estes projectos vão ter efeitos fiscais na arrecadação de receitas para Orçamento Geral de Estado", sublinhou, lembrando que a execução do PLANAGEO está na ordem dos 77 por cento.

O ministro assegurou que a conclusão dos três laboratórios regionais da Huíla, Luanda e Lunda Sul está prevista para o primeiro trimestre, de 2016, cujo objectivo é responder às necessidades de investigação, certificação e testes do país e do estrangeiro.

O ministro considerou 2015 um ano de sucesso em vários aspectos, mas o realce recai sobre o licenciamento da actividade de produção mineira, sobretudo, na produção de rochas ornamentais, diamantes e ouro.

Com o licenciamento de mais operadoras no sector, o Ministério arrecadou 120 milhões de kwanzas. "O valor é baixo, mas mesmo assim, consideramos

positivo por ser a primeira vez que efectuamos a cobrança de taxas para o licenciamento. No total, foram autorizadas 33 licenças", sublinhou. Para a meta anual do Plano Nacional de Desenvolvimento, o grau de execução previsto, de Janeiro a Dezembro de 2015, foi de cerca de 81,17 por cento num volume de receitas de 77,84 por cento.

No total, a produção de 2015 ronda os 85,12 por cento de diamantes brutos e 84,18 por cento de receitas, sendo que o total da produção alcançada corresponde a mais de 1,2 mil milhões de dólares de receitas brutas. Deste valor, 939.557 dólares são resultado da produção industrial e 235.544 dólares de receitas de produção artesanal, que comparados com o ano de 2013, o sector registou uma variação positiva, estimada em 3,16 por cento e 0,97 por cento do volume de receitas.

Em 2014, a produção diamantífera foi de 8,7 milhões de quilates e o valor de receitas foi de 1,3 mil milhões de dólares ao preço médio de 149,49 dólares por quilate.

Para o ministro, a variação do volume de produção foi positiva, na medida em que se fixou em 1,40 por cento, enquanto a variação do volume de receitas foi negativa, tendo rondado os 10,17 por cento.

A justificar a variação negativa está a baixa do preço do diamante no mercado internacional. A produção de 2013 foi de 8,6 milhões de quilates, que permitiu uma arrecadação de cerca 1,2 mil milhões de dólares ao preço médio de 135,31 dólares por quilate.

### 12.2 Garantida transparência na concessão de licenças

*Jornal de Angola*

*20 De Janeiro de 2016*

O ministro da Geologia e Minas, Francisco Queiroz, disse ontem à Angop, em Luanda, "não existir qualquer falta de transparência na concessão de licenças mineiras, quer para a indústria diamantífera, quer para outros minerais em geral".

As regras para ter acesso a direitos mineiros estão definidos no Código Mineiro e podem ser lidas e compreendidas por todos, referiu Francisco Queiroz, na cerimónia que marcou as celebrações dos 35 anos da Empresa Nacional de Diamantes (ENDIAMA).

"No sector da Geologia e Minas respeitamos escrupulosamente essas regras. O lema é: quanto mais investimento houver no sector mineiro melhor. Se o investimento vier de angolanos, melhor ainda",

sublinhou o ministro, acrescentando que o sector está a fazer um grande investimento no domínio do ambiente institucional, para conferir confiança, credibilidade e segurança aos investidores.

Quanto às receitas que o sector dos diamantes e outros da geologia e minas podem produzir para o Estado, Francisco Queiroz referiu que "ainda não são satisfatórias, pois, há ainda muito caminho por percorrer e muito a fazer, para que este subsector contribua para as receitas fiscais".

Francisco Queiroz apontou o projecto do Luaxe como uma alternativa que pode, em cinco anos, duplicar a produção actual de diamantes, além de outros projectos de mega dimensão que podem entrar em funcionamento dentro de dois anos. "Estamos convencidos que num horizonte entre cinco a dez anos, de modo sustentável, podemos ter um impacto muito maior no Produto Interno Bruto (PIB) e na arrecadação de receitas fiscais", disse.

O sector nacional da Geologia e Minas, no âmbito do Planageo, vai atrair investimentos de grande dimensão, criar muitos empregos e, em termos de receitas fiscais, se houver grandes investimentos com projectos de referência nos minerais de fosfato, ferro, manganês, ouro e outros, o sector pode, num horizonte de 10 ou 15 anos, ultrapassar o sector petrolífero, concluiu o ministro da Geologia e Minas.